

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS DE MARÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

FELIPE RAMOS GARCIA

**ESQUERDA POLICIAL E AÇÃO POLÍTICA EM SÃO PAULO
(1946-1964)**

Marília

2019

FELIPE RAMOS GARCIA

**ESQUERDA POLICIAL E AÇÃO POLÍTICA EM SÃO PAULO
(1946-1964)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista — “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Campus de Marília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha

Marília

2019

G216e Garcia, Felipe Ramos
Esquerda Policial e Ação Política em São Paulo (1946-1964) /
Felipe Ramos Garcia. -- Marília, 2019
166 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha

1. Militares. 2. Policiais. 3. Democracia. 4. Militarismo. 5. Ação
Política. I. Título.

Felipe Ramos Garcia

ESQUERDA POLICIAL E AÇÃO POLÍTICA EM SÃO PAULO
(1946-1964)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista — “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Campus de Marília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: _____

Prof. Dr. Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha (UNESP-FFC/Marília)

2º Examinador: _____

Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio (UNESP-FFC/Marília)

3º Examinador: _____

Prof. Dr. Guilherme Pigozzi Bravo (FAIP)

Marília, 29 de outubro de 2019

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

Gratidão é, para mim, algo fundamental na vida humana. Expressá-la é um dever que temos para com aqueles que nos estenderam a mão e nos ajudaram em diferentes momentos da nossa trajetória e fazê-lo é uma tarefa que certamente nos incorrerá em risco de falhas de memória. Portanto, peço desculpas, de antemão, caso algo ou alguém me escape nos próximos parágrafos.

Aos meus pais, Maria e Luiz, por todo apoio e estímulo desde a infância. A vocês, minha eterna gratidão, que se estende aos meus irmãos, Andreia e Paulo.

Ao meu orientador, professor Paulo Ribeiro da Cunha, por todo incentivo e paciência que teve comigo, desde a graduação. Minha profunda admiração pelo cientista e ser humano que é. Uma grata honra poder trabalhar com ele. As falhas deste trabalho são minhas, mas os méritos e qualidades tem toda influência dele.

Aos membros da banca, professor Marcos Del Roio, uma grande inspiração, desde a graduação; e ao Dr. Guilherme Bravo, cujos apontamentos foram importantíssimos para prosseguimento deste trabalho. Gratidão que também se estende ao professor Sérgio Aguilar pelos apontamentos na banca de qualificação e ao Dr. André Scantimburgo.

Aos meus colegas de mestrado, Paulo Bittencourt, Friedrich Maier e Carol Monéia, pela amizade e companheirismo que construímos nos últimos dois anos.

Aos meus amigos de longa data, Caio e Luís Fernando, pela fraterna amizade.

Aos colegas do grupo de pesquisa Democracia, Militares e a Esquerda Militar, em especial ao Carlos Ruiz, que esteve comigo durante as entrevistas que realizamos.

Ao tenente coronel Vicente Sylvestre e ao capitão Pedro Lobo de Oliveira, por me receberem em suas casas, aceitarem conceder longas entrevistas, apesar da idade avançada. Uma honra poder contar também um pouco da história desses heróis brasileiros.

À Thaís Battibugli e André Rosemberg, pelos trabalhos pioneiros que desenvolveram e, apesar do pouco contato, contribuíram de maneira decisiva para este trabalho.

À instituição e funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo e do Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo por me receberem muito bem e auxiliarem na busca por documentos e arquivos indispensáveis na execução deste trabalho.

À universidade pública, gratuita, laica e de qualidade, que foi responsável não apenas pela minha formação acadêmica, mas contribuiu para a minha formação humana, em especial a Universidade Estadual Paulista, UNESP, minha *alma mater*. Minha gratidão a instituição e a

todos os funcionários e professores que fizeram parte da minha trajetória. Espero que não seja a última geração que pode desfrutar dessa conquista social que é a universidade pública.

Por fim, meu agradecimento à instituição que apoiou a realização e execução deste trabalho, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, instituição de fomento à pesquisa muito importante em nosso país que está sob grandes ataques atualmente. Sem o apoio material da instituição, este trabalho não seria possível.

RESUMO

Na última década, alguns trabalhos foram produzidos com objetivo de investigar e resgatar um campo pouco explorado: a Esquerda Policial. Nesse sentido, esse projeto tem como objetivo investigar a presença de uma Esquerda Policial em São Paulo entre 1946 e 1964, atuante na Força Pública e na Guarda Civil e vinculada com o Antimil, o Setor Militar do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Embora pouco se saiba em relação a esse grupo específico, documentos do Departamento de Ordem Política e Social, dos arquivos oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo e do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, apontam para relação política entre policiais da Força Pública e da Guarda Civil, cuja atuação estava atrelada a um pensamento à esquerda, que se expressava no engajamento com a luta pelas causas nacionais e a defesa de pautas corporativas e na luta pela democracia. Tal fato, analisado sob o prisma da “Esquerda Militar”, fornece pistas importantes para compreensão da intervenção política desempenhada pelas corporações policiais paulistas, entre 1946 e 1964.

Palavras-chave: **militares; policiais; democracia; militarismo; ação política**

ABSTRACT

In the last decade, some works have been produced aiming to investigate and rescue a little explored field: the Police Left Wing. In this sense, this project aims to investigate the presence of a Police Left Wing in São Paulo between 1946 and 1964, active in the Public Force and Civil Guard and linked with Antimil, the Military Sector of the Brazilian Communist Party (PCB). Although little is known about this specific group, documents from the Department of Political and Social Order, the official archives of the São Paulo State Military Police and the Final Report of the National Truth Commission point to a political relationship between law enforcement officers. And of the Civil Guard, whose action was linked to a left thinking, which was expressed in the engagement with the struggle for national causes and the defense of corporate agendas and in the struggle for democracy. This fact, analyzed from the perspective of the “Military Left”, provides important clues for understanding the political intervention performed by the São Paulo police corporations between 1946 and 1964.

Keywords: **military; policy; democracy; militarism; political action**

Sumário

Abreviaturas e Siglas.....	12
Lista de Figuras	14
Lista de Gráficos.....	15
Lista de Quadros.....	16
Lista de Tabelas	17
Introdução	18
CAPÍTULO 1: FORÇA PÚBLICA E GUARDA CIVIL: POLÍTICA E HISTÓRIA	31
1.1. A CONSOLIDAÇÃO DA FORÇA PÚBLICA COMO UM PEQUENO EXÉRCITO.....	37
1.2. A MISSÃO FRANCESA E A PROFISSIONALIZAÇÃO DA FORÇA PÚBLICA.....	42
1.3. O MOVIMENTO TENENTISTA E SUA REVERBERAÇÃO NAS CORPORações PAULISTAS.....	46
1.4. A CRIAÇÃO DA GUARDA CIVIL E A MANUTENÇÃO DA HEGEMONIA PAULISTA	52
1.5. A REVOLUÇÃO NA ORDEM DO DIA: OS POLICIAIS EM 1930.....	55
1.6. A ESQUERDA POLICIAL NA ERA VARGAS	59
CAPÍTULO 2: POLÍCIA E POLÍTICA NA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA (1946-1964).....	64
2.1. O FIM DA ERA VARGAS E A EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA	67
2.2. A (RE) ESTRUTURAÇÃO DAS POLÍCIAS NO PERÍODO DEMOCRÁTICO	69
2.3. ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E EMBATES ENTRE AS CORPORações	76
2.4. ADEMARISMO, JANISMO E COMUNISMO: A FORÇA PÚBLICA E A GUARDA CIVIL EM DISPUTA	80
2.5. PERSEGUIÇÕES E VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS DE MILITARES E POLICIAIS (1946-1964).....	87
CAPÍTULO 3: A POLÍCIA POLÍTICA COMO EXPRESSÃO DO ANTICOMUNISMO	95
3.1. A DEMOCRATIZAÇÃO E O RECRUESCIMENTO DA REPRESSÃO POLÍTICA NAS CORPORações POLICIAIS	101
3.2. A POLÍCIA POLÍTICA EM SÃO PAULO.....	106
3.3. A FORMAÇÃO DA POLÍCIA PAULISTA SOB A DOCTRINA ANTICOMUNISTA	111
3.4. A POLÍCIA POLÍTICA E O ANTIMIL: ESTRUTURA E OPERACIONALIZAÇÃO DO SETOR MILITAR NAS CORPORações POLICIAIS PAULISTAS.....	120

CAPÍTULO 4: ESQUERDA POLICIAL E AÇÃO POLÍTICA	125
4.1. A GREVE DE 1961: A ESQUERDA POLICIAL EM AÇÃO	133
4.2. A ESQUERDA POLICIAL E A CONSOLIDAÇÃO DE SUA AGENDA.....	141
4.3. A ESQUERDA POLICIAL E O GOLPE CIVIL MILITAR.....	144
4.4. A REPRESSÃO E PERSEGUIÇÃO AOS POLICIAIS COMUNISTAS	150
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	154
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	157

Abreviaturas e Siglas

Acadepol – Academia de Polícia

AESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

AEL – Arquivo Edgard Leuenroth

ANL – Aliança Nacional Libertadora

CBA – Comitê Brasileiro pela Anistia

Cedem – Centro de Documentação e memória

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNRC – Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo

CNV – Comissão Nacional da Verdade

CSCS – Centro Social dos Cabos e Soldados

CSGC – Centro Social dos Guardas Civis

DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

FAB – Força Aérea Brasileira

FEB – Força Expedicionária Brasileira

FP – Força Pública

GC – Guarda Civil

IPM – Inquéritos Policiais Militares

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OBAN – Operação Bandeirante

PC – Polícia Civil

PCB – Partido Comunista do Brasil

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PDP – Partido Democrático Paulista

PMESP – Polícia Militar do Estado de São Paulo

PRP – Partido Republicano Paulista

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

UDN – União Democrática Nacional

UEE – União Estadual dos Estudantes

UNE – União Nacional dos Estudantes

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

Lista de Figuras

Figura 1 – Organograma da organização dos comunistas nas corporações policiais paulistas

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Efetivo fixado da Força Pública (1946-1964)

Gráfico 2 – Efetivo fixado da Guarda Civil (1946-1964)

Lista de Quadros

- Quadro 1** – Estrutura da carreira da Guarda Civil
- Quadro 2** – Estrutura da carreira da Força Pública
- Quadro 3** – Estrutura de carreira da Polícia Civil
- Quadro 4** – Proposta de equivalência de patentes

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Efetivo fixado da Força Pública e da Guarda Civil (1946-1964)

Tabela 2 – Militares Perseguidos

Tabela 3 – Policiais Militares perseguidos

Introdução

“‘esquerda militar’ se opõe a ‘esquerda civil’, designando, portanto, não os civis (de esquerda) que se armaram para combater a ditadura num determinado momento de nossa história, mas os militares que, em diferentes situações e períodos de nossa evolução política, assumiram posições de esquerda ou pelo menos colocaram-se à esquerda no interior da corporação armada do Estado.” (MORAES, 1994, p.8).

A participação dos militares na política brasileira ocorreu de diversas formas e em diferentes graus desde o final do século XIX¹. Em muitas ocasiões, essa participação esteve descolada de partidos políticos ou mesmo de lideranças civis organizadas e esteve associada a intervenções mais agudas na política institucional. Muitos estudiosos e pesquisadores analisam essa intervenção sob o prisma dos militares enquanto um “partido” ou “organização”, onde as Forças Armadas se manifestariam de maneira articulada no processo político. Uma expressão dessa manifestação é a dos partidos clandestinos ou grupos menores que atuaram à esquerda (e à direita); e de militares de esquerda com uma atuação marcante por meio de algumas organizações políticas, que formam a “Esquerda Militar” (MORAES, 1986). Antes de adentrarmos objetivamente nesse conceito e categoria, convém desenvolver introdutoriamente os argumentos que balizam debate teórico e conceitual sobre essa discussão.

Não há consenso entre os pesquisadores em relação à intervenção política dos militares historicamente, havendo perspectivas diversas quanto à sua ocorrência e de que forma deve ser analisada. De forma concreta, há dois modelos metodológicos de análise consolidados e cuja leitura sugere um esforço para construir um esquema teórico de interpretação para pontuar as dependências das Forças Armadas em relação à sociedade ou ao Estado. O primeiro modelo, ancorado fundamentalmente numa perspectiva *instrumental* de análise, consiste numa concepção que “busca nos interesses de classes, grupos, forças políticas e das correntes de opinião, os motivos das manifestações militares; ou seja, apresentam-se a partir de estímulos e/ou influências externas às corporações, sempre afeitas a alguns dos grupos ou menos identificadas a um deles” (ROUQUIÉ, 1980, p. 29). Trata-se, portanto, de uma interpretação que entende que a atuação política das Forças Armadas reflete as tensões da sociedade civil. A leitura é operacionalizada por dois autores política e ideologicamente opostos, Samuel Huntington (1968) e Nelson Werneck Sodré (2010).

¹ Sobre essa intervenção, podemos citar alguns exemplos emblemáticos, como a Proclamação da República, em 1889, o movimento Tenentista de 1922, a Revolução de 1930, a deposição de Getúlio Vargas, em 1945, a campanha pela legalidade em 1961 e o Golpe de 1964.

O primeiro é um intelectual que se insere no escopo do pensamento político conservador e que foi integrado ao sistema de poder dos Estados Unidos, sendo bastante apreciado pelos militares brasileiros (CUNHA, 2014, p. 26). Em sua leitura, reconhece as Forças Armadas como instrumento de modernização capitalista, avaliando que foi por meio delas que o Ocidente e os Estados Unidos alçaram um status privilegiado no sistema internacional no século XIX. Avalia que essa característica de modernização (conservadora, evidente e contraditoriamente) poderia ser utilizada numa intervenção política dos militares, sobretudo em países ainda mediados por forças políticas oligárquicas, cuja atuação dos militares adquire um caráter reformador, mesmo que isso represente um cerceamento da participação política das massas, como observamos na América Latina na segunda metade do século XX. Numa interpretação oposta, Nelson Werneck Sodré se insere no modelo teórico *instrumental* a partir de uma perspectiva mais progressista e à esquerda. Oficial do exército e historiador marxista, sua leitura “apreende as Forças Armadas como originárias da classe média (ou da pequena burguesia), e que vão ter posições progressistas ao longo da história, o que confere à instituição um caráter democrático e nacionalista” (MORAES, 1986, p. 263-265).

O segundo modelo de interpretação é o *institucional-organizacional*, que enfatiza a autonomia da instituição militar e é desenvolvido por Edmundo Campos Coelho². O autor analisa o fenômeno militar como “auto explicável”, e “tendo entre seus traços mais salientes, corporificado no espírito de corpo, na hierarquia, a centralização do aparelho militar, cuja expressão maior desse processo e do conceito é seu deslocamento das influências civis” (ROUQUIÉ, 1980, p. 30); e parte do princípio de que os militares se inserem em uma estrutura homogênea e monolítica, cuja lógica decisória e as intervenções políticas decorrem da percepção dessas instituições e de seu funcionamento vertical, fundamentalmente a partir da corporação. Em outras palavras, esse modelo de interpretação enxerga as Forças Armadas como instituição independente e desvinculada da sociedade civil, alheia às tensões e estímulos que eventualmente provocariam a corporação a agir politicamente³. Há ainda algumas variações desses modelos⁴, como a que apreende as Forças Armadas como um poder *moderador*, que

² Edmundo Campos Coelho. “Em busca da identidade: o Exército e a Polícia na sociedade brasileira”. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976.

³ A princípio, a definição conceitual do modelo institucional-organizacional pode sugerir uma postulação oposta ao modelo instrumental. Entretanto, não se trata de uma apreensão objetivamente oposta. Esse modelo difere do instrumental na perspectiva de intervenção e atuação política das Forças Armadas e na sua relação com a sociedade civil, mas se aproxima no enquadramento da corporação como uma estrutura institucionalmente consolidada e parte do Estado.

⁴ Há ainda outras possibilidades de interpretação, que não se constituem enquanto modelos teóricos consolidados, mas cuja menção é relevante. Alain Rouquié (1980, p.12), por exemplo, desenvolve a perspectiva de interpretação das Forças Armadas enquanto um Partido Militar. Essa formulação, embora seja teoricamente fundamentada, não

objetiva se qualificar como uma terceira via. No entanto, é possível ler esse modelo como uma versão elaborada de forma diferente do modelo instrumental, e que tem como um dos principais intérpretes Alfred Stepan⁵, que sugere que o “comportamento militar é determinado simultaneamente por fatores internos e externos (leia-se: ocorre nos momentos de crises) ” (CUNHA, 2014, p. 28).

A perspectiva da Esquerda Militar⁶, a qual valorizaremos, surge em decorrência desses modelos de interpretação, se constituindo enquanto modelo de análise relativamente novo no campo da ciência política. Trata-se de um pressuposto teórico e analítico que é um desdobramento de uma leitura instrumental, e que tem como ponto de partida o conceito desenvolvido por João Quartim de Moraes (2005). O conceito de Esquerda Militar decorre de uma reflexão com diversos intelectuais, com destaque para Nelson Werneck Sodré (2010), quem primeiro deu pistas e abriu o debate, e João Quartim de Moraes (2005; 1986), que sistematizou teoricamente os argumentos que embasam essa discussão e consolidou a perspectiva da esquerda militar enquanto um modelo metodológico de apreensão das Forças Armadas.

Quartim de Moraes desenvolve o conceito ao pensar a relação das Forças Armadas brasileiras com a sociedade e sua fundamentação deriva e segue esse modelo de análise, na linha de Nelson Werneck Sodré. Resgata o sentido do termo “à esquerda”, no contexto da Revolução Francesa e destaca que na Assembleia Nacional de 1791, a disposição espacial nas mesas de discussões refletia os interesses políticos dos grupos envolvidos. Assim, sentados à esquerda situavam-se os “representantes dos interesses populares, portadores de ideias avançadas, democráticas e socialistas” e à direita “os representantes dos ricos, portadores de ideias reacionárias ou conservadoras” (MORAES, 2005, p. 28). A conceituação de Quartim de Moraes sobre a esquerda e a direita é semelhante a feita por Norberto Bobbio (1995), com

se sustenta enquanto ferramenta de análise. Essa leitura apreende as Forças Armadas como um ator político unido e que opera e intervém de maneira flexível. Podem tratar-se de partido políticos institucionalmente organizados e atuando na sociedade civil ou cristalizando tendências e posicionamentos que surgem no âmbito da instituição militar.

⁵ Podemos compreender a utilização desse modelo em duas possibilidades. A primeira delas seria dentro de uma perspectiva de que em situação de crise do modelo jurídico constitucional burguês, os militares teriam o dever institucional de intervir em sua garantia. A segunda seria interpretar que as Forças Armadas possuem uma função política, assumindo uma postura de arbítrio para mediar conflitos entre grupos dominantes, encarnando uma postura “saneadora” e moderadora”. Essa última possibilidade de interpretação do modelo metodológico é, inclusive, uma das justificativas institucionais para o golpe de 1964 (CUNHA 2014, p. 28 apud MORAES, 1986, p. 259-260).

⁶ Além da perspectiva da esquerda militar, temos a possibilidade de apreensão por meio do prisma do “partido fardado”, elaborado por Oliveiros Ferreira (2000, p. 43). Segundo Ferreira, o partido fardado não significa uma facção de um partido político, nem um grupo político que é historicamente identificado como uma organização institucional. Se caracteriza por ser uma espécie de centro aglutinado que surge nos momentos de tensão interna da corporação e em contextos de desencontros com os governos (CUNHA, 2014, p. 29).

destaque para o enfoque que este último autor faz nas “preferências” de cada grupo, no que diz respeito aos lemas da Revolução Francesa. Segundo Bobbio, a esquerda é mais igualitária e a direita tende a defender com mais afinco a liberdade. Tese que corrobora com a elaborada pelo historiador Eric Hobsbawm (2012), que destaca a resistência dos grupos à direita em aceitar a igualdade proposta pelos grupos à esquerda.

Nesse sentido, como assinala Quartim de Moraes (2005) podemos compreender a Esquerda Militar os indivíduos, grupos e facções das Forças Armadas que se identificaram (e se identificam) ou se posicionaram (e se posicionam) historicamente com um pensamento de esquerda ou à esquerda, ou seja, posições progressistas, nacionalistas, anti-imperialistas e, por que não dizer, socialistas e comunistas. Moraes não apenas constrói a esquerda militar enquanto conceito, mas também a elabora enquanto categoria analítica, problematizando a intervenção política que a categoria teve historicamente no Brasil, na maioria das vezes, de forma clandestina.

A maneira como Quartim de Moraes desenvolve e explora o conceito de esquerda militar e o desenvolve como categoria analítica nos permite diferenciar essa perspectiva das duas seminais que a originam. No enquadramento de Moraes, existe a noção de Ação Política revolucionária ou de guerra revolucionária, entendida aqui como “conflito no qual as classes exploradas procuram por meio da luta armada o desequilíbrio das relações de forças para estabelecer uma situação de igualdade que acabe com as classes sociais” (SAINT-PIERRE, 2000, p. 28). Sobre outro prisma, a ação política da Forças Armadas pode ser lida como não necessariamente revolucionária, mas como uma força política capaz de “disputar a hegemonia sobre outras forças que participam do processo político – e tê-la é uma das condições essenciais para disputar a hegemonia sobre as outras forças que participam do processo político” (FERREIRA, 2000, p. 83). Em outras palavras, a apreensão da ação política aplicada às Forças Armadas só pode ser analisada conceitualmente partindo do modelo instrumental e a partir do arco da esquerda militar, já que não há em Samuel Huntington a perspectiva da ação política.

Quartim de Moraes (2005) e Cunha (2014) já chamam atenção para essa possibilidade de interpretação ao colocarem as polícias militares no mesmo arco das Forças Armadas no que tange à perspectiva da ação política da esquerda militar. Essa interpretação difere, no entanto, da interpretação que parte dos pesquisadores do campo das ciências sociais, como Heloísa Fernandes (1974), Paulo Sérgio Pinheiro (1983), Sérgio Adorno (2002) e Dalmo de Abreu Dallari (1977) têm em relação às polícias, sendo essas mais aceitas e utilizadas e que entendem as corporações policiais como agentes do Estado e executores da força. Partindo de diferentes referências teórico-metodológicas, as policiais são usualmente vistas com um conjunto coeso e

institucionalmente sólido. Essa é a perspectiva adotada pela socióloga Heloísa Fernandes (1974), que trabalha em sua linha argumentativa com a premissa de que a Força Pública se constitui enquanto aparelho repressivo do Estado, valendo-se do referencial de Louis Althusser. Os argumentos utilizados pela autora para sustentar essa premissa são a utilização da Força Pública pelo governo paulista na repressão as manifestações grevistas e aos movimentos insurrecionais da virada do século e nas primeiras décadas do século XX. Sob outras perspectivas, outros autores caminham nessa direção e por essa ótica, é possível empregar esse modelo interpretativo. Mas há exemplos, como os que veremos, que servem para ampliar as possibilidades de interpretação e perspectivas.

A instituição policial é bastante singular no que diz respeito ao seu ordenamento legal e conceitual, apresentando variados sentidos de ação em diferentes regiões, formas de governo e contextos históricos. No Brasil, e mais especificamente em São Paulo, essa singularidade assume traços ainda mais marcantes quando pensamos na formação histórica das corporações paulistas. De forma geral, a polícia moderna é entendida como uma organização especializada e profissional, autorizada pelo Estado para manutenção da ordem social através da aplicação da força física, cujo monopólio pertence ao Estado (BAYLEY, 2001). Por essa perspectiva, podemos compreender a instituição policial como parte da administração pública do Estado e que, portanto, é “um serviço público neutro, imparcial e equitativo, ao abrigo das paixões, das influências e dos compromissos derivados da arena política” (MONET, 2001, p. 16); ou, reconhecendo sua concepção enquanto braço estatal, podemos compreender o ordenamento policial como detentor de um papel político, na medida em que sua atuação está diretamente vinculada ao papel do Estado, que se vale da sua força policial para fazer prevalecer sua soberania.

Entretanto, a neutralidade política da instituição policial não se sustenta se levarmos em consideração o argumento de que, ao compor a estrutura do Estado, ela passa a fazer parte do arcabouço do poder e, portanto, sua atividade não pode ser considerada neutra, já que a prática do poder tem relação direta com o Estado e a sociedade, sofrendo influências dessas esferas organizacionais (REINER, 2004, p. 28). Nesse sentido, pode-se argumentar que toda ação policial é também uma ação política, “uma vez que a existência de um órgão oficial sustentado pelo poder do Estado, que utiliza a força, ou a ameaça de força, para controlar os indivíduos, grupos e classes considerados hostis à ordem social, econômica e política do Estado e, portanto, aos interesses de suas classes dominantes”⁷ (HUGGINS, 1998, p. 10). Assim, a instituição

⁷ Martha Huggins entende a noção de classes dominantes de forma similar ao sentido marxista do termo. Nesse sentido, classes dominantes se referem a burguesia, detentora dos meios de produção e controladoras do Estado.

policial possui um caráter essencialmente político, baseado na sua concepção, organização, profissionalização e atuação ancorada nos processos políticos estatais, cujo objetivo é o controle social e a manutenção da ordem pública.

A relação entre a polícia e a política – entendida aqui como a projeção dos interesses do Estado – é parte do processo de controle social, cuja atuação é definidora da liberdade política e social dos indivíduos, ou seja, para o controle social. Portanto, a manutenção de um controle social é fundamentalmente uma questão política, e a instituição policial pode definir os limites políticos da sociedade, na medida em que sua atuação “reflete os interesses do Estado, que sabe que sua existência depende desse controle social. Por essas razões, a polícia atua politicamente, querendo ou não” (BAYLEY, 2001, p. 220).

Essa perspectiva é importante para se compreender conceitualmente a corporação policial, pois nos permite visualizar a intrínseca relação existente entre Estado e polícia. No entanto, essa definição também parte do princípio de que a instituição policial é uma unidade coesa, homogênea e que possui aparelho burocrático consistente e vinculado ao poder estatal, desconsiderando, portanto, a complexidade estrutural que pode surgir nas corporações policiais advindas de contextos políticos, sociais e históricos específicos, além as assimilações e influências políticas absorvidas por ser membros por atores para além do Estado, uma perspectiva semelhante a que tem Heloísa Fernandes. Na prática, a perspectiva teórica do controle social exposta por Reiner (2004) e Bayley (2001), é percebida na “miscelânea de tarefas” que competem às instituições policiais modernas, que vão desde o controle do trânsito até o combate ao terrorismo, perpassando, evidentemente, o controle do crime e da criminalidade (REINER, 2004).

No Brasil, a concepção da Força Pública e da Guarda Civil seguiu na linha de corporações necessárias ao controle social. Exerciam desde suas fundações o papel do braço coercitivo do Estado. Entretanto, a emergência de grupos de esquerda e à esquerda, sobretudo vinculados com o pensamento anarquista e comunista, fez com que aumentasse a preocupação do Estado brasileiro em controlar o comportamento social e político da população. A partir os anos 1920, a preocupação com a profissionalização e modernização das forças policiais, deu lugar a uma necessidade de treiná-las para o combate às ideologias do campo da esquerda, notadamente, o comunismo e os comunistas, mas também anarquistas, em grande medida.

Já em 1922, o Estado passou a demonstrar a preocupação com a criação e estruturação de um setor especialmente voltado para o controle político. Nesse ano, foi criado no Rio de Janeiro o Corpo de Investigações e Segurança Pública, que se concentrava em questões relacionadas a “vigilâncias especiais”. Ainda nos anos 1920, a polícia carioca institucionalizou

a 4ª Delegacia Auxiliar, que entre as atribuições estavam o controle da “ordem política social, associações operárias, anarquistas, político especial, cadastro operário, comunista e expulsões.”⁸ Em Minas Gerais, o controle do comportamento político passou, a partir de 1922, a ser tarefa do Gabinete de Investigações e Capturas, setor da polícia Civil mineira especialmente designado para controlar os movimentos trabalhistas e os adeptos do anarquismo e comunismo. Essa institucionalização de uma estratégia de perseguição e vigilância do Estado por meio de suas instituições policiais é o início da consolidação da Polícia Política (XAVIER, 1996; MOTTA, 2002; ASSUNÇÃO, 2006).

Em São Paulo, a Força Pública já possuía desde 1918 uma unidade informal que se encarregava de reprimir manifestações de trabalhadores e investigar “agitadores”. Nessa época a Guarda Civil ainda não havia sido criada e a Força Pública acumulava funções de policiamento ostensivo com inspeção e repressão social. Em 1924, com a criação do Departamento Estadual de Ordem Política e Social, a polícia paulista passou a compor uma unidade de inteligência com foco na repressão aos movimentos de esquerda. A Polícia Política paulista começou a se constituir a partir do final dos anos 1920 e se consolidou com o governo Vargas, mas foi só no final dos anos 1940 que, com o material publicado e utilizado na formação de novos quadros das polícias, que São Paulo passou a contar com uma unidade de inteligência voltada especificamente para o combate, repressão e vigilância de grupos de esquerda, principalmente comunistas ou simpatizantes.

Porém, retomando Quartim de Moraes, na citação em epígrafe, é importante diferenciar o conceito de Esquerda Militar com o de “esquerda armada” para compreendermos as possibilidades e limites da ação política desse grupo. Nesse sentido, e dentro do arcabouço da ação política da esquerda militar, podemos destacar o Antimil, o Setor Militar Comunista, fundado em 1929 e vinculado ao Partido Comunista do Brasil (PCB)⁹. Nesse ano, os comunistas brasileiros foram orientados a criar o Antimil – ou Setor Militar –, um comitê formado por militantes com objetivo de realizar propaganda política junto às Forças Armadas e às polícias militares (CUNHA, 2012, p. 60; CUNHA, 2014, p. 134). A organização foi a primeira iniciativa de intervenção organizada e à esquerda nas Força Armadas e operava, por designação da

⁸ Criada através do Decreto nº 15.848 de 20 de novembro de 1922.

⁹ Desde sua fundação em 1922 até 1961, o Partido Comunista do Brasil tinha como sigla PCB, sendo que, em 1962, com a cisão, passaram a existir o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B). Dado que o componente militar majoritariamente seguiu Prestes após cisão, utilizaremos a denominação PCB, para melhor compreensão dos atores políticos destacados, seguindo a utilização adotada por CUNHA, 2012, p. 59.

Internacional Comunista, de forma ilegal e clandestina¹⁰. A opção pela ilegalidade refletia a preocupação dos comunistas com uma eclosão revolucionária. Durante os anos 1930, o Setor Militar atuou junto às Forças Armadas e às corporações policiais com bastante intensidade, sobretudo a partir de 1935 (SANTOS, 1948, p. 134). Atuação que continuou nas décadas seguintes.

Por essa razão, valorizaremos a perspectiva conceitual da Esquerda Militar para balizar este trabalho e a utilização desse modelo teórico metodológico como recurso para analisar o objeto dessa pesquisa, as corporações policiais paulistas entre 1946 e 1964, a destacar, a Força Pública e a Guarda Civil. Esta perspectiva se justifica na medida em que as duas corporações – sobretudo a Força Pública – se constituíram historicamente enquanto forças auxiliares do exército e corporações muito mais militares, no sentido de assumir os elementos estruturantes das Forças Armadas (hierarquia e disciplina) do que propriamente policiais (atuação ostensiva e preventiva). Ademais, constitucionalmente, as polícias militares são uma força militar de reserva¹¹.

O objetivo dessa dissertação é resgatar a ação política da Esquerda Policial em São Paulo a partir de um panorama histórico e político sobre as duas corporações que são objeto deste trabalho: a Força Pública (FP) e a Guarda Civil (GC). A primeira, gênese do que conhecemos como Polícia Militar, foi criada em 1831 como resposta da Regência as sedições e insurreições no período, além de responder a um desejo das elites regionais por autonomia militar. A segunda, concebida pelo estado de São Paulo quase 100 anos depois da criação da coirmã, em 1926, e projetada para auxiliar a Força Pública e responder as demandas da população por mais policiamento num contexto de aumento das taxas de criminalidade impulsionado pelo aumento da população nas cidades e pela adesão de membros da FP ao movimento tenentista. Enquanto a Força Pública possuía uma estrutura militar espelhada no modelo francês, com princípios cunhados na hierarquia e obediência, a Guarda Civil possuía uma estrutura semelhante a polícia metropolitana londrina, sendo, portanto, uma instituição civil.

A perspectiva de interpretação sobre as policias que predomina na literatura desconsidera, em certa medida, a heterogeneidade que a corporação paulista possuía. Ao tratar

¹⁰ Pelo fato de atuar na ilegalidade, há poucas menções e referências documentais e bibliográficas sobre a organização. Sabe-se, no entanto, que o Antimil teve atuação importante junto às Forças Armadas e às polícias paulistas até 1964. Após esse período, continuou operando até 1992, quando é oficialmente dissolvida. Uma síntese sobre as referências bibliográficas e documentais a respeito da organização pode ser vista em CUNHA, 2014, p. 133-193 e CUNHA, 2012.

¹¹ Constituição Federal, capítulo III, artigo 144, inciso 6º: As polícias militares e corpos de bombeiros militares constituem-se como forças auxiliares e reserva do Exército, e subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

a Força Pública como agente repressivo do Estado, abre-se a possibilidade de reduzir a polícia apenas para dentro do Estado, desconsiderando-se a possibilidade de que seus integrantes atuem de forma diferente a destinação da corporação, e possam ser disputados por outros grupos políticos para além do governo do Estado. E era exatamente o que ocorria com a corporação, principalmente a partir dos anos 1920. Pelo menos desde o tenentismo, a audiência dos membros das corporações paulistas era disputada entre o governo do Estado e grupos políticos alinhados mais à esquerda, como era o caso do PCB. A disputa por influência e espaço entre os membros da Força Pública e da Guarda Civil era observada não apenas pela liderança e prestígio do Major Miguel Costa. Há indícios de que as ideias comunistas circulavam pelas mãos dos policiais militares e da Guarda Civil nos anos 1930 através de jornais clandestinos e destinados a difundir o pensamento e o programa do PCB¹².

Todavia, o caráter inovador da utilização do conceito da Esquerda Militar na apreensão das corporações policiais não visa refutar as já consagradas leituras cristalizadas no campo das ciências sociais. Objetiva-se construir e ampliar a percepção que se faz das polícias e fornecer melhores ferramentas para uma análise mais precisa e que leve em consideração a ação política protagonizada por esses grupos historicamente. Pretende-se, nesse sentido, demonstrar empiricamente que existiu uma atuação política de grupos de policiais que difere da destinação e finalidade das corporações. Não obstante, as leituras e interpretações das referências mencionadas, como Paulo Sérgio Pinheiro, Sérgio Adorno e Heloísa Fernandes, servem também como baliza para adentrarmos no tema das instituições policiais.

Para execução da elaboração desta dissertação, além da revisão bibliográfica indispensável para a construção e apreensão do objeto, o recurso metodológico da história oral foi feito, a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com policiais da Força Pública e da Guarda Civil que atuaram na ativa nos quadros da corporação entre 1949 e 1964. As entrevistas foram realizadas com o tenente coronel Vicente Sylvestre¹³, que à época atuava como guarda

¹² Tanto sob uma perspectiva althusseriana, como é o caso de Heloísa Fernandes (1974) Dalmo de Abreu Dallari (1977), que enxergam a Força Pública como aparelho repressivo do Estado, ou Paulo Sérgio Pinheiro (1983; 2001) e Sérgio Adorno (2002) que enxergam as polícias sob uma ótica de executoras do monopólio legítimo da violência, de matriz weberiana, as leituras não sugerem uma interpretação das corporações como categoria autônoma e heterogênea, o que dificulta a perspectiva de lê-las sob o prisma da ação política.

¹³ Vicente Sylvestre ingressou na Guarda Civil em 1948. Com a fusão da corporação com a Força Pública, em 1970, as duas formaram a Polícia Militar. A partir daí, percorreu todos os postos de carreira da corporação, chegando ao posto de tenente coronel ao se aposentar.

civil; e com o capitão Pedro Lobo de Oliveira¹⁴, que era policial da Força Pública no período destacado¹⁵.

Ademais, foram realizadas consultas em arquivos e documentos históricos, com objetivo de encontrar possíveis menções e compatibilidades com os relatos dos entrevistados e as referências bibliográficas, no que diz respeito a atuação política das polícias paulistas no período democrático; e investigações às células do PCB infiltradas nas corporações. As consultas foram realizadas nas pastas do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), que se encontram no acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, parte em versão digitalizada e disponível no sítio digital da instituição e parte ainda não digitalizada e disponível apenas para acesso e consulta na sede da instituição, na capital paulista. Nos arquivos e documentos cedidos pelo Grupo de Pesquisa “Democracia, Militares e a Esquerda Militar”, foram analisados inquéritos abertos de membros das corporações suspeitos de integrar ou simpatizar com o PCB. No Acervo Histórico da Assembleia Legislativa, foram analisados os decretos de lei relacionados às corporações policiais paulistas do período democrático. No Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo, foram pesquisados os manuais de polícia e os relatórios encomendados pelo governo estadual. Por fim, no acervo digital e disponível para consulta dos jornais Folha da Manhã e Folha de São Paulo, foram consultados os periódicos que circularam em datas importantes dos acontecimentos abordados neste trabalho a fim de obter maior substrato factual para análise.

A dissertação é dividida em duas partes e em quatro capítulos. Na primeira parte deste trabalho, abordaremos as duas corporações que são objeto deste trabalho, a Força Pública e a Guarda Civil, em perspectiva política e histórica, introduzindo os elementos de formação, o contexto histórico e as disputas que cercavam a relação entre as polícias e o Estado. No primeiro capítulo, apresentaremos a Força Pública e a Guarda Civil no contexto que motivou a criação das duas corporações. Destaca-se a relação entre a necessidade de autonomia do Estado de São Paulo frente ao governo central na concepção da Força Pública e a perspectiva de repressão e coibição das mobilizações sociais na criação da Guarda Civil. Devido a ausência de um modelo de instituição policial a ser seguido, o Exército Brasileiro foi o modelo utilizado para a formação das tropas das corporações, principalmente no caso da Força Pública. Essa relação entre as Forças Armadas e as corporações policiais é complexa e contraditória, pois ao mesmo tempo

¹⁴ Pedro Lobo de Oliveira ingressou na Força Pública em 1955. Por conta de seu exílio, não conseguiu percorrer os degraus da carreira da Polícia Militar, se aposentando como capitão ao retornar com a anistia em 1979.

¹⁵ As patentes dos entrevistados foram concedidas com a anistia, em 1979, e respeitaram a unificação das duas corporações que ocorreu por decreto presidencial em 1970, tornando-os policiais da reserva da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

que representa um problema na visão das elites paulistas, na medida em que se tratam de instituições com finalidades distintas e o Exército tem uma identificação maior com o governo central; também é um ponto de partida para o início de mobilizações e organização política nas corporações, uma vez que o Exército Brasileiro era uma das raras instituições com caráter nacional e possibilidades reais de articulação política, o que também reverbera nas polícias, como observa-se nos anos 1920, como o Tenentismo. A partir daí, é possível observar as primeiras pistas de uma Esquerda Policial. A principal preocupação do governo estadual não era o controle do crime ou a prevenção de delitos criminosos, mas sim a manutenção da hegemonia paulista, a garantia da autonomia do Estado de São Paulo e a repressão aos movimentos sociais. Esse paradoxo de corporações com destinação policial, mas uma concepção militar, repressiva e belicosa, é parte das características de fundação da Força Pública e da Guarda Civil.

No segundo capítulo, apresentou-se pistas mais ainda tangíveis da mobilização e articulação da Esquerda Policial paulista a partir da Era Vargas. A figura do General Miguel Costa é emblemática nesse momento, já que era um policial da Força Pública que possuía muito prestígio, tanto entre os oficiais como entre as praças. Apesar das suas posições, Miguel Costa chegou ao posto máximo da segurança pública do Estado como Secretário da pasta. Nos anos 1930 e início dos anos 1940, a prisão e aposentadorias compulsórias de lideranças das corporações e constante vigilância por parte dos órgãos de repressão do Estado varguista, mitigou a possibilidade de maior articulação. Ademais, os conflitos e disputas entre as corporações, que disputavam o prestígio e valorização maior de seus vencimentos, também contribuíram para uma relação de difícil mobilização. A saída encontrada pelos policiais foi a construção e organização de centros sociais, entidades de representação de classes que serviram como palco de discussões e articulação política já no início dos anos 1940. Tais clubes e associações eram objeto de disputa das forças políticas do Estado, que se expressam na figura de Jânio Quadros e Adhemar de Barros, além do próprio PCB, que, mesmo nos momentos de ilegalidade, buscou construir junto aos policiais uma relação que viabilizasse a organização política da categoria.

Na segunda parte, analisaremos a atuação política dos policiais nos episódios marcantes do período democrático. A mobilização dos policiais na campanha pelo petróleo, na greve de 1961 e na campanha pela posse dos sargentos eleitos, são exemplos de ação política que nos permite apreender a Esquerda Policial enquanto um grupo político. No terceiro capítulo, demonstraremos como o aparato repressivo do Estado serviu para conceber uma polícia política orientada no anticomunismo. O papel de policiais e investigadores, como o caso de Luiz

Apollonio, foi importante na construção de uma rede de vigilância feita por policiais e direcionada aos próprios policiais, com objetivo de coibir a presença de células comunistas nas corporações.

No quarto e último capítulo, apresentou-se a Esquerda Policial enquanto um grupo já politicamente maduro, articulado e afinado com os movimentos sociais. Os episódios mais importantes em que se observou a atuação do grupo, foram a greve de 1961 e a campanha pela eleição dos sargentos eleitos. Nesses episódios, fica claro que havia uma parcela de policiais dentro das corporações que se organizava de maneira direta com militantes do PCB para construção de pautas comuns. Apesar dos esforços da polícia política, os registros mais densos a respeito dessa articulação só foram sistematizados em relatórios e inquéritos a partir de 1971 e, portanto, mesmo as fontes primárias sobre outros episódios são bastante difusas. Porém, mesmo com as limitações, foi possível observar e evidenciar a atuação política desse grupo de policiais no período delimitado.

PARTE I

CAPÍTULO 1

FORÇA PÚBLICA E GUARDA CIVIL: POLÍTICA E HISTÓRIA

O que conhecemos como as atuais polícias militares foram criadas num quadro de tensões políticas do Segundo Reinado¹⁶. Após a abdicação de D. Pedro I, que ocorreu em abril de 1831, instaurou-se no país um governo regencial¹⁷. Com a eclosão de revoltas, insurreições e sedições, havia uma carência de forças que pudessem manter a ordem. Criou-se, em agosto de 1831¹⁸, a Guarda Nacional¹⁹, que tinha como missão “defender a constituição, a liberdade, a independência e a integridade do império, para manter obediência às leis, conservar, ou restabelecer, a ordem e a tranquilidade pública, e auxiliar o exército de linha na defesa das fronteiras e costas” (CARVALHO, 2011, p. 13 apud CASTRO, 1979, p.40). A Guarda Nacional é a origem da Força Pública.

No contexto da sua criação, a Guarda Nacional possuía três funções: a defesa interna, a defesa territorial e a manutenção da ordem pública. Nelson Werneck Sodré destaca, todavia, que a criação da Guarda Nacional atendia aos interesses das classes dominantes que tentavam continuar com as rédeas e manter seu *status* frente aos conflitos que eclodiam pelo país

¹⁶ Foi só em 1808, com a vinda da família real portuguesa que o Brasil passou a contar com algum sistema policial. A criação da Intendência Geral de polícia – ainda em 1808 – e da Guarda Real de Polícia – em 1809 –, são os primeiros registros de iniciativas de organização policial no país. Entretanto, a “ideia de polícia”, já existia no Brasil no século XVIII. Os modelos e estruturas das formas de policiamento, bem como a constituição e consolidação das corporações federais e regionais para este fim foram se aprimorando no país ao longo dos séculos XIX e XX (BRETAS, ROSEMBERG, 2013).

¹⁷ O Período Regencial compreende o hiato entre a abdicação de D. Pedro I, que ocorreu em 7 de abril de 1831; e a declaração da maioria de D. Pedro II, que ocorreu em julho de 1840. Durante esse período, o Brasil foi governado por tutores legais de D. Pedro II.

¹⁸ É difícil traçar essa linha na história. Isso porque o objeto dessa discussão, a Força Pública paulista, passou por diversas mudanças até a sua extinção, em 1969. Durante o império, não houve alterações estruturais substanciais na corporação. As denominações, todavia, se alteraram diversas vezes. A mesma instituição, já assumiu os seguintes nomes: Corpo Policial Permanente (1890), Corpo Militar de Polícia (1891), Força Militar de Polícia do Estado (1891), Força Policial (1892), Brigada Policial (1897), Força Pública (1901 até 1969). Durante o império, a centralização das forças policiais e das forças de segurança ocorria de forma bastante aguda. As corporações provinciais se confundiam, aos olhos da população e vezes até das próprias corporações, com o próprio exército, sobretudo quando eram convocadas a reprimir manifestações e revoltas, tarefa comum às forças armadas no período imperial (ROSEMBERG, 2008)

¹⁹ Nelson Werneck Sodré (2010, p. 146-149) destaca que a criação da Guarda Nacional foi interpretada pelo exército como uma “afrota” e “humilhação”, já que a criação de uma corporação com funções semelhantes às da armada, passava aos militares a impressão de que eles não tinham condições de cumprir suas funções. Embora muitos quadros do comando da recém-criada Guarda Nacional fossem oriundos do exército, a inquietação era clara.

Criando a Guarda Nacional, em 1831, a classe dominante dos senhores de terras e de escravos ou de servos, numa fase em que travava intensa luta para manter-se no controle do aparelho do Estado, estava forjando o instrumento militar de que necessitava, e empreendendo a neutralização das forças armadas regulares, que seriam relegadas a segundo plano, as de terra, particularmente (SODRÉ, 2010, p. 150).

Durante a segunda metade do século XIX, a corporação passou por diversas modificações. O modelo gendármico francês²⁰, que é militarizado, foi privilegiado pela província paulista. Nesse modelo, atuação policial ocorre após o delito criminoso ter sido cometido, o que é característica fundamental do policiamento rural, reduzido a um baixo número de efetivo para uma grande área de cobertura. Nesse contexto, o policiamento preventivo, que visa antecipar e evitar as ocorrências através da presença ostensiva e regular de policiais uniformizados, por meio de rondas, ficava prejudicado (ROSEMBERG, 2008, p. 46). Ou seja, em sua origem, a corporação tinha menos a função de combate ao crime e a criminalidade e mais de servir como uma milícia para sustentar militarmente autonomia política das elites paulistas²¹ (DALLARI, 1977, p. 29-34)

Em outras palavras, o ponto central que impulsionou (e justificou) a criação de corporações policiais paulistas já na segunda metade do século XIX foi o anseio por uma maior autonomia das elites locais frente ao governo central²². O objetivo era fazer frente às forças

²⁰ A *gendarmarie imperiale* é um modelo de força policial militar e centralizada, adotada pela França de Napoleão Bonaparte. Esse modelo de polícia, operava como uma guarda pretoriana, utilizada pelo Estado para reprimir insurreições e sedições. Tornou-se instrumento importante de manutenção do *status quo* durante o século XIX, na França imperial (ROSEMBERG, 2008, p. 38-41).

²¹ O termo “milícia” se refere a grupos militares ou paramilitares. No caso do termo empregado neste trabalho, a referência são os textos de Dalmo de Abreu Dallari (1977) e Heloísa Fernandes (1974) que utilizam o termo para descrever a Força Pública Paulista. Ademais, o termo é empregado pela imprensa paulista para se referir a corporação até 1970, quando a Força Pública passou a compor a Polícia Militar do Estado de São Paulo. A utilização do termo, do ponto de vista teórico, se vale da possibilidade de interpretação da corporação como “grupo militar de reserva do Exército” e um “grupo militar, treinado e vinculado à grupos políticos” (FERNANDES, 1974, p. 89). Contemporaneamente, o termo milícia adquiriu contornos distintos dos adotados pelos autores supracitados, sendo um termo utilizados também em referência à grupos criminosos organizados (SOARES, 2019). Entretanto, não adentraremos na discussão do termo, tampouco na polêmica da sua conceituação. A utilização aqui replica a interpretação utilizada pelos autores que fazem a leitura da corporação como um braço armado da política do Estado de São Paulo.

²² A discussão conceitual sobre as elites é vasta e complexa. Não se pretende aqui esvaziar ou cristalizar o termo e o conceito. Entretanto, cabe uma nota explicativa sobre a perspectiva da utilização deste conceito doravante. MICHELS (1982), WRIGHT MILLS (1982) e MOSCA (1992) forneceram importantes hipóteses para o desenvolvimento teórico do conceito. Wright Mills (1982, p.12) afirma que a elite “é composta por homens cuja posição social lhes permite tomar decisões de grandes consequências” e que “compõem um grupo político unificado, social e politicamente”. Mosca (1992, p. 106) sugere que “os governantes, que conduziram as sociedades e seriam chamados classe política ou classe dirigente, e os governados, que seriam conduzidos e chamados de massa. Assim, a classe política seria uma minoria organizada que monopolizaria os recursos de poder e os utilizaria em benefício próprio, além de exercer todas as funções políticas e utilizar seu controle para influenciar decisões políticas, enquanto a massa seria constituída por indivíduos dominados, que não dispunham da posse dos meios de governo e se constituiriam em uma maioria desorganizada”. Nessa perspectiva, as elites seriam o grupo político que constituiriam o monopólio das tomadas de decisões, seja pela sua influência social ou econômica. Nesse aspecto, adotaremos essa premissa para se referir ao grupo político no poder do governo paulista durante o período analisado. O termo “elites” ou “elites paulistas” se referem, portanto, ao grupo político que

imperiais e ter um contingente mais próximo caso fosse necessário agir no controle de alguma insurreição, seja de escravos ou de liberais. Porém, mesmo com objetivo de fazer frente ao império, o vislumbre da manutenção do *status quo* local era a meta e a justificativa para manutenção de efetivos policiais militarizados na província. Tal configuração se mostrou útil até meados de 1890²³, no contexto da proclamação da República. As recentes levas de imigrantes recém-chegados, aliado a uma formação germinal do que viria a ser uma população urbana, impulsionou São Paulo para uma nova remodelação em seu modelo de policiamento para atender as recentes demandas das mudanças no contexto político e social.

O processo de Independência do Brasil, que ocorreu em 1822, foi uma alternativa encontrada pela monarquia para continuar com seu poder e influência, rompendo com a metrópole, mas mantendo um arranjo de forças políticas internas favoráveis à manutenção do *status quo* das elites regionais e da aristocracia imperial. O mesmo se pode dizer do processo de configuração da República no Brasil. Liderado pelos militares do alto escalão, sobretudo do exército, a Proclamação da República foi o evento que oficializou o rompimento das elites regionais com o imperador, mas ainda se preservaram as posições de influência política das elites regionais, sobretudo as elites paulistas. Tal como na Independência, a população teve pouca participação no desenrolar dos eventos que antecederam o 15 de novembro de 1889. A população assistia, portanto, bestializada – para utilizar uma expressão consagrada na literatura por Aristides Lobo e recuperada por José Murilo de Carvalho ao analisar o período – a passeata dos militares pelas ruas da capital da agora República, Rio de Janeiro (CARVALHO, 2015, p. 9-14).

Em meio a toda essa efervescência política²⁴, os recentes acontecimentos produziam mudanças na dinâmica social da população do Estado de São Paulo, o que reverberava na configuração e atuação da força policial, que precisaria lidar agora com uma nova realidade: o

exercia as tomadas de decisões, seja os fazendeiros de café até o início do século XX, seja a burguesia industrial, a partir dos anos 1930.

²³ O empenho da província com esse novo modelo de policiamento pode ser observado com o crescimento no número de efetivo, que passou de apenas 60 homens em 1875 para 230 em 1889. De forma absoluta, esses números podem parecer pouco, entretanto, é importante destacar que a cidade de São Paulo – lócus da Companhia Urbana – possuía uma população aproximada em 40 mil habitantes em meados de 1880. Proporcionalmente esse número tinha um impacto maior, portanto.

²⁴ O Brasil sofreu grandes transformações a partir da segunda metade do Século XIX que culminaram com a Proclamação da República (Lei de Terras, abolição da escravatura, imigração europeia, Guerra do Paraguai, questão militar, etc.), porém essas mudanças não alteraram fundamentalmente a composição da classe dominante, sequer de sua fração hegemônica: a burguesia agrária, notadamente a cafeicultora. Isso exigiu uma rearticulação das instituições mantenedoras da ordem. Durante os governos militares que sucederam a proclamação da república, as inquietações políticas eram constantes e o ambiente de tensão foi a marca dos primeiros anos sem um imperador, com Deodoro da Fonseca (1889-1891) e Floriano Peixoto (1891-1894), em que o país flertava com uma guerra civil (CARONE, 1974; JANOTTI, 1986; QUEIRÓZ, 1986; FERNANDES, 1974).

estatuto social da escravidão havia recém-desmoronado, o fluxo de imigrantes se acerbava, a economia cafeeira ocupava as “terras ignotas” e a população aumentava exponencialmente. Era vital para que a ordem nas ruas do agora estado de São Paulo vigorasse que a força policial conseguisse trabalhar com essas variantes complexas, pois ela funcionava como “ponta de lança” da administração do estado na lida com a população, transformada, por canetada recente, em cidadãos²⁵ (ROSEMBERG, 2012, p. 334).

A polícia, a Força Pública paulista, passava a desempenhar um papel ainda mais complexo: de um lado, precisava lidar com as questões do cotidiano policial, como rondas, prisões, perseguições, queixas, etc.; e, de outro, funcionar como uma espécie de “resguardo local” as possíveis tentativas de contragolpes ou revoltas, fosse por conta de monarquistas alinhados à coroa ou da própria população, que no contexto do fim da escravidão e com a chegada imigrantes ao país, podiam vir a tornar-se uma dor de cabeça às elites paulistas. Assim, a preocupação do governo paulista era muito mais com uma possível instabilidade política do que com a segurança cotidiana da população, por assim dizer. Nesse contexto e na ausência de um projeto de polícia, a marca da estrutura da força policial paulista nos anos iniciais da República foi o improvisado. Novas fileiras foram incorporadas sem que tivessem sido tomadas avaliações ou treinamentos necessários. A tônica e o discurso nesse momento era o da militarização e a Força Pública paulista começava a ganhar os primeiros contornos de “pequeno exército” que marcaria sua estrutura até meados de 1960²⁶ (DALLARI, 1977; ANDRADE E CÂMARA, 1982).

A preocupação com as possíveis revoltas, seja por parte de monarquistas ou de trabalhadores, se mostraram descabidas, como assinala Dalmo Dallari. O movimento monarquista estava praticamente neutralizado e as organizações de trabalhadores só viriam a se organizar melhor na cidade de São Paulo no início do século XX. Independentemente da possibilidade ou não de ameaça, a Força Pública começava a se fortalecer e a se militarizar. Segundo números dos decretos de lei da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que se encontram no Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP), 3933 homens estavam à disposição do presidente do estado em 1892 (DALLARI, 1977, p. 90). Com todos os contornos

²⁵ A noção de cidadania adotada por André Rosemberg é semelhante a construída por José Murilo de Carvalho (2016, p. 98). Segundo o autor, a “cidadania se constrói no país quando os direitos políticos e sociais coexistem”.

²⁶ O termo militarização é ambíguo. Pode significar uma sobreposição bélica ou uma preparação para guerra. Soares (2019, p. 32-33) destaca que a militarização se relaciona com a “vinculação da polícia com as Forças Armadas”, num sentido de “confundirem suas destinações e funções sociais”. Dessa forma, podemos compreender o termo militarização como um conjunto de esforços políticos que tornam a instituição policial numa corporação treinada e moldada dentro de uma perspectiva de guerra e afinada com o contingente do Exército, seja pelo belicismo, seja pela hierarquia e disciplina.

de pequeno exército que a Força Pública já tomava, era importante que, quem estivesse à frente do governo do estado contasse com a lealdade²⁷ da corporação, sobretudo no contexto de instabilidade que o país se encontrava. Essa necessidade é melhor compreendida nos eventos que ocorreram no mandato de Floriano Peixoto.

Com a constituição de 1891, promulgada ainda no governo Deodoro da Fonseca, a tão almejada autonomia dos estados em relação ao governo federal foi alcançada. A nova constituição teve forte inspiração no modelo norte americano e consolidava na carta magna o modelo da República Federativa, nos moldes liberais, embora a primeira constituição republicana tenha configurado o país como Estados Unidos do Brasil, a exemplo do país do norte do continente. Essa autonomia dos estados, buscada desde a independência, pode ser melhor compreendida nas palavras do historiador Boris Fausto, que assinala que

a chave da autonomia dos Estados – designação dada às antigas províncias – estava no artigo 65, § 2º da Constituição. Aí se dizia caber aos Estados poderes e direitos que não lhes fossem negados por dispositivos do texto constitucional. Desse modo, os Estados ficaram implicitamente autorizados a exercer atribuições diversas, como as de contrair empréstimos no exterior e organizar forças militares próprias: as forças públicas estaduais (FAUSTO, 2012, p. 214-215).

A autonomia foi particularmente importante para o estado de São Paulo, que poderia agora contrair empréstimos junto a credores internacionais para financiar, sobretudo, a produção cafeeira. Não demorou muito para que São Paulo se valesse dessa conquista para investir mais em suas forças militares, no caso, na Força Pública, como já observamos. Esse é um dado importante, uma vez que é decisivo no apoio dado pelos paulistas ao governo Floriano Peixoto durante o período turbulento em que este esteve à frente da União. Parte dessa turbulência ocorreu, em grande medida, por conta da Revolução Federalista, em que o estado do Rio Grande do Sul, um dos mais instáveis da União desde a Revolução Farroupilha (1835-1845), irrompeu em um sangrento conflito, resultado de disputas entre as elites locais e que reverberou pelo país (FAUSTO, 2012, p. 220-222; CAMPOS, 1913, p. 98).

O ponto central do conflito era o modelo federalista adotado pelo país com a nova constituição. O argumento utilizado pelos revolucionários era de que esse modelo concentraria muito poder nas mãos do Executivo, o que reorganizaria um modelo que teria supostamente se rompido com o fim do império. O conflito ameaçava, por tanto, a estabilidade do governo republicano, nas mãos de Floriano Peixoto. E foi aí que o apoio dos paulistas foi decisivo, uma vez que as tropas do governo federal tiveram o apoio financeiro de São Paulo, além, é claro, do

²⁷ Construir a lealdade política das forças policiais e militares é uma das maiores ambições por parte de governos constituídos, mesmo sob regimes democráticos; mas, sobretudo em períodos de instabilidade, filiar os titulares do “monopólio da violência legítima” em guarda pretoriana é uma garantia de manutenção do *status quo*. No início da República, a fidelidade policial consistia, sem dúvida, em capital a ser conquistado pela facção dominante.

apoio dos homens da Força Pública. Tal fato, é melhor descrito por Rosemberg, quando afirma que

a ebulição política no Sul, com a chamada Revolução Federalista, somada à tentativa de *putch* por Custódio de Mello, na Revolta da Armada, exigiu de São Paulo *vis-à-vis* ao governo federal uma posição mais decisiva. Não obstante as desconfianças de alguns contemporâneos em relação às intenções paulistas, a memorialística faz questão de chancelar o alinhamento peremptório do governo de Bernardino de Campos ao lado de Floriano Peixoto. Essa posição estaria simbolizada pela Lei 120, de 15 de março de 1893, em que o Congresso Estadual votou uma moção de auxílio financeiro e militar ao governo federal. [...] a força policial de São Paulo passou, até meados de 1894, por um processo de mobilização e organização que teve por objetivo contraditar, no plano bélico e militar, as investidas de Custódio de Mello, em primeiro lugar, e, mais tarde, os avanços federalistas que ameaçavam invadir o estado paulista pelo norte do Paraná. É nesse episódio singular de sua trajetória, inclusive, que a força policial paulista parece cumprir plenamente uma vocação para a qual discursos futuros –alinhavados tanto pela memória hagiográfica institucional como, em parte, por uma historiografia específica – destinaram sua razão de ser, qual seja, a de se tornar um corpo militar em essência e natureza. De fato, no período que se seguiu à declaração da Revolta da Armada (setembro de 1893) até agosto de 1894, quando regressou do Paraná, a força policial de São Paulo foi mobilizada para a defesa do território paulista contra as ameaças de ocupação, pelos “inimigos da legalidade”, dos portos estratégicos do litoral paulista, particularmente Santos, São Sebastião, Ubatuba, Cananeia, além de guarnecer a fronteira em terra com o Paraná (Itararé). Com isso, toda a organização do policiamento no estado teve que ser alterada em função do chamamento das tropas, com influência direta, não apenas nas funções que passaram a ser cumpridas –, estritamente militares –, como também no *ethos* que regia a vida institucional. Pode-se dizer, portanto, que nesse intervalo de quase um ano, a força policial de São Paulo atuou como força militar por excelência, abrindo mão quase completamente de suas tarefas rotineiras, e confirmando, ainda que brevemente, o lugar ideal que deveria ocupar – de acordo com as expectativas dos administradores – na ordem republicana. (ROSEMBERG, 2012, p. 339).

Em 1895, o efetivo da Força Pública contava com aproximadamente 5177 homens, um crescimento importante em relação ao início no envolvimento direto do estado no conflito com os federalistas. A posição de pequeno exército da corporação paulista ficava cada vez mais evidente com a mobilização de suas tropas para o combate ao “inimigo externo” no sul do país. A atuação em questões do cotidiano da segurança urbana nas cidades, sobretudo na capital, ficava cada vez mais distante, o que agravava as pressões para que o governo estadual ampliasse ainda mais o efetivo. Ou seja, por um lado, São Paulo ampliava suas tropas para auxiliar o governo federal a lidar com os conflitos que marcaram os primeiros anos da república e, por outro lado, também precisava aumentar o número de tropas para atender a demanda doméstica por segurança nas ruas da capital.

O protagonismo alcançado por São Paulo – que a essa altura já era responsável pela maior parte da produção do principal produto de exportação do país, o café – não tardou a produzir seus efeitos. Com o desgaste de Floriano Peixoto e o importante papel das elites paulistas no combate aos movimentos insurrecionais, a sucessão da presidência ficou com o

paulista Prudente de Moraes, do Partido Republicano Paulista (PRP)²⁸, que assume o cargo num mandato que se inicia em novembro de 1894 e termina em novembro de 1898. Era o início da hegemonia do Estado de São Paulo no governo federal. Porém, embora o movimento federalista estivesse praticamente neutralizado, outros conflitos eclodiam no país. O principal destaque é para a Guerra de Canudos (1896-1897), que ocorreu no interior da Bahia e que, com os três fracassos anteriores de tropas federais em conterem a situação, em uma quarta e derradeira investida, o governo federal mobilizou cerca de 8 mil homens, contando com o apoio de parte considerável da milícia²⁹ paulista, que não hesitou em enviar seus homens, o que demonstrava, mais uma vez, a força da corporação de São Paulo (FAUSTO, 2012, p. 221; DALLARI, 1977, p. 40-41). O militarismo presente na Força Pública estava cada vez mais latente.

1.1. A CONSOLIDAÇÃO DA FORÇA PÚBLICA COMO UM PEQUENO EXÉRCITO

Organizada nos moldes militares, tendo no Exército nacional um modelo a ser seguido, a Força Pública adotou esse modelo, no entanto, muito mais como uma forma de assimilar ideais civilizatórios, do que construir uma ordenação bélica ou marcial³⁰. Não tinha, portanto, funções de policiamento ostensivo. Foi concebida como uma espécie de “exército estadual”.

²⁸ O Partido Republicano Paulista foi fundado em 1873 e dissolvido em 1937. Desde sua fundação, constituiu-se no principal partido político republicano do Brasil. Foi o partido predominante do Estado de São Paulo, tendo eleito todos os presidentes do Estado até 1930. Ganhou protagonismo nacional com a presença dos paulistas no governo federal.

²⁹ O termo “milícia” é utilizado por Dalmo de Abreu Dallari (1977) e Heloísa Fernandes (1974) para se referir a Força Pública paulista, sobretudo no contexto da Primeira República.

³⁰ Essa questão é explorada por André Rosemberg (2011, p. 4), quando afirma que “Organizada nos moldes militares, tendo no Exército nacional um modelo e um espelho (os regulamentos imitavam o homólogo do Exército, as patentes eram equivalentes e grande parte do oficialato provinha daquela corporação), pode-se dizer que o militarismo da força pública de São Paulo durante o Império representou a adoção de ideais civilizatórios, muito mais do que uma inclinação bélica ou marcial. Até porque as limitações funcionais, organizacionais e econômicas afastavam a instituição dos ideais imaginados. De saída, entraves basilares atravancavam a formação de uma polícia de excelência: do armamento obsoleto aos quartéis em ruína, passando pelo treinamento e instrução inexistentes (fossem praças ou oficiais) e pelo processo de seleção afrouxado. Até mesmo o discurso institucional mais reservado, trocado em correspondência interna, menoscabava a força pública, que não inspirava confiança. A “aculturação” de oficiais e praças aos princípios fundantes do militarismo nunca se completou. Ao contrário, o *esprit-de-corps* era urdido a partir de alianças ambivalentes. Uma ética ou uma “cultura policial-militar” passou ao largo da força pública paulista durante o Império. O almejado senso de pertencimento fazia-se e desfazia-se ao sabor das contingências e dos imperativos imediatos da tropa, arregimentada, em sua base, do mesmo filão populacional sobre o qual a clava civilizatória devia recair. Ao contrário do que houve na Europa, a base da soldadesca não provinha de uma “respectable working class” (Polícia Metropolitana de Londres) ou de veteranos das Forças Armadas (gendarmérie). Em sua maioria, era formada de brasileiros, pardos, pretos ou morenos, analfabetos, sem ocupação prévia, solteiros e sem qualquer traço físico - altura e robustez - que os distinguisse da média populacional”.

Todavia, como abordado por André Rosenberg (2012), a militarização inicial do então Corpo Policial Permanente tinha fins civilizatórios, uma vez que na primeira metade do século XIX, a dificuldade de se estruturar uma corporação policial em São Paulo era grande, já que não havia nenhum exemplo mais próximo a se observar. Espelhou-se, portanto, no modelo de organização do exército³¹.

É nesse contexto que também se observa um maior recrudescimento do militarismo na Força Pública, já que, como advertem Boris Fausto (2012, p. 227), Heloísa Fernandes (1974, p. 155) e Raymundo Faoro (2001, p. 660-665), os conflitos nos anos iniciais da República geraram uma ameaça velada de possível intervenção do governo federal por meio do Exército. Era necessário, portanto, se preparar e estar atento às possibilidades de interferência no poder das oligarquias estaduais. E é sob essas premissas e para atender a esses propósitos que São Paulo investe e reforça sua principal corporação policial, transformando-a em um pequeno exército já no fim do século XIX.

Na virada para o século XX, estima-se que a população da cidade de São Paulo ultrapassasse os 200 mil habitantes³², um número consideravelmente maior do que os 40 mil de meados de 1880. Esse crescimento decorria principalmente do fato de que São Paulo já se consolidava como o maior polo econômico do país³³. Como já se observava, a Força Pública havia sendo constantemente mobilizada para apoiar a União contra sedições e conflitos potencialmente separatistas. A sua constituição enquanto corporação militarizada já era marcante. Nesse sentido, a corporação enfrentou dificuldades para lidar com a nova dinâmica que São Paulo ganhava. Além dos problemas corriqueiros de criminalidade, que aumentavam na medida em que a população também aumentava, a corporação foi utilizada para lidar com

³¹ Não obstante, na segunda metade do século XIX, coexistiram na então província outros modelos de policiamento descentralizados do governo central do Estado e mais atentos às demandas de policiamento locais. Instituídas no município, as polícias locais se afiguravam instrumento de controle de fazendeiros e políticos locais, verdadeiras milícias privadas, aliciadas na base do clientelismo, do favor e da patronagem. Remuneradas, armadas e fardadas pelo erário, elas eram prontamente cooptadas por interesses particulares. Essas organizações tiveram existência intermitente durante o período imperial, sendo extintas e ressuscitadas à mercê dos arranjos políticos (FERNANDES, 1974).

³² Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponíveis em Synopse do Recenseamento, de 31 de dezembro de 1900. Rio de Janeiro, 1905.

³³ Como já destacado, à época o principal produto de exportação do país já era o café. A chegada de imigrantes oriundos de países europeus e asiáticos aumentava de acordo com a demanda (nacional e internacional) pelo produto, sendo a principal mão de obra utilizada na virada do século. Isso implicou na necessidade do desenvolvimento de indústria para atender as necessidades da lavoura de café e de seus trabalhadores (PRADO JUNIOR, 2011; FURTADO, 2007). Produtos como sacos, roupas e sapatos começavam a movimentar a ainda germinal indústria do Estado que operava também com mão de obra de imigrantes, o que trazia uma nova dinâmica para a vida na cidade de São Paulo. Além disso, a expansão da Companhia Paulista de Estradas de Ferro para atender ao mercado do café e auxiliar o escoamento da produção do interior, também impulsionou a indústria. Essas são observações importantes, porque retratam o cenário de mudanças que São Paulo atravessava, o que implicava diretamente na atuação da Força Pública.

um novo problema: as greves. Os movimentos de trabalhadores, tanto na construção das ferrovias no interior do Estado quanto nas novas indústrias da capital, passaram a se organizar e reivindicar maiores salários e melhores condições de trabalho. Como não havia precedentes, o governo do Estado encarava esses problemas como encarava os movimentos insurrecionais.

Após a saída de Prudente de Moraes da presidência em 1898, o também paulista Campos Sales³⁴ assume o cargo, ficando até 1902 quando outro paulista, Rodrigues Alves³⁵, o ocupa até 1906. Essas duas administrações ficaram marcadas pelo processo de reorganização de forças políticas que possibilitou a coesão da República em meio aos conflitos que eclodiam pelo país, que ficou conhecida como Política dos Governadores. Esse reordenamento, iniciado por Campos Sales, consistia num acordo em que fossem reduzidas as disputas políticas no âmbito dos Estados, prestigiando grupos mais fortes. O objetivo era chegar a um acordo entre a União e os Estados e que colocasse fim às hostilidades mútuas entre as esferas da administração e entre os poderes da República – Executivo e Legislativo. Isso seria possível com a “domesticação” dos deputados que seriam eleitos. Por meio desse acordo, portanto, o governo federal sustentaria o apoio aos grupos dominantes dos Estados que, em troca, apoiariam a política do presidente da República (FAORO, 2001, p. 677-678; LEAL, 2012, 58-60; FAUSTO, 2012, p. 222-223).

Nesse cenário, a maneira como a administração paulista conduzia e administrava seus interesses tinha o respaldo do governo federal, haja visto que os nomes que ocuparam o cargo da presidência no início do século XX eram paulistas. Nesse sentido, havendo um problema que necessitasse ser resolvido, que, nesse caso, eram as greves de trabalhadores, a solução encontrada por São Paulo era a da repressão massiva com o objetivo de neutralizar qualquer possibilidade de conflito. Tal fato fica evidente quando observamos o episódio da greve que ocorreu em 1905, quando trabalhadores da Companhia Paulista de Estradas de Ferro se manifestaram por melhores condições de trabalho. As manifestações ocorreram no interior, mas foi na capital que os grevistas promoveram as maiores passeatas pelas ruas da cidade. Rapidamente a Força Pública foi acionada pelo governo para reprimir a manifestação. A violência utilizada pelo Estado foi desproporcional: a cavalaria da corporação dispersou as passeatas, prendeu manifestantes e deixou vários feridos (DALLARI, 1977, p. 41). Nesse

³⁴ Campos Sales também exerceu o cargo de presidente do Estado de São Paulo entre maio de 1896 e outubro de 1897.

³⁵ Rodrigues Alves ocupou o cargo de presidência do Estado de São Paulo em três ocasiões, entre novembro de 1887 e abril de 1888 (quando ainda era província); entre maio de 1900 e fevereiro de 1902; e entre maio de 1912 e abril de 1916.

episódio, São Paulo mobilizou todo o efetivo da Força Pública como força repressiva³⁶ para conter as manifestações grevistas. As repressões às manifestações e movimentos grevistas, promovidas pelo governo do Estado de São Paulo através de seu “pequeno exército”, marcaram os anos iniciais do século XX e a inclinação ao militarismo da Força Pública se ampliava cada vez mais.

A Força Pública paulista vive, portanto, um período de ouro em sua estruturação e organização (FERNANDES, 1974, p. 134-135). Com a rearticulação de forças políticas construídas no fim do Império, início da República e o pacto da política dos governadores, além das modificações na estrutura econômica e social do país e, obviamente, de São Paulo, era necessário que fossem rearticuladas também as forças repressivas e as forças policiais. Esse processo é descrito pela socióloga Heloisa Rodrigues Fernandes, quando ela aponta esse período com sendo o “áureo” da corporação paulista:

Inaugura-se assim o que se convencionou chamar de período áureo da Força Pública, período marcado por uma militarização controlada pelo poder civil e colocada a seu serviço. Suscita-se agora o ideal do “soldado profissional”, imbuído de respeito e obediência aos interesses políticos dos cafeicultores – uma das facetas da política dos governadores (FERNANDES, 1974, p. 135).

Esse período áureo apontado pela autora, se traduz nos volumosos investimentos feitos pelos governos paulistas em sua prestigiada corporação. É difícil precisar, no entanto, o volume desses investimentos. Porém, de acordo com os arquivos de documentos das dotações orçamentárias do Estado no período³⁷, estima-se que São Paulo dispendia, entre 1897 e 1905, aproximadamente 20% de sua despesa orçamentária anual com a Força Pública. Esse investimento era destinado para compra de armas e equipamentos, aperfeiçoamento de pessoal e estruturas físicas para corporação. A Força Pública era, portanto, prioridade para o governo paulista. Heloisa Rodrigues Fernandes destaca que esse militarismo – investimentos em armamentos, ampliação do efetivo – não era o único resultado dessa priorização feita por São Paulo, argumentando que

este privilegiamento não se traduz apenas na militarização da Força Pública (ampliação constante dos efetivos, compra de aperfeiçoados armamentos estrangeiros). Ocorre também uma racionalização dos serviços policiais militares, marcada pela profissionalização de seus agentes (profissionalização que tem início com a contratação da Missão Francesa para instruir a Força Pública). Por outro lado, passa a haver maior preocupação com a estabilidade dos efetivos através do oferecimento de salários mais

³⁶ O termo “força repressiva” foi originalmente utilizado por Heloísa Fernandes em *Polícia e Política* (1974), obra na qual analisa, a partir do viés sociológico, a história da criação e profissionalização da Força Pública do Estado de São Paulo, justificando tal utilização em razão dos conceitos de Louis Althusser de Aparelhos Repressivos e Ideológicos de Estado (*Aparelhos Ideológicos de Estado*, publicado originalmente em 1971), posto estarem inseridas, as polícias militares brasileiras, enquanto aparelhos repressivos do Estado.

³⁷ Os arquivos e dados estão disponíveis no Arquivo Público do Estado de São Paulo, e podem ser consultados no sítio digital da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/leis>.

compensadores a oficiais e praças, além de certas garantias econômico-sociais como assistência hospitalar, casas populares, direito a férias remuneradas e aposentadoria (FERNANDES, 1974, p. 141).

Como ressaltado por Heloísa Fernandes, São Paulo a esta altura já gozava de grande protagonismo no cenário político nacional, haja visto que o Partido Republicano Paulista (PRP) havia emplacado dois presidentes. Os paulistas caminhavam no sentido de consolidar sua posição hegemônica e procurava se afastar dos laços com o Exército, cujo apoio foi fundamental para a instauração da República, quando estiveram à frente da União por um mandato. Esse rompimento tinha uma natureza política-estratégica, uma vez que o modelo de organização e estruturação da Força Pública era inspirado no Exército brasileiro, como já observamos. Era importante, na avaliação das oligarquias paulistas, que se rompessem com esses laços ideológicos na corporação que a essa altura, já era um instrumento de força e influência fundamental para São Paulo (SODRÉ, 2010; FAUSTO, 2012; FERNANDES, 1974; ALMEIDA, 2015).

Esses laços ideológicos dizem respeito aos elementos de organização assimilados pela corporação ao longo de quase 70 anos. O modelo de organicidade, atuação, técnicas de combate e até identificação corporativa da Força Pública para com o Exército eram características que preocupavam as elites cafeeiras paulistas e que serviram como ponto de partida para que o São Paulo contratasse uma missão estrangeira de instrução militar, cujo objetivo era político, no sentido de afastar a corporação do exército brasileiro, mas também técnico, uma vez que os paulistas também esperavam que houvesse uma maior profissionalização³⁸ da sua corporação.

Essa relação conturbada que começava a se desenrolar entre as oligarquias paulistas e o Exército brasileiro e que já tinha precedentes desde o governo de Floriano Peixoto é abordada por Nelson Werneck Sodré³⁹, quando ele afirma que

o outro caminho, ainda mais perigoso, que o latifúndio trilharia para liquidar o exército, foi o fortalecimento das Polícias Militares estaduais, verdadeiros exércitos regionais, diretamente subordinados às oligarquias. Enquanto se debilitava a organização do Exército, robusteciam-se aquelas organizações estaduais, ricamente dotadas de meios, fortemente concentradas, de obediência imediata aos poderes locais, que as traziam de

³⁸ A busca pela profissionalização da Força Pública em São Paulo é desejo antigo dos paulistas, que desde a primeira década do século XX já tinham essa meta. A preocupação das elites paulistas com a assimilação operacional da corporação e o contato com o Exército traduzia a busca por autonomia econômica do Estado. Como assinala Castro (2002), o Exército era uma das únicas instituições que possuíam um “caráter nacional”. Nesse sentido, a proximidade entre a Força Pública e o Exército não era bem vista pelas elites paulistas.

³⁹ Sodré entendia que as oligarquias estaduais buscavam um afastamento do florianismo, movimento de apoio ao marechal Floriano Peixoto e, conseqüentemente, ao exército brasileiro e ao seu papel na política nacional. Todavia, com sua morte, em 1895, o movimento perdeu força e já não possuía sua principal referência. Embora as oligarquias já identificassem ali um temor de que os militares pudessem conturbar o cenário político, no início do século XX a principal preocupação as elites agrárias paulistas eram com a possibilidade de alinhamento da milícia estadual com o exército, uma vez que, como já abordado, as duas forças possuíam afinidades históricas e organizacionais.

rédea curta. [...]. Uma delas chegou a possuir artilharia e aviação, tendo recebido, antes do Exército, missão militar francesa de instrução (SODRÉ, 1968, p. 240).

A avaliação de Sodré corrobora com a análise de Fernandes (1974, p. 56), que aponta que a militarização da Força Pública era uma resposta à participação do Exército no cenário político nacional, afirmando que a visão dos paulistas era a de que “ao soldado com baioneta responde-se com um soldado com baioneta”. Esse processo de militarização da Força Pública paulista se consolidaria com a Missão Francesa, que viria à São Paulo no início do século XX.

1.2. A MISSÃO FRANCESA E A PROFISSIONALIZAÇÃO DA FORÇA PÚBLICA

Em maio de 1904, Jorge Tibiriçá assume o cargo de presidente do Estado de São Paulo, cadeira que ocupou até maio de 1908. Desde que assumiu, o representante da oligarquia paulista manifestava o desejo de reorganizar a Força Pública, trazendo ares de modernidade e profissionalização. A melhor alternativa para alcançar esse objetivo era a contratação de uma missão militar europeia, que orientasse o reaparelhamento da corporação. Quando apresentada a proposta ao governo federal, o então ministro do exterior, Barão do Rio Branco, sugeriu que fosse feita a tentativa para obter os serviços de um oficial alemão. No entanto, por ter relações com a França – uma vez que sua mãe era francesa, já havia morado e estudado na França –, Jorge Tibiriçá sugeriu que a opção fosse por um oficial francês. A preferência do paulista prevaleceu (CARVALHO, 2011, 19-20; DALLARI, 1977, p. 42-43).

Desse modo, em março de 1906, a Missão Francesa de Instrução Militar, que era composta pelo seu comandante, o coronel Paul Balagny⁴⁰, o capitão Raoul Negrel e o tenente André Honeix de La Brousse, chegava à São Paulo para iniciar o trabalho de remodelação da corporação paulista. A chegada dos franceses repercutiu na imprensa paulista. O Correio Paulistano⁴¹ noticiava, em sua edição do dia 23 de março de 1906⁴² os primeiros compromissos dos oficiais:

Os officiaes franceses instructores da Força Policial, sr. Commandante Paul Balagny, capitão Rauol Negrel e tenente André de La Brousse, foram hontem á 1 hora da tarde levados à secretaria da Justiça pelo Sr. Lechévre de Teuille, vice-consultor da França, e

⁴⁰ O coronel Paul Balagny é descrito no manual da Força Pública, de 1949, como um “brilhante oficial condecorado que foi responsável pela reestruturação da Força Pública”. A avaliação faz jus a descrição que Dalmo Dallari (1977) faz do coronel, quando afirma que ele era “academicamente brilhante”. Euclides Andrade e Hely da Câmara (1982) também asseguram essa perspectiva.

⁴¹ Fundado em 1854, o Correio Paulistano consistia na imprensa oficial do Estado de São Paulo. O jornal era vinculado ao Partido Republicano Paulista e, portanto, era a voz do governo do Estado.

⁴² Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-paulistano/>.

alli apresentados pelo sr. coronel Argemiro Sampaio, commandante geral ao sr. dr. Washington Luiz. O Sr. secretario da Justiça, por sua vez, acompanhou-ois a Palacio onde os recebeu o sr. capitão Joaquim Coutinho, que os introduziu na sala de recepções. Apresentados pelo sr. dr. Washington Luiz, os instructores francezes entretiveram ligeira palestra com o sr. dr. Jorge Tibiriça, presidente do Estado, retirando-se em seguida com destino á residência do sr. tenente Georges Plantade, onde se acham hospedados (Jornal Correio Paulistano, 23 de março de 1906, p.1).

Outros órgãos da imprensa, como O Comércio de São Paulo e O Estado de São Paulo, noticiavam de forma mais tímida ou em tom crítico a chegada dos franceses. O Comércio de São Paulo, por exemplo, criticava, em sua edição do dia 25 de março, os altos valores gastos pelo governo com a empreitada. As críticas não partiam apenas da imprensa. Havia um descontentamento por parte do Exército, por se sentirem “afrontados” e “desprestigiados” pelos paulistas, o que era expresso na imprensa carioca, que afirmava que São Paulo seria “a Prússia brasileira” e conquistaria sua hegemonia ao custo dos seus soldados⁴³s (ROSEMBERG, 2008, p. 40-41, 110-112). Era claro que São Paulo pretendia fazer de seu pequeno exército um instrumento para consolidar sua posição de influência na federação, como já vinha fazendo desde os anos iniciais da república.

O início do trabalho dos militares franceses foi conturbado nos primeiros meses. A despeito do relatório apresentado ao Secretário de Justiça do Estado de São Paulo ainda em março pelo comandante Balagny, em que ele mapeava a corporação e apresentava seu plano de trabalho, fazendo sugestões para aquisições imediatas de armas e equipamentos, em junho do mesmo ano o assassinato do capitão Raoul Negrel⁴⁴ foi um revés para a missão, que continuou apesar do infortúnio.

O principal objetivo da Missão Francesa era político. A Força Pública, na perspectiva das oligarquias paulistas, precisava se desvencilhar da influência ideológica do Exército em sua principal corporação policial, mas também precisava sepultar de vez qualquer possibilidade de ameaça a sua autonomia. A decisão de modernizar a Força Pública tinha como propósito uma demonstração de forças e, para isso, não bastava apenas investir em equipamentos e ampliação do efetivo da força Pública, era necessário que se investisse em aperfeiçoamento técnico de seu efetivo e, nesse sentido, a vinda dos oficiais franceses buscava atender a esses anseios. O treinamento da Força Pública paulista, ministrado pelos oficiais franceses, com a utilização de métodos utilizados por um dos exércitos mais bem preparados da época, já começava a

⁴³ A referência aqui se relaciona com o fato de que o processo de unificação alemã ocorreu sob a batuta do Reino da Prússia, economicamente consolidado e melhor constituído militarmente em relação aos outros reinos germânicos.

⁴⁴ O assassinato do capitão foi noticiado na edição do dia 16 de junho de 1906 pelo Correio Paulistano. A causa do assassinato não foi divulgada pelos jornais.

demonstrar os primeiros resultados, quando em 15 de novembro de 1906, no aniversário da proclamação da República, a corporação fez uma exibição em que

Participaram: o 1º Batalhão de Infantaria, com 700 homens e 4 metralhadoras; o Corpo de Cavalaria, com 200 homens; uma Companhia do Corpo de Bombeiros, com 400 homens; e um pelotão de graduados dos 2º, 3º e 4º Batalhões e da Guarda Cívica. A infantaria desfilou em primeiro lugar, impressionando pela coordenação dos movimentos e pela disciplina. Em seguida, pôs-se em movimento o Corpo de Cavalaria, desfilando a trote, em colunas de secção, até acerca da pista (DALLARI, 1977, p. 44-45).

Na nova metodologia dos oficiais franceses, os desfiles e paradas deveriam refletir e representar a disciplina da corporação. Para isso, era importante a coordenação e objetividade dos gestos e movimentos. Essa era a mesma metodologia empregada pelo exército francês, que tinha como característica a racionalização dos movimentos em uma prática controlada cientificamente⁴⁵ (GÓIS JUNIOR, 2016, p. 1027). Entretanto, os exercícios e paradas militares executados pela corporação tinham como maior objetivo a demonstração de forças. Eram, portanto, apenas o elemento que refletia toda a transformação interna pela qual a Força Pública passava.

Os primeiros passos rumo a almejada profissionalização da corporação foram dados com a criação de cursos para formação de recrutas, um passo importante, visto que até então, os recrutas recebiam apenas o treinamento de manejo de armas e as orientações sobre hierarquia. A esse ponto, o coronel Balagny também percebeu a necessidade de que o preparo intelectual dos oficiais da corporação melhorasse, criando em 1910 os cursos de Instrução Geral e Literário e Científico, os quais culminaram com a criação do Curso Especial Militar (CEM) em 1913, numa estrutura denominada Corpo Escola (ALMEIDA, 2015, p. 130). Ali, desenvolveram-se primeiros cursos que buscavam a profissionalização do efetivo da Força Pública de então, cursos para inferiores tais como o Curso Geral ou o Curso Literário e Científico, que visavam dotar o militar de conhecimentos gerais e formação escolar básica, aumentando o nível cultural e intelectual também dos praças e soldados. Em 1914, o Curso Especial Militar passa a se chamar Curso de Formação de Oficiais, destinado a formação do oficialato da corporação. O Curso de Formação de Oficiais é o embrião da Academia de Polícia Militar do Barro Branco⁴⁶, instituição que hoje forma os oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

⁴⁵ A referência ao termo científico se deve ao fato de que o autor menciona os mais recentes avanços científicos da época em termo de postura, movimentos corporais e exercícios físicos.

⁴⁶ Após várias transformações nos currículos e nos cursos de formação de oficiais, em 1970, com a fusão das duas maiores corporações policiais da época – a Força Pública e a Guarda Civil –, a Academia de Polícia Militar do Barro Branco torna-se a instituição destinada à formação do oficial de nível superior para a corporação policial paulista. Não obstante, adota o vermelho, o azul e o branco como cores oficiais – em alusão a bandeira francesa –

A estrutura dos cursos era inédita, mesmo para os padrões do exército brasileiro, e trazia algumas inovações importantes, como afixação de idade de ingresso limitada em 25 anos; autorização de acesso ao oficialato para inferiores, cabos e soldados; previsão de 2 anos de duração; possibilidade de acesso ao 1º ano às praças com nível escolar adequado e ao 2º ano para inferiores que possuíssem o Curso Geral. (ALMEIDA, 2009). Às praças matriculadas nesse curso eram ensinadas disciplinas puramente militares, literárias e científicas, imprescindíveis à formação do oficial daquela força militar regional. O curso, ainda, dividia-se em partes teórica, prática e física (que se subdividia em educação física, ginástica e esgrima), oferecendo-se posteriormente o ensino da língua francesa, inclusive.

Os cursos de formação, tanto de recrutas, praças e soldados, quanto dos oficiais, são o ápice do processo de profissionalização da corporação, iniciado ainda no final do século XIX, e com marco da Missão Francesa. A profissionalização garante que a Força Pública, a época, em 1914, com aproximadamente 8 mil homens, venha a tornar-se um verdadeiro exército regional, com soldados patrulhando as fronteiras e maior capilaridade no interior do Estado. Os avanços superaram as expectativas e surpreendiam, inclusive, a própria oligarquia paulista, que, nas palavras do então presidente do Estado, Rodrigues Alves (1912-1916), estariam “maravilhadas com o trabalho dos oficiais franceses e com os avanços obtidos pela força paulista”; e continuava dizendo que “São Paulo não tem mais o que temer”.⁴⁷

De fato, o trabalho dos oficiais franceses agradava o governo do estado. Quando fora contratada, a Missão Francesa tinha um contrato com estadia prevista de dois anos em terras brasileiras. Acabou permanecendo em São Paulo, entretanto, até 21 de março de 1914, quando, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, o coronel Balagny e seus auxiliares foram convocados a regressar à França. Nesses oito anos, o progresso da corporação saltava aos olhos. A força passou de um conjunto de homens despreparados para um “exército que serviria de modelo às forças armadas da América do Sul” (ALMEIDA, 2015, p. 135). Essa não era a visão apenas dos oficiais franceses, mas também da oligarquia paulista, que começava a ver o fantasma da ameaça de intervenção cada vez mais distante.

Por outro lado, o grande salto qualitativo da corporação não agradou os outros estados e muito menos a União. O temor de que São Paulo fosse uma “Prússia brasileira”⁴⁸ crescia a

e pauta como missão “Promover com excelência as atividades de ensino aos integrantes da Polícia Militar que se preparam para o exercício do Oficialato, tendo por referência a ciência pedagógica, a técnica policial e as relações humanas”.

⁴⁷ Jornal Correio Paulistano, 8 de setembro de 1915, p. 1. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-paulistano/090972>.

⁴⁸ A referência, como já apontado, era feita em jornais cariocas, mineiros e gaúchos. A comparação era motivada pelo histórico do reino báltico, que obteve protagonismo no processo de unificação alemã, valendo-se de sua

cada desfile, a cada exercício e a cada demonstração de força que São Paulo fazia por meio de sua milícia. No entanto, por mais que a utilização política que os paulistas faziam de sua corporação policial fosse lida como uma afronta ou como uma ameaça, esse uso político não tinha como objetivo a construção de uma identidade regional que constituísse uma soberania paralela. O objetivo era demonstrar sua plena capacidade de garantir, mesmo que por meio da força, sua autonomia e assegurar sua imunidade às ameaças interventivas (DALLARI, 1977, p. 48-56).

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, chegava ao fim a bem-sucedida Missão Francesa de Instrução Militar. O legado deixado pelos oficiais franceses foi o de estruturar toda a corporação paulista. A formação de cursos, especialização dos oficiais, treinamento dos recrutas e elevação intelectual da instituição são algumas das marcas que foram deixadas na Força Pública. A reverência e reconhecimento ao trabalho do coronel Balagny é facilmente vista na corporação atualmente. O principal campus da Academia da Polícia Militar do Barro Branco, recebeu o nome de “campus Paul Balagny”. Além dessa homenagem, em 2006, em comemoração ao centenário da Missão Francesa, a diretoria de ensino e cultura da Polícia Militar do Estado de São Paulo criou a medalha “Paul Balagny”, condecoração entregue a personalidades civis e militares, ou instituições, que tenham se destacado por relevante contribuição às ciências, letras, artes e cultura, resultando em benefício da Polícia Militar do Estado de São Paulo⁴⁹.

1.3. O MOVIMENTO TENENTISTA E SUA REVERBERAÇÃO NAS CORPORações PAULISTAS

A Primeira República (1889-1930) caracterizou-se por uma aglutinação de forças das elites regionais em torno do protagonismo político e econômico das elites paulistas. Inicialmente, esse arranjo manteve o a correlação de forças e sustentou o governo central e o Estado brasileiro. Ao longo dos anos, o Estado tornou-se expressão e representante de interesses das elites paulistas e o corpo administrativo do aparelho estatal passou a atuar para restringir o poder das elites locais, produzindo fissuras no modelo coronelista assumido no início do século.

superioridade militar e econômica para exercer influência frente aos outros estados. O temor era que São Paulo que já tinha a economia mais forte da União – por conta da sua grande produção de café – e agora se consolidava como uma força militar regional, impusesse sua influência e fizesse valer sua superioridade pela força.

⁴⁹ Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo: Decreto de lei número 50.713, de 10 de abril de 2006.

Sob a égide dos paulistas, o Estado brasileiro nesse momento se definia como articulador de uma pretensa integração nacional, preocupado com a garantia da estabilidade social e econômica necessárias para assegurar o país como proeminente no cenário agroexportador internacional (LEAL, 2012, p. 90-95; FAUSTO, 2012, p. 234-236).

O descontentamento com o modelo político crescia entre as elites regionais e aumentava também entre a população, no campo e nas cidades. Os movimentos sociais eclodiam, mas eram fortemente reprimidos, a exemplo de Canudos. Os movimentos eram esparsos e raramente despertavam a atenção e a preocupação das elites. Esse quadro foi quebrado entre 1917 e 1920, quando um ciclo de greves de grandes proporções eclodiu nas principais cidades do país. As raízes desse ciclo grevista estavam no alto preço de produtos alimentícios, consequência da Primeira Guerra Mundial, que gerou especulações nos produtos do gênero; e da onda revolucionária, aberta com a revolução de fevereiro de 1917, seguida da revolução de outubro ocorrida na Rússia, no mesmo ano (FAUSTO, 2012, p. 254-258).

Em junho de 1917, décadas antes da consolidação das leis trabalhistas que seria promulgada no governo Getúlio Vargas, cerca de 400 trabalhadoras e trabalhadores⁵⁰ de uma fábrica têxtil na região da Mooca paralisaram suas atividades em protesto por melhores salários e redução da jornada de trabalho. Em poucos dias, a notícia da greve em São Paulo se espalhava pelo país e em poucas semanas, trabalhadores do Rio de Janeiro e de Porto Alegre também aderiram àquela que é considerada pelos historiadores como a primeira greve geral brasileira (BATALHA, 2000, p. 37-45). Em menos de um mês, a cidade de São Paulo estava paralisada pela greve que, a essa altura, contava com a participação de trabalhadoras e trabalhadores de outras indústrias que também aderiram aos protestos⁵¹. O movimento ganhava as primeiras páginas dos jornais e começava a preocupar a elite dirigente.

O contexto das mobilizações dos trabalhadores brasileiros em 1917 era importante, já que a ausência de direitos trabalhistas fazia com que a classe operária se desdobrasse em jornadas de doze horas, com larga utilização de trabalho feminino e infantil, inclusive nos períodos noturnos. O acesso à moradia era precário, os alugueis consumiam boa parte dos salários, a organização coletiva se dava em associações de apoio mútuo e incipientes uniões e ligas operárias autônomas e dispersas. Nelas, fazia-se sentir a presença dominante dos

⁵⁰ A maioria eram de mulheres. Além das motivações por melhores salários e redução da jornada de trabalho, as trabalhadoras também protestavam contra o assédio que sofriam parte de seus supervisores nas fábricas (BATALHA, 2000).

⁵¹ A experiência grevista já era comum na Europa desde a primeira metade do século XIX. Imigrantes que chegaram ao Brasil vindos do velho continente, carregavam essa experiência e contagiaram os trabalhadores da ainda incipiente indústria brasileira com o pensamento da época. Orientados, sobretudo, pelo anarquismo e pelo socialismo marxista, os imigrantes contribuíram para que o movimento de 1917 tivesse êxito.

anarquistas, cuja ação sindical é chamada por José Luiz Del Roio de sindicalismo revolucionário, também conhecido como anarcossindicalismo, que privilegiava a luta direta contra o patronato, as sabotagens e o conflito aberto, com o objetivo de criar uma greve geral insurrecional contra a classe burguesa e seu Estado (Del Roio, 2017, p. 89). Os operários e publicistas anarquistas, com sua imprensa ativa e sua militância, eram alvo da repressão da Força Pública, de demissões e de deportações. Esse cenário marca o início mobilizações trabalhistas mais organizadas.

São Paulo à época era presidida por Altino Arantes (1916-1920), que prontamente ordenou que a Força Pública reprimisse os protestos. Ocorreram uma série de embates entre os grevistas e a polícia, que culminaram em dezenas de feridos. Em um desses confrontos, o sapateiro espanhol José Martinez, de 21 anos, foi morto com um tiro no estômago. Sua morte deu um fôlego maior ao movimento grevista, que se espalhou pelo interior de Estado e trabalhadores de cidades como Santos, Piracicaba, Campinas, Sorocaba e Ribeirão Preto aderiram à greve. Para retomar o controle da situação, o então presidente do Estado intensificou a repressão ao movimento, enviando um contingente cada vez maior da cavalaria da Força Pública para reprimir as manifestações. Nas fileiras da cavalaria da corporação, estava o então capitão Miguel Costa⁵². A experiência na repressão aos grevistas, impactaria a vida política do militar. Durante o processo de greve, Miguel Costa foi responsável, inclusive, por auxiliar nas negociações com os manifestantes (DALLARI, 1977, p. 51-52; ABREU, 2001). Mais tarde, nos anos 1920, o capitão viria a destacar-se como importante líder do movimento Tenentista.

Porém, as elites políticas, na ânsia de manter o poder sobre o Estado, mantiveram-se inflexíveis às modificações que vinham acontecendo no país. Optou-se por reprimir e marginalizar os movimentos sociais grevistas e todos os movimentos de forças produtivas, progressistas ou não, que se opunham ao modelo político vigente. Dessa forma, se dificultava o surgimento de forças políticas capazes de reverter o cenário, já que a tônica do Estado era combater com mãos de ferro qualquer movimento grevista:

[...] A única alternativa proposta pelo Estado era a repressão pura e simples. As camadas médias, por seu turno, não conseguiam ver refletida na estrutura política a sua importância ascendente na vida social do país. Do outro lado, o Exército – única instituição pública efetivamente nacional – começava a sofrer perturbações em função das demandas políticas da baixa oficialidade. Finalmente, a camada mais numerosa, isto é, a população pobre dos campos, continuava dispersa e praticamente sem nenhuma expressão política como classe organizada em torno de interesses específicos. A sociedade brasileira do começo da década de 1920 já era complexa demais para ser abarcada pelo liberalismo autoritário da República Oligárquica. (MENDONÇA;

⁵² Miguel Crispim da Costa Rodrigues nasceu em Buenos Aires, em 1885. Sua família veio para o Brasil quando era ainda criança, estabelecendo-se em Piracicaba e, anos mais tarde, em São Paulo. Ainda na Primeira República, ingressou na Força Pública como soldado.

PIRES, 2015, p. 218).

Do ponto de vista dos militares, desde a saída de Floriano Peixoto, as Forças Armadas, sobretudo o exército, passaram a sentir-se desprestigiados. O governo de São Paulo se esforçava para romper os laços simbólicos e institucionais de sua milícia com o exército brasileiro, e o sucesso dessa empreitada motivava os outros estados a rumarem no mesmo caminho. Nelson Werneck Sodré (2010) destaca que esse arranjo servia para assentar as relações de poder entre as oligarquias, que viam no exército brasileiro uma relativa ameaça à organização política que se configurou na Primeira República. O envolvimento dos militares brasileiros com a política era, como já destacado, significativo, como podemos observar na presença de chefes militares no parlamento e vinculados a partidos políticos organizados. E é por conta dessa presença que as “forças do latifúndio”⁵³ se empenharam em combater o “militarismo”, ou seja, afastar os militares, pois consideravam que sua intromissão na política era “um mal terrível”, como sugere Sodré:

Para as forças do latifúndio, o período e, que os elementos militares permaneceram no poder, e particularmente o período florianista, foi de revezes e de ameaças. Tais elementos defendiam posições liberais, estavam no honesto e firma propósito de realizar reformas no país, defendiam os interesses populares, enfrentavam com vigor as ameaças externas, tinham especial sensibilidade para o que era nacional. As forças políticas que representavam o latifúndio e algumas daquelas em que já se refletia a influência da burguesia ascensional, mas que temiam o alcance do reformismo militar, tudo fizeram para alijar do palco essa componente insólita, que ameaçava a tranquilidade da exploração secular e enfrentava com destemor soluções novas [...]. (SODRÉ, 2010, p. 227).

O historiador continua com sua explanação, afirmando que o espírito nacional, progressista e reformista do exército era um ameaça aos interesses das elites agrícolas:

[...] Tratava-se de combater o “militarismo”: os militares deviam voltar aos seus lugares, nas casernas, sua intromissão na política era um mal terrível. Esqueciam-se que, antes, não era de forma alguma estranho que os chefes militares fossem parlamentares e pertencessem a partidos políticos organizados. Agora, o princípio de distanciamento entre o militar e a política era defendido como da essência do regime e necessário à própria estabilidade das instituições. As organizações partidárias evoluíram para a constituição do partido único, o Partido Republicano, que recebia, em cada Estado, o complemento do nome local. Mas preliminarmente, era necessário, afastar o florianismo, o militarismo. E este, entretanto, era algo que ultrapassava já os limites militares. Logo se verificou essa verdade (SODRÉ, p. 228-229).

A avaliação de Sodré corrobora com a avaliação feita por Mathias e Guzzi (2010), que apontam para uma desconfiança dos civis em relação aos militares no período:

Com efeito, não foi apenas a favor da autonomia das Forças Armadas que os legisladores atuaram. Talvez por conta da desconfiança dos civis em relação aos militares – que pelas circunstâncias do nascimento da República no Brasil não poderia ser diretamente explicitada – a Lei calou a respeito da organização de milícias regionais

⁵³ As “forças do latifúndio” são uma referência às oligarquias agrícolas brasileiras que se consolidaram no poder, até a década de 1930 (Sodré, 2010, p. 177-178).

e não dissolveu a Guarda Nacional, o que ocorreu apenas nos anos de 1920. Podem-se responsabilizar essas forças militarizadas pelo, ainda que frágil, equilíbrio federativo. Fica claro o descompasso entre tais forças e o Exército: por exemplo, a Força Pública Paulista foi treinada por uma missão francesa logo depois da Primeira Guerra Mundial, enquanto o Exército, força nacional, só teve o mesmo privilégio dez anos depois. (MATHIAS, GUZZI, 2010, p. 44).

Os autores discorrem a respeito da constituição de 1891, que, paradoxalmente legislou sobre as Forças Armadas, tornando a instituição militar mais autônoma, embora submetida ao Estado, porém, manteve a estrutura das corporações militares regionais, o que, como já observado, representava uma afronta aos militares, pois sinalizava a eles que não seriam utilizados em caso de necessidade externa, e os colocava em uma posição desconfortável em relação a emergência de uma força militarizada regional, que poderia ser utilizada em contraponto em caso de insubmissão da armada nacional. Tudo isso serviu para colocar de lado o Exército do cenário político nacional, o que demonstrava o desgaste nas relações com as elites. Esse cenário começa a mudar a partir do início do século XX, especialmente a partir da eleição do Marechal Hermes da Fonseca para presidência da República (1910-1914).

Entre 1911 e 1912 ocorreram as chamadas “salvações”, nome dado à participação de militares nas intervenções federais nos estados concentradas nas sucessões governamentais, com o objetivo de renovar a política brasileira dominada por setores oligárquicos (CARONE, 1985). As ações salvacionistas foram implementadas em sua maioria por oficiais do Exército, seja por meio do confronto político direto, ao se apresentarem como candidatos oficiais, seja por meio indireto, ao apoiarem um candidato de oposição ao setor oligárquico dominante. A coincidência da eleição de Hermes da Fonseca com início das salvações sugeria um envolvimento direto do catete com as intervenções militares, como assinala Edgard Carone (1985).

Devido ao embate entre as oligarquias e as Forças Armadas, no início da década de 1920, havia profundo descontentamento de parte dos militares, especialmente daqueles de baixa patente, como cabos, soldados e tenentes e a política rapidamente envolveu parte da caserna, principalmente os oficiais do exército formados pela Escola Militar, cuja formação era uma das raras formas de ascensão social para as classes médias urbanas e também para as camadas populares. As condições sociais, políticas, institucionais e econômicas a qual o governo oligárquico submetia as Forças Armadas eram o principal motivo de descontentamento dos militares (CUNHA, 2014, p. 85). Enquanto São Paulo recrudescia sua corporação militar e afastava da influência do exército, diversas manifestações militares eclodiram pelo país em oposição ao governo oligárquico. Entre elas, a Revolta da Chibata em 1910; a deposição do governador do Maranhão e a rebelião em navios da esquadra, na Guanabara, em 1922. Ainda

no ano de 1922, diversas unidades militares do Rio de Janeiro se organizaram para realizar um levante no dia 5 de julho, porém, apenas o Forte de Copacabana e a Escola Militar se revoltaram⁵⁴. A manifestação, que ficou conhecida como a Revolta do Forte de Copacabana, marca o início do “Tenentismo”, um movimento político formado por militares, sendo em sua maioria, tenentes, sargentos, soldados e cabos (SODRÉ, 2010, p. 282 – 283).

Dois anos mais tarde, ocorreu o “segundo 5 de julho”, como ficou conhecida a Revolução Paulista de 1924. Comandada pelo General Isidoro Dias Lopes, a revolta contou com a participação de muitos tenentes e com policiais da Força Pública – sobretudo com a pronta adesão do Regimento de Cavalaria⁵⁵ da corporação, que, sob a liderança do agora Major Miguel Costa, aderiram ao movimento – e tinha como principal objetivo a deposição do então presidente Artur Bernardes, considerado inimigo dos militares. Na madrugada do dia 5 de julho, os militares revoltosos tomaram quartéis na cidade de São Paulo e em várias cidades do interior, contando com o apoio de membros da Força Pública. Dois dias depois, no dia 7 de julho de 1924, na Ordem do Dia nº 137, o tenente-coronel Alexandre Gama, comandante do Primeiro Corpo da Guarda Cívica da Força Pública, fez uma proclamação aos seus comandados, onde dizia

Avante, pois, bravos oficiais e soldados. O nosso lugar é nas linhas de fogo em defesa da legalidade. Coragem e confiança na ação do nosso patriótico governo, porque só assim poderemos voltar amanhã aos nossos lares, de frente erguida, com a consciência tranquila de quem tem cumprido o seu dever. (DALLARI, 1977, P. 53 apud MALVÁSIO, 1967, p. 109-110).

O governo federal respondeu rapidamente, bombardeando a capital do Estado, principalmente nos bairros operários. Como não possuíam poder bélico equivalente ao das forças legalistas, os tenentes partiram em direção ao sul do país, para a cidade de Foz do Iguaçu (PR), onde se uniram a oficiais gaúchos. A tentativa de revolução resultou em uma marcha pelo Brasil, mais conhecida por Coluna Prestes/Miguel Costa⁵⁶. Liderados por Luís Carlos Prestes e Miguel Costa, um grupo de militares seguiu com o objetivo de percorrer o interior do Brasil e

⁵⁴ Durante todo o dia, os 301 revoltosos sofreram bombardeios e mantiveram-se no posto até a madrugada do dia 6 de julho, quando apenas 29 decidiram continuar. A resistência prosseguiu com os militares marchando pela Avenida Atlântica em direção ao Leme, até que restassem apenas 18 (17 militares e um civil, que aderiu a causa), derrotados em seguida.

⁵⁵ O Regimento de Cavalaria é uma das unidades mais antigas da Força Pública. Criado originalmente como Seção de Cavalaria do Corpo Permanente, passou por algumas mudanças até se transformar em regimento, em 1918. Por ser um dos mais tradicionais, a fração da corporação gozava de prestígio e admiração por parte dos outros membros da armada e vários dos principais comandantes da Força Pública faziam parte do regimento (CARVALHO, 2011). A adesão do regimento ao movimento de 1924 reverberou em toda a corporação, que obteve simpatizantes e adeptos em outros regimentos e seções.

⁵⁶ O nome da coluna é motivo de discussão dentro e fora da academia. Nomes militares importantes, como o Coronel Davino Francisco dos Santos advogam o argumento de que Miguel Costa foi mais importante que Prestes e que, portanto, deveria ser devidamente celebrado dessa forma (SANTOS, 1994).

incentivar a população a se voltar contra o governo oligárquico. A Coluna Prestes não derrubou o governo, mas contribuiu para o seu enfraquecimento político e abriu caminho para a Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder (SODRÉ, 2010, p. 273 – 274).

Com o movimento Tenentista, a relação dos militares brasileiros com um pensamento de esquerda, sobretudo de uma esquerda marxista pôde ser observada entre membros das Forças Armadas e organizações de esquerda e à esquerda do país (CUNHA, 2014, p. 84). A inquietação dessa geração de militares encontrou no Partido Comunista do Brasil (PCB)⁵⁷, fundado em março de 1922, um ponto de diálogo com o pensamento de esquerda. Essa inquietação se estende aos militares da Força Pública. Os esforços do governo paulista para manter sua corporação longe da influência das manifestações do Exército não foram suficientes para conter a inquietação da corporação ante o movimento Tenentista. Liderados pelo agora Major Miguel Costa, centenas de soldados lutaram ao lado dos tenentes contra as forças legalistas.

O processo de profissionalização pelo qual a Força Pública recém atravessara, atendeu algumas das antigas reivindicações da corporação, como melhores equipamentos e condições de trabalho e aumento salarial. Esse era o ponto que somava a favor do Partido Republicano Paulista – que estava à frente do governo do Estado desde a proclamação da República – na disputa com grupos e as ideias à esquerda. A greve de 1917 é um divisor de águas nesse sentido, pois é um laboratório experimental para que muitos soldados e oficiais da corporação possam se enxergar como parte de uma categoria ainda maior: a dos trabalhadores (FERNANDES, 1974). O crescente descontentamento com as oligarquias paulistas e a oxigenação de ideias pela qual a corporação atravessava, dividiu a milícia paulista. A corporação não era apenas um aparelho repressivo do Estado: a Força Pública pulsava e seus membros mostravam toda sua capacidade de reação ao voltar-se contra o próprio Estado.

1.4. A CRIAÇÃO DA GUARDA CIVIL E A MANUTENÇÃO DA HEGEMONIA PAULISTA

Com seu projeto de criação de um Exército em xeque⁵⁸ e a necessidade de lidar com o movimento dos tenentes, o governo paulista cria a Guarda Civil, em 1926. A nova corporação

⁵⁷ Criado inicialmente como Partido Comunista do Brasil, o partido passou por diversas mudanças ao longo do século XX, com períodos de cassação, durante os governos Vargas e a Ditadura Civil-Militar.

⁵⁸ Desde a criação da Guarda Nacional, corporação seminal da Força Pública, o Estado de São Paulo buscou alternativas para construir uma corporação que muito mais se assemelhasse a um exército do que a uma instituição policial. O investimento na Força Pública serviu como uma demonstração de força e a Missão Francesa representa

tinha uma trajetória e objetivo diferente da já quase centenária Força Pública. Criada para servir como braço auxiliar da Força Pública, a Guarda Civil paulista não tinha finalidade militar, mas sim a de realizar o policiamento ostensivo nas áreas urbanas do Estado. Embora fosse uma linha auxiliar, era uma instituição independente administrativamente e operacionalmente, o que a diferenciava da Força Pública também nesse quesito. Porém, mesmo não tendo caráter militar, a Guarda Civil paulista era administrada por oficiais do Exército e absorvia a hierarquia e obediência, elementos estruturantes e característicos das Forças Armadas.

A criação de mais uma corporação policial era uma resposta ao aumento dos índices de criminalidade no Estado, tanto nas áreas rurais do interior, quanto na área urbana da capital e das principais cidades. A antiga corporação já não atendia completamente a demanda e os conflitos recentes desgastaram ainda mais a corporação. A resposta do governo foi rápida e com a mesma receita do fim do século XIX. São Paulo tinha a oportunidade de construir e moldar uma nova corporação policial que, embora não tivesse lastro bélico nem militar, contava com razoável efetivo e orçamento. O papel da corporação que debutava em 1926 ficaria mais evidente a partir da Revolução de 1930.

Nos anos 1920, o governo do Estado de São Paulo estava com dificuldade de conter as manifestações que eclodiam no Estado, sobretudo as manifestações tenentistas, que contavam com policiais da Força Pública. Sem o total controle da sua principal corporação e com a necessidade de dar uma resposta ao aumento dos índices de criminalidade, o então presidente do Estado, Carlos de Campos (1924-1927) criou a Guarda Civil⁵⁹. A nova corporação foi criada aos moldes da Polícia Metropolitana de Londres, o que, diferente da Força Pública, inspirada no modelo gendármico francês, possuía um caráter de policiamento preventivo. Era uma polícia civil fardada, ou seja, não militarizada, embora servisse como uma espécie de reserva da Força Pública. Era comumente denominada Farda Azul (BATTIBUGLI, 2006, p. 55; 2009, p.126). Thaís Battibugli destaca que a função da corporação era

realizar policiamento urbano preventivo e ostensivo na capital paulista: fazia patrulhas; policiamento de diversões públicas; reuniões políticas; solenidades; controle de tráfego e estacionamento; inspeção de segurança de veículos; proteção aos escolares; serviços especiais de vigilância noturna; serviço de motorista; serviço de rádio patrulha; proteção aos fiscais da Secretaria da Fazenda; garantir a segurança de solenidades e comícios políticos; policiamento de prédios públicos como a Assembléia Legislativa, Câmara Municipal, havia ainda unidades cujos guardas eram de ascensoristas a instrutores da Escola de Polícia etc (BATTIBUGLI, 2006, p. 55)

essa iniciativa. A partir dos eventos dos anos 1920, notadamente relacionados ao Tenentismo, o governo do Estado passou a encontrar a primeiras dificuldades em manter a coesão da corporação e o projeto de construção de um “exército estadual” se encontrava ameaçado.

⁵⁹ A Guarda Civil foi criada pela lei nº 2.141 em 22 de outubro de 1926 e foi mantida pela Constituição Estadual de 9 de julho de 1947 (art. 150).

Em 1928, passou a realizar policiamento nas rodovias do Estado, com a criação da Divisão de Policiamento Rodoviário, tendo policiado as estradas até 1951, quando foi criada a Polícia Rodoviária, subordinada ao Departamento de Estradas e Rodagem (DER). Com isso, a corporação passou a se capilarizar pelo interior do Estado, processo que se aprofundaria a partir da Constituição Estadual de 1947, quando sua área de abrangência e atuação aumentou, passando a atuar nas cidades mais desenvolvidas do Estado, como: Santos; Campinas; Sorocaba; Ribeirão Preto; Bauru; Marília e Presidente Prudente. Desse modo, a atividade e capilaridade da Guarda Civil se restringia às cidades de grande e médio porte, diferente do que ocorria com a corporação secular, que possuía cerca de 40% do seu efetivo no interior do Estado (SYLVESTRE, 1985).

A Guarda Civil policiava as principais áreas da capital enquanto a Força Pública ficava limitada ao entorno de seus quartéis. Embora a corporação secular paulista contasse com um contingente de homens muito maior do que a Guarda, a opção adotada pelo governo gerava fissuras entre as duas corporações⁶⁰. Já no interior, a Guarda Civil atuava apenas nas principais cidades, enquanto a Força Pública estava presente nas demais localidades. Nesse período, policiamento da capital contava com 7.168 policiais, dos quais 6.165 eram guardas-civis e, apenas 1.003, soldados da Força Pública. No interior, porém, o policiamento era feito por 5.183 policiais, dos quais 4.864 da Força Pública, e apenas 319 da Guarda Civil. Dessa forma, a Guarda Civil era a principal corporação de policiamento na capital, enquanto a Força Pública era preponderante no interior. A Guarda Civil empregava um efetivo maior no policiamento do que a Força Pública, mesmo tendo praticamente a metade do contingente da Força. Nota-se, ainda, a disparidade de homens aplicados nas tarefas de policiamento da capital e interior, 7.168, contra 5.183 homens, respectivamente (BATTIBUGLI, 2006 p. 58-59; PESTANA, 1959, p. 130-131; 1957, p. 123).

A hierarquia dos postos da Guarda Civil possibilitava, ao contrário da estruturação da carreira da Força Pública, que um guarda civil estagiário chegasse ao topo da carreira no cargo de inspetor chefe superintendente, pois todos os guardas civis ingressavam na carreira como estagiários. Dessa forma, o inspetor superintendente sabia, claramente, quais eram as

⁶⁰ A separação do serviço de policiamento entre as duas corporações era criticada pela imprensa e por especialistas no tema à época, que alegavam que isso poderia criar sérias dificuldades de comando, orientação e constantes conflitos entre as mesmas, com prejuízos para a população. Dessa forma, a divisão de competências era vista como um problema, pois uma corporação não deveria atuar na área de circunscrição da outra. Nos anos 1960, a Guarda Civil atuava na capital e nas 9 maiores cidades do interior (Santos; Campinas; Sorocaba; Ribeirão Preto; Bauru; Marília; Presidente Prudente; Jundiaí; Mogi das Cruzes) na função de patrulhamento e de guarda de trânsito (BATTIBUGLI, 2006; apud PESTANA, 1959, p. 321). Abordaremos os conflitos, fissuras e desentendimentos entre as duas corporações adiante.

atribuições e as dificuldades de cada posto da corporação, o que facilitava o trabalho de policiamento preventivo e ostensivo, praticado diariamente pela corporação. Todos os policiais que compunham os quadros da Guarda realizavam policiamento de rua. A principal função do Guarda Civil era atuar, de forma preventiva e na manutenção da ordem pública. Ainda que pesasse sobre a Guarda Civil o fato de ser desmilitarizada, a revista da corporação, em seu aniversário de 30 anos discorreu sobre

[...] o passado era glorioso e o futuro promissor, como instituição destinada à perenidade. Criada para assegurar a paz social, estava entre as mais queridas de nossas entidades. Selecionados e instruídos com rigor, os guardas cumpriam relevantes deveres, quanto à disciplina (BATTIBUGLI, 2006 p. 61)

A publicação do periódico sugeria elementos que remetiam ao caráter militar da Força Pública, o que fica claro no trecho a seguir:

Partindo do princípio de que qualquer ato de um guarda atinge toda a Corporação, a Diretoria não transige com faltas disciplinares ou agressões das normas de boa conduta. Quem as violar fere a entidade inteira. Eis porque os fundamentos da organização são a hierarquia e a disciplina. (BATTIBUGLI, 2006, p. 61 apud MP, 1956, p. 3).

Ou seja, embora a Guarda Civil tenha sido criada como corporação civil, não militarizada, o fato de não existirem modelos a serem seguidos fez com que a corporação se filiasse ao modelo organizacional da Força Pública, incluindo o seu componente militar estruturante. É certo que a corporação era uma força auxiliar da armada paulista e isso remetia diretamente à um vínculo corporativo. Ademais, a Guarda Civil foi arquitetada num contexto de crise política pela qual São Paulo atravessava, crise que era acentuada pelos movimentos à esquerda que impactavam na Força Pública, leia-se, o Tenentismo. O objetivo era dar uma resposta à criminalidade crescente, mas era natural que, embora o governo vislumbrasse um modelo de polícia civil, as condições materiais do período e o exemplo histórico da armada que possuía influenciavam na concepção de uma nova corporação. Como veremos adiante, a recém-criada corporação teve muitos de seus membros também envolvidos com o pensamento à esquerda, sobretudo o pensamento comunista, advindo do Partido Comunista do Brasil.

1.5. A REVOLUÇÃO NA ORDEM DO DIA: OS POLICIAIS EM 1930

A efervescência política que se observou no início dos anos 1920 reverberou até o fim da década, tendo os militares como protagonistas. Nas palavras de José Murilo de Carvalho (2015, p. 183) “A Primeira República começa e acaba com intervenções militares”. Não

poderia ser diferente, já que nas primeiras décadas do século XX, com as classes médias⁶¹ ainda em processo de formação e diferenciação, os militares desempenhavam um papel de destaque, por se constituírem enquanto grupo urbano mais organizado e coeso. Essa identidade permitia uma maior organização e mobilização, como se pôde observar com as manifestações tenentistas. Os desdobramentos desses eventos seriam materializados na Revolução de 1930 (FAUSTO, 2015, p. 80-107).

As mobilizações e manifestações protagonizadas pelos tenentes no início dos anos 1920 movimentaram o debate político no país. Os militares catalisaram o sentimento das classes médias e foram o fio condutor do processo que ascendeu Getúlio Vargas ao poder. Além disso, outros importantes eventos antecederam a revolução, a destacar a fundação do Partido Democrático, formado por dissidências do Partido republicano Paulista – que contava com Washington Luís e Júlio Prestes –; e a criação da Aliança Liberal, formada por representantes dos estados que faziam oposição ao governo federal e à hegemonia das elites agroexportadoras de São Paulo, como o paraibano João Pessoa e o próprio Getúlio Vargas. A Aliança Liberal encabeçou o movimento de protesto das elites regionais contra os paulistas. Somava-se a isso as drásticas consequências que os trabalhadores urbanos e rurais sofriam por conta da crise de 1929, que levou a um aumento dos preços de produtos básicos e a um aumento do desemprego, nas cidades e no campo. Todo esse cenário criou condições para que o movimento revolucionário tivesse êxito. O estopim foi a morte do governador da Paraíba, João Pessoa; cuja exploração política feita em torno do seu falecimento sacramentou o golpe de estado⁶².

Na ciência política e na historiografia, há discussões acerca do movimento revolucionário que depôs o então presidente Washington Luís em outubro de 1930 e impediu a posse do presidente eleito, Júlio Prestes. Boris Fausto (2012; 2015), por exemplo, enxerga o episódio sob o prisma da ascensão da burguesia industrial e das classes médias ao poder. Francisco Weffort (1978) e Octavio Ianni (1968), por outro lado, analisam os eventos de 1930 sob a perspectiva do populismo⁶³, em que o movimento de 1930 articulou uma espécie de compromisso do Estado com as camadas médias urbanas, ou seja, elas não teriam ascendido ao poder, mas sim aportado a ascensão da burguesia industrial. O ponto em comum entre as

⁶¹ A expressão “classes médias” é de difícil conceituação e precisão. No entanto, utilizaremos a expressão como sinônimo de classes médias urbanas, que seria a população civil urbana, que “trabalha por conta própria ou que recebe salários por trabalho não manual, abrangendo os pequenos empresários e comerciantes, funcionários públicos, empregados no comércio e profissionais liberais” (FAUSTO, 2015, p. 76-77).

⁶² A morte de João Pessoa foi um crime passionnal. Entretanto, em meio ao cenário de ebulição política que o país atravessava, a exploração política do episódio foi o pretexto imediato para que o golpe fosse consumado.

⁶³ O populismo é um conceito bastante difuso nas ciências sociais. Para maior aprofundamento do tema e do conceito, ver Weffort (1978 apud Weber, 2011), Germani (1974), Di Tella (1970), Laclau (1978), Ianni (1968; 1991 apud Weber, 2011), Tavares, (1982). Draibe (1985).

principais análises quem imperam nas ciências sociais sobre o evento é o do papel importante que o movimento tenentista teve no processo revolucionário de 1930.

Parte dos militares tenentistas apoiaram a Aliança Liberal. Destacam-se as figuras do general Isidoro Dias Lopes, general Newton Estillac Leal e o Major da Força Pública Miguel Costa, entre outros importantes nomes do movimento tenentista. A importância que esses militares tiveram no processo revolucionário foi, além das questões organizacionais e de terem ocupado postos de direção do Estado nos primeiros anos do governo Vargas, a de encarnarem o sentimento de descontentamento das classes médias urbanas, como afirma Boris Fausto, “do ponto de vista mais geral entre as relações entre o tenentismo e as populações urbanas, é certo que a corrente contava, nessa época, com ampla simpatia e apelo popular” (FAUSTO, 2015, p. 85).

Nesse contexto, São Paulo tinha passado por várias trocas no comando do seu executivo central. Membros do Partido Republicano Paulista já não tinham mais total controle sobre a Força Pública. O impacto que os episódios de 1922 e 1924 causaram na corporação já eram irreversíveis. Nesse sentido, a posição institucional da Força foi de aguardar o posicionamento da liderança do governo estadual. Na prática, essa posição favorecia o movimento revolucionário de 1930, já que não mobilizava nenhuma resistência, uma vez que Júlio Prestes⁶⁴ havia renunciado e deixado seu vice, Heitor Teixeira Penteado, que não gozava de muito prestígio e também não assumiu uma posição de resistência ao movimento em curso. A burguesia industrial e as classes médias urbanas paulistas, que já havia embarcado no movimento, eram simpatizantes da corporação (FAUSTO, 2015, 108-110), o que talvez tenha colaborado a aparente omissão institucional da Força Pública ao episódio.

Em meio a essa efervescência política, a Força Pública, que até 1930 não possuía nenhuma organização social ou política que a representasse, começa a se organizar nesse sentido. Durante os anos 1920, os movimentos reivindicatórios por melhores salários e condições de trabalho eram aglutinados em conjunto aos movimentos sociais que possuíam pautas nacionais e de esquerda dos tenentes. Em 1930, no bojo da vitória do processo revolucionário que contou com a adesão de parte dos oficiais e praças da corporação, foi criada a Liga de Esportes, que inaugurou seu centro social no ano seguinte⁶⁵. Em 1933, foi estruturado, a partir da iniciativa da liga, o Centro Social dos Oficiais⁶⁶. As duas organizações tinham a

⁶⁴ Júlio Prestes renunciou em março de 1930 para concorrer às eleições.

⁶⁵ Pelo decreto de lei número 5.420, de 4 de março de 1932, o governo do estado reconheceu o estatuto da Liga de Esportes e, conseqüentemente, seu centro social.

⁶⁶ Reconhecido pelo decreto de lei número 5.985, de 18 de junho de 1933.

finalidade de servir como um espaço de reunião e lazer dos oficiais e suas famílias, mas justamente por ser um espaço de reunião em que as decisões eram tomadas em assembleia com a presença dos membros do clube, as discussões políticas se faziam presentes, sobretudo as que atingiam a corporação, como orçamento, salários e efetivo. Não obstante a criação dessas organizações, o PCB também se organizava para se aproximar das organizações policiais e militares. Essa preocupação é expressa com a criação do Antimil, o Setor Militar do PCB⁶⁷, que foi formado com objetivo de realizar propaganda política junto às Forças Armadas e às polícias militares e foi a primeira iniciativa organizada e à esquerda nas Forças Armadas, operando de forma ilegal e clandestina (CUNHA, 2012, p. 60; CUNHA, 2014, p. 134). Durante os anos 1930, o Setor Militar atuou junto às Forças Armadas e às corporações policiais com bastante intensidade e continuou operando nas décadas seguintes (SANTOS, 1948, p. 134).

De fato, alguns membros da Força Pública aderiram ao movimento de 1930 em consonância com o que havia feito vários dos líderes tenentistas. No caso da Guarda Civil, o posicionamento era muito mais difícil de ser mensurado entre seus membros, uma vez que a corporação a essa altura ainda engatinhava. Consumado o golpe de estado e vitorioso o movimento revolucionário de 1930, vários nomes se revezaram no comando do governo do Estado de São Paulo entre outubro e novembro de 1930, todos pelo Partido Democrático Paulista, dissidência do Partido Republicano Paulista. A essa altura, as elites paulistas estavam certas de que chegariam ao comando do governo do Estado.

Politicamente, a revolução era uma vitória também do movimento tenentista, que contava com muitos adeptos e simpatizantes na Força Pública. Nos meses iniciais, membros do Partido Democrático Paulista (PDP) revezaram-se à frente do governo do estado. Liderança importante do movimento, o então General Miguel Costa⁶⁸ esteve à frente da Secretária de Segurança Pública entre dezembro de 1930 e julho de 1931. Nesse breve período em que comandou a pasta, comandou cerca de 10 mil homens e, aproveitando-se do prestígio que gozava, tentou conquistar apoio para a revolução (ABREU, 2001; VIANNA, 2011)⁶⁹. Após

⁶⁷ Há poucas referências bibliográficas sobre o Setor Militar do PCB. Uma discussão mais aprofundada sobre a organização está exposta em CUNHA, 2014, p. 133-193 e CUNHA, 2012.

⁶⁸ Por ser um militar da Força Pública, cuja maior patente era a de Coronel, Miguel Costa jamais alcançaria o título. Recebeu do Exército Brasileiro o título de General Honorário.

⁶⁹ O conceito de golpe de estado e de revolução tem conotações distintas na literatura. Enquanto golpe é entendido como a tomada do poder por agente de dentro do próprio Estado, a revolução pressupõe a tomada do poder por agentes externos (LUTTWAK, 2016). No caso do processo que levou a deposição de Júlio Prestes e a ascensão de Vargas, pode ser lido das duas maneiras. A leitura da revolução decorre da perspectiva de que houve uma participação de agentes civis, aglutinados nos movimentos sociais, sobretudo o tenentismo, que serviu para pressionar as oligarquias (FAUSTO, 2015). A leitura de golpe decorre do fato de que, embora tenha havido participação de movimentos sociais, a tomada do poder de fato foi feita pelas próprias oligarquias que compunham a correlação de forças que sustentava o Estado brasileiro (WEFFORT, 1978). Nesse sentido, adotaremos a

afastado em 1931, manteve-se no comando da Força Pública e continuou sua militância até ser novamente afastado também do comando da Força. Em 1932 Miguel Costa, se posicionou contrário à Revolução Constitucionalista⁷⁰. Por conta do seu prestígio e influência dentro da Força Pública e temendo que sua posição ecoasse na corporação, foi mantido preso até o fim do movimento (ABREU, 2010, p. 231). A corporação foi utilizada em 1932 como um instrumento de poder das elites paulistas e, com baixas de 2,5 mil homens no conflito, saiu extremamente fragilizada. Além das baixas, a corporação sofreu com oficiais e participantes que foram presos ou punidos após a vitória getulista. No entanto, a Força Pública conseguiu se aproveitar institucionalmente do episódio para demarcar um componente de heroísmo e bravura, já que a corporação se manteve fiel ao governo do estado até o fim do conflito.

1.6. A ESQUERDA POLICIAL NA ERA VARGAS

Nos meses que sucederam o fim da revolução, muitos oficiais e soldados da Força Pública continuavam presos. Mesmo com a derrota eminente, o fervor revolucionário não ruía. Prova disso era uma espécie de jornal, editado à lápis e em papéis de embrulho de dentro de uma prisão de São Paulo, intitulado “O Vermelhinho”, que circulava entre os policiais presos em 1932. A iniciativa militante demonstrava que embora as condições fossem adversas, os militares estavam à espera de uma contrarrevolução (CUNHA, 2014, p. 110; SANTOS, 1948, p. 57-58). Embora a contrarrevolução não tenha vindo, a articulação mostrada pelos militares tenentistas – boa parte dos quais já se identificava com a perspectiva comunista – da Força Pública era visível. Tanto oficiais quanto soldados e cabos já demonstravam traços de

perspectiva ambígua entendendo os elementos e destacando os argumentos das duas interpretações, mas privilegiando a concepção de Revolução.

⁷⁰ A Revolução Constitucionalista de 1932 é um dos eventos histórico e políticos mais importantes de São Paulo. O mesmo grupo paulista que havia deposto Washington Luís, tinha dúvidas acerca da convocação de novas eleições por Getúlio Vargas. Descontentes, as elites paulistas se rebelaram e lançaram sua armada – a Força Pública – contra Getúlio. Contando com o apoio da burguesia industrial e das classes médias urbanas, o movimento de 1932, embora tenha saído derrotado, mobilizou todos os recursos militares que dispunha na tentativa de derrubar o governo provisório. A Força Pública foi a ponta de lança da revolução, com aproximadamente 10 mil homens na linha de frente, além dos voluntários civis. O movimento não tinha, entretanto, caráter separatista (DALLARI, 1977, p. 61; FAUSTO 2012, p.296). Todavia, há interpretações do conflito que o enquadram como uma Guerra Civil, não como um processo de revolução. Segundo Francisco Quartim de Moraes, a interpretação mais adequada do conflito é a de Guerra Civil ao invés de revolução. Isso porque as elites paulistas buscaram deflagrar um conflito em que acreditavam ter forças para vencer e com o objetivo claro de retomar seu protagonismo na política nacional. Nesse sentido, o conflito não se assemelhou a um processo revolucionário (MORAES, 2016).

organização política que saltava aos olhos, principalmente quando observamos sua relação com o PCB⁷¹.

Há poucas referências sobre a relação entre o PCB e as corporações policiais paulistas no período. Podemos encontrar algumas pistas sobre o tema no livro do capitão da Força Pública Davino Francisco dos Santos⁷², intitulado *A Marcha Vermelha* (1948). No livro – que são as memórias do autor sobre o período –, o capitão traz a menção a outro periódico clandestino importante, chamado *Sentinela Vermelha*. Fundado em 1932 por João Raimondi⁷³, um militar comunista, chefe da seção antimil em São Paulo, que foi preso posteriormente, em 1933, junto com mais 29 praças e oficiais da Força Pública, acusado de “propaganda comunista” (VIANNA, 2003, p. 28). O *Sentinela Vermelha*, descrito por Davino dos Santos como um “jornaleco”, era considerado pelo comando da II Região Militar como uma “bomba de dinamite” (SANTOS, 1948, p. 130). Isso porque o periódico, que era editado por membros do antimil e circulava principalmente entre os policiais da Força Pública e da Guarda Civil, denunciava a miséria do país à época, sugerindo uma solução revolucionária (CARNEIRO; KOSSOY, 2003, p. 216-217; CUNHA, 2014, p. 115). O soldado João Raimondi foi acusado, além de propaganda comunista por meio do jornal, de elaborar estratégias e planos de ação para tomada de unidades militares (VIANNA, 2003, p. 28-29). Nos arquivos e base de dados analisadas, há poucas referências sobre o periódico⁷⁴. O capitão Davino destaca ainda a presença de células do PCB operando nas polícias paulistas. De acordo com o militar, havia militantes comunistas infiltrados na Força Pública e na Guarda Civil. O objetivo principal era manter os “camaradas coesos e animados pela causa comunista”, mas sem praticar atos que levantassem suspeitas (SANTOS, 1948, p. 109).

⁷¹ Em consulta ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, a respeito da Revolução Constitucionalista de 1932, algumas publicações de panfletos e jornais – não necessariamente periódicos – circulavam entre policiais da Força Pública e da Guarda Civil. Destaque para a “Falange” e o “O Liga”. Não encontramos, no entanto, mais detalhes sobre os periódicos na base de dados e arquivos analisados.

⁷² O capitão Davino Francisco dos Santos é um personagem polêmico. Importante dirigente do Partido Comunista nos anos 1930, a partir dos anos 1940 foi cooptado pela polícia varguista, passando a trabalhar como informante. Além disso, em seu livro, trata membros do PCB com adjetivos depreciativos e racistas, como é o caso da referência que faz a Carlos Marighela (SANTOS, p. 498; CUNHA, 2014, p. 135; VIANNA, 2003, p. 27-28).

⁷³ O nome do soldado do exército e militante comunista João Raimondi não produziu retornos nas buscas no banco de dados do Arquivo Público do Estado de São Paulo, na seção do Departamento de Ordem Política e Social. Entretanto, seu nome consta nas listas de comunistas suspeitos com inquéritos policiais abertos, como apurado pela historiadora Marly Vianna (2003, p. 22), e que é ratificado na apuração dos presos em São Paulo por Karepovs (2003, p. 143).

⁷⁴ Na pasta 50, seção Z-009-15676 dos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social que se encontra no Arquivo Público do Estado de São Paulo faz menção a prisões de militantes comunistas e policiais que portavam exemplares do *Sentinela Vermelha*. Não foram encontrados maiores detalhes sobre o periódico nos documentos consultados.

Em 1935, novamente a mobilização de militares da Força Pública e de membros da Guarda Civil se fez sentir. Com a adesão do General Miguel Costa à Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente política que reunia socialistas, comunistas e tenentes descontentes com os rumos da Revolução de 1930 e outros setores de esquerda, aglutinados em torno de uma plataforma nacionalista e antifascista, muitos militares da Força Pública também aderiram. Em julho de 1935, Prestes, importante liderança do movimento, divulgou manifesto em que pregava a derrubada de Vargas pelas armas e exigia todo o poder à Aliança. A precipitação de Prestes custou caro e o movimento foi logo colocado na ilegalidade por Vargas. Miguel Costa escreveu, então, a Prestes criticando-o pela precoce declaração (ABREU, 2001). A posição de Costa era de que seria importante aproveitar o fervor revolucionário e articular uma frente partidária para atuar e agir legalmente (CUNHA, 2014, p. 245; VIANNA, 2011, p. 213).

A Aliança Nacional Libertadora (ANL), que tinha como presidente de honra Luís Carlos Prestes, foi criada em março de 1935. Inspirada no modelo das frentes populares que surgiram na Europa para impedir o avanço do nazi-fascismo, a ANL defendia propostas nacionalistas e tinha como uma de suas bandeiras a luta pela reforma agrária. Embora liderada pelos comunistas, conseguiu congregiar os mais diversos setores da sociedade e rapidamente tornou-se um movimento de massas. Muitos militares, católicos, socialistas e liberais, desiludidos com o rumo do processo político iniciado em 1930, aderiram ao movimento. Com sedes espalhadas em diversas cidades do país e contando com a adesão de milhares de simpatizantes, em julho de 1935, poucos meses após sua criação, a ANL foi posta na ilegalidade. Mesmo na ilegalidade, a ANL continuou realizando comícios e divulgando boletins contra o governo. Em agosto, a organização intensificou os preparativos para um movimento armado com o objetivo de derrubar Vargas do poder e instalar um governo popular. Iniciado com levantes militares em várias regiões, o movimento deveria contar com o apoio do operariado, que desencadearia greves em todo o território nacional. O primeiro levante militar foi deflagrado no dia 23 de novembro de 1935, na cidade de Natal. No dia seguinte, outra sublevação militar ocorreu em Recife. No dia 27, a revolta eclodiu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Sem contar com a adesão de grande parte da classe trabalhadora, e restrita às três cidades, a rebelião foi rápida e violentamente debelada (VIANNA, 2011, p. 251-347). A partir daí uma forte repressão se abateu não só contra os comunistas, mas contra todos os opositores do governo. O movimento de 1935 teve como principal motor a atuação dos militares, tanto das Forças Armadas como das polícias. No Rio Grande do Norte, 45% dos militantes arrolados eram militares ou policiais, como aponta Vianna (2011, p. 285).

Com o movimento de 1935 em curso, Vargas teve o pretexto que precisava para sacramentar o golpe que pretendia, consumado em 1937. Os policiais paulistas sentiram mais esse duro golpe e as corporações passaram a ser alvo de uma “faxina”, promovida pela recém-criada Polícia Especial de Vargas. Membros que tinham afinidades com a Aliança Nacional Libertadora e com o PCB foram perseguidos e presos. Dalmo Dallari descreve, com precisão, o momento pela qual São Paulo e suas corporações atravessava:

A partir da implantação do Estado Novo, a federação brasileira cede a um movimento no sentido de forte centralização político-administrativa. [...] A Força Pública paulista passaria a atuar, nesse novo contexto, como força auxiliar do governo federal, para impedir ou reprimir os movimentos organizados contra a ditadura. Na verdade, embora a repressão tenha atingido, inúmeras vezes, um alto grau de violência, com a utilização de cavalaria da Força Pública contra manifestantes desarmados. (DALLARI, 1977, p. 70-71)

Os sucessivos golpes que as corporações paulistas sofreram, na Revolução de 1932, nos movimentos insurrecionais de 1935, dificultavam qualquer possibilidade de resistência e mobilização por parte de seus membros⁷⁵. Em 1938, em pleno Estado Novo, os oficiais da Força Pública refundaram seu clube de oficiais, que passou a ser chamado de Clube Militar da Força Pública. Com a repressão empregada pelo governo varguista, as atividades de discussão política que floresciam no clube foram esvaziadas, mas não encerradas. O clube ainda se configurava enquanto um espaço de discussão e articulação política para pleito de melhorias à corporação e onde penetravam ideias de esquerda via PCB.

Três anos mais tarde, em 1941, o capitão Davino foi preso em São Paulo, passando a atuar como informante junto a Polícia Especial varguista, que intensificava a atuação para identificar e prender células comunistas entre as corporações policiais paulistas via Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Na ocasião, foi interrogado pelo investigador Luiz Apollonio, feroz perseguidor dos comunistas infiltrados e temido nos círculos comunistas (SANTOS, p. 309). Apollonio, que debutou na Polícia Especial como investigador e ascendeu rapidamente ao posto de chefe dos investigadores do serviço secreto varguista, era responsável pela arregimentação e contato com os agentes infiltrados nas células comunistas (FLORINDO, 2006, p. 67). O investigador era tido pelos próprios membros do PCB como um exímio conhecedor da organização secreta do partido e considerado o “professor” de uma geração de policiais infiltrados (GORENDER, 1987, p. 219). No período democrático, o

⁷⁵ Aqui, a tese da utilização da Força Pública enquanto aparelho repressivo do Estado, advogada por Heloísa Fernandes (1974) e endossada no argumento de Dalmo Dallari (1977), se faz presente e plausível. Entretanto, mesmo numa situação de intensa repressão e com as importantes lideranças do movimento tenentista presas, houve ainda manifestações de descontentamento e tentativas de motim por parte de membros das corporações como observamos nos relatos do capitão Davino Francisco dos Santos (SANTOS, 1948, 109; 130; 208) e nos dados levantados pela historiadora Marly de Almeida Gomes Vianna (2003, p. 22-39).

investigador passa a atuar com professor da Escola de Polícia de São Paulo, elaborando material específico ensinando oficiais da Força Pública e guardas civis a identificar e combater células comunistas, inclusive as que operavam junto às próprias corporações policiais.

CAPÍTULO 2

POLÍCIA E POLÍTICA NA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA (1946-1964)

Para coroar um período histórico e politicamente muito rico a respeito da ação política da Força Pública e da Guarda Civil na era Vargas, temos a participação de guardas civis na Força Expedicionária Brasileira (FEB), enviados à Itália na Segunda Guerra Mundial. Na ocasião, o Exército Brasileiro não contava com uma Polícia do Exército, o que era uma exigência internacional para que fossem enviadas tropas. O General Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB, solicitou à Guarda Civil 80 voluntários para formarem a tropa⁷⁶. O tenente coronel Vicente Sylvestre contextualiza sobre o episódio:

O governo americano, o comandante das forças americanas, que estavam combatendo na Itália, disse que uma das exigências era a de que o Brasil, para participar da guerra com o contingente brasileiro, tinha que ter uma polícia de exército, sem aquilo, o comando americano não concordava (coma participação do Brasil). O exército brasileiro nunca teve polícia, então por exigência do governo americano, é criada uma força dentro das Forças Armadas, dentro da Força Expedicionária, com o contingente de polícia do exército. Mas o comandante do exército, o general Mascarenhas de Moraes, ele disse: “Olha eu tenho que formar uma guarda especial, a polícia do exército, por exigência americana, mas eu quero formar com elementos da Guarda Civil de São Paulo”. E ele vem para cá e pede voluntários, e os jovens se apresentaram para formar a polícia do exército. E vão pra Itália, fazendo a polícia do exército. Essa polícia é formada com elementos da Guarda Civil. (SYLVESTRE, 2017. Entrevista concedida ao autor).

A ebulição política e social que se observou nos últimos anos da ditadura Vargas e que colocou fim ao Estado Novo foi uma consequência e reação à contradição que a ditadura demonstrava com o apoio aos aliados na Segunda Guerra Mundial. Os problemas do regime varguista resultaram mais da inserção do Brasil no quadro das relações internacionais do que das condições políticas internas do país.

Após a entrada do Brasil na guerra e os preparativos para enviar a Força Expedicionária Brasileira à Itália, personalidades da oposição começaram a explorar a contradição existente entre o apoio do Brasil às democracias e a ditadura Vargas. A primeira manifestação ostensiva nesse sentido foi o Manifesto dos Mineiros, datado de 24 de outubro de 1943. Não por acaso a data comemorava a vitória da Revolução de 1930. (FAUSTO, 2012, p. 326).

⁷⁶ O fato, desconhecido dentro e fora da academia, me foi sugerido em entrevista pelo Coronel Vicente Sylvestre. Os documentos que comprovam o feito, bem como observações corporativas sobre o evento podem vistos em SYLVESTRE, 1985 e TELHADA, 2001.

Setores da oposição passaram a questionar a contradição, o que abriu caminho para divergências no interior do governo, que era formado, em grande parte, por militares das Forças Armadas. Nas palavras de Nelson Werneck Sodré (2010, p. 466) “os pretorianos criaram o Estado Novo; os pretorianos o destruíram”. A referência era em relação aos militares altos oficiais das Forças Armadas que foram o sustentáculo⁷⁷ da era Vargas pós 1937. De fato, a divisão no alto comando foi decisiva para deposição do então presidente. Isso porque Getúlio Vargas ainda gozava de muito prestígio entre as classes médias urbanas, em decorrência as sensíveis melhorias das condições de vida, além do sistema de proteção legal ao trabalho, expresso com a Consolidação das Leis do Trabalho, promulgada em 1º de maio de 1943. No entanto, o prestígio estava atrelado a uma ausência de direitos políticos, em detrimento dos direitos sociais estabelecidos no período:

Desde o primeiro momento, a liderança que chegou ao poder em 1930 dedicou grande atenção ao problema trabalhista e social. Vasta legislação foi promulgada, culminando na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943. A CLT, introduzida em pleno Estado Novo, teve longa duração: resistiu à democratização de 1945 e ainda permanece até hoje em vigor [...] O período de 1930 a 1945 foi o grande momento da legislação social. Mas foi uma legislação introduzida em ambiente de baixa ou nula participação política e de precária vigência dos direitos civis. (CARVALHO, 2016, p. 114)

No ano decisivo de 1945, foram criados os três principais partidos que protagonizaram as disputas no período democrático. A antiga oposição liberal, herdeira da tradição dos partidos democráticos estaduais, adversária do Estado Novo, formou a União Democrática Nacional (UDN). A partir da máquina do Estado, por iniciativa da própria burocracia, e, portanto, do próprio Getúlio Vargas, foi criado o Partido Social Democrático (PSD). Por último, foi criado o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), também com inspiração na figura getulista, mas contando com o aparato da burocracia sindical e com objetivo de reunir as massas trabalhadoras urbanas (WEFFORT, 1965, 97-98; IANNI, 1968, p. 85-88; FAUSTO, 2012, p. 328-329).

Tudo caminhava para uma transição pacífica, que seria comandada por Getúlio. Entretanto, a manifestação do PCB em apoio ao governo Vargas atrasou os planos da oposição⁷⁸. Esse apoio, embora contraditório, incendiou as massas trabalhadoras urbanas. O ambiente parecia ser de bastante tensão, mas uma sucessão de eventos ocorreu até que sua queda se consumasse em outubro daquele ano, fruto de uma complexa disputa dentro do próprio governo⁷⁹:

⁷⁷ Destaca-se a figura do general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, que havia sido importante na repressão aos paulistas em 1932 e que foi chefe do Estado Maior do Exército entre 1937 e 1943.

⁷⁸ O apoio do PCB à Vargas naquele momento ocorreu na esteira do movimento queremista, em referência ao *slogan* “Queremos Getúlio”, organizado por parte das camadas médias urbanas e das classes trabalhadoras.

⁷⁹ Edgard Carone destaca que os ataques a Vargas eram tornaram-se cada vez mais duros. Enquanto a UDN articulava com setores das Forças Armadas a queda do ditador, inclusive mantendo contato com Góes Monteiro,

A queda de Getúlio Vargas não foi, porém, uma conspiração externa, mas o resultado de um jogo político complexo. [...] Em 25 de outubro, o chefe do governo realizou uma manobra errada, ao afastar João Alberto do cargo estratégico de chefe de polícia do Distrito Federal [...] A partir daí o general Góis Monteiro no Ministério da Guerra mobilizou as tropas do Distrito Federal. [...] Afinal, a queda de Getúlio Vargas se fez a frio. Forçado a renunciar, ele se retirou do poder fazendo uma declaração pública de que concordava com sua saída. (FAUSTO, 2012, p. 331).

O que a ciência política convencionou chamar de “período democrático” ou “experiência democrática”, em referência ao período entre 1946 e 1964, começou com uma transição sem grandes transformações políticas. O fim do Estado Novo não representou uma ruptura completa com o passado, mas uma mudança de rumos, mantendo-se uma série de continuidades (SODRÉ, 2010, 356-372; FAUSTO, 2012, p. 342-343)⁸⁰. A primeira experiência democrática manteve as conquistas sociais do período anterior e garantiu os tradicionais direitos civis e políticos, com liberdade de imprensa e organização política (CARVALHO, 2016, 130-132). A nova constituição, promulgada em 1946, não encarnou uma ruptura completa, como assinala Boris Fausto:

Sem dúvida, a Constituição se afastava da Carta de 1937, optando pelo figurino liberal-democrático. Em alguns pontos, entretanto, abria caminho para a continuidade do modelo corporativo. O Brasil foi definido como uma República federativa, estabelecendo-se as atribuições da União, Estados e municípios. Fixaram-se também as atribuições dos três poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. O Poder Executivo seria exercido pelo presidente da República, eleito por voto direto e secreto para um período de cinco anos. O exercício do Poder Legislativo caberia ao Congresso Nacional, composto de Câmara dos Deputados e Senado. (FAUSTO, 2012, p. 341).

No cenário internacional, a Guerra Fria e a disputa entre o bloco capitalista, encabeçado pelos Estados Unidos, e o bloco socialista, capitaneado pela União Soviética, impactava na dinâmica política brasileira, produzindo instabilidade e disputas entre grupos políticos dentro das Forças Armadas⁸¹. Tais conflitos reverberavam nas corporações paulistas, insuflando debates e discussões acaloradas a respeito dos posicionamentos assumidos pelos militares e sobre a conjuntura internacional (BATTIBUGLI, 2006, p. 18; SANTOS, 1948, p. 211).

O caráter nacionalista assumido por parte dos oficiais do Exército já era conhecido, mas a sua constituição democrática se desenvolveu de forma mais ampla durante os anos 1950

a oposição liberal conspirava com mais desenvoltura, pois interpretara declarações do diplomata estadunidense Adolf Augustus Berle como um possível aval dos EUA a um eventual golpe contra o Estado Novo (CARONE, 1976; CORSI, 1996).

⁸⁰ Embora utilizada no texto o enquadramento do período de 1946-1964 como democrático, a leitura não é cristalizada na literatura. Edgard Carone, por exemplo, argumenta que não é possível compreender como democrático um período em que partidos políticos e seus militantes são colocados na ilegalidade pelo Estado. Além disso, a manutenção no regime de repressão à manifestações e movimentos sociais não configura, na interpretação do autor, o período enquanto democrático (CARONE, 1985b).

⁸¹ A Guerra da Coreia (1950-1953) é um exemplo desse impacto. Em 1953 houve profundo embate sobre o envio ou não de tropas brasileiras ao conflito. O embate mobilizou setores políticos e militares e serviu para evidenciar as fissuras entre alas das Forças Armadas (CUNHA, 2018, p. 36).

(Sodré, 2010, p. 304). Durante essa década, o Clube Militar⁸² ganhou destaque pelas publicações de expresso caráter político e nacionalista, que refletia a posição de parte dos militares das Forças Armadas. Os eventos que ocorriam no período, como a Guerra da Coréia, corroboraram para uma nova relação de setores militares com a política nacional, de modo que firmaram posição na campanha “O petróleo é nosso”, por exemplo. Em seguida, a posição dos militares prevaleceu importante para a política nacional, quando agiram para assegurar a posse constitucional dos presidentes Juscelino Kubitschek em 1955 e de João Goulart em 1961.

Entre 1961 e 1964, a politização entre os militares das Forças Armadas se intensificou, como observamos na rebelião de sargentos da Aeronáutica e da Marinha em Brasília, em 1963, que se mostraram inconformados com a decisão do Supremo Tribunal Federal de não reconhecer a elegibilidade de sargentos para o Legislativo. A atuação de João Goulart em relação a insubordinação desses militares rebelados desagradou parte dos oficiais e desgastou ainda mais sua relação com as Forças Armadas, que culminou no Golpe de 1964. E em meio a toda essa efervescência social e política, a Força Pública e a Guarda Civil protagonizaram importantes disputas e desenvolveram suas estratégias de ação política, como aponta o relatório final da Comissão nacional da Verdade (2015).

2.1. O FIM DA ERA VARGAS E A EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA

Ainda durante o período democrático, a retórica e os movimentos anticomunistas também foram marcantes. Desde e a tentativa revolucionária do movimento de 1935, o recrudescimento da campanha anticomunista, protagonizada por grupos conservadores, religiosos e da imprensa, adubou o terreno para que a retórica do “perigo vermelho” fizesse parte do imaginário político brasileiro até o golpe de 1964 (MOTTA, 2002, p. 272). A repressão promovida pelo Estado Novo aos comunistas não cessou com a queda de Getúlio Vargas. Pelo contrário: o breve período de legalidade desfrutado pelo PCB (1945-1947) demonstrou que a perseguição e repressão permanecia de forma institucional, ainda que o país desfrutasse de uma primeira experiência democrática em sua história. De acordo com Rodrigo Motta, a partir dos anos 1940

A ofensiva repressiva implicou, como não poderia deixar de ser, numa intensificação do trabalho policial. Os agentes da ordem aumentaram a vigilância sobre os subversivos e incrementaram a estatística das detenções. No entanto, devido à fragilidade das

⁸² O Clube Militar foi fundado em 1887. Trata-se de uma associação de caráter representativa, assistencial, social, cultural, esportiva e recreativa, localizado no Rio de Janeiro e com atuação em todo território nacional.

organizações do PCB, resultado de dois anos de constantes perseguições, as novidades no setor da repressão propriamente dita foram escassas. Não havia muita gente a prender. O grosso da campanha anticomunista, por isto, concentrou-se na esfera da propaganda e da contra-propaganda, notadamente voltada para a apreensão de publicações “subversivas” (MOTTA, 2002, p. 276)

Como afirma o historiador, embora o PCB e as articulações comunistas já estivessem fragilizadas com as duras investidas promovidas por Vargas, a “cruzada anticomunista”, como denomina, persistiu. Segundo o relatório final da Comissão Nacional da Verdade⁸³, as organizações e movimentos anticomunistas continuavam a se organizar mesmo após a cassação do registro eleitoral do PCB, em 1947. Nos anos 1950, com o bloco capitalista e o bloco socialista consolidados, a Guerra Fria impunha pressão e o cenário externo motivava ainda mais o sentimento anticomunista. Nas Forças Armadas, que desde os anos 1930 já nutriam e estimulavam um sentimento anticomunista, a retórica interna contra o socialismo ganhava ainda mais força. Esse contexto de tensão e preocupação da caserna não refletia a real dimensão da adesão ou simpatia de militares ao pensamento à esquerda. Isso porque, com a guerra ao comunismo travada pelo Estado a partir de 1935 e a fragilidade política e institucional do PCB, poucos militares ainda eram uma “ameaça”. Nos anos 1960, no auge da guerra fria, o temor em relação ao comunismo se intensificou de sobremaneira. Grupos anticomunistas se proliferaram e a investida promovida por parte da imprensa e de setores das Forças Armadas contribuiu para gerar um sentimento de temor na população. O desfecho foi o 31 de março de 1964 (MOTTA, 2002, p. 266-285).

Todo esse cenário reverberava nas corporações policiais paulistas. Desde os anos 1940, os membros da Força Pública e da Guarda Civil já eram alvo do escrutínio dos investigadores do Departamento de Ordem Política e Social. Os posicionamentos políticos eram monitorados, principalmente nas reuniões que ocorriam nos clubes e associações dos policiais. O Estado mapeava as suspeitas de vínculos dos policiais com o PCB e articulava investigações para dismantelar células dentro das corporações. Esse procedimento, que já se fazia presente no ambiente policial desde os anos 1930, foi aperfeiçoado com os Manuais de Polícia Política⁸⁴, desenvolvidos por investigadores das próprias corporações e do DOPS e que tinham como principal objetivo formar os oficiais policiais para identificar células comunistas.

A partir dos anos 1950, as primeiras turmas de oficiais orientados por esse material já estavam atuando na Força Pública. Com isso, a máquina estatal ganhava mais uma poderosa

⁸³ Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Volume 1. Página 181-186.

⁸⁴ Um exemplo importante é o Manual escrito em 1949 pelo investigador Luiz Apollonio, intitulado Métodos e Táticas Comunistas. Abordaremos os manuais e a anticomunismo nas corporações policiais paulistas com mais detalhes no capítulo 3.

arma na “cruzada anticomunista”. Os oficiais aprendiam a identificar uma célula do PCB, eram orientados em técnicas para se infiltrar em células e obter informações sobre outras organizações comunistas. Além de estarem virtualmente treinados para essa tarefa, os oficiais formados com esses manuais funcionavam como uma espécie de “escudo” para que as ideias do PCB não encontrassem eco nas corporações paulistas. Entretanto, essa malha não era impenetrável e, como veremos adiante, mesmo na ilegalidade, o PCB conseguia articular e aglutinar policiais e produzia importantes debates e discussões nos clubes e associações, moldando e construindo as estratégias de ação política dos policiais.

2.2. A (RE) ESTRUTURAÇÃO DAS POLÍCIAS NO PERÍODO DEMOCRÁTICO

O Estado Novo varguista atingiu duramente as corporações policiais paulistas, sobretudo a secular Força Pública. Perseguições políticas, prisões e o controle político contra opositores e membros identificados com o tenentismo e ideias à esquerda foram institucionalizadas durante o governo Vargas. Além disso, a polícia foi utilizada como instrumento da afirmação do poder político do presidente, e inúmeras ilegalidades foram cometidas, como torturas e prisão sem o devido processo legal. Vargas foi um continuador da tradição autoritária e violenta já existente no Estado brasileiro e enraizada no cotidiano do trabalho policial, embora tivesse desconfigurado o modelo policial paulista mediante o controle operacional (BATTIBUGLI, 2006, p. 17 apud PINHEIRO, 1981, p. 31-58; 2001, p. 295, p. 331; CANCELLI, 1991, p. 74, p. 78-79).

As Forças Armadas, que desempenharam papel importante na transição democrática, também passaram por uma pequena modificação, com objetivo de se modernizar e se organizar melhor, o que impactava na dinâmica das corporações paulistas. A Constituição Federal de 1946, em seu artigo 176, definia que “as forças armadas, constituídas essencialmente pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei”. De acordo com Mathias e Guzzi

O Art. 176 reflete o desejo de organização das Forças Armadas ao informar, melhorando o texto de 1937, que elas são “organizadas com base na hierarquia e na disciplina”. No entanto, a Constituição de 1946 não afasta a política do meio castrense, uma vez que, diferentemente da Carta de 1937, limita a obediência à lei, organizando as Forças Armadas “sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei”, o que, naquele momento, servia mais para afastar o poder civil dos quartéis do que apartar os militares do Palácio. (MATHIAS, GUZZI, 2010, p. 47).

No ano seguinte, em 1947, o estado de São Paulo elaborou sua constituição estadual e apresentou mudanças em relação a organização das corporações. Manteve a Força Pública⁸⁵ enquanto corporação militar e permanente, mas desvinculou a Guarda Civil⁸⁶, enquanto força civil auxiliar, da Força Pública. As duas corporações eram responsáveis pela segurança pública do estado, ao lado da Polícia Civil, e subordinadas diretamente a Secretaria de Segurança Pública. No caso da Força Pública, foi a única que continuou submetida também ao comando do Exército⁸⁷.

No pós Segunda Guerra, São Paulo cresceu substancialmente e sua população quase dobrou entre 1946 e 1964, motivada pelo aumento do fluxo migratório e pelo êxodo rural. O crescimento da indústria paulista e o surgimento de um setor de serviços, contribuiu para esse aumento da população no estado. Nesse período, a população paulista aumentou quase 75%. Com esse crescimento populacional – que se observou principalmente nas áreas urbanas, da capital e do interior –, problemas típicos que demandam respostas eficientes do Estado surgem, como o aumento da criminalidade. Desse modo, o governo do estado de São Paulo agiu no período, reforçando o efetivo das suas corporações e propondo reformas para adequar as corporações ao contexto sócio-político do período. De acordo com a legislação estadual, era atribuição da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo fixar o efetivo das corporações policiais⁸⁸, porém, o governador tinha liberdade para elaborar e enviar à assembleia o pedido de fixação anual⁸⁹. Na prática, o governador enviava anualmente a câmara o pedido de fixação, que era ratificado pela assembleia. Essa prática era comum e não produzia embates e questionamentos da oposição. Usualmente, as pressões dos deputados em matéria das corporações policiais giravam em torno das requisições para que bases policiais fossem construídas em suas cidades ou próxima delas. Em raros casos ocorria o questionamento pelo

⁸⁵ Constituição do Estado de São Paulo, 1947: Artigo 148 – A Força Pública, corporação militar essencialmente obediente ao Governo do Estado, é instituição permanente, destinada à manutenção da ordem e da segurança pública.

⁸⁶ Constituição do Estado de São Paulo, 1947: Artigo 150 - A lei manterá a Guarda Civil, como entidade distinta, assegurando aos seus componentes, no que for aplicável, o disposto nesta Constituição para os funcionários públicos.

⁸⁷ Artigo 183 da Constituição Federal de 1946: As polícias militares instituídas para a segurança interna e a manutenção da ordem nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, são consideradas, como forças auxiliares, reservas do Exército. Como aponta Thais Battibugli (2006, p. 63), “a relação de submissão da FP ao Exército foi mantida pela Constituição de 1946. A mais alta patente da FP era a de coronel, hierarquicamente inferior às mais altas patentes do Exército, na época, a de general e a de marechal.”

⁸⁸ Constituição Estadual de São Paulo, 1947: Artigo 20 – Seção II – Das atribuições do Poder Legislativo. E) fixar anualmente o efetivo da Força Pública.

⁸⁹ Constituição Estadual de São Paulo, 1947: Artigo 22 – Seção III – Das Leis. Parágrafo único - Caberá exclusivamente ao Governador a iniciativa das leis que fixarem o efetivo da Força Pública, aumentarem vencimentos de funcionários ou criarem cargos em serviços já organizados, salvo os casos expressos nesta Constituição.

pedido de fixação dos efetivos das corporações (PINHEIRO, 1981, p. 396; BATTIBUGLI, 2006, 305-307). Na tabela abaixo, podemos observar o crescimento do efetivo fixado das duas corporações no recorte analisado:

Tabela 1 – Efetivo fixado da Força Pública e da Guarda Civil (1946-1964)⁹⁰

ANO	FORÇA PÚBLICA	GUARDA CIVIL
1946	11.590	3.900
1947	11.569	3.995
1948	11.938	4.067
1949	12.892	4.195
1950	13.503	4.350
1951	13.514	4.495
1952	13.952	4.821
1953	13.707	4.785
1954	13.705	5.381
1955	14.750	6.338
1956	18.000	8.881
1957	18.000	9.200
1958	18.000	9.122
1959	18.000	9.122
1960	18.000	9.122
1961	18.012	9.132
1962	21.085	11.332
1963	31.000	12.900
1964	31.232	15.000

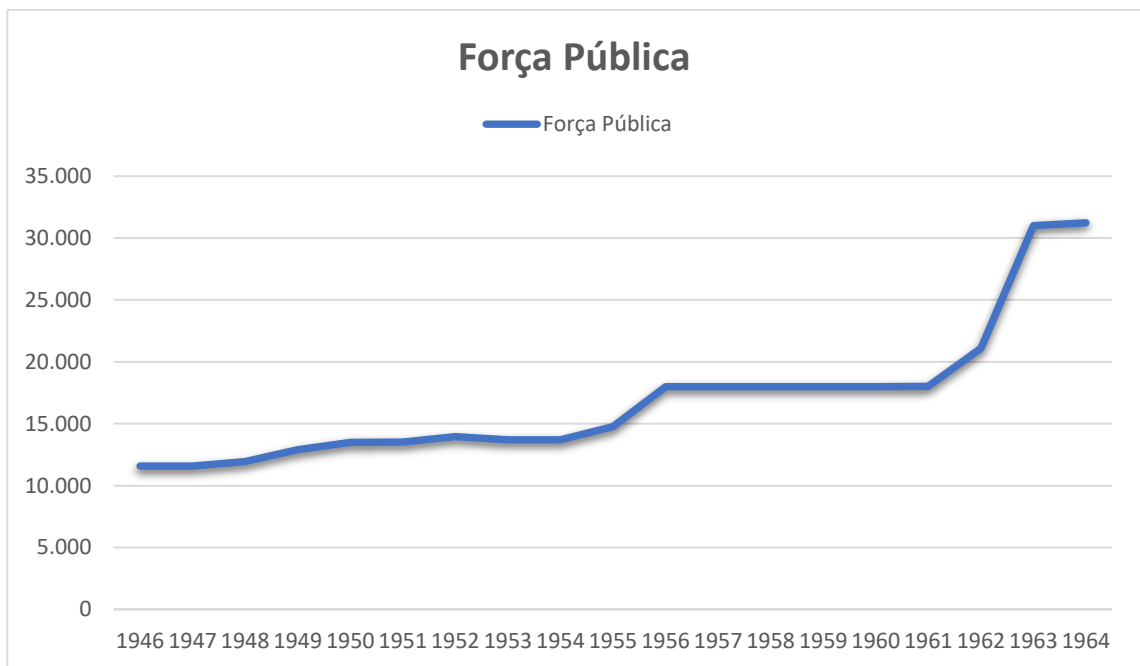
O efetivo fixado por lei nem sempre era o efetivo real existente. Isso porque ocorriam demissões, aposentadorias e contratações emergenciais. O número fixado era, mesmo assim, um dado seguro para balizar o tamanho do efetivo. No recorte histórico analisado, o efetivo da Força Pública cresceu quase três vezes, enquanto o da Guarda Civil aumentou quase quatro vezes. O aumento nos números se justifica pelo aumento da população. Friamente, os números sugerem proporções grandes, sobretudo se comparados ao crescimento da população do estado no período. No entanto, em relatório⁹¹ encomendado pelo governo do estado à consultores americanos e britânicos, a constatação era de que o número proporcional de policiais em relação

⁹⁰ Os decretos e leis ordinárias que fixavam o efetivo das corporações podem ser consultados no Arquivo Público do Estado de São Paulo e no sítio digital da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao>. Acessado em: 23/11/2018.

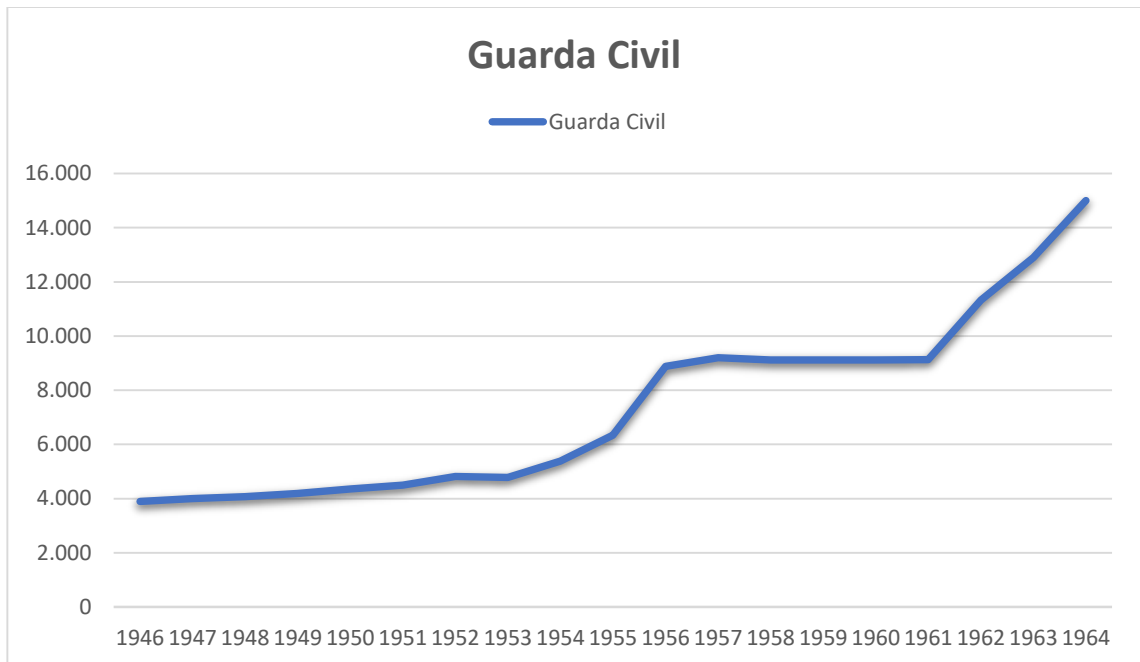
⁹¹ Ver LINGO, Joseph; AVIGNONE, Arthur. Estudo sobre a organização policial do Estado de São Paulo. Missão Norte-Americana e cooperação técnica (Ponto IV). 1958, p. 85. Lingo e Avignone eram consultores da *Office of Public Safety* (Divisão de Segurança Pública) do *International Cooperation Administration* (ICA). Battibugli (2006, p. 45-47; 2009) fornece uma breve explicação sobre o conteúdo do relatório.

à população era baixo, principalmente quando desconsiderada a Força Pública, que não realizada o policiamento preventivo recomendado para metrópoles e áreas urbanizadas⁹². Além disso, como veremos mais adiante, o aumento do efetivo das corporações era utilizado politicamente pelos governadores paulistas para sustentar seu poder e influência sobre as polícias. Abaixo, podemos ver uma representação gráfica desse aumento o aumento do efetivo ao longo dos anos:

Gráfico 1 – Efetivo fixado da Força Pública (1946-1964)



⁹² Para um aprofundamento maior na discussão sobre padrões de policiamento, ver BAYLEY, 2001; 2006.

Gráfico 2 – Efetivo fixado da Guarda Civil (1946-1964)

Os gráficos apontam para um especial aumento do efetivo a partir de 1961. É possível ler esse aumento a partir da perspectiva do crescimento populacional e da disputa pelo apoio das corporações entre os grupos políticos. Entretanto, uma leitura mais atenta sugere que esse aumento substancial estaria relacionado também a uma potencial iniciativa golpista, sobretudo de Adhemar de Barros. Discutiremos mais essa interpretação no capítulo 4. Por ora, interessa a interpretação sobre as corridas eleitorais que colocavam as corporações no centro de uma disputa política, onde os governadores valiam-se de aumento de efetivo e de verba.

A estrutura da segurança pública e do policiamento em São Paulo estava dividida entre a Força Pública, a Guarda Civil e a Polícia Civil⁹³, todas subordinadas à Secretaria de Segurança Pública, vinculada diretamente ao governo do Estado. Ainda em 1947, a estrutura da Força Pública e da Guarda Civil foi definida, respeitando as posições e patentes já adquiridas pelos membros das duas e incorporando os membros anistiados e reintegrados às corporações. No caso da Guarda Civil, a estrutura hierárquica da corporação se modificou para se assemelhar ainda mais à polícia metropolitana de Londres e passou a configurar-se e organizar-se de forma mais distante do conteúdo militar que herdaria da Força Pública. No quadro abaixo, podemos

⁹³ Entre 1946 e 1964, outras corporações foram criadas, como a Guarda Noturna, Polícia Feminina, a Polícia Rodoviária Estadual, Polícia das Estradas de Ferro, a Polícia Bancária e a Polícia Florestal. Todavia, todas foram incorporadas ou eram subordinadas às três principais corporações e não tinham força política nem estrutural semelhante.

visualizar como era configurada a estrutura hierárquica da corporação na experiência democrática:

Quadro 1 – Estrutura da carreira da Guarda Civil⁹⁴

Diretoria
Inspetor Chefe Superintendente
Inspetor Chefe de Agrupamento
Inspetor Chefe de Divisão
Inspetor
Subinspetor
Guarda Civil de Classe Distinta
Guarda Civil de Classe Especial
Guarda Civil de primeira Classe
Guarda Civil de segunda Classe
Guarda Civil de terceira Classe

A estrutura imposta via decreto à corporação atendia uma reivindicação antiga da corporação, que pedia, desde os anos 1930, por desvinculação da Força Pública e autonomia administrativa e hierárquica. A mudança permitia uma organização política mais profunda de seus membros, embora isolasse a corporação, que se consolidava cada vez mais como instituição civil e autônoma. Do ponto de vista operacional, a nova estrutura permitia uma atuação mais eficiente da corporação, uma vez que não precisavam prestar contas à corporação. A farda azul passou a aplicar melhor os fundamentos do policiamento preventivo sem as amarras burocráticas que a vinculavam com a tradicional corporação. Além disso, sua estrutura possibilitava que um guarda civil de terceira classe chegasse ao topo da hierarquia (BRITO, 1966, p. 144-145).

Já a Força Pública, manteve sua tradicional estrutura militar. Mesmo com o aparelhamento da corporação pelo Estado Novo, as várias tentativas de mudança na estrutura organizacional da corporação visando descaracterizá-la de seu elemento militar estruturante, não obtiveram êxito. Dessa forma, a hierarquia da Força Pública permanecia espelhada na hierarquia do exército. Continuava sendo a maior corporação do estado, com maior efetivo, maior orçamento e politicamente mais organizada. Dessa forma, mesmo estivesse agora independente administrativamente da Guarda Civil e da Polícia Civil, a força política que possuía reverberava nas outras corporações, como observaremos nos embates que ocorriam entre as polícias e nas manifestações corporativas grevistas da categoria. A adesão da Força

⁹⁴ Estrutura da Guarda Civil, segundo decreto-lei nº 16.743 de 17 de janeiro de 1947.

Pública mobilizava membros de outras corporações, pois tratava-se de uma corporação de vanguarda no estado. A sua estrutura hierárquica era disposta da seguinte maneira:

Quadro 2 – Estrutura da carreira da Força Pública⁹⁵

Oficiais	Oficiais superiores	Coronel
		Tenente-coronel
		Major
	Oficial Intermediário	Capitão
	Oficiais subalternos	Primeiro-tenente
		Segundo-tenente
Praças	Praças especiais	Aspirante a oficial
		Aluno Oficial
		Aluno do Curso Preparatório
	Praças graduados	Subtenente
		Primeiro-sargento
		Segundo-sargento
		Terceiro-sargento
		Cabo
		Soldado
		Aluno soldado

Observa-se que na Força Pública não havia a patente de general. Isso porque, como já apontado, a corporação continuava subordinada ao Exército. O modelo de promoção ocorria de duas formas: quando as praças ingressavam no curso de formação de soldados ou no curso de formação de oficiais e iniciavam a carreira na corporação, ou, assim como no exército, por bravura ou serviços prestados. Porém, diferente do que acontecia na Guarda Civil, apenas os oficiais superiores conseguiam chegar ao topo da carreira (PESTANA, 1955, p. 148).

Por último, tínhamos a Polícia Civil⁹⁶, a antiga Polícia Judiciária. Suas atribuições eram, majoritariamente, administrativas, sendo responsável pelo trabalho de investigação e encaminhamento processual. Deveria apurar a ocorrência de crimes e delitos e instaurar inquéritos policiais. Além disso, era responsável por coordenar as ações de policiamento junto à Força Pública e à Guarda Civil. Suas funções eram divididas, basicamente, entre inspetores e delegados, sendo que os inspetores operavam nas ruas e os delegados coordenavam os trabalhos nas delegacias (BRITO, 1966, p. 12). Embora não seja o objeto central dessa pesquisa, pontuar brevemente as características e estrutura da corporação é importante para apresentar um

⁹⁵ Estrutura da Força Pública, segundo o decreto-lei 17.225 de 16 de maio de 1947.

⁹⁶ A Polícia Civil, por uma carência de material bibliográfico e fontes primárias, não é objeto de pesquisa deste trabalho. Cabe, no entanto, citá-la para contextualizar melhor a estrutura da segurança pública em São Paulo no período.

panorama de como se configuravam as corporações policiais no recorte observado. Sua estrutura hierárquica era disposta da seguinte forma:

Quadro 3 – Estrutura de carreira da Polícia Civil

Delegado Auxiliar
Delegado Classe Especial
Delegado de Primeira Classe
Delegado de Segunda Classe
Delegado de Terceira Classe
Delegado de Quarta Classe
Delegado de Quinta Classe
Inspetor
Investigador de Classe Especial
Investigador de Primeira Classe
Investigador de Segunda Classe
Investigador de Terceira Classe
Investigador de Quarta Classe

O governo do estado era responsável por colocar em funcionamento as delegacias de polícia, os quartéis da Força Pública e as bases da Guarda Civil que se faziam presentes na capital e no interior. Desse modo, se organizava o complexo sistema de policiamento e segurança pública nas ruas de São Paulo, que contava com três corporações independentes, mas que deveriam trabalhar em conjunto. Como veremos a seguir, essa estrutura produzia embates entre as corporações, que constantemente disputavam maiores orçamentos e, sobretudo, a garantia de sua autonomia e independência.

2.3. ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E EMBATES ENTRE AS CORPORações

Com a queda de Getúlio Vargas e com o país respirando os ares da democratização, as organizações políticas e sociais das polícias passaram a atuar de forma mais aberta. No início dos anos 1950, com o efetivo da Força Pública ultrapassando os 13,5 mil policiais, havia um problema de representação: as praças não possuíam um espaço como o Clube Militar dos oficiais. Nesse sentido, por iniciativa dos cabos e soldados, em 1951 foi criado o Centro Social de Cabos e Soldados da Força Pública. O clube tinha o objetivo de ser uma agremiação capaz de oferecer assistência jurídica e social, cultural e recreativa aos cabos e soldados⁹⁷, que não foi

⁹⁷ Carta de fundação do Centro Social de Cabos e Soldados da Força Pública. Disponível em: <https://www.cabosesoldados.org.br/historia/>.

reconhecido oficialmente pelo governo do estado. Dois anos mais tarde, o Clube Militar da Força Pública, agremiação dos oficiais da corporação, passou a se chamar Clube dos Oficiais da Força Pública⁹⁸. A corporação passou a ter dois espaços onde se desenrolavam discussões e articulações políticas.

Em 1955, em meio a greves e manifestações da corporação, aliado ao movimento de parte dos militares das Forças Armadas para assegurar a posse constitucional de Juscelino Kubistchek, a agremiação dos cabos e soldados passou a se denominar (brevemente) Clube dos Vigilantes⁹⁹ e ali eram organizados debates e discussões políticas com forte presença de políticos e membros do PCB¹⁰⁰. Com o crescente número de filiados, que já ultrapassavam os 3,5 mil membros em 1956, a agremiação passou a pressionar o governador Jânio Quadros a oficializar a organização, o que ocorreu apenas em 1958¹⁰¹.

No caso da Guarda Civil, as organizações sociais e políticas da corporação viriam a materializar-se apenas em 1960¹⁰². Nesse ano, foi criado o Centro Social dos Inspetores¹⁰³ e, em 1963, o Centro Social dos Guardas Civis (CSGC)¹⁰⁴. Assim como no caso da Força Pública, as agremiações da guarda tinham o objetivo de se consolidarem enquanto um espaço social da corporação. Todas as organizações, de ambas as corporações, tinham uma presença mais assídua de membros da capital, já que as sedes dos clubes ficavam na cidade de São Paulo. Durante os anos 1960, no entanto, a Força Pública, principalmente, buscou angariar novos filiados na grande São Paulo e até mesmo no interior do estado, com projeto de abrir novas sedes.

Essa complexa estrutura de organização política, social e de trabalho que as polícias do estado de São Paulo possuíam no período democrático produzia fissuras e embates. Como já discutido, a estrutura do policiamento em São Paulo no período contava com três corporações principais: a Força Pública, a Guarda Civil e a Polícia Civil. A cultura da polícia não era única, nem homogênea, uma vez que cada corporação tem um sistema de valores, uma identidade específica que, não raramente, rivaliza, compete, com a instituição irmã. Dessa forma, parte da identidade do policial da Força Pública era construída pela oposição ao ser policial civil, e vice-

⁹⁸ Atual Associação dos Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

⁹⁹ Atual Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

¹⁰⁰ Discutiremos esse tema com maior profundidade no capítulo 4.

¹⁰¹ Decreto de lei número 30.666, de 13 de janeiro de 1958.

¹⁰² Desde 1951 havia a Associação dos Inativos da Guarda Civil, que funcionava como uma espécie de agremiação para os aposentados ou afastados do serviço. A associação não tinha, entretanto, grande impacto político na corporação.

¹⁰³ Decreto de lei número 5.529, de 14 de janeiro de 1960.

¹⁰⁴ Decreto de lei número 7.921, de 6 de junho de 1963.

versa, no que diz respeito à Guarda Civil. Praticamente durante todo o período analisado, a Força Pública, a Guarda Civil e a Polícia Civil rivalizaram-se entre si, com o objetivo de ter mais atribuições, verbas e poder. (BATTIBUGLI, 2006, p. 130). Essencialmente, as disputas entre as corporações eram por protagonismo. Nenhuma aceitava se submeter a outra e essa era a principal causa de conflitos entre as polícias, como destaca a cientista política e historiadora Thaís Battibugli:

Portanto, nas tarefas de policiamento, os agentes de execução, ou seja, os policiais da Força Pública e os guardas civis designados para o patrulhamento, se subordinavam às autoridades policiais, o que consistia numa das causas de rivalidades e conflitos entre a FP e a PC, pois o policial da FP, em geral, aceitava submeter-se apenas às ordens de seu superior hierárquico. A Polícia Civil era a principal instituição policial da época, com maior poder e atribuições, embora contasse com efetivo diminuto em relação à Força Pública e à Guarda Civil. Objetivava manter a primazia nas tarefas de investigação, produção de inquéritos, planejamento e coordenação do serviço de policiamento. A Polícia Civil iniciou o período democrático em processo de profissionalização, com a implantação de concursos regulares para ingresso na carreira, embora leigos ainda pudessem exercer funções policiais, como suplentes de delegados, subdelegados, suplente de subdelegado e inspetor de quartelão. (BATTIBUGLI, 2006, p. 143).

Nesse sentido, dentro desse arco de queda de braço, os principais temas de conflito eram o orçamento e as reformas curriculares que sempre rondavam as corporações. Por ser a principal corporação, com maior efetivo e estrutura, a Força Pública recebia o maior orçamento do governo. No entanto, a pressão em torno de maior investimento e profissionalização das polícias não militares, a Polícia Civil e a Guarda Civil, ameaçava o protagonismo orçamentário da força. O caso mais emblemático foi no ano de 1957 durante a gestão de Jânio Quadros, que destinou uma verba 20% maior para a Polícia Civil¹⁰⁵ em relação a da Força Pública¹⁰⁶. O fato gerou protestos por parte dos oficiais da Força Pública. A disputa pelo orçamento, que sempre era maior para a força, era acirrada pelos comandos das corporações (BATTIBUGLI, 2006; 2010).

O segundo elemento dessa disputa por protagonismo eram as reformas sempre em pauta na assembleia legislativa e nos jornais. Em uma delas, proposta em 1953, no governo do ademarista Lucas Garcez¹⁰⁷, o ponto que mais gerou debate entre as corporações foi a proposta de equivalência hierárquica entre a Polícia Civil e a Força Pública. Pela proposta, a equidade seria dessa forma:

¹⁰⁵ O aumento de verba naquele ano específico se justifica pela abertura de concursos e novas sedes (BRITO, 1966).

¹⁰⁶ Relatórios de gestão fiscal e orçamentária do estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/leis/orcamento/anteriores/1957>.

¹⁰⁷ O governador viria a romper com Ademar de Barros durante seu mandato.

Quadro 4 – Proposta de equivalência de patentes

Coronel	Delegado Auxiliar
Tenente-coronel	Delegado Classe Especial
Major	Delegado de Primeira Classe
Capitão	Delegado de Segunda Classe
Primeiro-tenente	Delegado de Terceira Classe
Segundo-tenente	Delegado de Quarta Classe
Aspirante a oficial	Delegado de Quinta Classe
Subtenente	Inspetor
Primeiro-sargento	Investigador de Classe Especial
Segundo-sargento	Investigador de Primeira Classe
Terceiro-sargento	Investigador de Segunda Classe
Cabo	Investigador de Terceira Classe
Soldado	Investigador de Quarta Classe

A proposta gerou protestos dos delegados da Polícia Civil, que viam na proposta a perda de protagonismo, já que a única função que era sua atribuição exclusiva era a de delegado. Com essa equivalência, perderia essa exclusividade, já que os coronéis poderiam comandar as delegacias e investigações, atribuições que não lhe competiam. Em outra proposta, em relatório encomendado por Jânio Quadros, em 1957¹⁰⁸, foi desenvolvida uma extensa alternativa para o problema da complexa estrutura da segurança pública paulista. Dentre outros pontos, o principal era a recomendação de que o estado tivesse apenas uma corporação. Mais uma vez, a Polícia Civil protestou, junto com a Guarda Civil, já que, por ser maior e mais antiga, a Força Pública incorporaria as duas, caso a proposta fosse levada adiante, o que, evidentemente, não ocorreu.

O processo de organização política dos policiais, por meio de seus clubes e agremiações, foi um importante passo para que as corporações tivessem algum protagonismo no cenário político institucional. Os embates entre as corporações e as manifestações de contrárias às reformas que eram propostas já demonstravam um grau de organização política corporativa que havia se alcançado. Como veremos a seguir, a Força Pública e a Guarda Civil eram disputadas politicamente por diferentes grupos.

¹⁰⁸ Ver LINGO e AVIGNONE (1958) e BATTIBUGLI (2009, p. 173-188).

2.4. ADEMARISMO, JANISMO E COMUNISMO: A FORÇA PÚBLICA E A GUARDA CIVIL EM DISPUTA

No recorte desta pesquisa, identificou-se a presença de três grupos políticos que disputavam influência política nas corporações paulistas. Dois desses grupos eram polarizados por Ademar de Barros¹⁰⁹ e Jânio Quadros, que foram dois dos mais importantes políticos de São Paulo no século XX. Durante as décadas de 1930 a 1960, os políticos e seus correligionários, Lucas Garcez (1951-1955) e Carvalho Pinto (1959-1963), se revezaram na prefeitura e no governo do estado, tendo protagonizado importantes embates. Por conta desse protagonismo na política paulista, Ademar e Jânio disputaram influência da burocracia municipal e estatal, ganhando simpatizantes e correligionários ao longo de suas carreiras. Além disso, as imagens públicas que possuíam – Ademar era identificado pelas grandes obras públicas que inaugurava, e Jânio com o combate à corrupção – dividiam também a população. No que diz respeito à Força Pública e à Guarda Civil, a disputa pela simpatia dos membros e do comando das corporações era vista como algo de fundamental importância por dois motivos principais: em primeiro lugar, porque ter o respaldo das corporações num período de instabilidade política nacional garantiria segurança ao governo e; em segundo lugar, porque as polícias, especialmente a tradicional Força Pública, já estavam enraizadas na sociedade paulista, gozando de grande simpatia popular, sobretudo após 1932, quando a Força passou a ser vista como sinônimo de orgulho paulista e seus membros como heróis (BATTIBUGLI, 2006; ROSEMBERG, 2012).

No caso de Ademar de Barros, que foi governador de São Paulo entre os anos de 1938-1940, 1947-1950 e 1963-1965; e prefeito entre os anos de 1957-1961; nos anos em que esteve à frente do governo, promoveu um aparelhamento da Força Pública, por meio de decretos de aumento salarial, aquisição de equipamentos, modernização da frota de veículos e aumento do orçamento anual; fatos que angariaram simpatia de vários quadros da corporação. Jânio Quadros, que foi governador de São Paulo entre 1955 e 1959 e prefeito da capital entre os anos de 1953 e 1955, teve sua gestão marcada por uma racionalização no serviço público, promovendo demissões em massa e reordenando o aparelho estatal. Durante o período em que esteve à frente do governo, promoveu grande crescimento da Guarda Civil, investindo no aumento do orçamento e efetivo da Farda Azul¹¹⁰. Por esse motivo, Jânio gozava de grande

¹⁰⁹ Em alguns documentos de imprensa da época, a grafia do nome era escrita com “h”. Adotaremos a grafia utilizada nos documentos oficiais.

¹¹⁰ Em 1954, um ano antes de Jânio Quadros, assumir como governador, o efetivo fixado da Guarda Civil era de 5.381 homens. No último ano de seu mandato, em 1959, o número saltou para 9.122. Ver Tabela 1, página 47.

prestígio entre os membros da Guarda Civil. Em decorrência dessa presença política marcante, havia em São Paulo no período os ademaristas (apoiadores ou simpatizantes de Ademar) e os janistas (apoiadores ou simpatizantes de Jânio) (BATTIBUGLI, 2006, p. 72 -87).

Por um outro ponto de vista, o fenômeno do ademarismo e do janismo como expressão do populismo paulista é observado por Francisco Weffort (1965). O cientista político destaca a influência enraizada que os dois nomes possuíam no período. Jânio Quadros e Ademar de Barros aparelharam não apenas as polícias, mas toda a burocracia do estado e da cidade de São Paulo, nomeando apoiadores e aliados para cargos importantes dos escalões inferiores e angariando simpatia de funcionários públicos de todos os setores. A ambos interessava ter o apoio político e a convivência harmônica com as instituições policiais, já que os dois disputavam espaço político em associações ligadas à Força Pública e à Guarda Civil, como os clubes militares e as associações de cabos e soldados. Nas duas corporações havia adeptos do ademarismo e do janismo (BATTIBUGLI, 2006, p. 78; 2009, p. 133; DALLARI, 1977, p. 74-75).

No que diz respeito à Força Pública, era competência do governador “anular ou atenuar punições impostas aos oficiais e praças (suboficiais e soldados), na forma do respectivo regulamento e disciplina, e fixar o efetivo anual da corporação” (BATTIBUGLI, 2006, p. 78). Assim, o chefe de governo estadual poderia modificar sanções disciplinares internas e aumentar o efetivo como instrumento de influência política, como ocorreu em 1950, quando Ademar de Barros aumentou de 11.571 para 13.503 o efetivo da Força Pública., ou em 1956, quando Jânio adotou a mesma prática, aumentando de 13.705 para 18.000 (DALLARI, op. cit. p. 75). O aumento do efetivo das corporações – que estavam presentes na capital e no interior –, diferente da Primeira República, não tinha a finalidade de defesa contra a união, mas sim a utilização e instrumentalização das corporações como ferramenta de coerção, sob ordens de políticos locais no interior, sempre sintonizados e alinhados ou com Ademar, ou com Jânio. Exemplos dessa instrumentalização, são descritos por Thaís Battibugli¹¹¹:

Em 1952, o deputado estadual Menotti Del Picchia acusou policiais do DOPS, subordinados ao delegado Manuel R. Cruz, pela prática de violências no interior do Estado para promover a vitória do PSP, partido de Ademar de Barros, e servir a interesses de grupos políticos, o que foi negado pelo próprio delegado em ofício a SSP. O deputado estadual Jânio Quadros denunciou, em 1952, na Assembléia Legislativa, a existência de apadrinhamento político para a nomeação de escrivães sem a realização prévia de curso na Escola de Polícia, exigência legal para a nomeação. Segundo Quadros, os alunos formados nos cursos da Escola de Polícia ficavam à espera de concurso público, sempre adiado, devido à existência de escrivães interinos, apadrinhados do governo, que faziam o mesmo curso por correspondência. Quando os

¹¹¹ AESP, DOPS, 50-Z-684, Pasta 1. Transcrição de discurso do deputado estadual Jânio Quadros, 08 de out.de 1952.

interinos terminaram o curso, realizou-se, finalmente, o concurso público para escrivão e os apadrinhados “levaram vantagem sobre os demais”. Enquanto governador, Jânio Quadros, em 1956, publicou decreto que exonerava os servidores das carreiras policiais reprovados nos exames de habilitação na Escola de Polícia; mas, por necessidade do serviço, os mesmos poderiam ser nomeados em caráter interino, desde que fossem inscritos ex-officio nos cursos da Escola de Polícia. Como resultado, os interinos faltavam muito aos cursos e continuavam no cargo. (BATTIBUGLI, 2006, p. 78).

A profissionalização era vista com resistência pelos quadros das corporações. Embora a missão francesa do início do século tenha criado uma estrutura sólida de formação para a Força Pública, a extensão não era equivalente a Guarda Civil, por terem característica bastante distintas. Nesse sentido, tentava-se realizar um processo de reforma e profissionalização da corporação, o que era visto por membros como uma forma de descaracterização e até de possível substituição de quadros mais antigos por mais novos e adequados a um novo perfil e currículo. Essa resistência também ocorria na Força Pública, que não via com bons olhos as iniciativas de mudança nos currículos, pouco modificados desde a missão francesa. Além da resistência às normas de profissionalização, a cultura do apadrinhamento dificultava qualquer tipo de mudança. Aliado de Jânio Quadros, Carvalho Pinto, enquanto governador, levou adiante a ideia inicial de reforma do sistema policial, baseada em estudos de consultores e pesquisadores dos Estados Unidos e da Inglaterra. A ideia não foi levada adiante, por resistência de ademaristas das duas corporações. Embora não tenha tido sucesso em sua ideia de reforma, Carvalho Pinto conseguiu descentralizar a estrutura policial, seguindo a linha do seu padrinho político (CARVALHO, 2011, p. 113; ROSEMBERG, 2013, p. 173; BATTIBUGLI, 2006, p. 76).

Entre os oficiais da cúpula da Força Pública, Jânio Quadros não gozava de muita simpatia. Durante seu governo (1955-1959) houve quatro trocas de comando na corporação¹¹². Havia profundo descontentamento entre os oficiais com o governo, o que gerava embates, com declarações públicas de descontentamento de ambos os lados e com parte da oficialidade cogitando, inclusive, pedir intervenção do exército no problema (BATTIBUGLI, 2006, p. 80)¹¹³. O mesmo desgaste não era sentido, entretanto, entre os cabos, soldados e praças da corporação. A criação do Centro Social dos Cabos e Soldados da Força Pública, que ocorreu apenas em 1957, ocorreu por influência da esposa de Jânio Quadros, Eloá Quadros¹¹⁴ e foi a

¹¹² Coronel João Canavó Filho, que comandou de fevereiro de 1955 a janeiro de 1956; Coronel Rubens Teixeira Branco, que esteve à frente entre janeiro e dezembro de 1956; Coronel Fausto Quirino Simões, que ficou de dezembro de 1956 a maio de 1958; e Coronel Evaldo Predeschi que comandou apenas entre maio e julho de 1958, sendo substituído pelo Tenente Coronel José João Batal, que ficou até fevereiro de 1959, já na administração Carvalho Pinto (MALVÁSIO, 1967, p. 77).

¹¹³ Arquivo Público do Estado de São Paulo. Jornal Última Hora. 26 de julho de 1958.

¹¹⁴ A primeira dama foi homenageada, inclusive, como madrinha da instituição e tem uma sala com seu nome na sede da associação, localizada na capital do estado.

resposta dada por Quadros, que buscava apoio e influência em outras camadas da corporação. Nas eleições de 1958, embora houvesse um desgaste entre parte dos oficiais e Jânio Quadros, muitos soldados e praças apoiaram a candidatura de Carvalho Pinto, sustentada por Jânio, em consequência do seu endosso para criação do centro social da categoria. Ademar, embora gozasse de simpatia entre a maior parte dos oficiais, não conseguiu converter o apoio em vitória no pleito.

Na Guarda Civil, a disputa por apoio e influência estava relacionada à nomeação de cargos comissionados, como o de subinspetor; e na Polícia Civil à nomeação de subdelegados e suplentes de delegados, cargos que não eram profissionais e que, portanto, eram motivo de disputas políticas. Na capital e nas 18 divisões policiais no interior do estado¹¹⁵. As nomeações impactavam na dinâmica dos subordinados e na atuação da corporação, especialmente no interior, onde o delegado e o subdelegado eram representações do poder local. Nesse sentido, as nomeações para os cargos eram resultado de uma articulação política entre o governador e seus correligionários locais, que, valendo-se de um comando político e aliado das corporações, utilizavam as corporações como instrumentos políticos de coerção, seja para intimidar opositores locais ou para desarticular organizações políticas civis (BATTIBUGLI, 2006, p. 82-89; ADORNO, 2002, p. 26). Ademais, pela farda azul ser uma corporação civil de policiamento ostensivo e preventivo, era ela que estava mais presente – do ponto de vista do policiamento, não do ponto de vista numérico – no cotidiano das cidades. Uma boa atuação da corporação não significava necessariamente uma queda da criminalidade, mas impactava na sensação de segurança da população. Era importante, portanto, manter os membros da Guarda Civil alinhados com o governo, pois o descontentamento da corporação poderia interferir na segurança pública e minar o prestígio do governo.

A influência e disputa de Ademar e Jânio também reverberava nas eleições para os clubes e associações dos membros das corporações. Os clubes e associações funcionavam como termômetro do apoio das corporações aos políticos. Ademais, ter influência nas chapas que venciam as eleições para disputa da presidência dos órgãos era importante, já que eles vocacionavam os anseios dos membros e conseguiam atuar para administrar eventuais problemas como greves e insatisfações. Em 1957, por exemplo, em ocasião das eleições para o Clube dos Oficiais da Força Pública, a disputa estava polarizada entre as chapas janista e

¹¹⁵ As cidades com divisões policiais no interior no período eram: Araraquara, Araçatuba, Assis, Barretos, Bauru, Botucatu, Casa Branca, Campinas, Guaratinguetá, Itapetininga, Jaú, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Sorocaba e Taubaté.

ademarista. Jânio Quadros tentou influenciar nas eleições, oferecendo jantares no clube¹¹⁶. No pleito, venceu a chapa ademarista, em pleno governo janista. As eleições para o Clube dos Oficiais deixavam claro que a disputa política havia chegado aos quartéis. No ano seguinte, em 1958, nas eleições para o governo do estado, Ademar de Barros fazia uma campanha de oposição ao governo de Jânio, que era especialmente dirigida à policiais da Força Pública, como mostra Battibugli¹¹⁷:

Nessa época, a oposição ademarista fazia campanha eleitoral especialmente dirigida aos policiais da Força Pública. Alguns panfletos apreendidos pelo DOPS eram abertamente favoráveis a Barros. O governador Quadros estava disposto a acabar com as infiltrações políticas, leia-se, de ademaristas, na FP e acenava com a possibilidade de alteração de comando, caso se comprovasse o interesse político da cúpula no resultado das eleições para o Clube dos Oficiais, em dezembro de 1958, segundo matéria de jornal. Na realidade, Jânio queria apenas eliminar a vertente ademarista da Força. (2006, p. 79)

Uma terceira força política que exercia influência na Força Pública e na Guarda Civil, era o Partido Comunista do Brasil, junto de oficiais e praças das corporações. A conjuntura internacional e os problemas estruturais da sociedade à época favoreceram o florescimento de ideias à esquerda nas classes mais pobres e nas camadas médias, incluindo os membros das duas corporações policiais. Dessa forma, a representatividade popular que o PCB possuía nos anos 1950 e 1960 contribuiu para que os militares da Força Pública e da Guarda Civil se aproximassem do partido. É importante destacar que as corporações policiais eram independentes e distintas entre si, além de seu corpo serem constituídos de indivíduos de origens e pensamentos diferentes. Ou seja, embora essas três forças exercessem influência nos militares das polícias, não o faziam sem que houvessem conflitos e disputas internas. Do ponto de vista da atuação do PCB entre as polícias paulistas, não houve ruptura com o processo que já ocorria desde os anos 1920: o Setor Militar do PCB atuava junto às corporações. O breve período de legalidade que o partido dispôs entre 1945 e 1947, quando teve seu registro novamente cassado, permitiu uma maior articulação dos comunistas com os policiais. A atuação do PCB junto às corporações policiais paulistas é pouco explorada na literatura. Encontramos algumas pistas, porém, na tese de Thaís Battibugli (2006; 2010), que pesquisou em arquivos do DOPS no Arquivo Público do Estado de São Paulo e nos traz elementos importantes para discussão.

Com o registro cassado, restava ao PCB a militância na clandestinidade. Em 1953, o DOPS investigou a presença de uma célula do Setor Militar do PCB presente no Clube dos

¹¹⁶ Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Governador oferece jantar em comemoração ao aniversário da Força Pública*. Jornal Folha da Manhã. 12 de abril de 1957, p. 3.

¹¹⁷ Arquivo Público do Estado de São Paulo, Departamento de Ordem Política e Social, 50-D-18, Pasta 8. Diário da Noite. 3 de dezembro de 1958.

Vigilantes. Em 1957, investigou possíveis conexões entre a diretoria do Centro Social de Cabos e Soldados da Força Pública e o PCB, o que se verificou como um fato posteriormente. A atuação do PCB junto às polícias era duramente reprimida pelo governo estadual, seja sob o comando de Ademar ou Jânio. A atuação do DOPS foi constante e marcante no período. Para ambos, o departamento era um importante instrumento de manutenção da ordem pública. Conforme a tradição, investigou a atuação de partidos de esquerda em associações, a militância política de policiais e programas políticos de partidos de esquerda, principalmente, o PCB. Além disso, passou a pesquisar antecedentes político-sociais de candidatos ao ingresso na polícia e casos de corrupção que envolvessem policiais, já que havia suspeitas de que os policiais organizavam bailes nos clubes militares e associações para arrecadar dinheiro para o PCB (BATTIBUGLI, 2006, p. 48). A pesquisa nos arquivos apontadas por Thaís Battibugli corrobora com a afirmação feita pelo tenente capitão Pedro Lobo:

Era o que restava, né? O partido estava ilegal, clandestino, então a gente não tinha assim, um financiamento ou recursos. A gente dependia de bailes, vender bolos, rifas, coisas desse tipo. O dinheiro a gente usava pra imprimir material de campanha, produzir jornais e até para a compra de livros que a gente precisava ler para a formação que o partido sugeria. (OLIVEIRA, 2018. Entrevista concedida ao autor)

A disputa por influência nas corporações policiais era desigual. Enquanto os grupos políticos de Ademar e Jânio dispunham do aparato estatal para oferecer aumento de efetivo, orçamento e nomeações, usavam as do DOPS para reprimir o PCB, que possuía escassos recursos. Mesmo assim ainda havia a adesão e simpatia de policiais das duas corporações por bandeiras à esquerda, sobretudo de uma esquerda nacionalista. Essas bandeiras eram encampadas pelo PCB, que através de seu Setor Militar possuía células atuantes dentro das corporações. Esse grupo, apesar de representar uma parcela pequena, era bastante ativa e militante, e não se intimidava, facilmente, com pressões do governo, de seus superiores e, mesmo, com a intervenção do Exército (BATTIBUGLI, 2006, p. 107-109).

Nos anos 1960, o PCB mantinha sua presença entre os policiais. Em janeiro de 1961, a grande greve que movimentou policiais de todas as corporações, sobretudo da Força Pública, já dava mostras de que os policiais se organizavam politicamente e tinham uma pauta definida. No contexto da greve, além das reivindicações corporativas, os policiais apresentavam uma pauta bem mais ampla, com menções a distribuição de renda e riqueza e uma bandeira claramente nacionalista. Esse discurso estava afinado com o de setores das Forças Armadas que também se manifestavam em defesa dessas pautas. A movimentação dos policiais, chamou a

atenção do DOPS¹¹⁸, que culpava o PCB pela articulação da manifestação e do movimento grevista. Em 1963, membros do partido organizaram protestos junto às corporações requerendo melhores salários e exigindo a posse sargentos da Força Pública e militantes comunistas eleitos no pleito do ano anterior (BATTIBUGLI, 2006, p. 92-93).

Curiosamente, o disputado apoio das duas corporações não era refletido em votos. Isso porque, segundo a Constituição Federal de 1946, os soldados e cabos, que representavam a maior parte dos membros das polícias, não podiam votar¹¹⁹. Os governadores utilizavam-se das forças policiais para conseguir o apoio de lideranças políticas regionais no interior de estado e para manter a popularidade e a população satisfeita em matéria de segurança pública. O apoio dos membros das corporações não era, por sua vez, a uma liderança personalista e que não oferecia contrapartida. Ao contrário, os oficiais de maior patente se utilizavam dessa relação para se projetar politicamente e para conseguir melhor estrutura de material e equipamentos para as corporações. Os oficiais de menor patente, os cabos e soldados, se mobilizavam para pleitear melhores salários e condições de trabalho, motivados pelo PCB.

A relação entre os ademaristas e janistas dentro das corporações paulistas não era, portanto, uma disputa eleitoral. Era uma disputa por influência e protagonismo político dos governadores em relação às polícias e das polícias em relação aos dois e a seus correligionários, já que ambos os grupos eram a personificação do governo paulista entre 1946 e 1964. A Força Pública e a Guarda Civil eram uma disputada e importante base eleitoral e de poder político. Já o PCB, a “terceira força”, disputava pelos mesmos motivos obter influência nas corporações: elas eram organizadas, tinham presença em todo estado e eram prestigiadas pela população. Mesmo em desigualdade na correlação de forças, o PCB atuava na clandestinidade por meio de seu Setor Militar, buscando conquistar apoio entres os policiais das duas corporações.

¹¹⁸ Arquivo Público do Estado de São Paulo, Departamento de Ordem Política e Social. 50-D-18, pasta 9. Ofício do dia 09/02/1961.

¹¹⁹ Artigo 132 da Constituição Federal, parágrafo único: Também não podem alistar-se eleitores as praças de pré, salvo os aspirantes a oficial, os suboficiais, os subtenentes, os sargentos e os alunos das escolas militares de ensino superior. Praça corresponde à graduação de suboficial e soldado. Pelo texto da lei, o suboficial poderia ser eleitor, o soldado não.

2.5. PERSEGUIÇÕES E VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS DE MILITARES E POLICIAIS (1946-1964)

A história política brasileira não pode ser dissociada da presença dos militares e a história das Forças Armadas brasileira não se dissocia da política nacional, cuja tradição é marcada por um forte componente autoritário e conservador (FAUSTO, 2012; CARVALHO, 2015; MOTTA, 2002). Desde a proclamação da República, perseguições políticas e violações dos direitos humanos sempre fizeram parte da nossa história, mesmo durante os esparsos períodos democráticos. A tradição política autoritária, que é a tônica da história política brasileira, limita ou impede as possibilidades de reconhecimento de grupos e atores políticos localizados em campos políticos opostos e diversos pelos governos à frente do executivo nacional. Seja com a repressão aos movimentos insurrecionais do final do século XIX, passando pela violenta desmobilização aos movimentos grevistas da virada do século e pela perseguição institucional promovida pelo Estado Novo aos opositores, o autoritarismo do Estado e dos governos sempre imperou. No período democrático, apesar da constituição de 1946 ter assegurado direitos políticos, as perseguições e violações aos direitos humanos seguiram fazendo parte da tradição política autoritária brasileira.

Dentre os atores políticos aliados da participação política e/ou perseguidos pelo Estado na história política brasileira, encontram-se os militares das Forças Armadas e os policiais militares e civis. Desde 1889, oficiais e praças das Forças Armadas, bem como membros das polícias militares, fossem eles republicanos históricos ou liberais, nacionalistas ou mais alinhados ao espectro da esquerda, agindo como atores coletivos ou individuais, sofreram com a repressão e perseguição política. A partir de 1946, o grupo de militares perseguidos era composto, majoritariamente, por militares nacionalistas, socialistas e comunistas.

De acordo com o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV)¹²⁰, publicado em 2014, as perseguições aos oficiais e praças das Forças Armadas e das corporações policiais ocorriam de várias formas, como por exemplo, com a expulsão ou reforma – com os militares sendo forçados a solicitar passagem para reserva ou aposentadoria – e sendo processados, presos arbitrariamente e torturados, e que, quando inocentados, não sendo reintegrados às suas corporações; e se reintegrados, sofrendo discriminação no prosseguimento de suas carreiras. Há ainda, segundo o relatório, casos de militares que foram mortos. Pelo protagonismo político que os militares tiveram, o número de membros perseguidos ou que tiveram seus direitos violados

¹²⁰ Relatório final da Comissão Nacional da Verdade. Volume 2. Brasília, 2014. Textos temáticos: Violações de direitos humanos no meio militar, páginas 11 a 55.

é expressivo. O texto final afirma que essa foi a categoria social que contabilizou maior número de violações de direitos a partir de 1946, quando comparadas, proporcionalmente, com outras categorias. Nessa conta, é levado em consideração os militares perseguidos por participarem das lutas pelas grandes causas nacionais, entre 1946 e 1964, sobretudo praças e oficiais de baixa patente das Polícias Militares, incluindo aqui a Força Pública e a Guarda Civil.

Em termos quantitativos, é difícil precisar o número exato, ou mesmo aproximado de militares perseguidos no período democrático. Muitos oficiais e praças ainda aguardam o julgamento de seus processos de anistia. Um efetivo diagnóstico quantitativo demanda um levantamento mais detalhado. De acordo com o relatório, centenas de militares e policiais foram expulsos das Forças Armadas e das corporações policiais e outros tantos tiveram suas carreiras abortadas. Entre os que continuaram na ativa, alguns foram permanentemente perseguidos e, afinal, cassados em 1964 (CNV, vol. 2, 2014, p. 15). Alguns dados e informações, que abarcam, principalmente, depoimentos e testemunhos verbais, sugerem que entre 1946 e 1964 o número de militares perseguidos foi próximo de 1.000.

O texto do relatório chama atenção para as prisões de militares das Forças Armadas que ocorreram em 1952, com muitos, inclusive, sendo brutalmente torturados. As prisões e torturas foram consequência da perseguição que era imprimida nas corporações militares, especialmente aos que eram acusados de serem comunistas. O relatório menciona uma série de documentos, notas publicadas pela imprensa, manifestações de entidades civis (como a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB), depoimentos e denúncias divulgadas no Congresso Nacional sobre o episódio. O diagnóstico desse quadro de repressão revela que a perseguição a esse grupo era sistemática¹²¹.

Em 1955 esses militares perseguidos tiveram atuação destacada na defesa da legalidade democrática e no movimento para garantir e assegurar a posse constitucional do presidente eleito, Juscelino Kubistchek. A campanha pela legalidade contou ainda, segundo o relatório, com a intervenção de policiais da Força Pública de São Paulo, comandados pelo General Miguel Costa. O episódio culminou com várias prisões de oficiais e praças das Forças Armadas e das corporações policiais, que foram anistiados e reincorporados em 1961. Nesse mesmo ano, uma série de greves – que abordaremos no capítulo 4 – protagonizadas por oficiais e praças das policiais paulistas intensificou ainda mais as perseguições e repressão a esse grupo de militares,

¹²¹ Os relatos sobre esses eventos foram obtidos pela comissão em consulta aos Depoimentos Esclarecedores sobre os processos dos militares. V. I e II. Rio de Janeiro: Editora da Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem, 1953.

especialmente aos identificados com o PCB, seja por suspeita de ligação direta ou apenas por simpatia às ideias e ao pensamento comunista.

Os militares e policiais efetivamente comunistas representavam uma parcela muito pequena das corporações no período, como já mencionado. No entanto, o que se procurava para justificar e legitimar a perseguição a esse grupo de militares nacionalistas e legalistas, era vinculá-los ao comunismo, o que, no contexto do auge da guerra fria, sustentava a narrativa da repressão sistemática a esses militares, que representavam uma parcela significativa dentro das Forças Armadas e das corporações policiais.

Segundo o relatório final da CNV, o número desse grupo de militares perseguidos e que tiveram seus direitos violados, chega a 6.591, se somarmos os membros da Aeronáutica, Marinha, Exército e Polícias Militares. Para chegar nesse número, a comissão colheu depoimentos de militares que foram perseguidos, pesquisou em diversos acervos e consultou os inquéritos abertos pelo Departamento de Ordem Política e Social, além de processos no Tribunal Superior Militar. Podemos visualizar um detalhamento com os números levantados pela comissão na tabela abaixo:

Tabela 2 – Militares Perseguidos¹²²

Força	Oficiais	Praças	Total
Aeronáutica	150	3.190	3.340
Exército	354	446	800
Marinha	115	2.099	2.214
Forças Policiais	103	134	237
Total geral	722	5.869	6.591

Esse número engloba os militares que foram perseguidos com o golpe de 1964, e inclui números até 1988, que excluem, portanto, os dados inconclusivos das violações cometidas entre 1946 e 1964. Se somarmos esse número com a aproximação feita pelo relatório, o número de militares perseguidos entre 1946 e 1988 chega a 7.591. Um número bastante expressivo,

¹²² A principal fonte desse diagnóstico é, segundo nota do texto, “o projeto Brasil: nunca mais, combinado com dados de militares perseguidos levantados por outros acervos, como o Arquivo Público do Estado de São Paulo, o Arquivo Nacional/Brasília, o Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, o Cedem/Unesp, Ana Lagoa/Ufscar, o Comitê Brasileiro pela Anistia/CBA e acervos particulares. Também documentos oficiais, como os Atos Institucionais, processos, IPMs, documentos desclassificados, os dados de listas de militares feitas por suas entidades na luta pela anistia, muitas delas em atividade. Também foram consideradas fontes acadêmicas e históricas. Nesse diagnóstico foram utilizadas ainda informações de depoimentos individuais e Audiências Públicas de Militares Perseguidos, realizadas no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul” (CNV, vol. 2, 2014, p. 13).

sobretudo se levarmos em conta o fato de que os próprios militares protagonizaram o golpe e tiveram atuação de destaque desde a queda de Getúlio Vargas. Além disso, a categoria dos policiais enfrenta uma dificuldade ainda maior de precisão nos números. Isso porque a categoria tinha organização política mais recente, por meio de suas associações e clubes, se comparada às Forças Armadas, o que dificultava, em muitos casos, a constatação de violações. O fato de algumas corporações, como a Guarda Civil, passarem a ter uma natureza ambígua entre a atuação civil e o passado mais militar pelo vínculo com a Força Pública, também dificultava a precisão quanto aos números de perseguições, já que, como civis, não eram reincorporados em caso de anistia nem considerados parte da reserva. Esse panorama de ambiguidade muda com a fusão das duas corporações em 1970¹²³, o que permitiu uma clareza maior dos números e dados de militares perseguidos na corporação policial, já que ambas passaram a formar a Polícia Militar do Estado de São Paulo.

No que diz respeito aos policiais militares, o número de oficiais e praças que foram perseguidos entre 1946 e 1964 é impreciso. Mesmo observando depoimentos, documentos e o levantamento apresentado pelo relatório da comissão, os números são difíceis de serem obtidos objetivamente. No entanto, o levantamento apresentado pelo relatório final da CNV fornece pistas que elucidam o debate sobre as violações de direitos e perseguições à categoria. O relatório sugere que o número de policiais militares perseguidos, somados os oficiais e as praças, chega a 237, somando os registros documentais e depoimentos obtidos em 10 estados, além daqueles em que não foi possível identificar o estado da federação. Os números podem ser observados na tabela apresentada pela comissão:

¹²³ Artigo 1º do Decreto de lei número 217, de 8 de abril de 1970: Fica constituída a Polícia Militar do Estado de São Paulo, integrada por elementos da Força Pública do Estado e da Guarda Civil de São Paulo, na forma deste Decreto-lei, observadas as disposições do Decreto-lei federal n.º 667, de 2 de julho de 1969 e Decreto-lei federal n.º 1072, de 30 de dezembro de 1969.

Tabela 3 – Policiais Militares perseguidos¹²⁴

Forças Policiais Estaduais	Oficiais	Praças	Total
Guanabara	0	03	03
Rio Grande do Sul	47	20	67
Minas Gerais	04	07	11
São Paulo	31	65	96
Sergipe	0	01	01
Ceará	01	0	01
Pará	03	02	05
Paraná	10	01	11
Santa Catarina	02	0	02
Rio de Janeiro	03	29	32
Policiais Militares cujo estado não pôde ser identificado	02	06	08
Total geral	103	134	237

Embora esses números se refiram, majoritariamente, ao período pós 1964, alguns remetem também ao período pré-1964, já que muitos policiais militares que foram perseguidos com o golpe já sofriam perseguições em decorrência de mobilizações e suposto alinhamento com o PCB, especialmente os oficiais e praças da Força Pública paulista. Pelos números sistematizados pela comissão, podemos observar que a maior parte das perseguições à policiais foram registradas em São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, respectivamente. Os três estados somam, juntos, 195 registros de policiais perseguidos.

No caso do Rio de Janeiro, o número de 32 policiais perseguidos pode se justificar pelo fato da capital carioca se constituir enquanto um importante centro do debate político nacional, o que reflete na atuação política e na perseguição aos policiais. Os números de oficiais e praças do Rio Grande do Sul, quem somam 67, muito têm a ver com a atuação e influência de Leonel Brizola, que mobilizou oficiais e praças da Brigada Militar na campanha pela legalidade, em

¹²⁴ A principal fonte desse diagnóstico é, segundo nota do texto, “o projeto Brasil: Nunca mais; combinado com dados de militares perseguidos levantados por outros acervos como o Arquivo Público do Estado de São Paulo; o Arquivo Nacional de Brasília; o Arquivo Edgard Leuenroth, da Universidade de Campinas; o Cedem da Universidade Estadual Paulista; Ana Lagoa, da Universidade Federal de São Carlos; o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA); e acervos particulares. Também foram consultados documentos oficiais, como os Atos Institucionais, processos, IPMs, documentos desclassificados e dados de listas de militares de suas entidades na luta pela anistia, muitas delas em atividade. Consideram-se ainda fontes acadêmicas e históricas. Nesse diagnóstico, estão somadas informações de depoimentos individuais em Audiências Públicas de Militares Perseguidos realizadas no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul” (CNV, vol. 2, 2014, p. 38).

1961, e estaria organizando uma resistência ao golpe de 1964 com apoio de muitos policiais gaúchos. O caso de São Paulo, que segundo os números apurados pela CNV apresenta um número de 96 policiais perseguidos, é especialmente importante. Isso porque, segundo o relatório e apuração dessa pesquisa nos inquéritos do DOPS e do DEOPS, a atividade dos policiais militares vinculados a organizações socialistas ou comunistas constituía a principal preocupação dos agentes da ordem. Essa preocupação se refletia, também segundo o texto da comissão, no grande número de informes sobre a atuação do PCB junto aos oficiais e praças da Força Pública e aos policiais da Guarda Civil. De acordo com o relatório, muitos desses policiais eram identificados como membros ou simpatizantes do partido.

Os principais alvos de monitoramento e perseguições eram os representantes da categoria nos centros sociais e associações representativas dos policiais. Como já apontado, as entidades representativas dos policiais se constituíam enquanto um importante *locus* de discussão e debate político. O relatório da comissão registra a atuação de grupos de policiais de esquerda no centro de guardas civis de São Paulo, liderados pelo tenente-coronel Vicente Sylvestre. A atuação do policial, que foi perseguido com o golpe em 1964, já era notável no pré-1964, quando também era alvo de monitoramento. Casos como esse ilustram os exemplos de registros de policiais perseguidos desde o período democrático.

O relatório traz ainda elementos esclarecedores sobre as perseguições à categoria no pós-1964, especialmente os casos de policiais que sofreram com demissões ou passagem para reforma com o Ato Institucional número 5, em 1969, sob a alegação de “incompatibilidade para a função”; aponta o número de 146 policiais militares de São Paulo que foram excluídos da corporação em 1974 e os mais de 50 praças e oficiais que foram indiciados por suposto envolvimento com células do setor militar do PCB. O levantamento desses dados é importante e ilustra o cenário de perseguições e violações a qual os policiais militares foram submetidos durante o período ditatorial.

Esse levantamento feito pela Comissão Nacional da Verdade é ainda pouco explorado na academia. Se a discussão sobre os militares perseguidos durante o período da ditadura civil-militar fica distante das discussões sobre a presença das Forças Armadas na história política brasileira, mais raras e pouco debatidas são as perseguições ocorridas na experiência democrática. Sob essa perspectiva, a discussão sobre os policiais perseguidos é ainda menos abordada na bibliografia especializada. Ainda assim, cabe apresentar a discussão trazendo como referência ao debate um documento importante como o relatório final da CNV. Com as fontes bibliográficas quase inexistentes e mesmo os documentos oficiais sendo inconclusivos em alguns casos, as informações e dados trazidos pela CNV auferem uma legitimidade a essa

discussão, que é fundamental para pensarmos a ação política e militância das corporações policiais no período.

Entretanto, embora os dados e números apresentados pelo relatório final da Comissão Nacional da Verdade sejam, de fato, importantes, o texto apresenta algumas lacunas e imprecisões, sobretudo quando analisamos as informações referentes às perseguições à policiais no período de 1946 a 1964. Sobre esse recorte, o relatório é insuficiente para explicar e ilustrar o cenário das corporações policiais em São Paulo. Embora as informações nos forneçam pistas importantes, uma investigação mais aprofundada e detida ao período destacado se faz necessária para explorar a atuação dos policiais da Força Pública e da Guarda Civil e o contexto de monitoramento, violações e perseguições a qual estavam submetidos. Nesse sentido, buscaremos explorar melhor esses elementos nos capítulos subsequentes.

PARTE II

CAPÍTULO 3

A POLÍCIA POLÍTICA COMO EXPRESSÃO DO ANTICOMUNISMO

“Ao leigo em matéria policial deve afigurar-se absurda a atribuição que as autoridades conferem aos adeptos do credo vermelho na avalanche dos distúrbios da ordem social que dia a dia mais cresce e mais prejuízos vem causando aos nossos meios trabalhistas. E não só ao leigo, mas aos próprios observadores dos nossos fenômenos sociais, desde que estejam alheios aos mil recursos de que dispõem os comunistas entre nós, impossível parece que eles possam influir de maneira tão decisiva e numa constância tão extraordinária para a desagregação dos nossos costumes e a insuflação do ódio que divide operários e patrões, alterando, a fundo, a característica social que até aqui vínhamos observando, mau grado as transformações decorrentes da evolução dos tempos”.

Assim o tenente coronel Manuel Ribeiro da Cruz apresenta o livro do investigador Luiz Apollonio, “Métodos e Táticas Comunistas”¹²⁵. O livro fazia parte de um conjunto de produção que a alta cúpula da administração da segurança pública paulista havia sido encarregada de desenvolver pelo Departamento de Ordem Política e Social junto ao seu corpo policial. O objetivo era produzir um material consistente e que servisse como base para o treinamento de novos policiais e investigadores orientados no anticomunismo. Essa orientação fazia parte de uma série de medidas adotadas ainda no Estado Novo varguista e que visavam combater a oposição, mais especificamente a oposição comunista, doutrina que começou a ser mais fortemente difundida no Brasil a partir de 1935, quando ocorreu um levante comunista com o objetivo de depor o presidente Vargas. No episódio, o Partido Comunista do Brasil, organizou a ação com apoio de parte dos militares das três forças e com adesão de militares da Força Pública e da Guarda Civil, episódio que ficaria marcado nas instituições, inaugurando a primeira onda anticomunista (MOTTA, 2002)

As ideias e o pensamento de esquerda e à esquerda no Brasil ganharam um acréscimo importante com os imigrantes europeus que chegaram ao país no século XIX. Anarquistas, socialistas e comunistas passaram a fazer parte do contexto político brasileiro com maior frequência a partir de então. A Revolução Russa de 1917 deu mais um impulso ao desenvolvimento do pensamento e da ação política comunista no mundo todo. No Brasil, essa influência pôde ser observada com a criação do Partido Comunista do Brasil, em 1922. Desde

¹²⁵ Métodos e Táticas comunistas. Cartográfica Francisco Mazza. São Paulo, 1950, 4ª edição.

sua concepção, o pensamento comunista, desenvolvido por Karl Marx, ganhou opositores no campo filosófico e político¹²⁶. Entretanto, essa oposição nem sempre ocorreu dentro desses campos, tendo o anticomunismo surgido como uma forma de oposição autoritária e imperativa ao comunismo e aos comunistas. O anticomunismo, como o próprio nome sugere, consiste em uma corrente de pensamento e ação política de oposição ao pensamento comunista e aos comunistas (MOTTA, 2002; ASSUNÇÃO, 2006).

Com a Revolução de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas, que contou com o apoio de parte dos militares das Forças Armadas e das policiais paulistas, as relações políticas entre as elites paulistas e o governo central ficaram estremecidas. Os paulistas temiam que sua perda de poder político se refletisse em uma perda também econômica e reagiram lançando mão de sua Força Pública no episódio que culminou no conflito com as tropas getulistas, em 1932. O PCB percebeu que o caminho da modernização conservadora adotado por Vargas não atenderia as demandas da classe trabalhadora e voltaram a organizar-se para formar um grupo político de oposição (FAUSTO, 2012).

Entretanto, não era apenas o movimento tenentista que tinha adeptos entre os militares. Outro movimento político, a Ação Integralista Brasileira, com características político-ideológicas opostas ao Tenentismo e com forte inspiração no movimento homônimo de Portugal. Fundado por Plínio Salgado e Miguel Reale, dentre os adeptos do movimento, haviam antisemitas, simpatizantes e seguidores do fascismo italiano, e nacionalistas ligados ao catolicismo social. O movimento apelava para a moral cristã e buscou resgatar os valores tradicionais católicos para aglutinar parte da população rural e militares em seu entorno (BARBOSA, 2012, p. 34-35). No início dos anos 1930, a Ação Integralista Brasileira apoiou Getúlio Vargas. Porém, após o Estado Novo, o movimento voltou-se contra o ditador e protagonizou uma tentativa de golpe com o Levante integralista em 1938.

O apoio das Forças Armadas à Vargas não era de toda corporação¹²⁷. O tenentismo e a existência de integrantes simpáticos à Primeira República na alta hierarquia das forças, eram um problema para o Estado varguista. Essa relação começou a se modificar com a Revolução Constitucionalista de 1932, que contribuiu para a depuração do exército, já que vários oficiais e generais foram exilados. A partir de então, formou-se em torno de Vargas um grupo de militares leais ao governo, dentre eles o general Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra,

¹²⁶ Para uma apreensão mais profunda da história do comunismo no Brasil e da história do Partido Comunista no país, ver Del Roio, 1990.

¹²⁷ Historicamente, as Forças Armadas não são uma instituição coesa, do ponto de vista político. Dentro da corporação, existiam diferentes correntes de pensamento que reverberavam (e as vezes rivalizavam) em diferentes ações políticas, como a adesão à Revolução de 1930 e o apoio à Getúlio Vargas.

lideranças importantes do exército e que foram fundamentais para construir o apoio das tropas ao governo central. Esse apoio foi “recompensado” na forma de fortalecimento político e institucional das Forças Armadas, especialmente o exército. Essa foi uma das principais características do primeiro governo Vargas. Esse fortalecimento ocorreu tanto pelo aumento do número do efetivo e modernização dos equipamentos, tanto pelas posições de prestígio que generais passaram a ocupar.

O ano de 1934 foi marcado por uma série de greves de trabalhadoras e trabalhadores da indústria e do serviço público¹²⁸. As campanhas antifascistas, por conta da ascendência do movimento integralista, ganharam corpo e peso político e vários confrontos entre os grupos ocorreram em capitais como São Paulo e Rio de Janeiro. A Força Pública e a Guarda Civil paulista atuaram nas manifestações, em parte aderindo às manifestações grevistas e em parte repreendendo os manifestantes. A resposta do governo Vargas foi propor ao Congresso Nacional¹²⁹, no início de 1935, uma Lei de Segurança Nacional, que foi recebida pela sociedade civil e militar com protestos, recebendo, inclusive, uma nota do Clube Militar, redigida por oficiais da marinha, que condenavam a medida, alegando que ela iria contribuir para “aumentar a repressão às classes populares” (VIANNA, 2011; FAUSTO, 2012, p. 306).

Nesse mesmo ano, em 1935, comunistas e tenentistas mais à esquerda e próximos do Partido Comunista do Brasil, leia-se, a Esquerda Militar, alinhados com grupos e organizações menores de trabalhadores, se organizavam em torno da Aliança Nacional Libertadora (ANL), divulgada ao público em março. Com um programa de cunho nacionalista, difundia a estatização de empresas estrangeiras, a reforma agrária e a necessidade de um governo popular. Com a adesão e apoio de muitos militares tenentistas, notadamente Luís Carlos Prestes e Miguel Costa, as estimativas apontam que já em julho a ANL contava com algo entre 70 e 100 mil pessoas (VIANNA, 2011; FAUSTO, 2012, 307). A organização e capilaridade alcançada já eram alvo de repressões por parte do governo Vargas, que se valia da recém aprovada Lei de Segurança Nacional para repreender as atividades da organização política. Com o clima de tensão e as manifestações de trabalhadores ocorrendo nas grandes e médias cidades brasileiras, a ANL construía cada vez mais um apoio popular em torno de suas pautas. Contando com alguma base popular e apoio entre parte dos militares das polícias e das Forças Armadas, o PCB

¹²⁸ Em agosto de 1934, trabalhadores de várias categorias deflagraram greve. A principal demanda dos manifestantes era a readmissão imediata dos operários que havia sido demitidos por começarem a greve; jornada de trabalho de oito horas, aumentos de salários, folga semanal e férias anuais remuneradas, pagamento de horas extras, indenização por dispensa sem justa causa, reconhecimento dos sindicatos e demissão dos inspetores que tinham atitudes coercitivas. *Jornal Correio da Manhã*. 28 de agosto de 1934. Disponível em: www.correiodamanha.com.br/acervo. Acessado em: 12/06/2019.

¹²⁹ Lei nº 38, de 4 de abril de 1935. Define crimes contra a ordem política e social.

começou a desenvolver um plano de insurreição, que resultaria na tentativa frustrada de golpe militar em novembro de 1935.

O levante de 1935 não foi unânime nem mesmo entre os próprios militares membros da ANL. Miguel Costa era um dos que havia se manifestado contrário ao levante, argumentando, entre outras coisas, que não era o momento ideal para uma ação política que culminasse num golpe de Estado. Os militares das três forças não estavam tão articulados como se imaginava. De qualquer modo, o episódio foi o pretexto que o governo Vargas precisava para intensificar a repressão aos movimentos de esquerda, sobretudo aos comunistas, uma vez que, além das articulações internas do PCB, o partido também se articulava com a Internacional Comunista (Comintern), tendo recebido em solo brasileiro militantes do Partido Comunista Soviético (PCUS). Esse fato foi amplamente explorado por Getúlio Vargas, que alegou que o levante fazia parte de uma orquestrada ação da internacional comunista e que os comunistas tentaram, sem êxito, dar um golpe de Estado em seu governo. De modo pejorativo, Vargas chamou o episódio de Intentona Comunista, nome que foi amplamente difundido pela imprensa¹³⁰.

A partir de 1936, o Congresso aprovou as medidas excepcionais requeridas por Getúlio Vargas, dentre elas, a decretação do estado de sítio por sessenta dias. No mesmo ano, o governo criou órgãos específicos para repressão dos comunistas, como a “Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo” (CNRC), que ficaria encarregada de investigar a participação de funcionários públicos e outras pessoas em atos contra as instituições políticas e sociais. Em paralelo, o poder judiciário criou o Tribunal de Segurança Nacional, uma instância jurídica tinha o objetivo de julgar e condenar os preses comprometidos com o levante de 1935, mas foi utilizado pelo regime varguista por todo o Estado Novo, condenando presos políticos sem o cumprimento dos ritos jurídicos constitucionais. Na perspectiva varguista, os comunistas representavam um grande ameaça política, não apenas pela capacidade de articulação nas bases sociais, mas também pela inserção dos militantes nas esferas militares. Por outro lado, Vargas carecia encontrar uma espécie de “inimigo interno”, minimamente articulado, para que pudesse utilizar como escusa para implementação de sua política autoritária expressa no Estado Novo. A materialização desse pretexto é expressa no Plano Cohen, um documento que supostamente demonstrava uma articulação para instaurar um golpe comunista no Brasil, com apoio internacional. O documento, que jamais teve sua veracidade comprovada, foi uma simulação política, fabricado com o intuito de causar pânico e servir de justificativa à Vargas. Os comunistas eram ao mesmo tempo um grupo político de oposição e uma ameaça nacional.

¹³⁰ Para maior compreensão da representação dos comunistas na imprensa nos anos 1930, ver MOTTA, 2002 – A primeira grande “onda” anticomunista: 1935/1937.

Estava institucionalizada, portanto, a repressão e perseguição aos comunistas no Brasil. O anticomunismo galopava no país (MOTTA, 2002; VIANNA, 2011).

Nas Forças Armadas, os militares vinculados ao tenentismo, membros da ANL ou simpatizantes do PCB foram duramente reprimidos. Idem nas polícias paulistas. A representação do episódio foi difundida na caserna com a manifestação de que “as Forças Armadas impediram um golpe comunista no Brasil”. Durante décadas os militares comemoravam – e ainda comemoram – o dia 27 de novembro. Na ordem do dia alusiva ao dia 27 de novembro de 2018, por exemplo, o Exército Brasileiro celebra os “83 ANOS DA INTENTONA COMUNISTA”. O documento foi divulgado no sítio oficial digital e no noticiário do Exército, emitido pelo Centro de Comunicação Social do Exército, e destacava que

“O Exército Brasileiro tem como cultura institucional homenagear os grandes vultos da Pátria e manter viva a lembrança de seus feitos, interpretando acontecimentos de que participaram e recolhendo os exemplos que nos legaram. Determinadas figuras históricas que vestiram nossa farda são mais conhecidas do grande público, como o Duque de Caxias e o Marechal Rondon. Outros personagens têm trajetórias igualmente notáveis, porém menos disseminadas entre a população. Nomes como os do Major Misael de Mendonça e do Tenente José Sampaio Xavier, algumas das vítimas que tombaram no cumprimento do dever para defender a democracia, durante um dos mais tristes episódios da história brasileira: a Intentona Comunista de 1935, luta fratricida que ocorreu nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro e que é comemorada neste dia 27 de novembro. Exército Brasileiro, 27 de novembro de 2018”¹³¹.

Com as lideranças militares simpatizantes ao PCB exiladas, presas e expulsas da corporação, o caminho estava aberto para que se construísse uma narrativa onde os comunistas eram os vilões históricos e o exército e as Forças Armadas tinham por função defender o país contra a ameaça comunista. O episódio marcaria para sempre as Forças Armadas, sendo constantemente rememorado. O ritual de rememoração dos mortos leais ao governo, repetido anualmente, tornava as vítimas do episódio em quase mártires e renovava os votos dos militares contra o comunismo, socializando e inserindo novas gerações formadas sobre a égide do anticomunismo¹³². Celso Castro (2002) destaca que é na construção de determinadas tradições que se cria a identidade social do Exército, além de inventar-se enquanto instituição, e a Intentona, nesse sentido, seria uma dessas tradições. O autor aponta que, apesar da existência de antipatias de certos setores militares com o comunismo, é somente a partir de 1935 que essa oposição começa a se institucionalizar enquanto voz dominante dentro da hierarquia militar. O roteiro permanece basicamente inalterado desde 1938: formatura das tropas militares junto ao

¹³¹ Disponível em <https://www.eb.mil.br/web/noticias/alusivos-e-ordem-do-dia/27-de-novembro2018>.

¹³² Foi no quadro dessa cultura institucional, marcadamente anticomunista, que se viveu a ditadura do Estado Novo e que se formaram os militares que, em 1964, assumiram o poder.

túmulo, recepção das autoridades civis e militares, canto do hino nacional, aposição de flores aos pés do monumento, discursos e leitura da ordem do dia dos chefes militares, chamada nominal dos mortos ao som de salvas de canhão (CASTRO, 2002: p. 52).

As manifestações em cerimoniais em alusão ao dia 27 de novembro eram guiadas por discursos inflamados de altos oficiais, que faziam alusão aos mortos no período e fomentavam o anticomunismo. Um exemplo dessas manifestações, é o discurso do General Valentim Benício da Silva, proferido numa romaria ao cemitério onde estavam sepultados militares mortos em 1935, em que condenou o comunismo e os militantes que, segundo ele, romperam juramentos e compromissos com a corporação:

E o comunismo explodiu na sua cegueira infrene. Alta noite, o punhal assassino, a amizade fementida, a arma de defesa transformada em baioneta agressiva, juramentos e compromissos cinicamente renunciados, despertou a cidade de seu sono reparador e tranquilo. Um bando de celerados, pequeno embora, abatera à traição os que primeiro resistiram, amedrontara os que se deixaram surpreender, encerrara e imobilizara os poucos que poderiam lutar e reduzira ao silêncio e à inação – dolorosa verdade – os indecisos de todos os tempos e de qualquer ocasião. Mas a reação foi imediata e enérgica, os celerados foram encerrados nos recantos de sua primeira explosão, bem junto dos companheiros que conseguiram derribar ou reduzir à impotência. Maiores do que eles, muito superiores em número e em ação, saíram a campo os que só conheciam uma divisa: cumprimento do dever (JUNIOR, 2016, p. 269 apud SILVA, 1938, p. 186).

Em 1942, o Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, assina a ordem do dia divulgada nos quartéis que diz:

Faz hoje, precisamente, sete anos que se foram para sempre do nosso convívio os bravos e heroicos camaradas – oficiais e praças – que, em 27 de novembro de 1935, reagiram, de armas na mão, contra a rebelião comunista, desencadeada violentamente para subverter a ordem social e as instituições sob cuja proteção sempre viveu, trabalhou e prosperou o povo brasileiro e sob cujo pálio há de, com a ajuda de Deus, preservar, para honra nossa, a fim de trilhar a senda retilínea, seguida pelos nossos maiores e que nós, seus continuadores, temos a estrita obrigação de perlustrar-la. O Exército, a quem eles [oficiais mortos] legaram tão altruística herança, jamais se afastará do conformismo geral imposto pela dignidade da sua elevada missão social. Criado e educado da mesma forma por que o é a maioria do povo brasileiro, dentro deste puro espiritualismo cristão, não podemos admitir que se queira porventura impor-nos fórmulas violentas, inadequadas ao nosso clima moral, do cruento materialismo, por toda parte impraticável senão repudiado, inclusive no aspérrimo ambiente asiático donde tentara então ressuscitar (JUNIOR, 2016, p. 270 apud DUTRA, 1942, p. 243-244).

Por conta desse clima hostil, a penetração do pensamento comunista na caserna passou a contar com maior resistência, sobretudo das praças, cabos e soldados, que recém ingressavam e já iniciavam sua formação dentro de uma perspectiva anticomunista da corporação¹³³. A estratégia da Esquerda Militar sofreu uma alteração a partir do levante, passando de um vislumbre insurrecional para uma linha mais moderada e que condizia com a capacidade de articulação do PCB. A partir de 1938, portanto, a estratégia da Esquerda Militar, minada e

¹³³ Uma abordagem melhor aprofundada sobre os desdobramentos dos episódios de 1935 na formação militar é desenvolvida por Celso Castro em *A invenção do exército brasileiro* (2002).

enfraquecida, passa a ser pela defesa da democracia e da legalidade. A agenda insurrecional passa a ficar cada vez mais distante no horizonte dos militares simpatizantes ao PCB.

3.1. A DEMOCRATIZAÇÃO E O RECRUESCIMENTO DA REPRESSÃO POLÍTICA NAS CORPORações POLICIAIS

Nas corporações policiais paulistas, o movimento de repressão e cassação das lideranças simpatizantes ao tenentismo e ao PCB seguiu na mesma direção. As possibilidades de articulação da Esquerda Militar nas policiais ficavam cada vez mais distantes, na medida em que a intensa repressão do governo Vargas se fazia presente também na Força Pública e na Guarda Civil. A nomeação de interventores para o governo do estado de São Paulo durante o Estado Novo, trazia consigo a nomeação de um secretário de segurança pública e justiça disposto a concentrar-se na repressão aos comunistas e à “caça às bruxas” nas corporações. Entre 1937 e 1948, as polícias paulistas foram aparelhadas e reestruturadas de modo que o combate ao comunismo e aos movimentos à esquerda fossem reprimidos tal qual eram os crimes convencionais. Durante o Estado Novo, nos quartéis das polícias e nas delegacias, o anticomunismo também era religiosamente difundido¹³⁴. Sobre a presença do anticomunismo no cotidiano das policiais, o capitão Pedro Lobo afirma:

A gente passava todo o curso de formação sendo alertado sobre o “perigo vermelho”, né? A gente escutada dos professores coisas sobre o perigo que os comunistas representavam, que eles queriam se infiltrar nas polícias para conseguir apoio e promover um golpe e instalar uma ditadura. O pessoal mais jovem ficava com bastante medo. Nós não sabíamos muitas coisas da União Soviética, então, por ignorância mesmo, e ouvindo coisas sobre como os comunistas eram pessoas assim, ruins, né? A gente acabava ficando com medo e aprendia a identificar e denunciar. (OLIVEIRA, 2018. Entrevista concedida ao autor).

Até 1945, as possibilidades de organização e articulação dos policiais eram sempre feitas às margens da legalidade. Os policiais viviam sob constante escrutínio e vigilância por parte do Estado Novo. Houve raras ocorrências registradas de organizações políticas organizadas por policiais no período, já que sua militância era feita em um nível de clandestinidade bastante grande. Não obstante, a criação dos centros e clubes pelos oficiais da

¹³⁴ Em entrevista concedida ao autor, o policial aposentado da Guarda Civil, Coronel Vicente Sylvestre, relatou que seus superiores, formados durante o período, preservavam o costume de interrogar presos por qualquer tipo de crime ou ocorrência sobre sua relação com os comunistas, se simpatizavam ou já tinha se envolvido. Essa prática também é relatada em seu livro (SYLVESTRE, 1985) e corroboram com documentos de inquéritos policiais do período (MOTTA, 2002).

Força Pública foram o germe de um processo de discussão política que traria maiores frutos com a queda de Getúlio Vargas.

O fim do Estado Novo e a breve volta do PCB à legalidade não trouxeram, entretanto, um clima favorável para a discussão das ideias comunistas. O anticomunismo já estava arraigado na caserna e nos quartéis e delegacias das corporações policiais paulistas. Mesmo com o ar de democracia e legalidade, a repressão, vigilância e perseguição aos comunistas e simpatizantes seguia o mesmo ritmo do período pós-1935. A essa altura, os oficiais de comando da Força Pública e os inspetores da Guarda Civil havia sido todos formados durante o Estado Novo, o que significou que o discurso anticomunista continuou reverberando nos quartéis. Porém, dessa vez muito mais elaborado e estruturado do que na era Vargas.

Em 1947, Adhemar de Barros, então governador, teve problemas em encontrar um secretário de segurança pública e justiça que se consolidasse no cargo¹³⁵. Por fim, nomeou em agosto do mesmo ano o advogado Armando de Salles. Salles reorganizou a pasta, colocando novos quadros nos comandos da Força Pública, Guarda Civil e Polícia Civil. Essa reconfiguração colocou nos postos de comando das corporações, delegados e oficiais que se formaram nos anos 1930, o que impactou na dinâmica de atuação das polícias. Uma das principais modificações foi a formação de um grupo de trabalho composto por policiais, oficiais e inspetores para elaboração de um material didático que seria utilizado na formação de novos oficiais, investigadores e inspetores¹³⁶. Nesse grupo de trabalho, destacam-se o Tenente Coronel Manuel Ribeiro da Cruz, o Coronel Nelson de Aquino e o Investigador Luiz Apollonio, esse último teve papel destacado na confecção e redação de material didático que seria utilizado na formação dos novos quadros policiais. A essa altura, já havia uma organização de policiais ativa, como destaca o tenente coronel Vicente Sylvestre:

Então na época o Dutra é eleito, mas foi um grande erro porque ele não tinha nada de democrático, era um militar, marechal Dutra era bastante reacionário. Aí começam os movimentos e eu me empolgava com aquilo, até que em 1949, quatro anos depois, a gente conversava onde tinha um jornal, onde tinha um livro tal, comentava um livro e tal, foi assim até 1949, quando estava difícil o emprego. Eu já tinha 18 anos, abriram as inscrições para a Guarda Civil de São Paulo, e eu ingressei na Guarda Civil com 18 anos de idade. Aí eu começo a fazer carreira dentro da corporação, e eu encontro um grupo bem organizado, trabalhador, dentro da corporação, e que criaram uma organização chamada 22 de outubro, que já tinha uma orientação assim, comunista, né? (SYLVESTRE, 2017. Entrevista concedida ao autor)

¹³⁵ As dificuldades de permanência no posto deviam-se as intensas cobranças que o gabinete do governador sofria pelo aumento nas queixas de crime e insegurança pública, além do cargo de secretário estadual, geralmente, não ser um posto duradouro, já que que politicamente serve para um escalada a cargos mais altos.

¹³⁶ Os oficiais eram relativos à Força Pública, os investigadores relativos à Polícia Civil e os Inspetores relativos à Guarda Civil.

O investigador Luiz Apollonio é um nome recorrente na literatura sobre o anticomunismo. Seu nome aparece mais de uma dezena de vezes no livro do já citado Coronel Davino, aparece também na biografia de Carlos Marighella, escrita pelo jornalista Mário Magalhães¹³⁷ e no livro de memórias de Jacob Gorender (1987). Gorender destaca em seu texto o primeiro contato que teve com o investigador:

Passados vários dias, resolveram encerrar a tortura e fui entregue às mãos de Luís Apolônio, a fim de prestar depoimento tomado a termo por escrito. Pelas suas perguntas, percebi que o descontrole, que tanto me inquietou, havia sido ineficaz. Nada me tiraram de comprometedor para os companheiros. Ainda ágil nos seus setenta anos, Luís Apolônio era o mais famoso investigador da Polícia política paulista. Fez grandes estragos no PCB nos anos 30 e tinha no currículo os interrogatórios de dezenas de comunistas, inclusive Marighella. Embora lhe faltasse graduação universitária, lecionava na Academia de Polícia e recebia o tratamento de Professor. Para começar, fala em tom cordial e avisa que não usava torturas. Óbvio: já lhe entregavam os prisioneiros triturados e nada impedia que desfrutassem de novo os embalos do pau-de-arara. (GORENDER, 1987, p. 218-219).

Além disso, o nome de Apollonio é citado em dezenas de documentos do DOPS no período Vargas, época em que atuava como investigador e fazia interrogatórios, sempre à suspeitos de subversão, agitação e membros de organizações comunistas clandestinas. Seu nome aparece de forma recorrente também em trabalhos correlatos que pesquisam a Esquerda Militar, o anticomunismo nas polícias e a história do PCB¹³⁸.

Os registros biográficos de Luiz Apollonio são bastante escassos. Sabe-se que entrou para a polícia em 1928, como assistente no setor de ordem política e social, chegando ao posto de investigador em 1933, com formação atrelada à Escola de Polícia de São Paulo. Começou a destacar-se já nos anos 1930, interrogando nomes ligados à ANL e ao PCB e construiu reputação na polícia por sua grande habilidade oratória e capacidade de extrair informações de investigados. Conhecedor da organização do PCB, da internacional comunista e do pensamento marxista, a fama de Apollonio era reconhecida inclusive por militantes do PCB. Carlos Marighella, por exemplo, disse reconhecer que o investigador Luiz Apollonio era hábil e grande conhecedor do pensamento comunista e da organização do PCB, chegando a afirmar que Apollonio conhecia mais do PCB que muitos militantes (MAGALHÃES, 2012). Não há, no entanto, registro de que Luiz Apollonio tenha participado de sessões de tortura ou mesmo protagonizado perseguições ou ordenado vigilâncias sistemáticas a lideranças ou militantes. Isso porque, como afirma Jacob Gorender (1987, p. 219), o investigador não precisava fazer o uso de tortura, já que os prisioneiros que chegavam até ele “já havia sido triturado”. Até onde

¹³⁷ Marighella. Mário Magalhães. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

¹³⁸ Muito provavelmente porque não há registro de que Luiz Apollonio tenha participado de sessões de tortura ou mesmo protagonizado perseguições ou ordenado vigilâncias sistemáticas a lideranças ou militantes. Até onde se sabe, sua função se resumia a interrogar e, mais tarde, instruir outros investigadores da polícia.

se sabe, sua função se resumia a interrogar e, mais tarde, instruir outros investigadores da polícia.

No fim dos anos 1940, o clima de tensão internacional por conta da disputa política entre os Estados Unidos e a União Soviética, aumentou a preocupação com as organizações comunistas e com um eventual levante organizado por militantes. Nesse contexto, Luiz Apollonio passa a ser instrutor de polícia, atuando tanto na Escola de Polícia, formando investigadores da Polícia Civil, quanto na academia de Polícia, ministrando palestras para praças e oficiais da Força Pública. Em 1948, lança o livro “Métodos e Táticas Comunistas”, a pedido do Delegado Geral da Polícia Civil e do Comandante Geral da Força Pública. O objetivo do texto era servir como base para instruir investigadores, inspetores e oficiais para entender o comunismo e o PCB e esmiuçar sua organização, que a essa época já ocorria na clandestinidade. O livro é uma resposta ao discurso de Luís Carlos Prestes que, em 1947, quando o registro do PCB foi novamente cassado, teria dito “basta”, num tom que foi interpretado pela cúpula da polícia como um alerta para possibilidade de insurgência. No livro, deixa claro que o principal objetivo das polícias paulistas era combater o comunismo:

“Todos os nossos esforços devem ser empregados no sentido de evitar que o comunismo se alastre em nosso país e que se organize em todos os locais de trabalho. E assim como Luiz Carlos Prestes, numa publicação recente, disse “basta” à reação, nós também poderemos dizer-lhe: “Basta de comunismo no Brasil”. (APOLLONIO, 1950, p. 91)¹³⁹

Nos anos 1930, a polícia paulista, especialmente a Força Pública e a Polícia Civil, difundiam panfletos internos para seus membros alertando sobre os “perigos” comunistas. Esses panfletos, entretanto, produziam pouco efeito na compreensão dos policiais sobre a matéria e eram pouco eficientes no sentido de formar quadros dentro do anticomunismo, textos com imagens chocantes, destacando os males que os comunistas fizeram, com menção aos mortos no levante de 1935 (MOTTA, 2002, p. 132). Esse material não produzia o efeito desejado pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social. O contrário podemos dizer sobre o livro produzido por Luiz Apollonio. Com uma linguagem objetiva, não reproduzia os catastrofismos dos panfletos dos anos 1930. Utilizava uma linguagem simples, mas ao mesmo tempo bastante técnica, resumindo, em algumas passagens o pensamento de autores importantes

¹³⁹ Não está claro qual publicação ou discurso de Prestes que Apollonio invoca para justificar seu argumento. Entretanto, pela época em que foi escrito, provavelmente pode se referir a fala de Prestes, publicado na imprensa, em que afirma “basta ao avanço do autoritarismo”, referindo-se à cassação do registro do PCB (REIS, 2014). Como podemos notar, o trecho foi levemente descontextualizado para fazer parecer que o “basta” de Prestes era uma ameaça, não uma resposta ao retorno do PCB à ilegalidade.

para o pensamento comunista. O livro foi reeditado anualmente até 1953 e contribuiu de maneira decisiva para formação de oficiais e investigadores no período de 1946 e 1964¹⁴⁰.

A partir de 1954, O DOPS encomendou a Apollonio um material mais elaborado e robusto, visando construir uma espécie de vanguarda no modelo de policiamento de controle político e social. A medida refletia que o processo de treinamento dos novos quadros estava logrando êxito e era necessário alimentar mais quadros com uma formação ainda mais qualificada dentro da perspectiva do anticomunismo, Apollonio escreveu o material que seria utilizado pelas corporações policiais paulistas até meados de 1975: o Manual de Polícia Política e Social¹⁴¹. Embora o investigador já tivesse uma boa ideia de como desenvolver um policiamento de vigilância e repressão, não havia manuais de formação para os ingressantes aspirantes a carreira na polícia. No caso da Força Pública e da Guarda Civil, a formação era a partir de manuais estritamente técnicos, que ensinavam questões como fardamento, postura, manuseamento de armas de fogo, divisão hierárquica das corporações, etc. O material representou, nesse sentido, um passo rumo a consolidação e solidificação da formação policial paulista após o período de intervenção varguista.

Luiz Apollonio, que se formou e atuou profissionalmente como investigador num período em que o combate ao comunismo e ao PCB era prioridade, consolidou toda sua experiência e conhecimento sobre o tema nos manuais de instrução. A primeira parte, em que descreve e analisa a estrutura do partido e dos comunistas, Apollonio inaugura um novo modelo de polícia em São Paulo: A Polícia Política. Esse modelo de policiamento, se é que é possível ser chamado dessa forma, é melhor elaborado, com alguma teoria, em um segundo momento, no início dos anos 1950. A polícia política, preocupada com o monitoramento político e social, depende não apenas de um conteúdo técnico a respeito de questões relativas ao ofício do policial. Depende também de uma compreensão por parte dos policiais de como devem exercer suas funções no policiamento repressivo, na vigilância e na repressão aos indivíduos “suspeitos” ou “subversivos. Constitui-se então, a polícia política em São Paulo, formando policiais da Força Pública, da Guarda Civil e da Polícia Civil na doutrina anticomunista.

¹⁴⁰ Edições datadas de 1946 a 1964 são encontradas no Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo. O conteúdo sofre poucas alterações.

¹⁴¹ Os exemplares desses livros são encontrados, com alguma dificuldade, no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Um volume maior de exemplares pode ser consultado no Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Ambos arquivos foram visitados e consultados pelo autor em fases diferentes dessa pesquisa.

3.2. A POLÍCIA POLÍTICA EM SÃO PAULO

A definição sobre o que seria a Polícia Política e quais seriam seus objetivos pode ser encontrada no Manual de Polícia Política e Social, adotado pela Escola de Polícia de São Paulo (EPSP), publicado em 1954, e de autoria de Luiz Apollonio, que a essa altura já trabalhava como instrutor de polícia, docente da Escola de Polícia de São Paulo e da Academia de Polícia. O Manual é uma obra escrita acerca do Partido Comunista e de seus adeptos no Brasil. Caracteriza-se por ser uma obra de caráter didático voltada para os alunos do “curso de Polícia Política e Social”, objetivando “estudar a ação subversiva dos partidários do credo vermelho, especialmente, no que diz respeito com as suas tentativas de perturbação da ordem pública e a segurança do Estado.” Em pequenos capítulos, subdivididos em tópicos, o manual aborda desde o histórico do Partido Comunista da URSS até os métodos, táticas, sabotagem e espionagem, agitação e propaganda, meio e objetivos do PCB. No capítulo XIX, Apollonio assim define a Polícia Política:

Polícia Política é a Polícia do Estado, que tem por finalidade máxima exercer atividades preventivas, indagando e combatendo os fatores da desordem social, a bem da ordem. Visa ela, especialmente, os movimentos políticos e sociais de caráter internacionalistas.

Sobre a função inerente a essa polícia, Apollonio esclarece:

A polícia Política exerce sua missão em um largo raio de ação. Dentro do País zela pela manutenção da ordem político-social, pela segurança das instituições, da forma de governo e da segurança da autoridade, prevenindo e reprimindo as greves, atentados, agitações, conspirações, conjurações, revoluções, a propaganda e a disseminação das ideologias subversivas e dissolventes. Utiliza, em larga escala, agentes secretos em todos os setores onde eles se fizerem necessários.

O Manual de Polícia Política e Social escrito por Apollonio foi reeditado por mais três vezes: 2ª edição em 1959, 3ª edição em 1963 e 4ª edição em 1967. Na edição de 1967, revista e ampliada, assim como nas anteriores, a definição de Polícia Política permanece inalterada e Apollonio reitera, sempre e prefácios, que a necessidade a existência de uma polícia política é essencial para segurança, pois previne eventuais ataques de grupos muito bem preparados e organizados¹⁴². Dessa forma, podemos considerar a polícia política como um tipo especial de modalidade de polícia, o que exige uma exploração conceitual que aborde as características e especificidades das atividades e funções da Polícia Política, nos permitindo entender sua natureza e ação em relação a um amplo período de tempo em que foi ativa (ASSUNÇÃO, 2006).

A Polícia Política pode ser compreendida como um órgão especializado da corporação policial, inserida na burocracia estatal. É uma espécie de núcleo de inteligência dentro da

¹⁴² Em sua formulação acerca do comunismo e do PCB, percebemos que Apollonio enxerga – talvez mais do que de fato é – a capacidade de articulação e mobilização do PCB.

polícia, que objetiva o controle político e social. A diferença desse órgão ou núcleo para os demais órgãos e núcleos da corporação policial é justamente sua concepção voltada para a manutenção da ordem político-social. Por ordem política e social, compreende-se as diferentes possibilidades de interpretação da legislação em vigência. Nesse sentido essas possibilidades de interpretação são enviesadas pelo direcionamento da ação policial para vigiar, reprimir e pressionar indivíduos cujo comportamento político é entendido como uma ameaça pelo Estado (ASSUNÇÃO, 2006, p. 21-22).

Em tese, o policiamento político engloba toda estrutura policial, desde o policiamento nas ruas, que nesse caso era feito pela Força Pública e a Guarda Civil, até a polícia judiciária. Essa última, a Polícia Civil, era a instância executiva do aparelho do Estado, já que era responsável pelas investigações, inquéritos e apresentação de relatórios de acusação encaminhados à justiça para eventual condenação. Portanto, no período democrático, a polícia paulista tinha atuação preventiva e repressiva, contraditoriamente. Nesse sentido, as bases legais para atuação da polícia política eram importantes, pois, como destaca Luiz Apollonio, “Nenhum ato pode ser realizado validamente, sem que o agente disponha do poder legal para praticá-lo”¹⁴³. Essa premissa é válida para a Polícia Política a qual, “oficialmente”, recorrerá a legislação que define a ordem política e social para justificar suas ações preventivas e repressivas. A lei será, portanto, o dispositivo usado para legitimar a ação da polícia política (ASSUNÇÃO, 2006). Dessa forma, ancorando-se na Lei nº 1.802 – de 5 de janeiro de 1953 – Lei de Segurança Nacional, Apollonio esclarece sobre os crimes contra a ordem política e social:

“No Brasil, os crimes contra a ordem política e a ordem social estão definidos em lei. São considerados crimes contra o Estado, entre outros:

I – Tentar submeter o território da Nação ou parte dele à soberania de Estado estrangeiro.

II – Tentar desmembrar, por meio de movimento armado ou tumultos planejados, o território Nacional, desde que para impedi-los seja necessário proceder a operações de guerra.

III – Tentar mudar a ordem política ou social, estabelecida na Constituição, mediante ajuda ou subsídio de Estado estrangeiro ou de organizações estrangeiras ou de caráter nacional.

IV- Subverter, por meios violentos, a ordem política e social, com o fim de estabelecer ditadura de classe social, de grupo ou de indivíduo.

V – Promover insurreição armada contra os poderes do Estado.

VI – Praticar atos destinados a provocar a guerra civil se esta sobrevém em virtude deles.

VII – Praticar devastação, saque, incêndio, depredação, desordem de modo a causar danos materiais ou a suscitar o terror com o fim de atentar contra a segurança do Estado.

VIII – Fazer publicamente propaganda: a) de processos violentos para a subversão da ordem política ou social; B) de ódio de raça, de religião ou de classe; c) de guerra. IX –

Incitar diretamente e de ânimo deliberado as classes sociais à luta pela violência. X –

¹⁴³ 1954, p. 148.

Conseguir, transmitir ou revelar para o fim de espionagem política ou militar, documento, notícia ou informação que, em defesa da segurança do Estado ou no seu interesse político, interno ou internacional, deva permanecer secreto. ”

Não há um grupo específico apontado, diretamente, como alvo da vigilância e repressão policial. Entretanto, não se pode desprezar o contexto político brasileiro e internacional. A Guerra Fria acentuava o anticomunismo que já se fazia presente desde os anos 1930 na sociedade, sobretudo em meios militares e policiais. O espectro comunista rondava o país. Ao menos na perspectiva dos investigadores e policiais paulistas. Nesse sentido, apesar da aparente universalidade, a Lei de Segurança Nacional de 1953 reflete o esforço de setores conservadores da sociedade no sentido de garantir a manutenção da “ordem política e social”, como destaca efusivamente Luiz Apollonio. Por meio de um aparato legal e burocrático, a segurança nacional contra os “inimigos” e em nome da “democracia e do Brasil” deveria ser garantida pela polícia política. A Lei de Segurança Nacional se configura, portanto, na institucionalização do anticomunismo, por meio de legitimação legal. Os comunistas eram um grupo passível de vigilância, controle e repressão (MOTTA, 2002; ASSUNÇÃO, 2006).

Em relação à manutenção da ordem política e social, a Lei de Segurança Nacional é precisa ao determinar as infrações que os inimigos da nação possam vir a cometer. Ela é mais flexível, entretanto, quanto aos meios que a polícia deve utilizar em relação ao combate a esses inimigos e quanto à definição de ordem política e social. A ambiguidade permite que as decisões a respeito do que seria ou não infração, caiba à polícia, o que lhe confere uma grande autonomia decisória. Nesse sentido, a definição do que seja a ordem política e social dependia quase que exclusivamente da maneira como a polícia definia a situação em função de um contexto político próprio, de seus interesses e de suas lógicas. A ideia de ordem política e social ficaria vinculada, sobretudo, ao caráter essencialmente discricionário dos agentes policiais em relação à legislação vigente. No caso paulista, A Polícia Civil tinha essa autonomia em inquéritos e a Força Pública e a Guarda Civil, nas ruas.

Na prática, se evidenciou que a ação da polícia política no Brasil, sobretudo em São Paulo, mas em vários Estados e em distintas conjunturas políticas, recaiu mais pesadamente sobre o Partido Comunista e sobre todos aqueles identificados como comunistas ou simpatizantes, embora em outros momentos a atenção também estivesse voltada para grupos anarquistas e estrangeiros, sobretudo durante a Segunda Guerra Mundial, especialmente perseguição à japoneses e italianos em São Paulo. Sobre essa perseguição, o capitão Pedro Lobo destaca a questão da ordem social que era imputada a eles durante a formação:

A questão da ordem era uma coisa forte, né? A gente ouvia bastante que os comunistas eram agitadores, queriam bagunçar as coisas e tal. Acho que essa questão da ordem que

se martelava bastante era para legitimar as perseguições e abusos que a polícia cometia com os militantes, inclusive com os da polícia (OLIVEIRA, 2018. Entrevista concedida ao autor).

Assim, podemos inferir que a compreensão, por parte da polícia, do que seja a ordem – ou a desordem – política e social está diretamente atrelada às ações do Partido Comunista, considerado como o único partido merecedor de intensa vigilância e repressão por parte da polícia. Nas palavras de Apollonio, a Polícia Política, “É a sentinela avançada da ordem. Como não é ignorado, presentemente, existe um único partido que, na realidade, está oferecendo sério perigo à humanidade. É o Partido Comunista, organizado em quase todos os Países (...).” O investigador conclui que é “por isso, e já há algumas dezenas de anos, organizou-se em São Paulo o Departamento de Ordem Política e Social que, finalmente, é a Polícia Política e, dentro das suas atribuições, previne e reprime os crimes de caráter político e social.” (APOLLONIO, 1950, p. 123-135; 1967, p. 184).

Legalmente, a ordem política é definida como “a que resulta da independência, soberania e integridade territorial da União, bem como da organização e atividade dos poderes políticos” e a ordem social está relacionada “aos direitos e garantias individuais, ao regime jurídico da propriedade, da família e do trabalho; à organização e funcionamento dos serviços públicos e de utilidade geral, aos direitos e deveres das pessoas de direito público para com os indivíduos e reciprocamente”¹⁴⁴, o que, na prática, na ação cotidiana deste modelo de polícia, era marcada pela sua ação discricionária. A ordem política e social está atrelada ao controle permanente, preventivo, vigilante e repressivo sobre manifestações públicas de cunho político, capitaneadas pelo partido comunista ou por sua influência em organizações de esquerda. A ordem política relacionava-se à permanente vigilância sobre partidos políticos e associações comunistas. Além disso, não raro, na ação cotidiana do setor de polícia política não houve uma separação tão nítida entre ordem social e ordem política, uma vez que ambas as noções estavam ligadas às ações dos comunistas e por sua vez eram sinônimos de ameaça à segurança nacional (MOTTA, 2002).

O movimento de formação e organização de uma polícia política podia ser observado também em outros estados. Em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, por exemplo, a formação de núcleos policiais especializados no controle político e social já podia ser observado no fim dos anos 1960 (ASSUNÇÃO, 2006). No Rio de Janeiro, a composição de um núcleo de policiamento análogo estava sendo concebido na mesma época. Entretanto, os materiais de formação consolidados e publicados surgiram apenas na década de 1970. Nesse sentido, o caso

¹⁴⁴ Conforme Lei nº 38, de 04 de abril de 1935, art. Nº 22, parágrafos 1 e 2.

da polícia paulista refletia um pioneirismo e uma vanguarda na construção e elaboração de material e técnicas de policiamento de controle social, que pode ser observada em outros materiais produzidos posteriormente. Em 1971, o investigador mineiro Antônio Dutra Ladeira, então ex-chefe do DEOPS de Minas Gerais, publicou o Manual de Organização e Prática Policiais. Ladeira define a polícia política como “a polícia do Estado que vela pela ordem, segurança e tranquilidade públicas, exercendo ação preventiva e repressiva dos delitos contra a ordem política e social. Zela pela segurança do Estado e do regime político social, preservando os direitos e garantias individuais, e se empenha no sentido da integração social, com base na valorização dos esforços comunitários.” (LADEIRA, 1971, p. 355). Em 1977, foi publicado o Dicionário Teórico e Prático da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro, escrito pelo então delegado Zonildo Castello Branco. De acordo com o autor, a polícia política “é aquela que exerce atividades preventivas, indagando e combatendo os fatores de desordens em proveito da ordem política-social. À Polícia Política cabe diligenciar pela manutenção da ordem política e social, pela segurança do regime, das instituições e das autoridades constituídas, prevenindo atentados, conspirações, conjurações, revoluções, propaganda e disseminação de ideologias de caráter dissolvente. É a Polícia da profilaxia social. A sua atuação se faz sentir especialmente sobre os agitadores políticos, aqueles que preparam o ambiente em todos os seus aspectos: histórico, físico, administrativo, social, econômico, financeiro etc., transformando-o em campo fértil para que possam facilmente germinar os movimentos subversivos.” (CASTELLO BRANCO, 1977, p. 269). Seriam matérias de preocupação da polícia política, ainda segundo o delegado carioca, cuidar da segurança nacional, informações de inteligência e o combate à subversão. A perpetuação de uma concepção de polícia política ao longo das décadas, em diferentes conjunturas políticas e sociais, indica que sua função e ação na repressão e vigilância não se modificou. Reforça ainda a influência do material elaborado pela polícia paulista na formação de diferentes gerações policiais que serviram sobre a especificidade do policiamento político (ASSUNÇÃO, 2006).

Tais fatos comprovam o vanguardismo e pioneirismo da polícia paulista em apresentar bases teóricas para sustentar a atuação política da polícia que, nesse caso, era formada na doutrina anticomunista, como observaremos adiante.

3.3. A FORMAÇÃO DA POLÍCIA PAULISTA SOB A DOCTRINA ANTICOMUNISTA

Ainda durante a Era Vargas, a estrutura policial paulista começou a sofrer uma mudança na sua concepção de policiamento, que se consolidou no fim dos anos 1940. A mudança consistia em adequar a atuação política para o combate ao inimigo número um do Estado. Nesse sentido, um arcabouço teórico expresso em materiais didáticos passou a ser produzido guiado pelo norte anticomunista imposto pelo Departamento de Ordem Política e Social. O material didático foi inicialmente elaborado por Luiz Apollonio e foi amplamente utilizado na formação dos policiais paulistas nas décadas de 1940, 1950 e 1960. Sobretudo o livro “Métodos e Táticas Comunistas”, que teve sua primeira versão em 1948, seis anos antes de ser utilizado para compor o “Manual de Polícia Política e Social”, produziu grande impacto na atuação policial no trato – ou melhor, no combate – com os movimentos comunistas. O material guiou diretamente a atuação da Força Pública e da Guarda Civil nas ruas e da Polícia Civil nas investigações e interrogatórios.

A influência e impacto de Luiz Apollonio na polícia paulista era grande, sobretudo quando se tratava de investigações a militantes comunistas. Podemos ter uma noção desse impacto pelos relatos orais de personagens da época, como o Capitão Davino dos Santos¹⁴⁵ e o militante do PCB Carlos Marighella¹⁴⁶. O alcance e influência que seu material teve foi igualmente proporcional a reputação de Apollonio gozava entre os militantes comunistas. Em entrevista concedida, o tenente coronel Vicente Sylvestre, que fez parte da Guarda Civil nos anos 1950 e 1960, relatou que os livros de Apollonio fizeram parte de sua formação. O capitão Pedro Lobo de Oliveira, policial da Força Pública no mesmo período, fez afirmação no mesmo sentido, em entrevista concedida.

“Quando ingressávamos no curso de formação, recebíamos o material escrito pelo instrutor Apollonio. Era um livrinho, quer dizer, para nós, na época, um livrão. Não tinha 100 páginas, mas os instrutores pediam para a gente ler, né? Diziam que era importante para a gente desenvolver nosso trabalho nas ruas. A gente lia e entendia um pouco do que era o PCB, como funcionava. Na época eu ainda não tinha tido muito contato com o partido. Mas todo mundo recebia esse livro sim.” (OLIVEIRA, 2018. Entrevista concedida ao autor)

Tratando-se especialmente do livro Métodos e Táticas Comunistas, seu alcance e influência atravessou, inclusive, as fronteiras do estado de São Paulo. Nas obras de investigadores e policiais das polícias mineiras e cariocas, produzidas na década de 1970, encontramos verbetes relacionados com a segurança nacional, partidos e organizações, técnicas

¹⁴⁵ Davino Francisco dos Santos. A marcha Vermelha. Editora Saraiva, São Paulo, 1948.

¹⁴⁶ Mário Magalhães. Marighella: O guerrilheiro que incendiou o mundo. Companhia das Letras, São Paulo 2012.

e táticas comunistas, movimento comunista internacional e conceitos marxistas-leninistas. Apollonio demonstrava muito conhecimento sobre o comunismo, do ponto de vista teórico, e fazia questão de discorrer sobre o tema. Entendia ser importante conhecer a fundo a organização e estrutura do PCB, a quem considerava grande ameaça. Deixa claro que “como bons soldados em guerra, cabe-nos conhecer o inimigo” (APOLLONIO, 1954, p. 12). O texto do professor-investigador segue uma linha de desenvolvimento em que inicia abordando a história do Partido Comunista Russo, tema que também desenvolve com alguma destreza em poucas páginas. Descreve a formação do partido da seguinte maneira:

A classe operária da Rússia começou a despertar para a luta contra o capitalismo no decênio de 70, do século passado. Em 1875 organizou-se em Odessa a “União dos Operários do Sul da Rússia”. Esta organização operária, a primeira de todas, não viveu mais que 8 ou 9 meses, em virtude da reação oposta pelo governo czarista. Em 1878 instalou-se a “União dos Operários Russos do Norte”, a cuja frente se achava um carpinteiro de nome Obnorski. No programa desta organização se dizia que seus objetivos eram análogos aos dos partidos operários social-democratas dos países ocidentais. Sua meta final era levar a cabo a revolução socialista, “derrubar o regime político e econômico do Estado existente, como um regime completamente injusto”. (1950, p. 9)

O foco do autor parece ser demonstrar que o comunismo, desde sua suposta origem, tem como finalidade alterar a estrutura vigente. Conservador, como podemos observar na sua descrição sobre a polícia política, Apollonio demonstra preocupação com essa mudança estrutural. Utiliza com frequência palavras como “derrubar”, “destruir”, “atacar” e outros verbos imperativos para descrever o objetivo do comunismo e do partido comunista. Embora seu texto mostre que possuía conhecimento sobre o tema, podemos observar nas linhas do texto o reflexo de uma formação enquanto policial nos anos 1930: o temor e a referência ao comunismo como ameaça real está sempre presente¹⁴⁷. Ademais, também demonstra conhecer as estratégias utilizadas na clandestinidade, condição comum aos partidos comunistas ao redor do mundo. Ao tratar da questão, aponta:

Mas a luta, tendo em vista a reação, precisava ser subterrânea, clandestina. Dessa forma, organizou-se o Partido Comunista, obedecendo aos requisitos necessários para desenvolver suas atividades às escondidas. Os folhetos e demais materiais de propaganda, destinados ao proletariado, eram impressos em tipografias que, inicialmente, funcionavam fora do território russo. Com o avanço verificado depois, essas tipografias eram instaladas dentro da própria Rússia, com toda preocupação possível para evitar que a polícia czarista descobrisse. (APOLLONIO, 1950, p. 14)

Ainda nas primeiras páginas, destaca que se deveria encarar o comunismo como uma ameaça devido ao fato de tratar-se de um movimento de caráter internacional. Afirma que

¹⁴⁷ Como já pontuado, os militares e policiais que tiveram sua formação nos anos 1930, passaram a assimilar o anticomunismo de maneira mais viva e aparente. Os eventos em consequência do levante de 1935 produziram o sentimento de revanchismo e preocupação em relação ao comunismo.

“desde sua origem, a revolução comunista se pretende internacional” (APOLLONIO, 1950, p. 11). A afirmação demonstra também algum conhecimento teórico da obra de Lênin¹⁴⁸, a quem cita constantemente como mentor da internacional comunista. Nesse sentido, ao se referir ao PCB, faz questão de resgatar, brevemente, a história do partido e demonstra conhecer os preâmbulos da formação do PCB, em 1922, além de pontuar outras correntes políticas à esquerda, como o anarquismo, que também considera “perigosa”. Nesse breve histórico, como ele mesmo chama, afirma que

O mais antigo dos grupos comunistas organizados no Brasil, data dos fins de 1918, na cidade de Porto Alegre (Rio Grande do Sul), sob a denominação de “União Marximalista”. Foi esse o núcleo orgânico mais antigo de partidários da revolução russa e do comunismo. Noutras cidades, como Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, Santos, etc., onde as camadas mais avançadas do proletariado foram quase sempre influenciadas pelo anarquismo, alguns militantes anarco-sindicaistas, demonstraram fundas simpatias pela obra do Partido Comunista Russo e da III Internacional. [...] Em março de 1922, constituiu-se o “Partido Comunista” e a revista citada – “Movimento Comunista” – passou a ser o órgão oficial da organização. A ela, deve o Partido Comunista Brasileiro uma grande folha de serviços. Afirma essa organização: “Embora com deficiências explicáveis, dificuldades financeiras e técnicas, pressão do estado de sítio decretado em julho de 1922, nossa pequena revista não falhou à tarefa designada. Com efeito, a ela se deve, na maior parte, a formação de uma consciência comunista que existe hoje, homogênea, cimentado o núcleo central de militantes do P.C.” (De um relatório datado de 1 de outubro de 1923, do Partido Comunista Brasileiro, enviado ao “Comité Executivo da Internacional Comunista”). (APOLLONIO, 1950, p. 15-16)

A descrição do processo histórico que originou a formação do PCB sugere uma preocupação do autor com a necessidade que os leitores que, nesse caso, seriam policiais em formação¹⁴⁹, entendessem como se formou e se constituiu o PCB. Cabe ressaltar que à época, os policiais ingressavam nas escolas de formação com pouco grau de instrução e a polícia significava uma possibilidade de ascensão sociais das camadas populares (PINHEIRO, 2002; BATTIBUGLI, 2009). Nesse sentido, seria possível afirmar que a elaboração de um material mais complexo não seria facilmente absorvida pelos alunos. Não foi o caso do texto apresentado por Apollonio. O sucesso produziu sucessivas reedições e tornou-se rapidamente uma referência em matéria de anticomunismo. O preâmbulo escrito pelo autor, apresentando a história do comunismo, do Partido Comunista Russo e do PCB foi recebido com louvor pela cúpula da Força Pública e da Guarda Civil. Isso porque muito mais que a história e concepção teórica do PCB, o que era mais conhecido eram seus nomes e suas bandeiras.

¹⁴⁸ Não há referência ou citação direta à obra de Lênin no texto. Entretanto, a afirmação reflete algum conhecimento do desenvolvimento teórico do autor revolucionário russo, sobretudo à obra “O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo”, em que Lênin defende o caráter internacional da Revolução de Outubro.

¹⁴⁹ Embora o público alvo da publicação fossem os policiais em formação na Escola de Polícia e na Academia de Polícia de São Paulo, a publicação foi divulgada, segundo documento do Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo, também em outros círculos e “a quem interessasse” (Relatório de material de formação e instrução da Polícia Militar do Estado de São Paulo).

No que diz respeito aos nomes, essa era outra preocupação do autor. Obviamente, por uma questão pertinente, já que tratamos de um investigador de polícia instruindo outros potenciais investigadores e demais policiais; faz questão de apresentar os principais nomes do PCB desde sua fundação. Sustentando seu ponto sobre o caráter internacional do comunismo, apresenta também os “agentes estrangeiros”, nomes ligados à União Soviética que vieram ao Brasil para, segundo ele, “auxiliar a seção brasileira a lograr êxito na revolução” (APOLLONIO, 1950). Os nomes destacados são os “agentes comunistas russos” Mark Pandarsky e Olga Yazikoff Pandarsky¹⁵⁰. Apollonio destaca também a participação de estrangeiros desde antes do levante de 1935, afirmando que

Era comum ver-se elevado o número de estrangeiros em manifestações públicas da extinta “Aliança Nacional Libertadora”, em 1935, ou em comício anunciados pelo Partido Comunista Brasileiro, durante sua existência ilegal ou, ainda, nas organizações semi-legais do mesmo Partido, tais como “Frente Popular”, “Frente Sindical”, “Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil” e “Sociedade dos Amigos da Rússia”, organizadas nos anos de 1933 e 1934. Em 1945, com o Partido Comunista Brasileiro em plena legalidade, fomos encontrar os mesmos elementos estrangeiros – na sua maioria lituanos, espanhóis e israelitas – assistindo aos comícios dessa organização em praça pública, sobraçando pacotes de boletins ou empunhando uma bandeira vermelha com a foice e o martelo, bradando por “leite, carne e pão”, ou pelo “candidato do povo”, não havendo exagero afirmar que a maioria da massa presente aos referidos comícios se compunha de estrangeiros ou filhos destes, aqui nascidos (APOLLONIO, idem, ibidem, p. 24).

Havia uma linha clara na exposição do investigador. Primeiro, demonstrar que o comunismo objetiva uma mudança “pela força”. Esse argumento sugere ao leitor, que no caso eram policiais ingressantes, em sua maioria com menos de 20 anos, uma conotação negativa. A linha expositiva segue para o caráter internacional do comunismo, salientando que o Partido Comunista Russo, pioneiro, segundo Apollonio, guia os outros partidos ao redor do mundo. Por mais que essa linha de raciocínio não fosse de toda equivocada, objetiva-se com essa construção apresentar o comunismo e o PCB como uma espécie de “ameaça externa”. Dessa forma, desacredita-se das ideias do partido, já que fazem parte de um projeto não brasileiro, e que, portanto, não se legitimaria por ser de interesses estrangeiros. Ademais, a constante menção à estrangeiros, reforça que o PCB se construiu com apoio direto de agentes além-mar, e reforça a sensação de que o comunismo é uma ameaça externa. As menções ao levante de 1935, de maneira sutil, são retratadas como um produto também de agentes estrangeiros, o que faz florescer também o sentimento de revanchismo e, mais ainda evoca a noção de patriotismo. Em sua exposição de Apollonio, os militantes e simpatizantes do comunismo seriam, em sua grande

¹⁵⁰ O primeiro nome, menos conhecido do público, foi um militante do Partido Comunista Soviético. O segundo nome é mais conhecido do pública, trata-se de Olga Benário Prestes. Os dois vieram para o Brasil com a missão de apoiar Luís Carlos Prestes e o Partido Comunista Brasileiro. Seus nomes constam no arquivo do DOPS, datado de 1931 (FLORINDO, 2006) e utilizado por Apollonio para manifestar seu argumento.

maioria, estrangeiros que estão no país ou seus filhos. Essa narrativa sugere que os militantes e simpatizantes do comunismo não são brasileiros. Novamente percebemos uma construção do texto que caminha para apresentar o comunismo e o PCB como ameaças produzidas por agentes externos.

Esse preâmbulo do autor toma quase um terço do livro¹⁵¹, de modo que não podemos interpreta-lo como uma mera contextualização. A exposição é importante para assentar as bases do trabalho que a polícia política exige: vigilância, repressão e perseguição. No caso específico em questão, é importante para o desempenho das funções que os policiais enxerguem os comunistas como de fato uma ameaça a ordem. Porém, o trabalho de Apollonio vai além: faz com que os policiais enxerguem o comunismo como uma ameaça ao seu modo de vida, já que pretendem uma revolução. Assim, o preâmbulo, lido num contexto de intensa propaganda anticomunista, em um contexto de auge da guerra fria, produz o sentimento necessário para execução das tarefas da polícia política, doutrinada no combate ao comunismo. Nesse sentido, pode-se dizer que a construção de sua narrativa anticomunista foi um sucesso, cuja presença nas corporações policiais paulistas era bastante intensa e ficou ainda mais a partir da difusão do material de instrução. Desde o ingresso, os jovens policiais eram contaminados pelo espírito anticomunista, como afirma o tenente coronel Vicente Sylvestre em entrevista:

A gente ouvia sempre os superiores falando que comunista era tudo assassino, que não era patriota, essas coisas. Quando a gente falava do Prestes, que naquela época era uma pessoa já bem importante, já falavam que era traidor, que ele não honrava a farda. A gente escutava muito isso. Aprendia desde cedo que os comunistas queriam destruir o Brasil com apoio dos russos. Coisa meio maluca, né? (SYLVESTRE, 2017. Entrevista concedida ao autor).

A afirmação do tenente coronel sobre o que se ouvia nos quartéis policiais a respeito do comunismo e dos comunistas corrobora com o que era dito em veículos da imprensa nos anos 1950 (MOTTA, 2002, p. 116-117).

Após um preâmbulo, Apollonio parte para a principal parte da sua explanação: a descrição e análise da configuração do PCB durante a ilegalidade. Esse ponto é especialmente importante, uma vez que, após a queda de Vargas, o partido experimentou um breve período de legalidade, que durou apenas até 1947. Retornado à clandestinidade, as atividades do partido eram de especial interesse do DEOPS e a polícia carecia de policiais para identificar atividades suspeitas. Para executar plenamente as funções de repressão, vigilância e perseguição aos comunistas, como era a postura da polícia política paulista no período, cabia explicar aos policiais como se estruturavam os comunistas e como se organizava o PCB na ilegalidade.

¹⁵¹ O material possui, ao todo, 92 páginas, sendo destas, 24 destinadas a apresentar o tema e o histórico do Partido Comunista Russo e do brasileiro.

Expõe que a “estrutura orgânica” do PCB na ilegalidade é composta pelas células, que seriam braços do partido espalhados geograficamente; os comitês, organismos de gestão e organização comunistas; e as comissões, órgãos que tinham funções estratégicas para execução do programa do partido. Como bom investigador, Apollonio se preocupa com a descrição minuciosa de todos os elementos e considera a célula¹⁵² comunista o principal elemento de articulação política do PCB, pois é onde se desenvolve o trabalho de base, fundamental para difusão do pensamento comunista. Considera o desmantelamento das células comunistas prioridade policial. Define a célula da seguinte forma:

Existem muitas espécies de “células”. Onde quer que haja uma aglomeração de trabalhadores, empregados, funcionários, etc., o comunista procura organizar uma célula. Assim, podem existir desses organismos não só em fábricas, como em grandes empresas, quartéis, navios, escolas, clubes e outros setores. Existe, ainda, a célula de residência, o que quer dizer o agrupamento de três a oito indivíduos, residentes no mesmo bairro, e que se reúnem periodicamente em suas residências, afim de tratarem de assuntos referentes à propaganda que deve ser levada a efeito no bairro. Uma célula é um órgão de base que liga todo Partido Comunista com as massas trabalhadoras, porquanto está mais em contacto com as mesmas. (APOLLONIO, 1950, p. 29).

O investigador se preocupa em demonstrar cuidadosamente a organização e estruturação das células. Ademais, ele aponta que para como reconhecer uma célula, instruindo seus alunos e potenciais leitores como identificar comunistas e como ocorre a formação de uma célula. Segundo ele, o processo começa com um comunista em uma fábrica, escola ou quartel, que aborda seus colegas a respeito de questões políticas e econômicas. A abordagem ocorre de forma amigável e se desenrola com a exposição de reuniões, nomes e lugares. Assim descreve como atuam os comunistas na base:

Para a organização das células de empresa ou fábrica onde exista um comunista, este vai entabulando conversações com os seus companheiros de trabalho, sobre a situação econômica de cada um, ligando o assunto à situação econômica em geral. O comunista aproveita-se dos mais insignificantes descontentamentos verificados em uma fábrica ou empresa para criar animosidades contra o industrial, e aponta o Governo como o maior responsável pela situação de abandono em que se encontra o operário. Como é bem de se ver, essa tática visa enfraquecer as instituições e indispor os trabalhadores contra os poderes constituídos. (idem, *ibidem*)

Apollonio descreve o comunista como alguém que se aproveita das fragilidades dos trabalhadores e trabalhadoras. Constrói o militante como alguém apenas interessado apenas em desestabilizar o governo ou a sociedade. A narrativa de que o objetivo dos comunistas é desestabilizar o governo e o sociedade era bastante difundida também por setores ligados à Igreja Católica. A ideia de que os comunistas iriam subverter os valores da juventude, novamente por uma interpretação equivocada de Lênin, era amplamente propagada à época

¹⁵² A célula seria o que, em Teoria dos Partidos Políticos, podemos chamar de base. O trabalho nas células, seria o “trabalho de base” (OLIVEIRA, 1979).

(MOTTA, 2002). O investigador destaca que a função de construir uma célula cabe aos militantes mais antigos, contando com sua habilidade de convencimento para conseguir novos membros. Deixa claro que em toda empresa ou fábrica existe um comunista e, caso não haja, o partido envia um militante para que se infiltre e construa a célula. Essa exposição é acompanhada de uma descrição do militante comunista que é próxima da que é feita de criminosos que aplicam golpes nas ruas das cidades paulistas. Numa ficha de um criminoso que aplica golpes, fatalmente haveria uma descrição com palavras como “ludibriam” ou “enganam”. E é dessa forma que ele descreve o que seria, em sua interpretação, a abordagem do comunista:

Com palavrório fácil, convincente e adequado às massas, consegue o comunista cativar a simpatia de um ou mais operários até que, sensibilizando-o, convida-o para uma reunião, não informando, desde logo, tratar-se de assuntos comunistas, e sim de uma ligeira palestra. Periodicamente, continuam as “palestras amistosas” até que, paulatinamente, chaga ao desejado: a organização de elementos comunistas principiantes ou, como se diz “simpatizantes”, para a formação de uma célula. O comunista faz ver ao trabalhador a conveniência de pertencer ao Partido Comunista, prometendo-lhe melhores dias e, quiçá, até cargos de direção na organização. Finalmente, após pacíficos trabalhos, preenchem-se as respectivas “células de adesão” e, assim, o honesto e ludibriado trabalhador, torna-se comunista. Com palavras de impressionar facilmente, o comunista faz ressaltar ao operário a importância do ato, no momento de tornar-se membro do P.C.B. Saudam-no e lêem ao mesmo o juramento que está impresso na própria célula. (idem, ibidem).

Novamente, a narrativa textual de Apollonio é marcada pela sedimentação da construção do militante comunista como não patriota (estrangeiro), que almeja acabar com o modo de vida dos trabalhadores e trabalhadoras (desestabilizar o governo e as instituições) e que engana e se aproveita de suas fragilidades. Isso produzia o efeito desejado nos policiais. O anticomunismo construído institucionalmente contava também com um contexto favorável. No período democrático, o Brasil rompe relações diplomáticas com a União Soviética, em outubro de 1947¹⁵³, e o PCB passa à ilegalidade. A posição do governo brasileiro era claramente pelo lado estadunidense na disputa ideológica da Guerra Fria. As propagandas anticomunistas no período democrático contribuíam para a assimilação do anticomunismo pelos policiais, perspectiva que era compartilhada também por setores religiosos, sobretudo a Igreja Católica, o que era um peso importante na formação e concepção de mundo dos policiais, que, em sua maioria, eram religiosos (CARVALHO, 2012).

Outro ponto que chama atenção no texto, é a abordagem a respeito do Setor Militar do PCB. Apollonio demonstra conhecer a existência do núcleo, que era um dos mais secretos e sigilosos do PCB na clandestinidade (VIANNA, 2011; CUNHA, 2014). Como já descrito, o

¹⁵³ O estopim para o rompimento foi um incidente que envolveu o segundo secretário da embaixada brasileira em Moscou. O diplomata foi detido no hotel onde a embaixada funcionava provisoriamente, acusado de causar arruaça quando estaria embriagado.

Setor Militar, ou Antimil, era um grupo que tinha como principal função construir apoio comunista entre os militares das Forças Armadas e das policiais. Em São Paulo, o grupo logrou êxito nessa função ao conseguir apoio de militares da Força Pública e da Guarda Civil em um cenário bastante adverso. O investigador trata o Setor Militar como uma comissão, ou seja, considera que possuía uma função estratégica na atuação clandestina. Define da seguinte maneira:

A “Comissão Ant-Mil” se compõe de elementos entendidos em assuntos militares, e que, de preferência, tenham já servido ao Exército ou Forças Policiais. Com os seus conhecimentos, e com as instruções que recebem, organizam os planos de propaganda entre os militares, quer editando impressos adequados a esses meios, quer organizando células em quartéis, navios, portos, estaleiros, etc. Como se vê, essa Comissão age exclusivamente nos meios militares. (APOLLONIO, 1950, p. 28).

Possivelmente, o conhecimento que Apollonio demonstra ter do Setor Militar do PCB é fruto dos anos em que comandou os interrogatórios e liderou investigações no DEOPS nos anos 1930. No período, teve oportunidade de interrogar nomes ligados ao núcleo clandestino no partido, como o próprio capitão Davino dos Santos. Hábil investigador, acumulou informações e nomes a respeito, embora tivesse o cuidado de aborda-los no texto, já que se tratavam de militares e policiais, parte do seu público. Incurrer em erro, seria criar um problema com seus pares. A preocupação do investigado com o Antimil e a infiltração de comunistas em meio militares é feita novamente citando Lenin e documentos do PCB. Apollonio destaca que o PCB defende o “armamento do proletariado”¹⁵⁴ para executar a revolução e a tomada do poder; e adverte os policiais que esse é um passo fundamental, já que “sem a força, não há revolução”¹⁵⁵. Assim Apollonio descreve o *modus operandi* do Setor Militar do PCB:

Este é, sem dúvida, um setor de suma importância e que é tratado, pelo Partido, com cuidados especiais. O setor “anti-mil”, como é conhecido dentro do Partido, tem a incumbência de agir, exclusivamente, entre os militares e, para esse fim, são escolhidos indivíduos ex-militares ou mesmo membros do Partido que devam servir ao Exército Nacional, ou que se incorporem às Polícias Estaduais. Como acontece entre os civis, isto é, entre os operários, intelectuais, estudantes, jovens, etc., são organizadas células, edita-se material adequado e realizam-se reuniões. O encarregado do “anti-mil” fornece informes, periodicamente à direção do Partido, quanto aos trabalhos realizados, fornecendo detalhes sobre a organização militar onde haja infiltração bem como uma estatística sobre a quantidade de membros existentes. (idem, ibidem).

Curiosamente, Luiz Apollonio registra que o Setor Militar não objetiva converter os militares e policiais para o comunismo e contar com a instituição militar e as corporações policiais na revolução. O investigador sustenta que o PCB não se preocupa com seus militantes, mas apenas com a “construção e perpetuação do projeto de poder do socialismo”. A ideia central

¹⁵⁴ Idem, p. 57.

¹⁵⁵ Idem, p. 58.

do argumento é fazer com que os policiais potencialmente interessados em refletir sobre o pensamento e as pautas comunistas fiquem “vacinados” contra a intenção da organização. Tal construção serve para induzir nos policiais a ideia de que os militantes comunistas não estão interessados em modificar suas condições materiais, ou seja, serve para minar a ideia de solidariedade e fraternidade entre os militantes, uma vez que, como afirma Apollonio, eles não tem preocupações “com o ser humano”, apenas com seu projeto de poder. Ele entende que o Antimil visa atuar internamente nas corporações para, em situações de manifestações de massa, “às vésperas de movimentos revolucionários”¹⁵⁶, os agentes infiltrados confundiriam e atrapalhariam o trabalho dos órgãos militares e policiais no combate aos eventos

Não seria possível ao Partido Comunista catequizar todos os militares, não só porque estes têm uma mais larga visão, como porque as vias de acesso são muito mais difíceis. A finalidade, pois, do Partido, é conseguir um número de comunistas, embora diminuto, dentro dos quartéis para nos movimentos oportunos, isto é, de agitação e tentativas de revolução, lançar a confusão entre os comandados, irradiando notícias tendenciosas, comandos errados ou interpretações errôneas (APOLLONIO, 1950, p. 87)

Apollonio alertava para a presença de comunistas entre seus pares, dentro dos quartéis e delegacias. Em entrevista, o capitão Pedro Lobo afirmou que “recebia instrução sobre abordagem dos comunistas, como eles falavam e agiam e, se alguém dentro dos quartéis viesse com essa conversa, tínhamos que alertar aos superiores”¹⁵⁷.

No que diz respeito a atuação do PCB na legalidade, o investigador dispõe de poucas páginas. Seu real interesse é em apresentar a estrutura de atuação dos comunistas na ilegalidade, período em que ficou na maior parte da história. Assim, podemos observar que a formação da polícia paulista no período democrático foi marcada por um forte componente anticomunista, tanto pela conjuntura da Guerra Fria, quanto pelo material de instrução que os acompanhava durante o período de escola ou academia de polícia. E é nesse cenário de adversidade, nesse ambiente de repressão e perseguição, que a Esquerda Policial atuou em São Paulo em episódio importantes, porém pouco abordados na literatura, como as greves de 1961, as campanhas pela eleição de sargentos eleitos em 1963 e as campanhas pela legalidade, junto com militares das Forças Armadas.

Também sob a supervisão do investigador Apollonio, o DOPS e o DEOPS intensificaram a vigilância sobre os policiais paulistas. A preocupação era mitigar potenciais células comunistas dentro das corporações. No entanto, as possibilidades e limites das investigações esbarraram no fato de que o modelo de organização era novo, inclusive para própria esquerda policial. A correlação de forças no período democrático era desfavorável para

¹⁵⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁵⁷ Entrevista concedida ao autor, 2018. Sem página.

uma organização do PCB às claras com policiais paulistas e isso fez com que os resultados das investigações sobre a estrutura das células do PCB na FP e na GC fossem bastante difusos. Os arquivos e documentos do período sobre o modelo de organização do setor militar nas corporações policiais paulistas apontam para uma “infiltração clara e evidente de comunistas na Força Pública e na Guarda Civil”¹⁵⁸. Porém, a forma como essa infiltração ocorria e o modelo de organização construído pelo antimil com as corporações policiais que promoveu a articulação de uma esquerda policial não era conhecido pelo DOPS, pelo menos até 1961, quando da greve dos policiais.

3.4. A POLÍCIA POLÍTICA E O ANTIMIL: ESTRUTURA E OPERACIONALIZAÇÃO DO SETOR MILITAR NAS CORPORações POLICIAIS PAULISTAS

A partir do início dos anos 1950, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) passou a acompanhar com mais cuidado as ações do Setor Militar do Partido Comunista do Brasil (PCB). A motivação foi a mobilização de policiais no início dos anos 1950, tanto na campanha pelo petróleo, como nas reivindicações corporativas. Em 1950, Luiz Apollio já chamava atenção para potencial infiltração de comunistas nos setores militares, através do Antimil. O investigador destaca a dificuldade que existe para que os comunistas se infiltrem nas repartições públicas, mas, no entanto, demonstra preocupação com essa infiltração nas policiais paulistas, afirmando que “o Partido Comunista não visa fazer propaganda subversiva entre os funcionários públicos. Mas, conseguindo colocar seu elemento em uma ou mais repartições públicas e, especialmente, nos quadros da Polícia, teria oportunidades de acompanhar todas as atividades nesses setores” (APOLLONIO, 1950, p. 52).

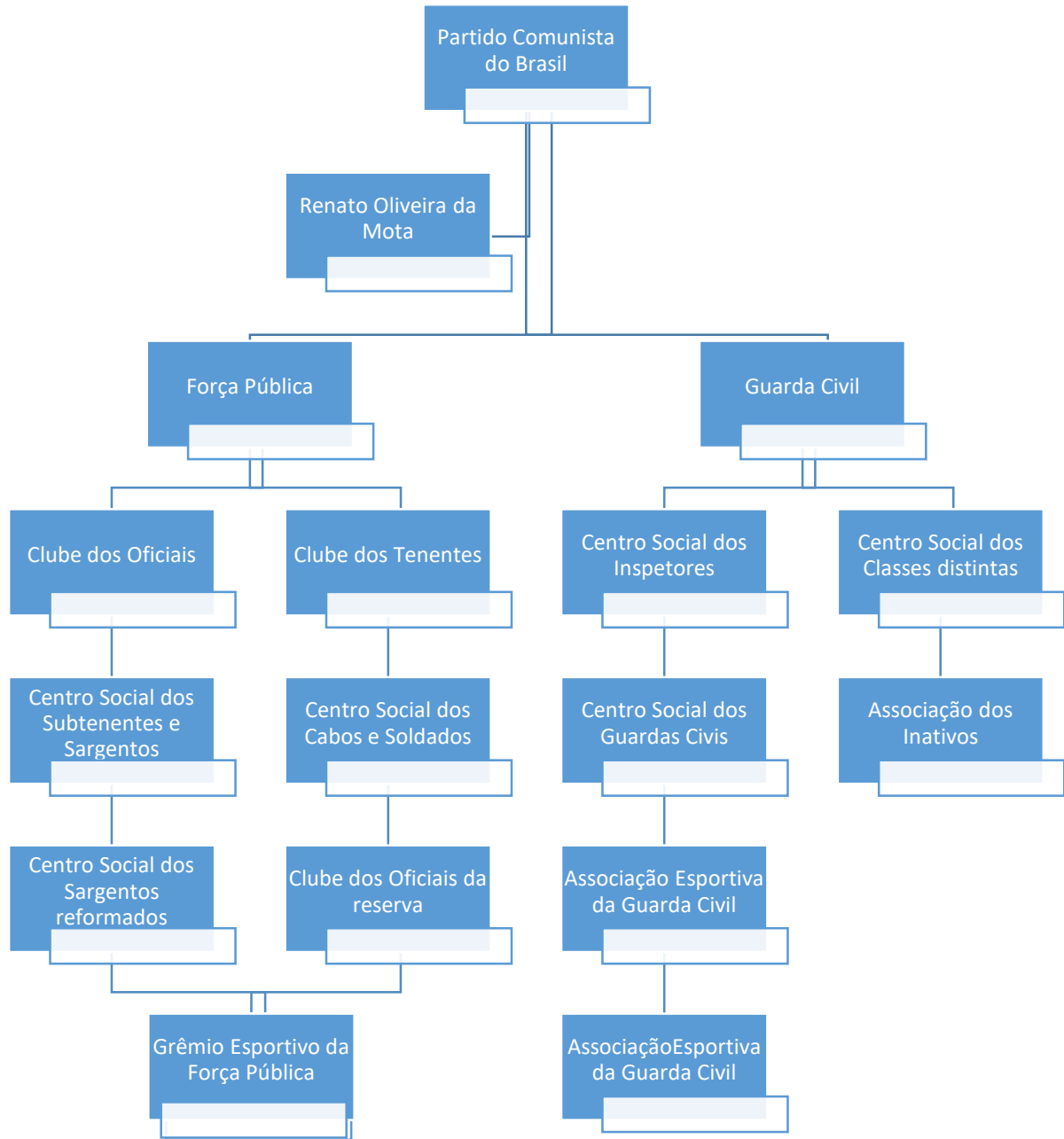
Dessa forma, o DOPS e o DEOPS passam a mapear os possíveis núcleos de organização e intersecção entre os comunistas e policiais. Em relatórios de inquéritos e interrogatórios datados de 1975¹⁵⁹, há um esboço de como era, sob o ponto de vista da polícia política paulista, a operacionalização da infiltração dos comunistas nas corporações policiais paulistas. Segundo o DOPS, o Antimil era uma organização de base do PCB e se infiltrava na Força Pública e na Guarda Civil através das associações e entidades de representação de classe. Em documento

¹⁵⁸ Idem, *ibidem*.

¹⁵⁹ Auto de qualificação de interrogatório de 29 de agosto de 1975. Vários interrogados. Arquivo do Estado de São Paulo. Pasta DEOPS 507-09-D.

sigiloso, as investigações do DOPS e do DEOPS apontam para a seguinte organização do Antimil nas corporações paulistas¹⁶⁰:

Figura 1 – Organograma da organização dos comunistas nas corporações policiais paulistas



¹⁶⁰ Organograma elaborado pelos investigadores José Francisco Souza e Alcides Singillo. Auto de qualificação de interrogatório de 29 de agosto de 1975. Vários interrogados. Arquivo do Estado de São Paulo. Pasta DEOPS 507-09-D.

Embora o organograma elaborado pela polícia política paulista tenha sido construído a partir de interrogatórios e inquéritos realizados em 1975, os investigadores destacam que o “modelo de organização da célula comunista na Força Pública e na Guarda Civil vigora, pelo menos, desde 1955”¹⁶¹. Mesmo que não seja possível afirmar que esse modelo já era conhecido pelo DOPS e DEOPS no período, é possível afirmar que as investigações sobre as células comunistas nas corporações policiais paulistas correspondem com o verificado na bibliografia, arquivos e entrevistas. Thaís Battibugli (2010) e André Rosemberg (2012) destacam o modelo de organização política dos policiais através das entidades de representação de classe. Ademais, o tenente coronel Vicente Sylvestre (1985) destaca a importância que os centros sociais tinham para o debate e discussão de pautas corporativas dos policiais. Ainda que os registros formais da infiltração do PCB na FP e GC datem do fim dos anos 1940, a sistematização, tal como feita e registrada nos autos de interrogatórios de agosto de 1975, só é vista a partir da ditadura civil militar. No contexto desses interrogatórios e inquéritos, o DEOPS identificou o jornalista Renato de Oliveira Motta como contato do PCB e os policiais da Força Pública e da Guarda Civil. Segundo relatório do DEOPS, Motta teria ingressado no PCB em 1945 e foi enviado à Rússia para se especializar em infiltração e criação de células do partido. No entanto, a participação do militante nas reuniões das entidades de classe não aparece em outros registros¹⁶².

Segundo as investigações, os pontos de consolidação das células comunistas eram os centros sociais, entidades de representação de classe das corporações policiais. Essa configuração já era assim desde, pelo menos, o final dos anos 1940 e o início dos anos 1950 quando das primeiras mobilizações na campanha pelo petróleo¹⁶³. Nessas mobilizações, as associações e entidades de representação de classe dos policiais foram o palco de importantes debates sobre a situação do política do país, a política internacional (que envolvia a Guerra da Coreia, naquele contexto) e a posição que os policiais adotariam nesse cenário¹⁶⁴.

¹⁶¹ Auto de qualificação de interrogatório de 29 de agosto de 1975. Vários interrogados. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Página 7. Pasta DEOPS 507-09-D.

¹⁶² Auto de qualificação de interrogatório de 08 de setembro de 1975. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Página 508. Pasta DEOPS 516-09-D.

¹⁶³ Famosa por seu slogan "O petróleo é nosso", em 1948 esta campanha passou a ser articulada pelo recém-criado Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, depois Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), que defendeu a tese do monopólio estatal em todas as fases da exploração. Rapidamente, essa tese foi abraçada por diversos setores da sociedade, inclusive por parte dos militares das Forças Armadas e das corporações policiais paulistas. A campanha pelo petróleo tornou-se símbolo da luta anti-imperialista e pela soberania nacional.

¹⁶⁴ Não há, nos documentos, registro precisos sobre os assuntos abordados nas reuniões dos centros sociais no início dos anos 1950. Também não há boletins dos centros especificando temas de debates. Porém, registros de 1962, nos autos de inquéritos, há correspondências com as informações fornecidas pelos personagens entrevistados. Além disso, nos autos de inquéritos de 1975, há menções, menos precisas, sobre as “reuniões com

A partir de 1971, o DOPS passou a registrar todos os dirigentes das entidades de representação de classe das corporações policiais paulistas. Em inquérito realizado em 1975, a polícia política registrou 67 nomes de policiais da FC e da GC que faziam parte das diretorias dos centros recreativos e que teriam ligações com o PCB. Por conta da data, as corporações policiais já eram parte da atual Polícia Militar (PMESP), o que torna mais difícil precisar a qual entidade de classe cada policial preso e interrogado estava vinculado no período democrático. Porém, cabe o destaque para os nomes do tenente coronel Vicente Sylvestre, registrado como diretor social, tesoureiro, vice-presidente e presidente do Centro Social de Inspectores da Guarda Civil; presidente do Conselho Nacional de Guardas Civis; Carlos Gomes Machado, coronel reformado da PM, guarda civil vereador na cidade de São Paulo e candidato a deputado estadual, presidente do Clube de Oficiais da Reserva; Luiz Gonzaga Ferrei, registrado como presidente do Centro Social dos Guardas Civis; e Ranulfo de Moraes Peloso, registrado como diretor da Associação Esportiva da Guarda Civil¹⁶⁵. Esse e ao menos mais 30 nomes estariam envolvidos em atividades subversivas e ligadas ao PCB, segundo relatório do DOPS. O grupo, segundo apuração, era liderado pelo próprio Vicente Sylvestre.

A partir do AI-5, em 1969, a repressão ficou ainda mais intensa, atingindo em cheio o que havia restado da organização política das polícias paulistas. Os inquéritos que iniciaram em 1971, trazem pouco substrato para analisarmos os eventos do período democrático, já que se concentram em sistematizar a estrutura de organização das células comunistas na polícia para facilitar a ação de desmantelamento da esquerda policial que, a essa altura, já não representava qualquer tipo de ameaça política. A repressão aos policiais foi tão intensa que chamou atenção, inclusive, do alto comando do Exército. Um caso emblemático foi o da tortura sofrida pelo tenente coronel Vicente Sylvestre, ocorrida em 1975 no Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e que chamou atenção do então comandante do Exército, general Sylvio Frota, que demonstrou indignação em conversa com o então comandante do II Exército, general Ednardo D’Ávila Mello¹⁶⁶:

Expliquei-lhe, então, o que soubera a respeito do interrogatório do tenente coronel Sylvestre, da Polícia Militar de São Paulo, e acrescentei:

- Não é possível, Ednardo, que isso aconteça! Você deve tomar enérgicas providências. É preciso mudar, logo, alguns dos oficiais que trabalham no DOI; substituí-los, porque estão ocorrendo exageros que não podemos admitir. Faremos a substituição por partes para não prejudicar o serviço. (FROTA, 2006, p. 22)

comunistas que ocorriam no centro social de cabos e soldados em 1952”. Auto de qualificação de interrogatório de 08 de setembro de 1975. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Página 508. Pasta DEOPS 516-09-D.

¹⁶⁵ Auto de qualificação de interrogatório de 29 de agosto de 1975. Vários interrogados. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Página 503. Pasta DEOPS 503-09-D

¹⁶⁶ O registro da conversa, narrada no livro de memórias do general, “Ideais Traídos”, é feita no contexto da morte do jornalista Vladimir Herzog, no bojo da crise que culminou com a saída de Sylvio Frota do comando do Exército.

De todo modo, a observação dos inquéritos oficiais realizados pelo DOPS e DEOPS entre 1971 e 1979 contribuem para o mapeamento dos nomes que poderiam estar vinculados à esquerda policial no período democrático, recorte histórico desta pesquisa. Os relatórios dos inquéritos apresentam o aparelho de repressão estatal com um alto grau de precisão, a organização e os nomes envolvidos com as células comunistas nas corporações policiais. Esse refinamento na repressão se deve, além das pesquisas feitas pelo investigador Luiz Apollonio, ao contexto de desmantelamento e dissociação que a esquerda policial passou a sofrer com o golpe civil militar de 1964. Os relatórios dos inquéritos realizados nos anos 1970 são fonte importante para compreensão da atuação da esquerda policial após o golpe civil militar, já que apresentam a maturidade das investigações da polícia política paulista em relação aos policiais de esquerda.

CAPÍTULO 4

ESQUERDA POLICIAL E AÇÃO POLÍTICA

A imagem da polícia brasileira é, de modo geral, associada à repressão e ligada à direita, dentro do espectro político institucional. Isso não apenas no Brasil, mas sobretudo no Brasil, onde a convivência com um policiamento militarizado e o uso político das forças de policiamento como ferramenta de cerceamento de liberdades, através da repressão à greves e manifestações políticas, acaba por fazer das corporações policiais apenas uma extensão de poder do Estado. Essa imagem, como um todo, acaba por ofuscar, por meio de um movimento de homogeneização, uma série de eventos e agentes políticos que destoam desse estereótipo. Nesse sentido, a atuação do Partido Comunista do Brasil (PCB) junto a uma fração das corporações policiais paulistas serve como exemplo maior de que parte da polícia brasileira, em especial a paulista, percorreu caminhos distintos e construiu uma base política em um espectro não muito comum ao histórico das corporações no país.

Por meio de seu Setor Militar, o Antimil, o PCB se articulava com as polícias paulistas através das entidades de representação classe da corporação, clubes sociais, organizações recreativas e comunitárias dos militares, que eram o ponto de intersecção e o terreno fértil que os comunistas encontraram para buscar florescer nos policiais uma perspectiva diferente dentro de um cenário conservador. Cabe ressaltar, no entanto, como afirma Marcos Bretas (1997, p. 16), que elas também são locais importantes de construção da solidariedade interna e na formação de uma “cultura policial”. Esse conceito, apesar de vago, faz parte da chamada sociologia da polícia e designa valores, ideias e práticas que seriam compartilhadas por todos os policiais. Essa observação se estende também às demais associações policiais, não propriamente ligadas às questões profissionais, como bandas e clubes esportivos e de recreação.

Após a queda de Vargas, o PCB desfrutou muito pouco da sua legalidade. O contexto da Guerra Fria e o posicionamento institucional do Brasil, alinhado com a perspectiva estadunidense, reavivaram as ideias anticomunistas que já eram presentes nas Forças Armadas e também nas corporações policiais, desde 1935. Nesse contexto, o partido foi novamente posto na ilegalidade em, já em 1947. Uma das poucas alternativas para que as ideias e pautas dos comunistas fossem discutidas eram a clandestinidade e o trabalho nas sombras.

O modelo de policiamento vigente no Estado de São Paulo era fruto da criação da Força Pública na primeira metade do século XIX. O componente da hierarquia e da obediência tornavam a FP e a GC instituições distantes do modelo de policiamento preventivo e ostensivo. Dessa forma e, dentro de um contexto de constante vigilância entre os próprios policiais, os centros sociais e de representação de classe eram a principal (e talvez a única) possibilidade de alguma organicidade entre os policiais. Os relatórios do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) já apontavam para formação e atuação de um setor militar do PCB em 1948, com atuação ostensiva nos centros sociais da Força Pública (FP) e da Guarda Civil (GC)¹⁶⁷. Porém, a dimensão exata a respeito dessa atuação só foi observada pela polícia política paulista nos anos 1970, como se observa nos autos de qualificação de interrogatórios de 1975¹⁶⁸. Já em março de 1946, durante as manifestações contra a promulgação das leis anti greve do governo Dutra, foi apreendido pelo DOPS na cidade de São Paulo um panfleto, voltado para os cabos e soldados da FP, clamando que não houvesse repressão aos trabalhadores, com os dizeres “soldado o operário é teu irmão! ”. (BATTIBUGLI, 2010, p. 89-90).

Discutir e compreender o episódio grevista dos policiais é importante, em primeiro lugar, porque a maior parte da literatura das ciências sociais brasileiras não abordam a atuação das polícias no recorte de 1946-1964, priorizando o estudo das polícias durante a Primeira República ou no governo Vargas, principalmente quando este assume um caráter ditatorial; em segundo lugar, mesmo o olhar especializado, sobretudo a produção científica que se debruça sobre a Era Vargas, ressalta as operações do DOPS e o papel de polícia política. Uma história sociocultural da polícia ostensiva (a Força Pública, no caso) é relegada. Prova disso é o fato de que o episódio grevista quase não aparece na bibliografia especializada, a exceção de BATTIBUGLI (2006), que faz um relato mais tangencial do movimento grevista, apenas ROSEMBERG (2016) se debruça sobre a greve dos policiais fazendo um resgate historiográfico e uma análise do episódio dentro do contexto político e social em que se insere.

Ao analisarmos o episódio, nota-se que as pautas corporativas estavam inseridas em um contexto mais amplo e complexo de manifestações e efervescência social pela qual o Brasil atravessava. A Esquerda Policial, mobilizada e articulada, teve participação ativa nas mobilizações e movimentos nesse contexto. Antes de adentrarmos na discussão do episódio da greve dos policiais de 1961, é importante que se faça uma discussão mais específica sobre a Esquerda Policial, no que diz respeito a sua atuação direta em eventos políticos e na ação

¹⁶⁷ AESP, DOPS 35-B, pasta 13.

¹⁶⁸ Ver capítulo 3.

política durante o período democrático. Quando se discute a Esquerda Militar, pode-se compreendê-la como correspondente a um grupo, não coeso e não homogêneo, mas como afinidades políticas no capó progressista e mais à esquerda no espectro político. Ademais, é possível compreender a Esquerda Militar como um conceito, classificado a partir dos modelos de interpretação das Forças Armadas e que pode ser operacionalizado para compreender a atuação de determinados grupos de militares mais ou menos alinhados com a esquerda, do ponto de vista do espectro político. É também possível apreender a Esquerda Militar tanto como um conceito, como quanto um grupo específico que desempenha ação política direta¹⁶⁹.

No que diz respeito a Esquerda Policial, a aplicação é semelhante. Pode ser entendida como um conceito que pode ser operacionalizado para compreender a atuação política de setores das corporações policiais, e pode também ser utilizado para se referir a um grupo específico. No segundo caso, a referência é mais precisa que no caso dos militares das Forças Armadas, já que a visualização da Esquerda Policial enquanto grupo pode ser mais facilmente observada no caso dos policiais. Isso porque, como já abordado, as articulações e mobilizações dos policiais de esquerda ocorriam em seus centros sociais, uma vez que, por tratar-se de um local mais reservado e destinado às famílias dos policiais, as agremiações sofriam menos, num primeiro momento, com a vigilância dos agentes estatais. Isso contribuiu para construção de uma forma mais clara de visualização dos grupos políticos da Força Pública e da Guarda Civil. Embora a coesão e homogeneidade também não sejam visualizadas nesse recorte, é mais claro observarmos a articulação dos policiais e utilizarmos a Esquerda Policial como expressão desses grupos articulados. Nesse sentido, é possível visualizarmos essa operacionalização do episódio do movimento grevista de 1961. Apesar de curto (o movimento grevista durou apenas dois dias), a mobilização serve de laboratório para identificarmos a atuação da Esquerda Policial, que a essa altura já possuía uma identidade muito próxima das ideias nacionalistas e comunistas.

A essa altura, a construção e infiltração das ideias comunistas nas organizações sociais dos policiais era favorecida por um clima de adesão ao nacionalismo por parte dos militares. Inspirados no sentimento que se refletia das Forças Armadas, os policiais experimentavam um nacionalismo mais progressista. Nesse cenário, as primeiras ações diretas da Esquerda Policial começam a se manifestar no contexto da campanha pelo petróleo. O tenente coronel Vicente Sylvestre fornece os primeiros relatos sobre da organização interna da Esquerda Policial. Sylvestre ingressou na GC em 1949, e em depoimento concedido à Comissão Nacional da

¹⁶⁹ Essa discussão é melhor desenvolvida na introdução deste trabalho.

Verdade (CNV), destacou relação que os policiais ingressantes da GC tiveram com a campanha O Petróleo é Nosso¹⁷⁰. Diversos policiais também se aproximaram da militância, empolgados por essa campanha. Em entrevista concedida ao autor, o tenente coronel faz um balanço desse momento

Quando entrei na Guarda Civil, em julho de 1949, eu era jovem, bem novo, tinha 18 anos. Mas a gente já entrava com um pensamento na cabeça sobre o que era a Guarda, não é? As pessoas comentavam e era uma alternativa para conseguir uma posição de estabilidade. No final dos anos 1940 a campanha pelo petróleo estava a todo vapor. Muitos militares já tinham se posicionado contra a vinda de empresas estrangeiras para exploração e a campanha só crescia. Quem entrou nessa época, jovem como eu, já ficava contagiado com o clima de nacionalismo, defesa do nosso patrimônio e tal. Aquilo tudo era muito instigante. (SYLVESTRE, 2017. Entrevista concedida ao autor).

O PCB à essa altura já articulava suas células de forma discreta e atuava na base do convencimento junto aos policiais, aproveitando-se do clima favorável, por conta da campanha pelo petróleo. Nas entidades de classe, nos clubes de oficiais e praças, o Antimil teve sucesso na abordagem e conquistou vários membros durante o período democrático. Prova disso é que o Setor Militar do PCB conseguiu assumir a diretoria de quase todas as entidades e agremiações – sobretudo as dos não oficiais – até o final dos anos 1960¹⁷¹, inclusive, foi por meio dessa influência que as entidades de representação de classe de policiais dos escalões mais baixos da FP e da GC foram formadas, como aponta Sylvestre:

A gente sabia que tinham membros do partido na corporação, né? O pessoal comentava, alertava a gente. Mas no começo, a gente não sabia quem era, só que tinham os comunistas do partido. A gente era alertado para tomarmos cuidado e tudo. Mas quando a gente começava a discutir, nas patrulhas ou rondas, a gente percebia que tínhamos umas ideias mais ou menos parecidas. Aí acontecia de a gente ser chamado para as reuniões do partido. Comigo, eu fui chamado para ir na manifestação dos ferroviários, isso em 1954, se não me falha a memória. Lá eu comecei a entender um pouco mais sobre o que era passado e vi que não era só eu de mais novo que estava interessado nessas coisas. Depois comecei a ir e frequentar as reuniões. A partir daí a gente já começava a ir nas reuniões do PCB, que eram meio escondidas, né? Sempre feitas na casa de um ou de outro. Era dali, dessas reuniões, que surgiam ideias para gente se organizar. Inclusive foi a partir dessas reuniões que um ano antes de eu entrar, em 1948, formamos o nosso clube de guarda civis, que ainda não tínhamos. Isso em 1948, hein. (SYLVESTRE, 2017. Entrevista concedida ao autor).

Na GC, o ponto inicial da organização comunista foi a própria fundação do Clube Esportivo e Recreativo “22 de Outubro”, em 1948, criado como resposta à Associação Recreativa, que não permitia aos guardas assumirem cargos na direção. Assim “o Clube admitia como sócios contribuintes, com direito a voto, guardas de 3ª, 2ª, 1ª classe e classes distintas. Os Inspectores não tinham direito a voto e eram admitidos como sócios beneméritos” (SYLVESTRE, 1985, p. 126). Segundo o ex-guarda civil, quem ingressava naquele período se

¹⁷⁰ Depoimento de Vicente Sylvestre em audiência pública da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão da Verdade da Assembléia Legislativa de São Paulo. 22/11/13.

¹⁷¹ Battibugli, 2010, p. 316.

empolgava com o caráter democrático e com as ideias nacionalistas e até progressistas que eram difundidas no clube, O local era um espaço de “liberdade de discussão”, como aponta o militar, onde se podia “conversar sobre o que acontecia no país sem o medo da repreensão dos superiores”. Sobre essa organização, o tenente coronel relembra:

Era um grupo organizado e do partido (PCB). Que já se organizava dentro das entidades, e então este grupo de direitos humanos em assembleia convocou os associados para a assembleia [...] o presidente do clube fala o que a classe estava pleiteando naquela ocasião, pleiteava o salário família. [...] Isso já era 1950, 1951. Então, o abono, salário família que se chamava, era uma das reivindicações que a gente colocava. [...] O PCB já estava atuando, porque o pessoal que foi exonerado já estava ligado (ao partido), e já era o embrião de uma célula que se criava dentro da corporação. E essa célula tem e continua vivendo, e cresce, e aqueles que foram exonerados, dois anos depois voltam pela anistia, naquela época decretada por Getúlio Vargas. (SYLVESTRE, 2017. Entrevista concedida ao autor)

Logo, o tenente coronel, então guarda civil, se envolveu na campanha pelo petróleo junto com os comunistas que articulavam manifestações no início dos anos 1950. Os anos 1950 marcaram ainda a consolidação da Esquerda Policial na GC. Motivados com o sucesso na luta pela criação da Petrobrás (que foi anunciada por Getúlio Vargas em 1951), os policiais mais alinhados com o PCB assumiram a direção do Clube 22 de Outubro e passaram a articular-se junto a outras células da FP para realizarem ações conjuntas. O primeiro exemplo disso foi a participação e envolvimento do clube (que em tese era uma agremiação recreativa) em campanhas salariais, articulando-se com entidades de outros postos e da FP, conquistando, em 1950, o Auxílio-Família para a categoria. Nesse mesmo ano, contava com 1.400 sócios guardas e aproximadamente 30 inspetores sócios. (SYLVESTRE, 1985, p. 126-127). O autor conta um pouco mais sobre a relação dos guardas com a campanha pelo petróleo:

A diretoria (do clube 22 de outubro) convidou o presidente da casa do sargento do Rio de Janeiro para fazer uma fala na associação. A casa do sargento era composta só de sargentos do exército, marinha, aeronáutica, que não existia ainda, estava começando a aeronáutica, antes era mais sargento, e era o partido que estava lá dentro, aí convidam. E o presidente mandou um sargento, representar a casa dos sargentos nesta solenidade e discutir a questão do petróleo. [...] então ele (o sargento), começa a falar. Ele diz que a nossa luta é “pelo petróleo, o petróleo é nosso!” Empolgava aquele momento porque teve coisas absurdas. Chegaram a convidar técnicos norte-americanos para vir para o Brasil, para dizer “não existe petróleo no Brasil”. Então era uma ação do imperialismo norte americano para proibir o Brasil de explorar o petróleo. E esse sargento faz um discurso empolgado dizendo: “O petróleo é nosso!” Temos que tirar daqui os Yankees!”. No dia seguinte, a deputada Conceição Santamaria foi até o governador e exigiu a punição para todos os elementos, para a diretoria do 22 de outubro. Ela (Santamaria) vai ao governador e pede a expulsão de toda a diretoria, o governador imediatamente atendeu e toda a diretoria foi expulsa. Todos taxados como comunistas. Mais tarde, passados uns dias, viria uma anistia dada por Getúlio Vargas, e essa anistia abrangeu os membros da diretoria. Aí o partido atua dentro da corporação com muita cautela, porque se admitia tudo, mas comunista dentro de uma corporação policial, ou militar, não. (SYLVESTRE, 2017. Entrevista concedida ao autor)

Em 1951, começou a circular entre os membros da diretoria da GC a informação de que o clube era controlado por comunistas e que, portanto, tratava-se de uma organização comunista. Uma portaria da Divisão de Diversões Públicas suspendeu as atividades do Clube, sob alegação de que estaria funcionando irregularmente em alvará. Mesmo assim, a diretoria do clube persistiu no funcionamento, o que ocasionou a punição e expulsão de parte de seus membros (SYLVESTRE, 1985, p. 127). Embora coronel tivesse participado das manifestações pela campanha pelo petróleo, logo que ingressou na GC, foi somente três anos mais tarde, em 1954, que Sylvestre tomou o primeiro contato direto com o PCB. Durante um piquenique da corporação, o Inspetor Carlos Gomes Machado, que era seu amigo, teria lhe falado sobre o comunismo. Posteriormente, Machado, que seria o fundador da célula comunista na GC, convidou-o para participar de reuniões, apresentando-lhe o PCB. As reuniões eram sempre realizadas na casa de algum dos membros, todos da GC, nunca com mais de 5 ao mesmo tempo, por orientações de segurança do próprio partido. Nessas reuniões eram discutidas questões profissionais, política nacional e internacional e eram realizadas a leituras das publicações do partido, como os jornais “Novos Rumos” e “Voz Operária”¹⁷². No início dos anos 1950, a trajetória do policial da Guarda Civil começa a se desenhar:

Em 1951 eu passo a contribuir com uma mensalidade, porque todo mundo que era do partido contribuía. E aí fomos, fui fazendo minha carreira, e ganhando a liderança dentro da corporação. Eu fui eleito e concorri a várias eleições, e nunca perdi uma vez só. Fui presidente do chamado: ciclo social dos inspetores, fui vice-presidente da associação esportiva onde atuava o partido. Eu sempre comecei a tomar liderança, e sempre eleito nesses cargos (SYLVESTRE, 2017. Entrevista concedida ao autor).

As eleições a que se referia eram as das entidades de representação de classe, as associações esportivas dos policiais. Por volta de 1956, em uma dessas reuniões, foi decidido que iniciariam um movimento para tomar a direção da Associação Esportiva. O objetivo era reformular os estatutos da agremiação e utiliza-la para fazer trabalho de base junto aos policiais da corporação. Obtiveram sucesso, além de atuar na fundação de entidades voltadas a outros postos¹⁷³, o grupo também se envolveu em campanhas eleitorais de candidatos ligados à GC e apoiados pelo PCB. No fim dos anos 50, o próprio Carlos Gomes Machado seria eleito vereador da cidade de São Paulo. Através das entidades, o grupo organizava convescotes, piqueniques e rifas para arrecadar fundos para as campanhas.

No caso da FP, o responsável pela construção de uma célula comunista na corporação foi o soldado Carmin Sabadim de Oliveira. Ele foi um dos fundadores do Clube dos Vigilantes

¹⁷² Auto de Qualificação e Interrogatório. Vicente Sylvestre. 23/08/75. DOPS. Dossiê 97348. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

¹⁷³ Idem.

da Força Pública, que fazia a integração entre cabos e soldados da corporação. Apesar de contar com apoio do comando da FP, um relatório do DOPS de 1954 refere-se às reuniões do Clube como “nada mais são que uma nova organização pró comunismo”¹⁷⁴. Sabadim era conhecido no quartel da FP por sua atuação no PCB e foi acusado várias vezes de distribuir panfletos do Partido. Em 1957, devido a pressão do DOPS, o Clube seria fechado sob acusação de subversão e alguns de seus membros expulsos da corporação (BATTIBUGLI, 2010, p. 134-135). Mesmo assim, a célula continuou atuando, baseada no convencimento individual, como indicam os depoimentos dos policiais presos pelo DOI-CODI anos depois, dentre eles, o próprio tenente coronel Vicente Sylvestre. Dos 58 indiciados no Inquérito do DOPS de 1975, 10 afirmaram terem sido “aliciados” pelo próprio Sabadim, a maior parte após 1957¹⁷⁵.

No entanto, a tese de “aliciamento” é contestada por parte dos envolvidos, na medida em que as informações foram obtidas mediante técnicas questionáveis de interrogatório – para não dizer tortura – e sem a presença de defesa nos inquéritos, já que foram realizados durante a vigência do Ato Institucional número 5. Um desses interrogatórios foi realizado em 1971 com o capitão da Força Pública Wânio José de Mattos, que foi acusado de subversão e terrorismo, por supostamente integrar o setor de inteligência da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Wânio Mattos foi vigiado e perseguido até ser preso por agentes da Operação Bandeirante (OBAN) em 24 de abril de 1970, quando foi expulso da Polícia Militar. Em 13 de janeiro de 1971, Wânio José de Mattos, junto a outros 69 presos políticos, foi banido do país e se exilou no Chile, onde permaneceu até sua morte, com o golpe militar de 1973 naquele país (LAQUE, 2010). Em entrevista, o capitão Pedro Lobo relembra o contato que teve com o também capitão da Força Pública Wânio José de Mattos:

Quando entrei na Força Pública, o Wânio já era capitão. Eu não tive muito contato com ele nesse período, né, ele era um pouco mais velho e já tinha uma carreira na corporação. Eu devia ter uns 24 ou 25 anos e ele já tinha mais de trinta, e mais de dez anos de militar. Alguns anos depois que ingressei, eu comecei a me envolver com o PCB, ir as reuniões, participar das discussões na associação. Daí que fui descobrir que o Wânio também era do PCB. Mas nosso contato só foi acontecer muito tempo depois, em 1963, se não me engano, ou 1964, quando participei de uma reunião em que havia alguns policiais e militares das Forças Armadas ligados ao PCB para discutirmos a possibilidade de adesão à luta armada. Isso antes do golpe. Mas foi um contato breve, né, nessa reunião apenas. Depois, soube que ele se exilou no Chile e que veio a falecer em 1973, com o golpe militar lá. Mas o Wânio sempre aparentou ser um sujeito muito sério, muito reto, né? Tanto que até nas discussões sobre a luta armada antes do golpe ele estava bastante cauteloso, ainda que estivesse inclinado a aderir. Aliás, todos ali estavam, né, não estivesse, não estariam na reunião (OLIVEIRA, 2018. Entrevista concedida ao autor).

¹⁷⁴ Prontuário de Oirasil Werneck, número 131.284.

¹⁷⁵ Idem.

O contato entre os policiais membros do PCB era restrito, até mesmo com membros da mesma corporação, a medida era vista como uma necessidade para tentar evitar que a vigilância da polícia política identificasse a célula e todos os seus membros. Por questões de segurança, os membros de células comunistas da FP e da GC não se conheciam. Fato que é destacado pelos dois entrevistados, que vieram se conhecer apenas anos depois dos episódios e eventos discutidos. Vicente Sylvestre destaca que

Não tinha (ligação entre os policiais comunistas da FP e da GC). O partido tinha esse cuidado, inclusive de não misturar as coisas. Porque achava que era uma célula que não identificava outra. E mesmo dentro da célula, você identificava só aqueles que faziam parte daquela célula, mas do conjunto você não sabia quem era. [...] não tinha ligação nenhuma. Aliás, na verdade, por um tempo existia até um choque entre a Guarda Civil e a Força Pública. Porque, a Força Pública na verdade, ela nunca foi uma organização voltada para a segurança pública. Ela foi sempre uma corporação da segurança do Estado e não da segurança pública. O quer dizer isso: segurança do Estado, ela é o exército do governador do Estado; Ele é que diz onde o que deve ser aplicado. Então tinha esse caráter, e até hoje a polícia militar conserva isso. Tanto é que quando você faz o pedido que um policiamento, eles falam: “Ah não tem efetivo, o efetivo não tem”, mas se houver uma invasão de uma propriedade, a justiça diz: “Tira os invasores!”, aparece soldado de tudo que é lado, para você ver quanta gente, onde estavam esses soldados? É como uma varinha mágica, porque é um poder do Estado. Aí ele é forte, como segurança pública, zero! (SYLVESTRE, 2017. Entrevista concedida ao autor)¹⁷⁶

Entretanto, esse desconhecimento não significava desarticulação, uma vez que a Esquerda Policial consolidava uma agenda própria que, num primeiro momento, pode ser expressa em pautas corporativas e isonomia perante o restante do funcionalismo. Embora os membros das corporações não tivessem muito contato¹⁷⁷, isso não impediu que ambas as corporações realizassem mobilizações por questões profissionais nos anos 1950 e 1960. Isso era notavelmente mais difícil na FP, sujeita a um regimento disciplinar militarizado. Thais Battibugli identifica alguns momentos de insubordinação – sem se aprofundar em nenhum deles – da tropa ao longo dos anos 1950 e início dos anos 1960, quase sempre relacionados aos baixos salários. Em 13 de Janeiro de 1961, a FP e a GC declararam greve reivindicando reposição salarial diante da grande inflação do período e o movimento teve apoio de organizações conhecidamente ligadas aos comunistas, como a União Estadual do Estudantes (UEE), as ligas camponesas, além de alguns sindicatos e líderes do PTB. Em um ato em frente à Assembleia Legislativa, que rejeitou o reajuste, um membro da direção do PCB discursou dizendo que “num regime idêntico ao da Rússia esse problema de desproporção salarial não existia”.

¹⁷⁶ Na fala do tenente coronel fica evidente também a crítica ao modelo estruturante da Força Pública. Na visão dele, a corporação era uma instituição de “segurança de Estado”, não de segurança pública.

¹⁷⁷ Por orientação do próprio PCB, os policiais comunistas da FP e da GC não mantinham contato direto. A medida tinha como objetivo evitar que um eventual desmantelamento de uma célula em uma corporação implicasse outra célula de outra corporação.

(BATTIBUGLI, 2010, p. 145). Esse episódio foi o estopim para a eclosão do movimento grevista de 1961, que contou com amplo apoio e articulação da Esquerda Policial.

4.1. A GREVE DE 1961: A ESQUERDA POLICIAL EM AÇÃO

No dia 14 de janeiro de 1961, o jornal Folha de São Paulo noticia a greve dos policiais e bombeiros, na primeira página da edição:

O hasteamento de uma bandeira preta no alto de uma escada Magirus erguida em frente ao QG marcou o início do movimento grevista dos bombeiros, da capital, irrompido pela manhã, logo após os trabalhos da Assembleia Legislativa, cujo plenário não acolheu as reivindicações dos milicianos. A greve durante todo o dia, alastrou-se a várias unidades da Força Pública.¹⁷⁸

O estopim do movimento grevista foi a negativa da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em conceder a paridade salarial dos policiais da FP com seus homólogos da Polícia Civil (PC) e com o resto do funcionalismo público, que receberam, no mesmo ato, 40% de abono salarial¹⁷⁹. A votação era acompanhada de perto pelos policiais e bombeiros, que se articulavam de maneira bastante organizada para deflagrar um movimento que, num primeiro momento, sugeria uma defesa de interesses corporativos por parte dos grevistas. “Irrompida pouco depois das 8h30 da manhã” de ontem, em “sinal de protesto contra o nível de seus soldos”, era o que noticiava o jornal matinal.

Ainda segundo o jornal, a paralisação dos serviços dos bombeiros foi logo acompanhada pela adesão de outras unidades do serviço de segurança, especialmente na Força Pública (Radio Patrulha, o 2º Batalhão, o 10º Batalhão, o Regimento Nove de Julho e unidades do interior, como em Santo André). O núcleo da greve durou dois dias – 13 e 14 de janeiro – envolveu mais de mil policiais, levando ao indiciamento de mais de 500 policiais, entre capitães (a mais alta patente entre os envolvidos), tenentes, subtenentes (aspirantes a oficial), sargentos, cabos e soldados. O inquérito foi conduzido pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

Dentre as principais reivindicações da FP, destacam-se o clamor por um aumento salarial que fosse capaz de acompanhar o processo inflacionário, a equiparação salarial com a Polícia Civil e a substituição do Comandante Geral da corporação, Coronel Arrison de Souza Ferraz, considerado muito próximo ao Secretário de Segurança Pública. Subjacentes a essas

¹⁷⁸ Folha de São Paulo. 14 de janeiro de 1961, primeira página. Acervo digital, disponível em <https://acervo.folha.com.br/>. Acessado em 24/05/2019.

¹⁷⁹ É importante ressaltar que o Corpo de Bombeiros fazia parte, institucionalmente, da Força Pública.

solicitações, desvela-se um sentimento de inferioridade da Força Pública em relação à sua correspondente civil, que historicamente gozava de maior prestígio junto às autoridades políticas (ROSEMBERG, 2016, p. 218). A FP demandava que sua subordinação se desse diretamente com o governador do estado, e não mais por intermédio do Secretário de Segurança Pública. O orgulho militar e os arroubos de autonomia institucional repulsavam a intervenção da vertente civil da polícia (delegados, subdelegados) na organização e nos afazeres da Força Pública. O episódio contou com adesão de grande parte das corporações e engajamento e liderança da Esquerda Policial, como podemos observar na fala do coronel Vicente Sylvestre, que foi um dos responsáveis por redigir o manifesto grevista à imprensa:

[...] Mas aí surgiu uma greve, e precisava da Guarda Civil e a Força Pública, aí os bombeiros saem do quartel, estacionam os carros em frente ao palácio do governo, e reivindicaram, e o comandante da segunda região militar, que era aquele imbecil do Arthur da Costa e Silva, que era um “ignorantão”, ele era o comandante da segunda região militar. Ele sai e vai para lá, e começa a dar ordem para os bombeiros saírem, e os bombeiros protestam. Aí ele, com aquele bastãozinho, agrediu um bombeiro. Nós então tínhamos que tomar uma posição, e nessa altura o governo do estado tira a Força Pública da segurança do palácio e chama a Guarda Civil para tomar conta do palácio, para policiar o palácio. Então os bombeiros lá fora gritam: tira a Força Pública e coloca a Guarda Civil. E eu vou para lá, no palácio do governo, eu já era vice-presidente do centro social dos inspetores, vou trabalhar das 6h da tarde a meia noite dentro do palácio. Mas nós já tínhamos reunido nossa diretoria, manifestando solidariedade aos bombeiros. E redigimos um documento, um manifesto, inclusive a redação era minha. E eu vou para o palácio com a túnica branca, cheia de envelope aqui dentro, tempo todo lá dentro e eu com a túnica. Aí pedi a rendição, os companheiros da diretoria me esperavam lá fora, e saímos de lá e fomos percorrer os jornais. Incluindo nosso manifesto. Aí para a imprensa aquilo foi um prato cheio. No dia seguinte todos os jornais divulgavam nosso manifesto manifestando solidariedade aos bombeiros. (SYLVESTRE, 2017. Entrevista concedida ao autor)

O quadro de insatisfação e até insubordinação por parte de grande parte da FP e da GC que antecedeu o movimento grevista era acompanhado de perto pelo comando da corporação e pelo DOPS. Havia uma ameaça insurrecional latente, ao menos de acordo com os relatórios oficiais que apontavam para um “crescente descontentamento” entre os policiais¹⁸⁰. Havia a preocupação que as ideias comunistas subvertessem os soldados de base e os oficiais de menor patente do “bom caminho disciplinar”¹⁸¹. Em 1954, em relatório produzido pelo DOPS, as investigações destacavam sucessivas insubordinações na Força Pública, a exemplo de faltas às revistas e o não comparecimento ao expediente. Segundo o agente da polícia política, a insubordinação estava vinculada às más condições de trabalho, como o regime de turno de 24 horas de trabalho por 24 horas de descanso. Na conclusão do ofício, lia-se: “A maioria dos soldados está descontente”¹⁸². Em 1959, a insatisfação da tropa chegou a um nível que

¹⁸⁰ AESP, DOPS 50-D-18, pasta 8. Ofício do dia 19 de setembro de 1960.

¹⁸¹ AESP, DOPS 50-D-18, pasta 8. Ofício do dia 19 de setembro de 1960.

¹⁸² AESP, DOPS 50-D-18, pasta 8. Ofício do dia 19 de setembro de 1960.

preocupou o governo do Estado. A imprensa paulista, tanto à situacionista, ligada ao então governador Carvalho Pinto, como a oposicionista, ligada à Adhemar de Barros, noticiavam com apreensão as insatisfações da corporação¹⁸³ (ROSEMBERG, 2016, p. 217).

O final do governo JK, acirrou a disputa eleitoral entre Jânio Quadros e Teireixa Lott. Enquanto Jânio inflamava, ainda que a contragosto, as forças conservadoras, ligadas à UDN; Lott representava as ambições progressistas, a continuação do nacionalismo-desenvolvimentista de Juscelino e a ambição de um governo mais à esquerda. Essa complexa relação influenciava o plano estadual, onde os atores políticos disputavam apoio (tanto mais que Jânio Quadros tinha sido governador paulista no quadriênio 1955-1959)¹⁸⁴, já que controlar o aparelho policial, sobretudo a Força Pública e a Guarda Civil, eram importantes para o êxito político institucional. Conscientes disso, as corporações policiais trabalhavam, através de suas entidades de representação, para obter as pautas que pleiteavam através de apoio aos candidatos. Nesse contexto, a presença da esquerda, principalmente a comunista, entre os militares de baixa patente da GC e da FP eram uma ameaça à estabilidade institucional (NASCIMENTO, 2016).

Em outro relatório do DOPS, de julho de 1960, os agentes da polícia política aventam a existência de um espírito de cisão no meio da tropa, entre “aqueles que acham que tudo deve ser conseguido dentro de um regime de disciplina militar; e outra que (influenciada por um espírito político imoderado) deixa-se levar por gestos e atitudes não tão condizentes com a disciplina da corporação”¹⁸⁵. Dessa forma, o movimento grevista teve início na manhã do dia 13 de janeiro, com a greve dos bombeiros na capital paulista. Durante todo o dia, a notícia da paralização dos bombeiros circulou pelos quartéis da GC e FP e adesões ao movimento foram rapidamente registradas em cidades da baixada santista, Sorocaba e Ribeirão Preto¹⁸⁶. Na FP, a adesão paralisou parte do policiamento ordinário na cidade de São Paulo, que estava a cargo da Rádio Patrulha. Cerca de 22 das 140 viaturas paralisaram e o movimento que, inicialmente parecia ser isolado, transformou-se rapidamente numa “greve por tempo indeterminado”¹⁸⁷. Cerca de trinta detenções - entre oficiais e praças - foram efetuadas já na tarde do dia 13. Até esse momento, o governador Carvalho Pinto não estava envolvido diretamente com nenhuma negociação ou contenção do movimento, já que o gabinete do chefe do executivo paulista acreditava que o próprio comando da FP fosse capaz de conter as paralisações, valendo-se de

¹⁸³ AESP, DOPS 50-D-18, pasta 8. Ofício do dia 19 de setembro de 1960.

¹⁸⁴ Ver Thomas Skidmore, 2007.

¹⁸⁵ AESP, DOPS 50-D-18, pasta 8. Ofício do dia 19 de julho de 1960.

¹⁸⁶ Folha de São Paulo. 14 de janeiro de 1961, página 12-13. Acervo digital, disponível em <https://acervo.folha.com.br/>. Acessado em 24/05/2019.

¹⁸⁷ Folha de São Paulo. 14 de janeiro de 1961, página 12-13. Acervo digital, disponível em <https://acervo.folha.com.br/>. Acessado em 24/05/2019.

sua prerrogativa de uso da força e evocando os preceitos de hierarquia e disciplinas, basilares da corporação paulista. O que não funcionou¹⁸⁸. Rumores de que, além das trinta prisões tornadas públicas, dois ônibus cheios de oficiais detidos tinham sido enviados para Sorocaba circulavam nos jornais. Entretanto, os arquivos e fontes orais não corroboram com a informação. O capitão Pedro Lobo de Oliveira, que ingressou na corporação em 1955, lembra bem desse primeiro dia de greve:

Foi tudo muito rápido, né? A gente já sabia que os bombeiros iriam fazer alguma manifestação, mas a gente só não esperava que fosse uma paralisação imediata e com tanta adesão e apoio. E a gente prontamente apoiou, claro. Tinham membros do partido e células no Corpo de Bombeiros também, mas a gente não conhecia. Só sabia que tinha. A gente conversou um pouco, nós que éramos mais próximos do partido, e decidimos rapidamente apoiar e paralisar também. Só que tão rápido quanto a gente aderiu, o comando da Força Pública já estava nos quartéis e tentando conter a adesão. Não deu muito certo, porque foi muita gente aderindo. Aí eles começaram a prender e ameaçar prender quem aderisse. Mas nesse dia, no primeiro dia, não foram muitos não. (OLIVEIRA, 2018. Entrevista concedida ao autor).

Ao fim da tarde do dia 13, as viaturas da Rádio Patrulha, conduzidas por soldados da FP começaram a serem todas recolhidas. Nesse momento, por volta das 17h da tarde, segundo inquérito aberto pelo DOPS, o comandante geral do Corpo de Bombeiros, cel. Milton Marques de Oliveira, saiu do quartel dos bombeiros em direção ao da FP para articular junto ao comandante geral da corporação. O objetivo era pensar numa alternativa de conter o movimento¹⁸⁹. A estratégia encontrada foi apelar para a disciplina e obediência dos policiais para que eles não aderissem ao movimento. O episódio é narrado na primeira página do Jornal Folha de São Paulo, na edição do dia 14 de janeiro:

Às 17h e 40 o comandante do Corpo de Bombeiros, cel. Milton Marques de Oliveira, saiu do QG dos bombeiros e dirigiu-se ao da Força Pública, onde passou a conversar com o comandante geral da milícia e com o chefe do Estado-Maior. Pouco antes das 17 horas o coronel saiu do QG como portador de um apelo a ser dirigido a corporação em favor da disciplina. O comandante mandou reunir a tropa no pátio do QG. Houve resistência dos oficiais e soldados que se encontravam nas imediações e não desejavam ingressar, desejando antes que o comandante fosse a eles. Depois de alguma hesitação e conduzidos por um tenente, os milicianos reuniram-se, afinal, no pátio interno, onde o cel. Milton Marques de Oliveira lhes dirigiu a palavra. Começou reconhecendo a natureza da causa e terminou pedindo a manutenção da disciplina, levando em conta que com o movimento o prejudicado seria o povo. As palavras do comandante foram acolhidas com serenidade, mas não logrou reprimir a greve que, a partir de então, tinha características de movimento por tempo indeterminado¹⁹⁰.

Segundo o próprio jornal, a investida do comando das corporações não obteve êxito e o movimento grevista ganhava cada vez mais adeptos no decorrer das horas. Na noite do dia 13,

¹⁸⁸ AESP, DOPS 50-D-18, pasta 8. Ofício de 31/12/1962.

¹⁸⁹ AESP, DOPS 50-D-18, pasta 8. Ofício de 31/12/1962.

¹⁹⁰ Folha de São Paulo. 14 de janeiro de 1961, página 1: 12-13. Acervo digital, disponível em <https://acervo.folha.com.br/>. Acessado em 24/05/2019.

as entidades de classe da GC e da FP, que nesse período estavam quase todas sob a direção de policiais ligados ao PCB, decidiram rapidamente pelo apoio ou adesão à greve. A discussão que se apresentava nos clubes e agremiações era se seria feita a adesão, com paralisação dos trabalhos, ou apenas o apoio, sem a paralisação. Essa discussão ocorria porque não se sabia quais seriam os rumos do movimento grevista. Num primeiro momento, as pautas de paridade salarial eram o ponto central de reivindicação, mas não estava claro se havia perspectiva de articulação com outras pautas. Essa era uma reflexão fundamental, do ponto de vista da estratégia de ação política que seria tomada. Tanto o cel. Sylvestre como o capitão Pedro Lobo afirmaram que não havia consenso sobre o apoio ou adesão, na medida que a direção do partido não havia se posicionado.

A despeito das discussões a respeito da estratégia que seria adotada, o fato é que todas as entidades de representação de classe dos policiais de mais baixa patente da FP e da GC se posicionaram. O Clube dos Sargentos da Força Pública se manifestou em apoio e solidariedade de todos os sargentos ao movimento grevista; o Centro Social de Cabos e Soldados da Força Pública também declarou apoio, seguido de adesão por parte das praças; o Centro Social dos Guardas Civis da Guarda Civil também externou apoio ao movimento. As entidades de classe dos oficiais de alta patente das corporações não manifestaram apoio claro, embora parte desses oficiais apoiassem o movimento grevista e acordassem com suas reivindicações¹⁹¹.

Na noite do dia 13 ocorreu o momento de maior tensão: o carro que conduzia o comandante da FP estava chegando ao quartel da corporação, localizado no centro da cidade, seguido por uma perua. Surgiu o boato de que o veículo conduziria policiais presos que seriam interrogados por conta da greve. Imediatamente se configurou uma espécie de cordão humano formado por policiais e bombeiros para evitar a entrada dos veículos no quartel. O episódio é destacado pelo jornal Folha de São Paulo, na página 12 da edição do dia 13:

Quando retornou à tarde para o QG o carro que conduziu o comandante da Força Pública foi seguido por uma perua. Mas os soldados que se achavam à frente do edifício, julgando que o veículo conduzia milicianos presos, montaram verdadeira barreira humana para impedir seu ingresso no QG. À circulação do boato de que um choque da FP iria dispersá-los, instalaram as mangueiras e prepararam quatro guarnições, dispondo-se a enfrentar qualquer choque com jatos d'água. Foi o momento de maior tensão no curso dos acontecimentos do dia. O povo, do lado de fora, também em ambiente de tensão, se pôs a aplaudir a formação de defesa improvisada.

O cel. Vicente Sylvestre destaca o apoio popular no episódio de tensão, impressão que corrobora com a descrição do jornal:

¹⁹¹ Folha de São Paulo. 14 de janeiro de 1961, página 1: 12-13. Acervo digital, disponível em <https://acervo.folha.com.br/>. Acessado em 24/05/2019. AESP, DOPS 50-D-18, pasta 8. Ofício de 31/12/1962.

No começo da noite, o comandante da Força Pública estava voltando para o quartel que ficava ali na Bela Vista e circulava o boato de que ele estaria carregando policiais para serem interrogados. Quando o carro passou, os bombeiros e policiais bloquearam a entrada e tomaram o quartel, para evitar que ele entrasse. Posicionaram os caminhões com água e se prepararam para o confronto. Estavam todos muito nervosos. Mas o que evitou o confronto foi o apoio popular. No geral, a população tem mais simpatia pelos bombeiros, né? (SYLVESTRE, 2017. Entrevista concedida ao autor)

O apoio popular foi, de fato, decisivo para o sucesso do movimento grevista de 1961. Numericamente, a adesão contou com cerca de 1000 policiais e bombeiros, o que, em números absolutos, representa uma fração pequena dos mais de 30 mil policiais das duas corporações. Entretanto, a manifestação teve amplo apoio entre os policiais, mesmo entre os que não aderiram, além grande apoio popular. O apoio massivo entre os militares pode ser explicado pelo descontentamento que fazia parte das corporações desde os anos 1950, principalmente em relação aos salários. As queixas e reclamações eram registradas pelo DOPS e divulgadas pela imprensa. Boletins da polícia política paulista identificava as reuniões de núcleos reivindicatórios, mais ou menos organizados, sobretudo aquelas articulados com o PCB. A cooptação da FP e da GC podia se revelar um trunfo importante no resultado das urnas, como demonstramos no antagonismo entre Jânio Quadros e Adhemar de Barros. A percepção dessa relação e a conscientização do papel que poderiam desempenhar no processo político institucional permitia que seus membros, sobretudo os de baixa patente, com menor comprometimento com a cúpula da alta burocracia política, utilizassem essa influência e impacto como instrumentos para pleitear melhores condições de trabalho e benefícios profissionais e corporativos (ROSEMBERG, 2016, p. 215).

Houve, ainda no dia 13, uma tentativa de desqualificar o movimento grevista e subverter a opinião pública em relação aos acontecimentos. Essa tentativa foi feita pelo governo do Estado de São Paulo, através do Secretário de Segurança e do comandante da FP. Já no dia 14, os jornais exibiam as declarações das autoridades, que afirmavam que a situação estaria sob controle e que “não apresenta grande anormalidade”¹⁹². Ademais, afirmavam que a desobediência dos policiais da FP em não executar suas funções de policiamento era uma afronta ao povo paulistano, numa clara tentativa de mitigar o apoio popular que a mobilização possuía.

Até as primeiras horas da noite de ontem, no Palácio dos Campos dos Elísios não é conhecida toda extensão da crise eclodida na Força Pública e no Corpo de Bombeiros. O cel. Djalma Arantes, chefe da Casa Militar do governador do Estado, ouvido pela reportagem, indicava, na tarde ontem, que estivera em contato com o comando da Força Pública, tomando conhecimento da situação e acertando medidas tendentes à normalização dos serviços – “Até agora” – disse cel. Arantes – os informes que nos chegam do interior e das demais unidades da capital, menos no Corpo de Bombeiros, é

¹⁹² AESP, DOPS 50-D-18, pasta 8. Ofício de 31/12/1962.

de que a situação não apresenta grande anormalidade. ” Ontem à tarde, a Secretaria de Segurança expediu o seguinte comunicado: “A Secretaria de Segurança comunica que, em consequência da votação, na madrugada de hoje, do projeto de lei que concede abono aos servidores civis e militares do Estado, elementos da Força Pública, em número restrito, não executaram seus trabalhos e recusaram-se a cumprir suas tarefas, em total desserviço com o povo paulistano”¹⁹³.

As tentativas não tiveram efeito algum na desmobilização. Ao contrário: O 12º Batalhão Policial, responsável pela Rádio Patrulha, se declarou solidário à greve, “deixando – segundo os termos do inquérito – de manter em funcionamento os setores a seu cargo, paralisaram as atividades a que estavam adstritos”¹⁹⁴. Também se mostrou solidário o Segundo Batalhão Policial, composto por quatro companhias (uma administrativa, na sede do batalhão; as outras localizam-se na Penha, Vila Matilde e São Miguel, bairros da Zona Leste de São Paulo). No dia 13, solicitações da população não foram atendidas; na sede da Vila Maria foi hasteada uma bandeira preta. Em todas as companhias, os milicianos começaram a abandonar seus postos. Em São Miguel Paulista, “verificaram-se as cenas de maior rebeldia e onde patenteado ficou que o ânimo da tropa era marchar para a total paralisação de atividades, não só em sinal de solidariedade à campanha de aumento de soldo, mas também como prova de estima pelos oficiais que teriam sido presos”. Soldados foram enviados à casa de colegas que estivessem de férias ou de folga, a fim de engrossar o contingente. No Regimento Nove de Julho – unidade destacada para intervir no Corpo de Bombeiros, antes da interferência das Forças Armadas – foram detidos quatro capitães, sete tenentes e cinco aspirantes que “deixaram de cumprir ordens de serviço dos seus superiores, negando-se a intervir no Corpo de Bombeiros com o escopo de pôr fim à interrupção de trabalhos iniciadas pelo seu pessoal”. O coronel Paulo da Cruz Mariano foi ter com os insurretos que disseram que “embora não tivessem armas, fariam uso de machadinhas para repelir a intervenção na unidade” (ROSEMBERG, 2016, p. 221-222).

Na manhã do dia 14, as tropas do Segundo Exército cercaram o quartel onde estavam os grevistas. Um novo comandante geral da Força Pública foi empossado – o coronel do Exército Caetano Figueiredo Lopes – com apoio do Ministério da Guerra. Todavia, os soldados não cederam à autoridade e desobedeceram às ordens de “a postos” emanada pelo novo comandante. Tropas do Exército, mobilizadas para conter os possíveis desatinos dos bombeiros, foram estacionadas nas cercanias da caserna, emprestando um caráter marcial ao centro da cidade¹⁹⁵. Ainda segundo o relatório do DOPS, todo o Exército Nacional, pelas tropas sediadas em São Paulo, estava alerta. Os generais Costa e Silva e Altair Franco Ferreira logo se faziam

¹⁹³ AESP, DOPS 50-D-18, pasta 8. Ofício de 31/12/1962.

¹⁹⁴ AESP, DOPS 50-D-18, pasta 8. Ofício de 31/12/1962.

¹⁹⁵ AESP, DOPS 50-D-18, pasta 8. Ofício de 31/12/1962.

presentes e o primeiro, em tom enérgico e ameaçador, deu dois minutos de prazo para que os policiais se retirassem porque, caso contrário, seriam “varridos à bala” por contingentes seus que estavam a caminho daquele local. Finalmente os oficiais revoltosos foram detidos pelo Coronel Caetano (ROSEMBERG, 2016).

Na manhã do dia 15, apesar do núcleo grevista continuar coeso no quartel da Bela Vista, a presença dos militares das Forças Armadas e a sinalização do governador Carvalho Pinto disposto em atender parte das reivindicações dos policiais arrefeceu o movimento. As pressões por melhores condições e equiparação salarial completa continuou por todo o ano de 1961, já que as eleições se avistavam. Assim, a Esquerda Policial e a articulação entre os comunistas e os policiais foram importantes para promover as conquistas salariais e ganhos reais para a categoria. Essa construção é destacada em tom emocionado pelo tenente coronel Vicente Sylvestre:

A essa altura, a gente não sabia, mas também éramos comunistas, né? Porque quando a gente entrava para corporação, vinham os manuais e tudo que pintavam os comunistas como gente ruim. Só que com o passar dos anos a gente foi descobrindo que o pensamento era parecido. A gente era nacionalista, queria melhores condições, salário e tudo. Então a gente acabou fazendo parte disso. Não é nem tanto comunista, mas é uma coisa humanista, né? De se preocupar com o outro, com os companheiros, com o país. (SYLVESTRE, 2017. Entrevista concedida ao autor).

A revolução socialista não estava na ordem do dia, entretanto, pautas mais à esquerda, que carregavam um nacionalismo progressista eram traços marcantes da Esquerda Policial. Ainda que nem todos estivessem alinhados com o pensamento comunista, a fala do cel. Sylvestre sintetiza o que foi o grupo no período democrático: uma classe trabalhadora que passava a se identificar como tal e se postava a agir como tal. Não obstante, a greve de 1961 ocorreu simultaneamente às manifestações dos trabalhadores portuários de Santos e dos trabalhadores das linhas de trens e ônibus intermunicipais. Não há informações precisas do número exato de policiais que aderiram ao movimento., nem o inquérito do DOPS nem a imprensa chegam a um número objetivo, embora especulam-se que houve mais de 1000 participantes só na capital paulista. Os jornais especulam que também que tenha havido entre 500 e mil prisões durante os dias 13 e 14¹⁹⁶. O inquérito de mais de 2500 folhas, terminado em três de maio de 1961, pela lavra do Delegado Especializado de Ordem Social, João Ranali, ouviu 280 policiais e doze testemunhas e, dos 513 indiciados no inquérito disciplinar, 63 foram submetidos a inquéritos policiais e 57 sofreram processos criminais por delitos de várias espécies que vão desde o crime contra a pessoa até os praticados contra a propriedade¹⁹⁷.

¹⁹⁶ AESP, DOPS 50-D-18, pasta 8. Ofício de 31/12/1962.

¹⁹⁷ AESP, DOPS 50-D-18, pasta 8. Ofício de 31/12/1962.

4.2. A ESQUERDA POLICIAL E A CONSOLIDAÇÃO DE SUA AGENDA

O começo dos anos 1960 o clima já não era assim tão amistoso. O pessoal já estava pegando mais pesado com quem era só simpatizante do pessoal do partido. A gente percebia que a coisa podia desandar, né? Então a gente começou a se organizar mais, discutir mais tudo que estava acontecendo. (OLIVEIRA, 2018. Entrevista concedida ao autor)

No trecho da entrevista citado acima, o capitão Pedro Lobo chama atenção para o clima cada vez mais hostil que a Esquerda Policial vinha enfrentando. Era importante pensar estratégias para ampliar as bases de apoio dos policiais e seguir com as reivindicações da corporação. A agenda passava a ser, dessa forma, uma agenda de construção de base e ocupação dos espaços políticos institucionais. A greve de 1961 mostrou que a Esquerda Policial, ou seja, o Setor Militar do PCB, estava organizada e articulada, ao menos no que tange às pautas mais sensíveis aos policiais, como o aumento e equiparação salarial. Ainda que inserida num contexto mais amplo de manifestações e mobilizações de trabalhadoras e trabalhadores, a paralisação no início dos anos 1960 tinha um forte caráter corporativo. Embora fossem discutidas estratégias e alternativas de articulação e mobilização nas entidades de representação de classe das corporações, a capacidade de execução era limitada, já que a vigilância por parte dos órgãos repressores e anticomunistas do Estado se intensificava. Havia discussões mais amplas sobre política nacional e internacional nas entidades de representação de classe que buscavam ampliar a agenda do grupo para além dos interesses da classe.

A partir de 1961, o DOPS passou a acompanhar com mais rigor as células comunistas na GC e na FP e a interpelar as diretorias dos centros sociais sobre conhecimento de membros do partido infiltrados nas entidades de representação e nas corporações de modo geral, e identificar e documentar integrantes das corporações que fossem solidários com bandeiras de esquerda, como a oposição ao imperialismo e o apoio ao regime comunista cubano¹⁹⁸. À época foi registrada a ausência de uma ação “enérgica” por parte da GC em relação a um pichamento do consulado dos EUA, em vinte e quatro de outubro de 1961. Segundo o relatório do DOPS, a GC teria demorado a atender ao caso e ainda aceitou as evasivas de estudantes que disseram te autorização do próprio DOPS para redigir um convite para um comício, embora as inscrições fossem “Viva Cuba e abaixo o imperialismo!”¹⁹⁹. Relatórios e reportes como esse passaram a ser cada vez mais comuns. A vigilância ostensiva aos membros da FP e a GC visava combater qualquer possibilidade de articulação e influência entre os policiais e membros do PCB.

¹⁹⁸ AESP, DOPS, 50-D-18, Pasta 9.

¹⁹⁹ AESP, DOPS, 50-D-18, Pasta 9.

No início de 1963, uma série de protestos eclodiram entre os quartéis policiais da FP e da GC contra a decisão da Justiça Eleitoral de anular a eleição²⁰⁰ de sargentos da FP que estariam alinhados com o PCB e, mais do que isso, se manifestaram claramente pela eleição de membros do partido, que ainda estava na ilegalidade²⁰¹, e não foram poucos os protestos, em várias assembleias sindicais e nos centros sociais dos policiais. Na FP, havia ainda uma Comissão Regional pró-elegibilidade dos suboficiais, subtenentes e sargentos, claramente favorável a uma maior politização dos suboficiais da Força²⁰². Sargentos, cabos e soldados do Exército, Marinha e Aeronáutica se reuniram em Santos, em janeiro de 1963, para reclamar da posse dos militares eleitos em 3 de outubro de 1962. Em discurso, o presidente do Centro Social dos Cabos e Sargentos, Oirazil Werneck, que foi um dos líderes da greve de 1961 e o documento do DOPS que reúne as principais informações sobre os policiais que supostamente organizaram motins em quartéis é fruto de seu interrogatório, afirmou que os sargentos estavam se preparando para a próxima revolução anti-imperialista, em defesa da “soberania brasileira”²⁰³. Esse movimento obteve apoio do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e dos trabalhadores ferroviários e o PCB relacionava a posse dos sargentos à luta contra o aumento do custo de vida e pela melhoria salarial. No entanto, o movimento parecia ser parte de uma estratégia de tentativa de ocupação de espaços na política institucional, na medida em que as bandeiras e agenda dos militares e policiais de esquerda ficava mais visível. O movimento pelo direito de concorrer às eleições crescia entre os sargentos e praças da FP, do Exército e de outras corporações militares, e em reunião, no Centro Social dos Sargentos, com cerca de mil sargentos, cabos e praças da FP, discursou o deputado comunista Geraldo Rodrigues. Um soldado da FP falou em seu discurso,

(Em) advertência à classe dominante e aos reacionários: não somos mais instrumentos dos poderosos para massacrar e perseguir os trabalhadores e o povo, quando estão em luta por seus legítimos direitos; passou o tempo em que éramos utilizados para espancar o povo. Estamos ao lado dos operários e camponeses, de quem somos filhos e irmãos²⁰⁴

O discurso foi seguido de muitos aplausos e gritos de palavras de ordem, segundo o relatório do DOPS. Crescia a preocupação de que o movimento tivesse alguma força política real com o apoio popular, como foi visto em 1961²⁰⁵. Segundo o capitão Pedro Lobo, as

²⁰⁰ A Constituição Federal de 1946 permitia apenas que os sargentos votassem, não que fossem votados. Entretanto, as cédulas não eram nominais, o que permitia que os policiais e outras entidade civis, organizadas ou não, se articulassem para eleger um nome de sua preferência.

²⁰¹ AESP, DOPS, 50-D-18, Pasta 9.

²⁰² AESP, DOPS, 50-D-18, Pasta 9.

²⁰³ AESP, DOPS, 50-D-18, Pasta 9.

²⁰⁴ AESP, DOPS, 50-D-18, Pasta 9.

²⁰⁵ AESP, DOPS, 50-D-18, Pasta 9.

reuniões eram cada vez mais constantes e eles sabiam sobre a presença de investigadores do DOPS, e a estratégia teria sido, segundo o capitão, a adoção de uma senha combinada entre os sargentos da FP: “combinamos uma apresentação, uma senha e quem não soubesse responder, não era gente nossa” (OLIVEIRA, 2018. Entrevista concedida ao autor). A afirmação do capitão sobre a alternativa encontrada pelos policiais para burlar a presença de investigadores, era também conhecida pelo DOPS, como aponta um relatório de maio de 1963²⁰⁶.

Em outra reunião dos sargentos de diversas armas (Exército, Aeronáutica) e da FP, realizada na sede do Centro Social dos Sargentos da Força Pública, em junho de 1963, foi aprovada a luta pela reforma agrária para atender às reivindicações dos trabalhadores rurais e da população. Em caso de golpe da direita, a categoria se colocaria ao lado do povo na defesa de seus interesses:

No caso do povo e dos trabalhadores promoverem manifestações, a classe deverá, [...] impedir os tumultos e atos ilegais, até o momento em que se verificar que a situação é insustentável e que os reclamos do povo são justos, quando então, a classe militar, se colocará ao lado do povo²⁰⁷

Em janeiro de 1964, o DOPS analisou, em reunião extraordinária, o movimento pela elegibilidade dos sargentos e a preocupação por parte do DOPS era patente, segundo o relatório. De acordo com os investigadores, após a negação da posse dos sargentos eleitos, membros das Forças Armadas e polícias militares estaduais iniciaram, em diversos pontos do país, uma campanha pela elegibilidade da classe através de reuniões e comícios divulgados na imprensa e com a participação de membros do PCB²⁰⁸. O movimento ganhou apoio da esquerda por ser mais um meio de agitação política, segundo os delegados e investigadores. A elegibilidade dos sargentos foi pleiteada com um extenso programa político que reivindicava a baixa dos preços de produtos de primeira necessidade, o aumento constante do salário mínimo e as reformas de base. Era a consolidação de uma agenda política da Esquerda Policial. As reuniões da Comissão regional pró-elegibilidade eram realizadas na sede do Centro Social dos Sargentos da Força Pública, e a comissão era composta de sargentos da FP, Força Aérea Brasileira (FAB), Exército e civis, tais como líderes da UNE (União Nacional dos Estudantes), UEE (União Estadual dos Estudantes) e de sindicatos operários, como o presidente do sindicato dos metalúrgicos.

A agenda da Esquerda Policial extrapolava, portanto, a pauta exclusivamente corporativa, ainda que essa tenha sido o principal aglutinador dos policiais. Se até 1961 a visualização da ação política desse grupo só era possível por meio da apreensão das

²⁰⁶ AESP, DOPS, 50-J-89, Pasta 1.

²⁰⁷ AESP, DOPS, 50-D-18, Pasta 9.

²⁰⁸ AESP, DOPS, 50-D-18, Pasta 9.

reivindicações mais próximas a realidade dos policiais, a essa altura, a agenda dos policiais de esquerda era muito mais ampla, clara e afinada com os interesses de outras entidades de classe e de representações sindicais. A cooperação entre sargentos da FP, setores sindicais e a classe estudantil mostra que parte dos policiais da Força participava de amplo programa de reformas políticas e sociais. Muitos desses policiais, membros da GC e da FP estavam mais diretamente ligados a movimentos e partidos de esquerda, em especial, o PCB. Não obstante, a atuação política desses grupos produziu resultados concretos na vida dos policiais, não apenas com valorização das carreiras, mas com políticas públicas voltadas à categoria, como a conquista da construção de casas com preços acessíveis para os policiais e bombeiros²⁰⁹.

Segundo relatório do DOPS, em documento apreendido de um dirigente comunista, a principal colaboração que os policiais poderiam fornecer no contexto das mobilizações grevistas seria a da não repressão. Porém, a adesão de membros das corporações e o compromisso que tinham com as pautas não faziam da Esquerda Policial um grupo meramente coadjuvante. A pressão política que exerciam ao governo estadual, por meio de suas entidades de classe, também contribuía para pressionar e engrossar o coro nas reivindicações que eram parte de uma agenda de toda uma coletividade de trabalhadoras e trabalhadores²¹⁰.

4.3. A ESQUERDA POLICIAL E O GOLPE CIVIL MILITAR

Até que veio o golpe, golpe militar em 1964. E agora o partido (PCB) recua imediatamente, para e limpa a casa. Eu fui pra casa e joguei muita coisa fora, muitos livros e documentos, tinha um córrego aqui perto da minha casa, joguei tudo. E aí, pego livros importantes que eu tinha, e joguei tudo no córrego. Tinha um livro, chamava: “Assim se forjou o aço”, empolgante o livro, de um escritor soviético. E eu então joguei aquele livro, e também o daquele baiano, o escritor, aquele da Bahia (Jorge Amado), eu lia muito os livros dele, e lia o jornalzinho do partido em 1964. Aí o comando organizou uma homenagem à chamada revolução (golpe), e fizeram a campanha, e até hoje ninguém sabe o fim daquela campanha que chamava: Ouro para o bem do Brasil. Até hoje ninguém sabe para onde foi esse ouro, e aí na corporação, tinha um auditório, palco, com as autoridades ali e tal, e eu começo então, uma manifestação com todos os presentes, tiram uma aliança, e colocaram a aliança num chapéu, e eu entrei na fila, porque não tinha como sair fora, nem para cortar. Aí tinha oficiais do exército no palco em cima, elementos do DOPS, era uma instituição terrível. A ideia era jogar uma isca, né, fazer com que os policiais se intimidassem e doassem. Quem fosse contra eles já começariam a questionar, investigar. E aí a gente conhece os métodos da ditadura. E quando chega a minha vez de botar, eu digo: “Lamento, mas não posso tirar minha aliança. Porque eu tenho um compromisso muito sério e não posso doar”, e sai. Mais

²⁰⁹ Em 1962, o Governo do Estado de São Paulo anunciou a construção de 1000 casas na Zona Oeste de São Paulo destinada à policiais e bombeiros. O governo do Estado subsidiaria parte dos custos, tornando o preço dos imóveis mais acessíveis aos militares (SYLVESTRE, 2017; SYLVESTRE, 2017).

²¹⁰ AESP, DOPS, 50-Z-745, Pasta 2. Relatório do Delegado Titular de Ordem Social Aldario Tinoco, para o Diretor do DOPS, 23 de janeiro de 1964.

tarde quando estou sendo torturado no DOI-CODI, eles falam “Então você não deu sua aliança!”. Em 1964 eu vou ter essa lembrança e em 1975 quando eu fui preso, fui sequestrado. Então aí continuo a luta e tal. E sempre fui visado. Mas como eu tinha uma liderança muito grande na corporação, não mexiam comigo. Mas com o golpe militar, as coisas pioraram muito para a gente. (SYLVESTRE, 2017. Entrevista concedida ao autor).

A fala do tenente coronel Vicente Sylvestre é um retrato sobre o cenário de tensão que impactou nas corporações policiais com a deflagração do golpe civil-militar de 1964. Os policiais foram submetidos a um escrutínio informal, com a ideia da campanha para doação à corporação. A polícia política subentenderia que o policial que não participasse da campanha teria alguma relação escusa com organizações que se posicionaram contra o movimento golpista, notadamente os grupos de esquerda e os policiais vinculados ao PCB. Dessa forma, o objetivo era “jogar uma isca” e quem não participasse da campanha seria submetido a uma vigilância mais aguda. Nesse sentido, as corporações policiais, de modo geral, sentiram o golpe, sobretudo os policiais que tinham alguma relação com o PCB, que passaram a conviver com ameaças constantes às suas liberdades, como no caso do tenente coronel.

Os antecedentes do golpe que envolviam a FP e a GC começam em 1963, quando Adhemar de Barros assumiu, pela terceira vez, o cargo de governador do Estado de São Paulo. Político conservador, havia recebido apoio do PCB e de setores da Força Pública e da Guarda Civil, através das manifestações públicas das entidades de representação de classe. Mesmo com o apoio de setores da esquerda, notadamente o PCB, Adhemar de Barros assumiu uma posição hostil ao presidente João Goulart, sobretudo após a renúncia de Jânio Quadros. Em 1963, numa tentativa de acalmar a oposição com bases mais conservadoras, João Goulart nomeou o então Chefe do Gabinete Militar da Presidência, General Amaury Kruehl, para a pasta do Ministério da Guerra. A nomeação do general Kruehl, que era declaradamente anticomunista, sofreu críticas da base trabalhista de Goulart, que, liderada por Leonel Brizola, conseguiu pressionar o presidente que o afastou, passando a comandar o II Exército, lotado em São Paulo, sendo substituído pelo general Jair Dantas Ribeiro, considerado um legalista. Aos olhos dos adversários da direita, a constituição do “dispositivo militar” de João Goulart tinha como finalidade garantir suas aspirações revolucionárias (CARDOSO, 2003, p. 34; FERREIRA, 2007, p. 527).

Em dezembro de 1963, o efetivo da Força Pública foi aumentado em quase 10 mil homens, passando de 21.085 para 31.000²¹¹. Segundo Dalmo Dallari, neste mesmo ano, a FP começou a aprimorar sua preparação militar, através de um treinamento especial sigiloso, que

²¹¹ Lei estadual nº 8030, de 06 de dezembro de 1963.

incluía combates na selva. A orientação do comando da FP era para que também se intensificasse a repressão contra movimentos grevistas e manifestações de trabalhadores, por considerá-los a base de apoio do presidente João Goulart. Diante disso, começaram a circular rumores sobre uma intervenção do Exército na Força Pública, o que motivou um estado de atenção permanente dentro da corporação (DALLARI, 1977, p. 76-77).

Até recentemente, não era possível precisar sobre a intenção golpista do governo do Estado de São Paulo no pré 1964. Entretanto, pesquisas e trabalhos recentes revelam que o aumento substancial do efetivo da Força Pública sinalizava um alinhamento com as forças golpistas. Uma demonstração desse alinhamento foi a sinalização positiva do governador em permitir a movimentação de tropas do Exército junto às da Força Pública em exercícios no Estado, a despeito das objeções do comando da corporação e

A despeito desses inconvenientes, contudo, a estratégia militar previa a movimentação de tropas da Força Pública e do Exército pelo Vale do Paraíba; inclusive chegando a acontecer a movimentação de algumas unidades com esse objetivo, porém, a iniciativa da programada rebelião seria abortada pela ausência de seu maior expoente civil com efetivo poder bélico, o governado Adhemar de Barros (CUNHA, 2014, p. 51).

Ademais, a aquisição de armas e equipamentos pelas corporações policiais paulistas também sinalizava para uma intenção golpista por parte do governador. Ruiz (2018, p. 106), traz algumas pistas sobre os possíveis alinhamentos do governo do Estado com as forças golpistas. Segundo o autor, “a obtenção de novos armamentos para a Guarda Civil indica que estava ocorrendo um preparo em grau militar das forças de segurança paulista”. As articulações em relação ao golpe não eram consensuais dentro das Forças Armadas e não é possível afirmar com clareza a posição do então governador de São Paulo. Segundo Marcos Napolitano, até 1964, as Força Armadas e a direita civil ainda estavam divididas quanto a opção golpista. Foi somente com o tardio alinhamento de João Goulart com os movimentos sociais, já em 1964, é que se fechou um consenso entre a direita (NAPOLITANO, 2014, p. 52-53). A partir de 1964, no entanto, o posicionamento de Adhemar de Barros ganha contornos mais claros. No início do ano, o governador participou de uma reunião como Marechal Odylio Denys para analisar o plano de “resistência democrática”. Em discussão estava qual seria o melhor lugar para o início do movimento golpista: São Paulo, Minas Gerais ou o Rio de Janeiro. Barros se recusou a assumir a liderança, sob o argumento de que os outros estados tinham abandonado São Paulo durante a revolta de 1932, mas deu garantias de apoio ao estado que liderasse o movimento. Dessa maneira, a deflagração do golpe ficou a cargo de Minas Gerais (CARDOSO, 2003, p. 37).

No alvorecer do dia 1º de abril de 1964, as polícias paulistas, especialmente a FP, se mantiveram leais ao governo estadual nas movimentações do golpe. Uma possível resistência das tropas do Exército lotadas em São Paulo representava uma grande ameaça ao golpe e, diante disso, a Força Pública se preparou para um confronto, caso fosse necessário. No entanto, apesar de sua amizade com Goulart e reputado legalismo, o general mudou sua posição na última hora e terminou por aderir ao golpe (DALLARI, 1977. p. 76).

Com a adesão do II Exército, a FP foi colocada à disposição de Kruel. O Primeiro Batalhão de Policiamento “Tobias Aguiar” e o Regimento de Cavalaria foram incorporados, temporariamente, ao Exército durante as movimentações golpistas. Não há muitos registros documentais ou bibliográficos sobre a ação das polícias paulistas durante o golpe civil militar. Imediatamente após as ações que decretaram o golpe, os comandos da Força Pública e da Guarda Civil emitiram pronunciamentos em apoio ao golpe. No dia 3 de abril, foi publicado um “elogio coletivo” do comandante da Guarda Civil, Reynaldo Saldanha da Gama, a todos os guardas civis pela atuação “em defesa dos princípios cristãos, da instituição da Família e, particularmente, da Liberdade de viver”, alertando, no entanto, que venceram apenas “a primeira batalha” e que “horas mais trágicas estão a soar”. A fala é marcada por um forte traço anticomunista, que fica evidente quando afirma que “aqueles que estão do lado esquerdo nós combateremos, sem contemplações” e concluindo com votos para que “Deus os abençoe e faça desaparecer, definitivamente, o vermelho dos céus do Brasil. Fique apenas o azul dos nossos uniformes”²¹².

O comandante da Força Pública, General Franco Pontes, fez ainda um pronunciamento durante a formatura realizada no Campo do Canindé, no dia 8 de abril. Reiterou a lealdade da corporação ao governador e ao II Exército, lembrando que seus homens tomaram partido do golpe mesmo antes do pronunciamento do General Kruel. Em sua fala, o comandante faz apenas referências mais genéricas ao governo João Goulart, que descreve como “aventura sinistra a que a incompetência de uma minoria queria levar nossa Pátria”. Segundo o comandante, foi graças à “precisão e rapidez com que o dispositivo policial foi desdobrado em todo o Estado que ficaram totalmente aniquilados o ânimo e a veleidade de ação de qualquer um dos órgãos ilegais que há tanto tempo vinham agitando e travando a vida normal do Estado”²¹³.

²¹² Boletim Geral da Guarda Civil de São Paulo nº 60, 1º de abril de 1964. Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

²¹³ Boletim Geral da Força Pública do Estado de São Paulo nº 68, 10 de abril de 1964. Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

As entidades de representação de classe dos policiais também se manifestaram. O Centro Social do Classes Distintas, da GC, emitiu uma espécie de manifesto, ainda no dia 1º de abril, em que afirma que a derrubada de João Goulart foi um ato “em defesa da legalidade e da liberdade”. Segundo o documento, os guarda civis viveriam “no seio da liberdade e resolvemos nossos problemas de progresso em clima de democracia, com civismo e cristianismo”. A própria Guarda Civil seria um exemplo dessa democracia, pois nela “o mais humilde iguala-se humanamente ao mais graduado”. Contudo, prossegue o manifesto, “sem liberdade, sem disciplina, sem legalidade, seremos escravos”. O documento incentiva que todos os guardas colaborem no esclarecimento da população para que continuem cumprindo suas obrigações cotidianas, pois assim estariam contribuindo com a “manutenção do regime democrático e defesa de seus lares”. Concluiu afirmando que “a luta pela Lei e Pela Ordem está iniciada. Os Classes Distintas estão nas trincheiras da Legalidade”²¹⁴.

A ambiguidade do documento reflete as contradições da própria corporação. A corporação não é vinculada às Forças Armadas diretamente, ao contrário da FP. Porém, ainda assim uma das principais entidades de classe da corporação evoca os preceitos fundadores da coirmã (ordem e disciplina) para justificar o posicionamento que, na prática, não é de defesa ao golpe, mas nem tampouco de crítica a ele. O posicionamento de “defesa da legalidade”, defendendo a deposição de João Goulart evidencia que a esquerda militar já não era mais predominante nas associações e entidades de representação de classe dos policiais. Isso porque, após a greve de 1961, a polícia política se ocupou em desmobilizar a militância comunista dentro das corporações, o que impactou na atuação dos militantes e simpatizantes também nas entidades de representação, como podemos observar pelas declarações dos presidentes no contexto do golpe civil-militar de 1964.

No caso da FP, um grupo de sargentos e subtenentes da Companhia de Guarda e da Guarda Militar, lotados no Palácio do Governo, também emitiram uma nota no 1º de abril. Nela criticam a direção de sua entidade de classe por ter participado, em 30 de março, em uma Convenção do Rio de Janeiro com “sindicatos e partidos facciosos”, que não representariam os anseios da classe. Reiteram então sua lealdade ao governador Adhemar de Barros, como o “idílio expoente das forças democráticas deste País”²¹⁵.

²¹⁴ Boletim Geral da Guarda Civil de São Paulo nº 62, 3 de abril de 1964. Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

²¹⁵ Jornal o Estado de São Paulo. "Sargentos da Força Pública solidários com o Governador", 01 de abril de 1964. p.7. Acervo online. Disponível em: www.estadao.com.br/acervo. Acessado em: 21/05/2019.

A reunião criticada pela entidade ocorreu no Automóvel Clube do Brasil e contou com a presença do Presidente João Goulart. Os policiais reivindicavam os mesmos direitos dos trabalhadores civis. Apesar do tom moderado e conciliatório do presidente, apelando para sentimentos de ordem e princípios cristãos, essa reunião foi vista como

Embora não sejam críticas ao movimento golpista, as notas emitidas pelas entidades nos momentos iniciais do golpe reivindicam uma ordem democrática. Evocam princípios do legalismo e até valores cristãos, mas o tom defere do adotado pelo alto comando das Forças Armadas que imediatamente chama o movimento de revolucionário. A adoção da perspectiva da “revolução de 1964” por parte das corporações policiais paulistas, só vai ocorrer oficialmente com a fusão das duas corporações, FP e GC, em 1970. Somente a partir daí a adoção e incorporação do posicionamento do alto comando das Forças Armadas é assimilada pelas corporações policiais paulistas. Essa ambiguidade revela que, mesmo mitigada, a presença da esquerda policial nas corporações ainda se fazia presente, mesmo que numericamente, por conta das perseguições e prisões, o grupo tenha reduzido. A preocupação com a defesa da legalidade democrática é um ponto em comum nas manifestações das entidades de classe.

No caso dos protagonistas entrevistados para essa pesquisa, o destino foi a perseguição. O capitão Pedro Lobo foi expulso da corporação logo quando o golpe foi deflagrado, ainda em 1964. Sem emprego e com a liberdade constantemente vigiada, passou a sobreviver com ajuda de outros membros do PCB e de pequenos trabalhos dos poucos empregadores que ainda empregavam um policial recém expulso da corporação num contexto de ditadura. Fora da corporação, o policial aderiu a luta armada, colaborando com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) em episódios emblemáticos, como o do assassinato do capitão estadunidense Charles Rodney Chandler. Em 1969, com o AI-5, foi preso e torturado; sendo solto numa troca realizada pelo regime militar com a VPR, que havia sequestrado o embaixador alemão Ehren Ehrenfried von Holleben. Após sua libertação, saiu do país rumo a exílio, passando pela Argélia, Chile e Alemanha, até retornar ao Brasil com a anistia em 1979.

No caso do tenente coronel Vicente Sylvestre, permaneceu como Guarda Civil mesmo após o AI-5 e continuou com a unificação das corporações. Alçou o posto de chefe do Estado Maior do Comando do Policiamento no interior do Estado de São Paulo, o segundo na hierarquia da recém-formada Polícia Militar do Estado de São Paulo. Mesmo com o alto posto, o policial foi submetido a duras sessões de tortura, já em 1975. Expulso da corporação, o policial retornou às atividades com a anistia por um breve período.

o ultraje final à alta hierarquia militar, pois passava por cima da cadeia de comando (NAPOLITANO, 2014, p. 58).

4.4. A REPRESSÃO E PERSEGUIÇÃO AOS POLICIAIS COMUNISTAS

Dentro dessa ambiguidade, a adesão ao golpe, embora grande, não foi absoluta, havendo registros de ao menos um caso de resistência interna nas corporações policiais paulistas. O Boletim Geral da Força Pública de 23 de abril de 1964 traz a solução do Inquérito Policial Militar (IPM) aberto contra um grupo de soldados que panfletou contra o golpe. Na noite do dia 1º e na madrugada do dia 2 de abril, foram distribuídas, em algumas unidades da FP, cópias de um manifesto do Centro Social dos Cabos e Soldados (CSCS), assinado pelo seu presidente, o soldado Oirasil Werneck, do Batalhão de Guardas. Segundo o Boletim, o “referido manifesto incitava as praças da Corporação à desordem e à indisciplina, bem como continha dizeres atentatórios ao regime democrático”²¹⁶. Sobre esse episódio, o capitão Pedro Lobo destaca que

Havia sim uma discussão entre nós, do PCB, sobre o que fazer. Era um clima tenso, ninguém sabia direito o que estava acontecendo. Na Força Pública, nós chegamos a fazer uma reunião no clube dos praças para decidir se faríamos algumas coisa. Isso quando as tropas do II Exército já estavam a caminho. Mas ninguém estava preparado e estávamos também com medo, né? Tínhamos família, filhos e tudo. Nessa hora, sem organização, orientação, ficou difícil a gente ter alguma reação. Mas a gente não aceitou tudo assim, passivamente. (OLIVEIRA, 2018. Entrevista concedida ao autor).

O Inquérito interno foi aberto para investigar o caso e apontou que na manhã do dia 1º de abril, os soldados Evaldo Cardoso Martins e Lyrico Martins Cardoso, ambos irmãos e pertencentes ao 2º BP, encontraram-se com Werneck no Parque da Aeronáutica e lhes foi entregue a cópia original do manifesto, com a qual foram em busca de uma tipografia para imprimi-lo. Werneck sugeriu que procurassem o Tesoureiro do CSCS, o soldado José Maria Franco de Araújo, do QG, para que providenciasse o pagamento. Assim, próximos à sede do CSCS, encontraram-se com o tesoureiro e com os soldados Miguel da Silva França e José Cordeiro de Lima, ambos do 9º Batalhão Policial (BP), seguindo a uma gráfica, onde solicitaram cinco mil cópias do manifesto. O inquérito apontou ainda que o texto teria sofrido alterações por parte do soldado Edvaldo, se tornando “mais contundente e subversivo”. Em posse das cópias, os soldados se dirigiram durante a noite a alguns batalhões para distribuir o manifesto, principalmente entre os cabos, soldados e praças. Também distribuíram um “Boletim Informativo”, igualmente de “caráter subversivo”, voltado aos civis. O inquérito acusa os policiais, ainda, de terem ignorado a ordem de prontidão – ou seja, de se manter aquartelados ou nos postos de trabalho – permanecendo horas a fio na sede do CSCS, com o

²¹⁶ Boletim Geral da Força Pública do Estado de São Paulo, nº 76, 23 de abril de 1964, p. 1060-1063. Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

intuito de pregar a “discórdia, a subversão da ordem, a quebra da disciplina e o desprestígio da hierarquia”, valendo-se, além de tudo, de verbas do Centro Social²¹⁷.

O CSCS era o centro social da FP mais alinhado com o PCB. Desde 1946 até a fusão da corporação com a GC, todos os dirigentes do centro ou eram comunistas ou estavam alinhados com o partido. Segundo Pedro Lobo de Oliveira, desde que ingressou na FP, a direção do CSCS sempre foi de algum policial que era membro do setor militar do PCB²¹⁸. O alinhamento não significava, entretanto, comprometimento com as pautas revolucionárias. Essa proximidade era, como já abordado, em relação a defesa de pautas corporativas, nacionalistas e progressistas. O uso de verbas da associação para a impressão e distribuição dos panfletos contra o golpe, revela o caráter de unidade que envolvia a classe dos cabos e soldados, ao menos no que diz respeito à oposição imediata ao movimento golpista. Numericamente, o CSCS era maior associação de classe da corporação, já que contava com a base dos policiais.

Em 20 de abril, Oirasil Werneck, Edvaldo Cardoso Martins, Lyrico Martins Cardoso, Miguel da Silva França, José Cordeiro Lima e José Maria Franco de Araújo tiveram prisão determinada por 30 dias nos seus respectivos quartéis²¹⁹. Os seis soldados foram enquadrados no art. 7 do Ato Institucional nº 1, que previa demissão de funcionários públicos vitalícios ou estáveis, caso atentem contra o regime. Assim, o IPM sugeriu a expulsão dos acusados e o encaminhamento do caso para a Justiça Militar, bem como uma cópia ao comandante do quartel da aeronáutica citado na investigação²²⁰. Posteriormente, vários desses policiais seriam presos sob acusação de pertencerem ao PCB²²¹.

Esse é o único caso registrado na documentação oficial a respeito de insurgências de policiais ao golpe civil militar de 1964. Na bibliografia sobre o tema, não há menções a outros episódios. Em entrevista, tanto o capitão Pedro Lobo como tenente coronel Vicente Sylvestre não recordaram de episódios de insurreição ou insurgência de policiais. O caso do CSCS é, à primeira vista, uma exceção. No entanto, o episódio revela que a presença da esquerda policial foi marcante nas corporações policiais até o golpe civil militar. As entidades de classe se tornaram o principal ponto de convergência de grupos de policiais progressistas, de esquerda ou mesmo que buscassem ampliação de direitos corporativos. Era por meio das entidades de

²¹⁷ Boletim Geral da Força Pública do Estado de São Paulo, nº 76, 23 de abril de 1964, p. 1060-1063. Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

²¹⁸ Entrevista concedida ao autor, 2018.

²¹⁹ Boletim Geral da Força Pública do Estado de São Paulo, nº 74, 20 de abril de 1964, p. 1012-1013. Museu de Polícia Militar do Estado de São Paulo.

²²⁰ Boletim Geral da Força Pública do Estado de São Paulo, nº 76, 23 de abril de 1964, p. 1060-1063. Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

²²¹ Prontuário 97348 Renato de Oliveira Mota e outros. 2 volumes. 1975. Fundo DEOPS. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

representação de classe, através das quais os policiais lutavam tanto pela ampliação de seus direitos enquanto trabalhadores como também por pautas mais amplas, que a consolidação da esquerda policial ocorreu. Mas foi por meio delas também que, paradoxalmente, a desmobilização da esquerda policial começou. A perspectiva de uma punição severa devido à quebra de hierarquia e mesmo acusações de traição contaram como fatores importantes dessa desmobilização.

A polícia era, no período democrático, uma alternativa mínima de estabilidade profissional e salarial das camadas mais pobres. Dessa forma, as punições, ameaças e possibilidades de exoneração, mitigavam a mobilização da classe e foram o principal fator que contribuiu para uma ausência de resistência, ao menos uma mais evidente e organizada. Comparado com as Forças Armadas, os soldos dos policiais que se encontravam na base da organicidade das corporações eram menores e a estabilidade era mais frágil. E é justamente por todos esses obstáculos que a ação da diretoria do CSCS é importante e emblemática.

O texto do manifesto do CSCS não está disponível nos documentos do DOPS nem do DEOPS. As menções ao manifesto que constam nos inquéritos são repletas de termos alarmistas, fato que deve ser relativizado, na medida em que fazia parte da estratégia da polícia política paulista amplificar todo e qualquer movimento de oposição à esquerda. De qualquer forma, mesmo dispondo de acesso a armamentos, os soldados optaram por uma forma pacífica de tentar iniciar a resistência, através de uma panfletagem de textos. Além da correlação de forças extremamente desfavorável, pesa aí também a posição do PCB, contrário à resistência armada. Ao assinar o manifesto, que muito bem poderia ser anônimo, os soldados se expuseram aos riscos da repressão, confiando que o prestígio do Centro Social entre os praças faria com que o chamado à resistência fosse ouvido com mais boa vontade, o que não ocorreu, ao menos como indicam os arquivos e documentos do DOPS. Além da adesão não confirmada e quase inexistente, a repressão implacável dos agentes golpistas iniciou um processo de dissolução e desmobilização da esquerda policial nas entidades de representação de classe. Em contrapartida, a radicalização nas corporações também foi observada, com grupos de policiais – incluindo membros da FP, como o capitão Pedro Lobo – aderindo a luta armada já nos primeiros meses de golpe.

Os militares das Forças Armadas e das polícias estaduais foram o grupo mais atingido na primeira fase da repressão. A “Operação Limpeza”, levada a cabo logo após o golpe, visava a prisão e indiciamento dos opositores. As corporações policiais paulistas e as Forças Armadas puseram em prática um processo de varredura, incluindo prisões em massa, com diversas denúncias de tortura. Não há número exato de quantos foram detidos, porém, alguns números

da imprensa internacional apontam aproximadamente 10 mil detidos em uma única semana em meados de abril (HUGGINS, 1998, p. 142). Após o Ato Institucional, de 9 de abril, começaram a ser instituídos Inquéritos Policiais Militares para processar opositores do golpe ou simpatizantes com o PCB e que tivessem atuação nos centros sociais e entidades de representação de classe, principalmente militares e policiais, conforme aponta o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2014b, p. 11).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto deste trabalho foi analisar e compreender a Ação Política da Esquerda Policial em São Paulo no período democrático, compreendido entre 1946 e 1964. Por Ação Política, compreendeu-se a atuação de indivíduos ou grupos organizados na transformação da sua realidade social, dentro dos limites da capacidade de organização e possibilidade de ação na conjuntura analisada. Por Esquerda Policial, compreendeu-se o grupo de policiais da Força Pública e da Guarda Civil que atuaram junto ao Partido Comunista do Brasil, por meio de seu Setor Militar, na construção e reivindicação de pautas corporativas (como melhorias de salários e condições de trabalhos) e de classe, como a defesa da soberania nacional (na campanha pelo petróleo) e na luta pela democracia. A partir dessa delimitação de objeto e recorte, uma revisão bibliográfica foi realizada – ainda que a produção acadêmica sobre o tema seja escassa. Para suprir essa lacuna, recorreu-se ao uso de fontes primárias e a história oral. Fontes como produção de policiais e investigadores, arquivos do DOPS e DEOPS, jornais do período e entrevistas com personagens que atuaram nas corporações policiais analisadas, foram substrato para compor a análise do objeto.

O objetivo desse trabalho é fornecer subsídios e ferramentas teóricas e analíticas para o campo dos estudos das instituições de policiamento e das Forças Armadas. As policiais militares brasileiras, sobretudo as paulistas, são um caso de estudo emblemático. Elas não são instituições de policiamento clássicas, já que sua concepção e ordenamento é espelhada no Exército, sendo, portanto, uma instituição com destinação policial, mas formação militar, e tampouco são instituições militares *stricto sensu*, já que possuem uma destinação diferente das Forças Armadas. Esse paradoxo coloca as instituições policiais num limbo na pesquisa científica nas ciências sociais. Elas são vistas, a partir de diferentes referenciais teóricos, como sendo, majoritariamente, instituições despolitizadas e desmobilizadas, e que são utilizadas pelo Estado dentro de um contexto de exercício da força, seja na repressão a manifestações ou no combate violento ao crime.

O que se buscou foi apresentar uma outra face dessas instituições, que são tão paradoxais e ambíguas. O caráter democrático e humanista demonstrado por uma parcela de policiais dessas instituições, sugere que é possível estudar as instituições policiais brasileiras também com o prisma da Esquerda Policial. Ainda que tenham sido um grupo proporcionalmente pequeno em relação ao efetivo das instituições, isso não diminui a atuação e os esforços do grupo em prol de pautas nacionalistas e democráticas. Longe de refutar e até mesmo contrariar

as teses consagradas de interpretação das instituições policiais brasileiras nas ciências sociais, com este trabalho se buscou contribuir para uma visão alternativa da atuação política das corporações policiais paulistas. Com isso, a perspectiva de uma melhor compreensão da trajetória histórica e política da Polícia Militar do Estado de São Paulo, a partir da análise da Força Pública e da Guarda Civil, somadas com as leituras orientadas na perspectiva de interpretação das corporações como agentes de repressão do Estado, pode servir como um importante substrato para análises e construções teóricas futuras a respeito das instituições policiais brasileira.

Destarte, a partir a pesquisa empírica realizada, é possível afirmar que existiram grupos de policiais nas corporações paulistas que tiveram atuação destacada em defesa de pautas corporativas e em defesa de direitos sociais e humanos e da democracia. Não obstante, essa atuação só foi possível por meio da intersecção entre os policiais e os comunistas, via Antimil. Assim é possível afirmar que a influência do PCB nas corporações policiais teve impacto na atuação e militância dos policiais. Apesar da intensa repressão e violência que sofreram, esses policiais deixaram um legado de luta e defesa dos direitos fundamentais, além do exemplo de organização e construção coletiva, num cenário extremamente adverso. Sobretudo em tempos em que as posições das nossas instituições são colocadas à prova, é mais do que necessário resgatarmos e discutirmos o papel que esses policiais tiveram na luta pela democracia no Brasil.

De um ponto de vista objetivo, as campanhas grevistas e manifestações por melhores condições de trabalho e salário da categoria foi um marco na instituição. Isso porque, até pelo menos a unificação das duas corporações em 1970, os salários e honorários dos policiais, sobretudo os não oficiais, passaram a serem pagos rigorosamente em dia. A organização dos policiais de esquerda produziu impacto direto na vida de toda a categoria. Outra conquista importante dos policiais nesse período, foi o financiamento do Governo do Estado de São Paulo para a construção de casas com preços acessíveis ainda nos anos 1960, na zona oeste da capital. A iniciativa partiu de proposta também dos próprios policiais, que reivindicavam subsídios semelhantes ao de outras categorias do funcionalismo.

Além disso, o histórico de lutas dos policiais de esquerda em torno de pautas nacionais, superando as reivindicações corporativas legítimas da categoria, serviu e serve de exemplo para gerações de policiais militares que conviveram e convivem com uma perspectiva e um discurso punitivista e belicista da corporação. Nesse sentido, a história desse grupo de policiais, marginalizada na academia e na própria história das corporações onde serviram, serve de alento para aqueles que ainda ousam se organizar para reivindicar pautas comuns num contexto que reprime iniciativas desse tipo. Não obstante, recentemente observamos a formação de grupos

de policiais “de esquerda” e “antifascistas” em São Paulo e em outros estados²²². Os coletivos se inspiram no histórico de lutas desses policiais do período democrático e visam construir uma agenda progressista, à espelha do que fizeram seus colegas do passado. Nesse sentido, este trabalho fornece não apenas um substrato teórico e analítico, que deve ser lido com atenção, mas também fornece um substrato histórico, em que se apresenta personagens reais de um período complexo da história brasileira e que deve ser resgatado para inspirar e mobilizar ações na direção semelhante.

²²² <https://www.cartacapital.com.br/politica/grupo-de-policiais-de-esquerda-vai-se-filiar-ao-psol/>. Acessado em 11/08/2019. <https://marcozero.org/quem-sao-e-o-que-pretendem-os-policiais-antifascistas/>. Acessado em 27/06/2019.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves (et al.). **Dicionário Histórico-biográfico brasileiro, pós-1930**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, 2001. 5 v.

ABREU, Marcelo Santos de. **Os mártires da causa paulista: culto aos mortos e usos políticos da Revolução Constitucionalista de 1932 (1932-1957)**. Doutorado em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2010.

ADORNO, Sérgio. **Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea**. In: MICELI, Sergio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira – 1970-2002*. São Paulo: Editora Sumaré, 2002, p. 267-307.

ALMEIDA, Enio Antonio de. **Uma história da formação dos oficiais da força Pública paulista: Academia do Barro Brando (1953-2008)**. 2015. Tese (doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

_____. **Academia do Barro Branco: a história da criação e implantação do curso de formação dos oficiais da Força Pública paulista na República**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 2009.

ANDRADE, Euclides; CÂMARA, Hely. **A Força Pública de São Paulo: esboço histórico – 1831-1931**. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1982.

APOLLONIO, Luiz. **Manual de Polícia Política e Social**. 1ª ed. São Paulo: Escola de Polícia. 1954. Coletânea Acácio Nogueira – Vol.III

_____. **Manual de Polícia Política e Social**. 4ª ed. São Paulo: Escola de Polícia. 1967. Coletânea Acácio Nogueira – Vol. III.

_____. **Métodos e Táticas comunistas**. 4ª ed. São Paulo: Escola de Polícia. 1950. Cartográfica Francisco Mazza.

ASSUNÇÃO, Rosângela P. **DOPS/MG: Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação História e Culturas Políticas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. **Integralismo e ideologia autocrática chauvinista regressiva: crítica aos herdeiros do sigma**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2012.

BATALHA, Claudio H. M. **O Movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BATTIBUGLI, Thaís. **Democracia e Segurança Pública em São Paulo**. Tese de doutorado apresentada ao Programa da Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Polícia, Democracia e Política em São Paulo (1946-1964)**. São Paulo: Humanitas, 2010.

_____. **Polícia e Política em São Paulo (1946-1964)**. Revista História Social. Campinas. Nº 16, primeiro semestre 2009.

BAYLEY, David H. **Padrões de Policiamento**. São Paulo: Edusp, 2001.

_____. BAYLEY, David H. **Changing the Guard. Developing Democratic Police Abroad**. New York City: Oxford University Press, 2006.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório / Comissão Nacional da Verdade**. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1)

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade**. – Brasília: CNV, 2014. 416 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2)

BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. **A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas**. Revista Topoi, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 162-173.

BRITO, Emygdio Álvaro de; MIRANDA, Darcy Arruda. **Organização e prática policial**. São Paulo: Max Limonad, 1966.

CAMPOS, Pedro Dias de. **A Revolta de Seis de Setembro**. Lisboa, Aillaud, Alves & Cia, 1913.

CANCELLI, Elisabeth. **O mundo da violência: repressão e estado policial na era Vargas (1930-1945)**. Doutorado em História Social, Campinas, UNICAMP, 1991.

CARNEIRO, Maria Luiza Tussi; KOSSOY, Boris (Orgs.). **A imprensa confiscada pelo Deops: 1924-1954**. São Paulo: Ateliê editorial. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Arquivo do Estado, 2003.

CARDOSO, Célia Costa. **O Estado de São Paulo sob os governos Militares (1963-1983)**. Tese de Doutorado. Departamento de História. FFLCH/USP. 2003.

CARVALHO, Glauco Silva de. **A Força Pública paulista na redemocratização de 1946: dilemas de uma instituição entre a função policial e a destinação militar**. 2011. Tese (doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CARONE, Edgard. **A República Velha**. Vol. 1. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1985.

_____. **A República Velha: a evolução política**. Vol. 2. Rio de Janeiro/São Paulo, DIFEL, 1974.

_____. **O Estado Novo**. São Paulo: Difel, 1976.

_____. **República Liberal: Evolução Política (1945 - 1964)**. Difusão Editorial: São Paulo, 1985.

CASTELO BRANCO, Zonildo. **Segurança Nacional e subversão: Dicionário teórico e Prático**. Rio de Janeiro: Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. 1977.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CASTRO, Jeane Berrance de. **A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850**. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1979.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca da identidade: o Exército e a Polícia na sociedade brasileira.** Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976.

CORSI, Francisco Luiz. **O fim do Estado Novo e as disputas em torno d a política econômica.** Revista de Sociologia e Política. Nº 6/7, p. 25-36. São Paulo, 1996.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Militares e Militância: uma relação dialeticamente conflituosa,** São Paulo, Editora Unesp, 2014.

_____. **O ANTIMIL: o setor militar – origens de uma organização.** Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.59-71, jul./dez. 2012.

_____. **Militares na política ou a política entre os militares: uma falsa questão.** In: BARBOSA, Jefferson Rodrigues; VIANNA, Marly de Almeida GOMES; Gonçalves, Leandro Pereira; CUNHA, Paulo Ribeiro da. (Orgs). **Militares e a política no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O Pequeno Exército Paulista.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

DI TELLA, Torcuato. **Populism and Reform in Latin America.** In. VELIZ, Claudio. **Obstacles to change in Latin America.** Londres: LSE, 1970, p. 47-74.

DEL ROIO, José Luiz. **A greve de 1917: os trabalhadores entram em cena.** São Paulo: Alameda, 2017.

DEL ROIO, Marcos Tadeu. **A Classe Operária Na Revolução Burguesa: A Política De Alianças Do PCB, 1928-1935.** São Paulo: Oficina de Livros, 1990.

DRAIBE, Sonia. **Rumos e metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil (1930-1960).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DUTRA, Eurico Gaspar. **Ordem do Dia do Exército (1942).** In: CARVALHO, Ferdinando de. **Lembraí-vos de 35.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

DUTRA LADEIRA, Antônio. **Manual de Organização e Prática policiais.** Academia de Polícia Civil de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1971.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro.** 3ª edição. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2001.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 14ª edição. São Paulo: Edusp, 2012.

_____. **A Revolução de 1930: historiografia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. **Política e Segurança – Força Pública do Estado de São Paulo: Fundamentos Históricos-Sociais.** São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1974.

_____. **Os militares como categoria social.** São Paulo: Global Editora, 1978.

FERREIRA, Jorge. **“Entre a História e a Memória: João Goulart”.** In.: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Nacionalismo e Reformismo Radical: 1945-1964.** Coleção: As Esquerdas No Brasil, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 509-541

FERREIRA, Oliveiros. **Vida e morte do partido fardado.** São Paulo: Senac, 2000.

FLORINDO, Marcos Tarcísio. **O serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na era Vargas.** São Paulo: Editora Unesp, 2006.

FROTA, Sylvio. **Ideiais traídos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 34ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GERMANI, Gino. **Política e sociedade em uma época de transformação.** São Paulo: Mestre Jou, 1974.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo. **Nacionalismo, Educação Física e a missão francesa na Força Pública de São Paulo: uma comunidade imaginada (1906-1913).** Revista Brasileira de Educação Física e Esporte. São Paulo, 2016 Out-Dez.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas.** São Paulo: Ática, 1987.

HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções (1789-1848).** São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HUGGINS, Martha. **Polícia e política: Relações Estados Unidos/América Latina.** São Paulo: Cortez, 1998.

HUNTINGTON, Samuel. **Political Order in Changing Societies,** New Haven, Yale University Press, 1968.

IANNI, Octavio. **A formação do Estado populista na América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **Os subversivos da República**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

JUNIOR, Luiz Otavio. **Contra a foice e o martelo: a invenção do anticomunismo no Exército Brasileiro**. Revista Aedos, Porto Alegre, v. 8, n. 19, p. 255-276, Dez. 2016.

KAREPOVS, Dainis. **A Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938**. São Paulo, Editora Hucitec; Editora Unesp, 2003.

LACLAU, Ernesto. **Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LAQUE, João Roberto. **Pedro e os Lobos: os anos de chumbo na trajetória de um guerrilheiro urbano**. São Paulo: Ava Editorial, 2010.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LINGO, Joseph; AVIGNONE, Arthur. **Estudo sobre a organização policial do Estado de São Paulo**. Missão Norte-Americana e cooperação técnica (Ponto IV). 1958.

LUTTWAK, Edward N., **Coup d'État**. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

MAGALHÃES, Mário. **Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MATHIAS, Suzeleu Kalil e GUZZI, André Cavaller. **Autonomia na lei: As forças armadas nas constituições nacionais**. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 25 N° 73. março, 2010.

MALVASIO, L. **História da Força Pública em São Paulo**. São Paulo, PMESP, 1967.

MENDONÇA, Marina Gusmão de; PIRES, Marcos C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: LCTE Editora, 2015.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

MONET, Jean-Claude. **Polícias e sociedades na Europa**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

MORAES, João Quartim de. **A Esquerda Militar no Brasil**, São Paulo, Expressão Popular, 2005.

_____. **A Esquerda Militar no Brasil II: da coluna à comuna**. São Paulo: Siciliano, 1994.

MORAES, Francisco Quartim de. **O levante de 1932: fatores econômicos e políticos**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, 2016.

MORAES, D. et al. (orgs.). **Inteligência Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOSCA, Gaetano. **La classe política**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1992.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: **História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Gabriel dos Santos. **A Polícia em Guerra: a ditadura e a Polícia Militar em São Paulo**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, 2016.

PEIXOTO, Antônio Carlos; ROUQUIÉ, Alain. **Exército e Política no Brasil. Uma crítica dos modelos de interpretação**. In.: **Os Partidos militares no Brasil**. Coordenado por Alain Rouquié, Rio de Janeiro, Editora Record, 1980.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. “**Transição Política e Não-Estado de Direito na República**”. In: SACHS, Ignacy, WILHEIM, Jorge e PINHEIRO, P. S. (Orgs). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **Crime, violência e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. “**Violência e cultura**” in LAMOUNIER, Bolivar, WEFFORT, F, BENEVIDES, M. (Orgs.). **Direito, Cidadania e Participação**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1981, p. 31-58.

PESTANA, Jose César. **Manual de Organização Policial**. São Paulo: Serviço Gráfico da SSP, 1955.

_____. **Manual de Organização Policial**. São Paulo: Serviço Gráfico da SSP, 1955.

_____. **Manual de Organização Policial**. São Paulo: Serviço Gráfico da SSP, 1959.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da República – jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897)**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

REIRNER, Robert. **A política da Polícia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

ROSEMBERG, André. **Polícia, policiamento e o policial na província de São Paulo, no final do Império: a instituição, prática cotidiana e cultura**. 2008. Tese (doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. **Prelúdio de um “pequeno exército”? A força policial paulista nos primeiros anos da República (1890 a 1895)**. História Unisinos, São Leopoldo, Vol. 16 Nº 3 - setembro/dezembro de 2012.

_____. **Significados do militarismo na Força Pública de São Paulo (1870-1924)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

_____. **Uma leitura da greve da Força Pública e São Paulo (13 e 14 de janeiro de 1961): entre o corporativismo e a política**. História: Questões e Debates. Curitiba, volume 64, nº 1, p. 207-226, jan/jun. 2016.

SANTOS, Davino Francisco. **A marcha vermelha**. São Paulo: Saraiva, 1948.

_____. **A coluna Miguel Costa e não coluna Prestes**. São Paulo: Edicon, 1994.

RUIZ, Carlos Henrique. **A revolta que não houve: Adhemar de Barros e a articulação contra o golpe Civil-Militar (1964-1966)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-

Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2018.

SAINT-PIERRE, Héctor. **A política armada: fundamentos da guerra revolucionária**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

SILVA, Valentim Benício. **Alocução do representante do Exército (1938)**. In: CARVALHO, Ferdinando de. *Lembraí-vos de 35*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

SOARES, Luiz Eduardo. **Desmilitarizar**. São Paulo: Boitempo, 2019.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SYLVESTRE, Vicente. **Guarda Civil de São Paulo. Sua história**. São Paulo: Sociedade Imprensa Pannartz, 1985.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

TELHADA, Paulo Adriano. **A polícia de São Paulo nos campos da Itália**. São Paulo: KMK, 2001.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935: sonho e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **As rebeliões de novembro de 1935**. *Novos Rumos*, Marília, nº 34, p. 1-39, mar. 2003.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix 2011.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Bases sociais do populismo em São Paulo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

WRIGHT MILLS, C. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

XAVIER, Marília. **Antecedentes institucionais da Polícia Política**. In: *DOPS: A lógica da desconfiança*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, Arquivo Público do Estado, 1996.

ARQUIVOS CONSULTADOS:

Arquivos do Departamento de Ordem Política e Social e do Departamento Estadual de Ordem Política e Social no Arquivo Público do Estado de São Paulo

Acervo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo

ENTREVISTAS UTILIZADAS:

Entrevista com Tenente Coronel Vicente Sylvestre. Concedida ao autor. São Paulo, 2017.

Entrevista com Capitão Pedro Lobo de Oliveira. Concedida ao autor. São José dos Campos, 2018.